

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Doutorado em História**

**As singularidades da modernização na Cidade
da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**

**Recife – Pe
Agosto/2004**

Waldeci Ferreira Chagas

**As singularidades da modernização na Cidade
da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito à obtenção do Título de Doutor em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel

C433s Chagas, Waldeci Ferreira
As singularidades da modernização na
Cidade da Parahyba nas décadas de
1910 a 1930 / Waldeci Ferreira Chagas.
– Recife, 2004.
281 p.
Orientador: Marc Jay Hoffnagel
Tese (doutorado) – UFPE
1. Paraíba – História
UFPB/BC CDU: 981.33(043)



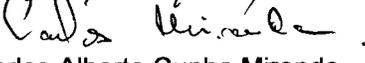
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

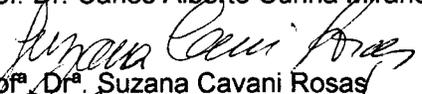
ATA DA DEFESA DA TESE DO ALUNO WALDECI FERREIRA CHAGAS

Às 9:00 h do dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2004 (dois mil e quatro), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Waldeci Ferreira Chagas** intitulada “**As Singularidades da Modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO COM DISTINÇÃO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Marc Jay Hoffnagel (Orientador), Carlos Alberto Cunha Miranda, Suzana Cavani Rosas, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais Santana e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a secretária Maria Betania Pinto de Oliveira, para os devidos efeitos legais.

Recife, 27 de agosto de 2004.

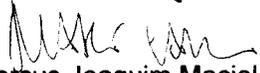

Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel

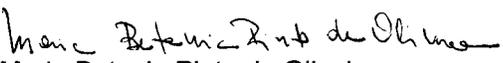

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda


Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas


Prof.^a Dr.^a Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais Santana


Prof.^a Dr.^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Maria Betania Pinto de Oliveira

RESUMO

Neste trabalho, investigamos a Cidade da Parahyba durante as três primeiras décadas do século XX, entre os anos 1910 e 1930 e atentamos para as formas como as elites e as classes pobres vivenciaram o processo de urbanização/modernização pelo qual essa urbe passou. Tendo em vista o fato de que, nesse período, o algodão se manteve como principal produto econômico, o capital algodoeiro foi utilizado na transformação da cidade, sobretudo porque era preciso dotá-la de condições a receber a elite rural que a descobrira como espaço saudável e digno a quem desejasse apresentar-se moderno. A manutenção dessa perspectiva de compreensão e de apropriação da cidade implicou na implementação de serviços e equipamentos urbanos, com o intuito de suprir a urbe com aquilo de que ela ainda se ressentia, a exemplo do calçamento e alargamento das ruas, instalação da luz elétrica, substituição do bonde de tração animal por elétrico, da instalação do serviço de água encanada e saneamento, além da construção e manutenção das praças e jardins públicos. A partir de então, a rua, outrora vista como fétida e insalubre, se tornou o lugar dos encontros e desencontros, ou seja, da sociabilidade e afirmação da modernidade. A configuração dessa nova condição implicou na disciplinarização do uso e permanência no espaço público, de forma que a modernização se mantivesse e as elites pudessem mostrar o quanto eram modernas. Não demorou e a rua deixou de ser o lugar de todos os homens e de todas as mulheres, e passou a ser de alguns, o que implicou no afastamento das classes pobres para os arredores da cidade. Esse processo, à medida que deu configuração ao bairro de Jaguaribe, tornou evidente a singularidade da modernização e da modernidade instalada na área central da Cidade da Parahyba, haja vista os administradores públicos terem implementado já os referidos serviços. Mas, devido à insuficiência dos recursos econômicos aplicados, foi utilizada uma tecnologia já obsoleta. Isso na época diferenciou a Parahyba das demais urbes brasileiras, sobretudo porque não garantiu bem-estar às elites. Mesmo as elites apresentando-se modernas, reproduziram um modelo de comportamento protecionista nas relações estabelecidas com as classes pobres.

Palavras Chave: Cidade, História, Urbanização, Modernização, Modernidade.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, nous examinons la ville de la Parahyba pendant les trois premières décennies du XX^e siècle et nous remarquons les manières selon lesquelles les élites et les classes sociales défavorisées ont subi le processus d'urbanisation/modernisation de cette ville. Considérant que, dans cette période, le coton s'est conservé le principal produit économique, le capital résultant de cette activité a été utilisé dans la transformation de la ville, surtout parce qu'il fallait la doter des conditions favorables à la réception de l'élite rurale qui l'avait découverte comme espace salubre et digne à tous ceux qui auraient envie de se présenter modernes. Le maintien de cette perspective de compréhension et d'appropriation de la ville a impliqué l'implémentation de services et d'équipements urbains, dans le but de suppléer l'urbain avec ce dont elle se ressentait, à l'exemple de la pavimentation et de l'élargissement des rues, de l'installation de la lumière électrique, du remplacement du transport à traction animale par le tramway, de l'installation du service d'eau canalisée et d'assainissement, outre la construction et le maintien des places et des jardins publics. À partir de ce moment-là, la rue, autrefois vécue comme espace fétide et insalubre, est devenue le lieu des rencontres, c'est-à-dire, de la sociabilité et de l'affirmation de la modernité. La configuration de cette nouvelle condition a impliqué la disciplinarisation de l'utilisation de l'espace public et de la permanence dans cet espace, ce qui a maintenu la modernisation et qui a permis aux élites de montrer combien elles étaient modernes. Bientôt la rue a perdu le statut de lieu de tous les hommes et de toutes les femmes pour appartenir à quelques personnes. Cela a provoqué le recul des pauvres vers la banlieue de la ville. Au fur et à mesure que ce processus a donné configuration au quartier de Jaguaribe, il a rendu évidente la singularité de la modernisation et de la modernité installées dans la ville de la Parahyba, puisque les administrateurs publics avaient implémenté les services référencés. Mais, à cause de l'insuffisance des sources économiques appliquées dans cette implémentation, il a été utilisée une technologie obsolète. Ce fait garanti le bien-être aux élites. En outre, même si les élites se présentaient modernes, elles ont reproduit un modèle protectionniste dans les relations qu'elles ont établies avec les pauvres.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
A Cidade e seus percursos	
Capítulo 1	
Urbanização e transformação das cidades brasileiras no início do século XX	
1.1 A Cidade ideal.....	36
1.2 A Luz elétrica.....	52
1.3 O Bonde elétrico.....	67
Capítulo 2	
A Cidade moderna: água encanada e saneamento	
2.1 O Caso das águas.....	86
2.2 O Esgoto sanitário.....	106
Capítulo 3	
Urbanidade, modernidade e cotidiano	
3.1 Vitrines da cidade moderna.....	121
3.2 Residências e serviços.....	135
3.3 Quem é moderno sai de casa e vai a praça.....	143
3.4 Cinemas, cafés e salões.....	150
3.5 Clube Ástrea.....	157
3.6 Ponto de Cem Réis.....	159
Capítulo 4	
As classes pobres no cenário urbano	
4.1 Disciplinarização e ordem.....	163
4.2 Os mendigos.....	177
4.3 A assistência aos pobres.....	194
4.4 Os espaços mal vistos.....	200

Capítulo 5

O bairro de Jaguaribe no contexto da cidade da Parahyba

5.1 O povoamento do Sítio Jaguaribe.....	212
5.2 O bairro de Jaguaribe.....	226
5.3 Salubridade e higienização.....	234
Considerações Finais.....	259
Fontes e Referências Bibliográficas.....	264

ÍNDICE DE IMAGENS

Mapas

Cidade da Parahyba – 1938.....	35
Calçamento, desapropriação e revitalização de ruas – Cidade da Parahyba – 1910/1930.....	39
Eletrificação – Cidade da Parahyba – 1912.....	61
Trajetória do bonde elétrico – Cidade da Parahyba – 1913.....	73
Instalação do serviço de água e esgoto – 1912/1923.....	89
Cidade Alta e Cidade Baixa – Cidade da Parahyba – 1910/1930.....	125
Ruas abertas no bairro de Jaguaribe – Cidade da Parahyba – 1908/1919.....	230

Fotografias

Foto 1.....	56
Foto 2.....	75
Foto 3.....	111
Foto 4.....	124
Foto 5.....	139
Foto 6.....	144
Foto 7.....	156
Foto 8.....	171
Foto 9.....	187
Foto 10.....	190
Foto 11.....	197
Foto 12.....	198

INTRODUÇÃO

A CIDADE E SEUS PERCURSOS

“Ninguém pensa a cidade em isolamento hermético. Forma-se uma imagem dela por meio de um filtro de percepção derivado da cultura herdada e transformado pela experiência pessoal. Dessa forma, a investigação das idéias dos intelectuais sobre a cidade nos conduz inevitavelmente para fora de seu enquadramento próprio, pondo em jogo miríades de conceitos e valores sobre a natureza do homem, da sociedade e da cultura”.¹

Como exercício de reflexão, este trabalho analisa a Cidade da Parahyba nas três primeiras décadas do século XX, entre 1910 a 1939 especificamente o processo de urbanização/modernização da sua área central, processo que se confunde com a implementação de serviços de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Ao caminhar pelas ruas da antiga Parahyba, buscamos ressaltar aspectos da urbanização e modernização pelas quais passou a cidade atentando para os mecanismos utilizados nessa transformação e revisitamos também a experiência da apropriação das propostas vivenciadas pelas elites².

Nesse sentido, utilizamos o conceito de modernização formulado por Antonio Paulo Rezende, compreendido como um conjunto de amplas e complexas mudanças ocorridas nos diversos setores onde os sujeitos sociais atuam. O autor ainda ressalta que a modernização é dinâmica e implica em “mudanças na economia, avanços tecnológicos, predomínio da ciência e da razão prática, burocratização,

¹ SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a História**: indagações na passagem para o modernismo. Tradução de Pedro Morais Soares. – São Paulo: Companhia das Letras, p.53, 2000.

² Pertencer à elite paraibana significa participar de um pequeno círculo social do qual faziam parte os proprietários rurais, os grandes comerciantes e os profissionais liberais, a exemplo dos médicos, advogados, engenheiros, farmacêuticos, jornalistas e professores. Esses sujeitos sociais estavam ligados por laços políticos e familiares, e se afirmaram mentores da sociedade paraibana.

organização racional do trabalho, ordem e progresso. O Estado atua como instituição importante à gestão do processo”.³ Discutindo essa questão, Le Goff ressalta que a modernização representou a incorporação de outros valores em substituição ao que existia anteriormente.⁴ A apropriação desse conceito também é necessária, uma vez que o fenômeno apontado pelo autor se refere e se enquadra na realidade da evolução da Cidade da Parahyba embora com características próprias. Nesse sentido, a modernização de que tratamos neste trabalho quando nos referimos à Cidade de Parahyba está relacionada ao processo de urbanização pelo qual a mesma passou nas três primeiras décadas do século XX, e que significou dotá-la de serviços e equipamentos na perspectiva de afastá-la da sua feição colonial e dando edificação a uma nova paisagem⁵. Essa nova paisagem, nem sempre completamente nova, uma vez que modernizar pode não significar romper totalmente com o velho e o antigo, mas construir um cenário urbano que seja um misto de novo e o velho, do progresso e seu reverso.

Nesse exercício, a modernização que se configurou na Cidade da Parahyba se aproximou e se distanciou das experiências vivenciadas por outras capitais brasileiras, sobretudo pelo fato de não ter sido acompanhada do processo de industrialização em vigor. No geral, o exercício de modernização implantado caracterizou-se mais pelo que Marshall Berman classificou como de unidade paradoxal, cuja essência é a desintegração, mudança, contradição, ambigüidade e angústia.⁶ Discutindo essa temática, Diana Soares de Galliza apoiada no trabalho do geógrafo holandês Jan Hinderink, ressalta a modernização instalada na Parahyba como a do “subdesenvolvimento, isto é, uma modernização sem desenvolvimento, posto não terem ocorrido mudanças substanciais nas relações sociais e de produção,

³ REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Fundarpe, p. 18, 1997.

⁴ LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Tradução de Bernardo Leitão. – Campinas (SP): Editora da Unicamp, p. 185, 1996.

⁵ Utilizamos o conceito de paisagem formulado por Milton Santos, compreendida como o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Ver SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, p. 83, 1997.

⁶ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. – São Paulo: Companhia das Letras, p. 15, 1986.

nem as camadas pobres terem sido beneficiadas”.⁷ À medida que corroboramos tais afirmativas, trazemos à tona os elementos que nos possibilitaram enxergar a singularidade do processo pelo qual a Parahyba passou e formular a seguinte questão: os serviços de infra-estrutura urbana nessa cidade foram suficientes para firmá-la enquanto uma urbe moderna? Ou o seu modelo foi diferente dos configurados nas demais cidades brasileiras na época? Outra possibilidade é que a modernização pode ter sido instalada, mas a modernidade não; modernidade compreendida como um estilo, costume de vida ou organização social, que tem como fundamento o progresso e o gosto pelo novo.⁸

No exercício de reflexão que ora iniciamos, analisamos a temática “cidade” a partir da história social, razão por que nos preocupamos com a forma como as elites e as classes pobres vivenciaram-na. Isso nos remeteu ao diálogo com a historiografia pertinente a essa temática. A diversidade das obras existentes é grande por isto privilegiamos algumas e as escolhemos obedecendo aos seguintes critérios: os trabalhos nos quais autores e autoras analisam a cidade a partir da perspectiva da história social, e aqueles em que são investigadas a modernização/urbanização e as formas de apropriação dos emblemas da modernidade pelas elites. Atentamos também para os trabalhos cujos autores (as) pensam a cidade na perspectiva da disciplinarização dos espaços urbanos e de como as elites enxergaram as classes pobres em meio ao cenário urbano e moderno. Tais critérios são considerados relevantes, uma vez que a problemática deste trabalho perpassa essas abordagens.

Novos caminhos metodológicos consolidaram não só diferentes interpretações acerca do fenômeno urbanização/modernização, como estabeleceram o diálogo entre história e literatura, fazendo com que os historiadores assumissem a concepção da história como narrativa. Neste sentido, são relevantes os trabalhos de Nicolau Sevcenko e Sandra Jatahy Pesavento, nos quais a literatura foi fonte de

⁷ Jan Hinderink se voltou para um tipo de modernização classificada como fragmentária, que não é bem um processo de desenvolvimento, mas um processo dinâmico do subdesenvolvimento. Ver. GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, p. 20, 1997.

⁸ GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora da Unesp, p. 11, 1991.

pesquisa⁹. Os procedimentos metodológicos utilizados pelos historiadores citados possibilitaram incluir seus trabalhos no que se denominou história social e cultural do urbano, uma vez que compreendem os atos e as ações dos administradores e higienistas que viveram nas cidades, expressões da vontade de que se tornassem ideais. Para tanto, recorreram à literatura como fonte de pesquisa, sobretudo porque, através dela, é possível “recuperar” a forma como os homens e as mulheres de uma época pensaram a história e construíram imagens sobre o tempo e o espaço em que viveram. Mesmo que essas imagens nem sempre correspondam à realidade dos fatos, elas não são desprezíveis, uma vez que realidade e ficção, embora distintas, não se separam. Esses autores identificam tal relação e usam as fontes primárias para problematizarem o cenário urbano, vislumbrando neles ambivalências existentes e fazendo emergir diversos personagens sociais e seus lugares. Além da representação, a alegoria se instaurou como opção teórico-metodológica capaz de proporcionar aos historiadores elementos para pensar as cidades. O exercício que Nicolau Sevcenko faz é uma amostra desse procedimento, uma vez que identifica nos emblemas da modernidade as formas de apropriação, uso e o comportamento social urbano das diferentes classes sociais. Nicolau Sevcenko compreende a cidade como espaço alegórico, visto que nela a cultura se manifesta nas suas diferentes interpretações; nesse tipo de abordagem é visível a influência de Walter Benjamin. Dentro dessa perspectiva em seu trabalho, revela as várias faces da cidade de São Paulo, razão pela qual inclui na história da cidade as populações pobres, principalmente os negros, os ex-escravos, ou seus descendentes, o que faz da cidade também o espaço onde se revela o conflito político e econômico entre operários e industriais.¹⁰ Embora não façamos uso específico da literatura como fonte, nosso trabalho se inclui na abordagem de análise denominada história social do urbano, formulada por Sandra Jatahy Pesavento, principalmente porque identificamos os sujeitos no cenário urbano e nos atemos a compreender os

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. e SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁰SEVCENKO, Nicolau. op. cit. p. 106

mecanismos por eles utilizados na apropriação dos serviços e equipamentos implementados e oferecidos, notadamente na urbe.

Outrossim, em meio ao debate e ao diálogo estabelecido por pesquisadores, assistimos à ascensão dos pressupostos teóricos do filósofo e historiador francês Michel Foucault, discutidos, sobretudo nas suas obras *Vigiar e Punir* e *Microfísica do poder*. Paradigmas, a exemplo do ordenamento social, poder, contra poder, disciplinarização e racionalização, incorporados por sociólogos, geógrafos, filósofos e historiadores, foram aplicados nos exercícios de contemplação das urbes modernas. Rosilene Alvim é um exemplo, em seu trabalho sobre a cidade de Paulista, em Pernambuco, analisa a cidade a partir dos pressupostos teóricos de Michel Foucault ¹¹ e revela o lugar dos operários e o controle sobre o seu cotidiano na configuração da cidade industrial. Trabalhando com a memória operária e diversos documentos, atenta para a disciplinarização dos espaços ocupados pelos trabalhadores e enfatiza o poder familiar dos Lundgren, definindo as normas, os valores morais, hábitos e costumes dos operários e demais moradores. Apesar de valorizar os operários no espaço da cidade, estes são tutelados pelo patrão e não apresentam formas de resistência ao poder instituído.

Essa trama, em alguns aspectos, se confunde com o olhar que Margareth Rago lançou sobre a Cidade de São Paulo de 1890 a 1930, sobretudo por identificar, nas formulações de Michel Foucault, os fundamentos para compreender o controle dos espaços públicos e privados freqüentados pelos trabalhadores, um controle que se iniciava nas relações de produção, passava pelo recinto do lar e se estendia ao cotidiano dos bairros operários.¹²

Nesse trabalho, é ressaltada a participação das instituições públicas e privadas na definição da cidade como o lugar onde os trabalhadores deveriam residir; também são definidos as formas de lazer e os tipos de comportamentos e valores a serem manifestados, geralmente os considerados legais pelas elites da época. Esse

¹¹ALVIM, Rosilene. **A Sedução da Cidade**: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. Ver também LOPES, José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos na “Cidade das chaminés”**. Brasília: Editora da UNB, 1988.

¹² RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

fato é concebido como parte de um projeto amplo, cujo propósito era a formação do trabalhador conforme um modelo e um ideal correspondentes aos interesses da produção e do capital, entretanto, o trabalho dessa historiadora ultrapassa a análise formulada por Rosilene Alvim, em função de recuperar a contra-reação operária ao processo de disciplinarização e racionalização do espaço público por parte das elites vigentes. Seguindo nessa lógica, a cidade é disciplinarizante, uma vez que as práticas de vida e os comportamentos sociais dos trabalhadores são considerados pelas elites como malefícios à sociedade moderna. Contudo a urbe é também o espaço de convívio e expressão dos trabalhadores, principalmente porque, nos bairros operários as ocorrências de manifestações políticas e culturais fugiam ao controle das classes dominantes.

A historiadora dedica também atenção às prostitutas e às práticas do lazer noturno, desvelando a face boêmia e sedutora da cidade, sobre a qual incidem as ações da disciplinarização, uma vez que os locais destinados as prostitutas passaram a ser lugares confinados e definidos pelas elites, demonstrando o quanto eram socialmente indesejadas e necessárias, mas não podiam circular livremente pelas ruas, prevalecendo, então, a disciplina mantenedora da ordem moral e social, representada também pela ação dos médicos e dos delegados de polícia. Tais profissionais foram os primeiros que passaram a determinar normas de condutas e de comportamentos às pessoas que circulavam nos espaços públicos, normas que as prostitutas em parte não obedeceram¹³. Essa perspectiva encontra-se também no olhar empreendido por Maria Auxiliadora Guzzo Decca sobre o cotidiano urbano de São Paulo, nos períodos 1889/1940 e 1920/1934. A autora recupera aspectos relevantes, a exemplo das condições de moradia nos bairros operários e suas formas de lazer,¹⁴ revelando, na relação urbanização, disciplinarização e racionalização do espaço, as práticas de vida dos trabalhadores como mecanismos de resistência ao modelo determinado pelas elites.

¹³RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁴ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas**: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Ver também dessa historiadora, **Cotidiano de Trabalhadores na República**. São Paulo (1889/1940). São Paulo: Brasiliense, 1990.

No percurso trilhado ampliamos o nosso diálogo com os pesquisadores que discutem as intervenções urbanas e as transformações experimentadas pelas elites urbanas durante as três primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, é pertinente citar o trabalho de Antonio Paulo Rezende, que a partir das críticas provindas de Walter Benjamim ao advento da modernidade, e da compreensão de imaginário social, presente na obra de Castoriadis, o autor analisa o Recife das duas primeiras décadas do século XX e se detém na análise das representações das elites intelectuais acerca dos emblemas modernizantes implementados na cidade. Na trama construída, aborda diversos aspectos do cotidiano das elites urbanas visivelmente identificados nas formas de se vestir, nos hábitos e comportamentos públicos, valores que a vertente tradicional desta mesma elite combateu. Desta forma, contrapõe-se a perspectiva unilateral de história, buscando-se compreender a cidade como verdadeira seara movida por sonhos e desejos diversos. Nessa empreitada, evidencia também a preocupação das elites em manter os lugares públicos aprazíveis.¹⁵

Nessa lógica, Joel Outtes analisa o Recife a partir dos discursos médicos e higienistas, e se detém na compreensão da modernização.¹⁶ Nesta perspectiva, ressalta as ações de profilaxia como responsável pelas medidas contra os lugares e pessoas consideradas indesejadas, privilegiando o agir modernizante das autoridades administrativas, dos técnicos e urbanistas.¹⁷ Diante de tais fatos a cidade passa a transitar entre o real e o imaginário, e faz emergir das linhas e traços dos urbanistas as formas que agradaram e desagradaram as elites, que por sua vez só vieram a se constituir realidade algumas décadas depois. Esse processo também é analisado por Cátia Wanderley Lubambo, pois também pensa o Recife a partir das transformações na sua paisagem urbana, a qual denomina de modernização. No percurso percorrido por essa pesquisadora, o bairro do Recife assume visibilidade, a partir da transformação do porto, ponto de partida para a compreensão da modernização instalada no logradouro e área central da cidade. Esse fenômeno é analisado no contexto do avanço do capitalismo, sobretudo da industrialização, e do surgimento de

¹⁵ REZENDE, Antonio Paulo. op. cit.

¹⁶ OUTTES, José. **O Recife**: gênese, do urbanismo 1927-1943. Recife: FUNDAJ / Massangana, 1997.

¹⁷ OUTTES, José. op. cit. p. 16

uma elite em processo de urbanização. Tais condições passaram a justificar as obras implementadas no porto e na cidade, e, obviamente, a incorporação de hábitos e costumes pertinentes ao novo *modus vivendi*.¹⁸

Também é pertinente o trabalho de Flávio Weinstein Teixeira, que faz uma leitura do Recife na época da modernidade “*belle époque*”, a partir do paradigma estético, e se preocupa com os signos da sociabilidade moderna que a elite passou a valorizar, apontando para uma compreensão da cidade como fruto do desejo. Utilizando-se dos pressupostos teóricos de Roger Chartier, o autor trabalha o conceito de práticas culturais e concebe os emblemas que se instalaram no Recife de início do século XX como denominadores do ser moderno, e, portanto, garantia à cidade o aspecto de modernidade.¹⁹ Neste percurso inclui-se também José Ernesto Pimentel Filho, que analisa a cidade de Fortaleza no final do século XIX, filtrando as ações da elite cearense frente à modernização e ao fenômeno da urbanidade.²⁰ As transformações urbanas são compreendidas como resultado da ascensão de uma nova mentalidade, expressa, por exemplo, na manifestação do gosto pela instrução, no exercício político antioligárquico e na participação nos eventos literários, hábitos condizentes com um cearense moderno. A intenção da elite cearense era reproduzir em Fortaleza a “*belle époque*” francesa, ou fazer com que esta cidade a ela se assemelhasse.

Consideramos que as diferentes abordagens de análise do urbano instituíram o debate entre os historiadores e demais pesquisadores das ciências humanas, proporcionando o advento de uma historiografia crítica e atenciosa às ambivalências da experiência brasileira de modernização e progresso. A partir daí elites e classes pobres passaram a ser mencionadas em diversos espaços frente à

¹⁸ LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Bairro do Recife entre o corpo santo e o marco zero**: a reforma urbana do início do século XX. Recife: CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

¹⁹ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As Cidades enquanto palco da modernidade**: o Recife de princípios do século. Recife: 1994. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE) Acerca da modernização/urbanização do Recife, ver JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Implantação de serviços urbanos no Recife**: o caso da Companhia do Beberibe (1838-1912). Recife: UFPE, 1979. (Dissertação de Mestrado em História).

²⁰ As interpretações que seguem estão fundamentadas em PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e Cultura Política**: a cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no século XIX. Fortaleza: Editora da UFC, 1998.

modernização/urbanização, principalmente com base nas suas práticas e formas de vida. Por outro lado cidades como Recife, São Paulo e Rio de Janeiro são mencionadas como centros de propagação e irradiação da nova mentalidade fundamentada no urbanismo, no progresso e na modernidade, e a partir delas as idéias modernizantes exerceram influência sobre grande parte do território brasileiro, alcançando cidades de médio e pequeno porte, a exemplo da Capital da Parahyba e de Campina Grande - PB. Surgiu então a necessidade de dialogarmos com os historiadores que dedicaram atenção a essas cidades e verificamos que, no conjunto dos trabalhos realizados, persiste a compreensão da Cidade da Parahyba como um espaço de apropriação e convivência das elites, levando historiadores como José Octávio de Arruda Mello, Wellington Aguiar e Maurílio de Almeida²¹ a privilegiarem os lugares habitados por esta classe. Representam no geral, elaborações inspiradas na valorização dos grandes fatos demonstrando o interesse dos historiadores pelos feitos notórios de uma parcela da elite; outros ressaltam o atraso econômico, social e cultural a que a Parahyba esteve submetida, em decorrência da sua dependência econômica à vizinha cidade do Recife. Registram-se também trabalhos que ressaltam episódios e alguns personagens, consagrando-lhes relevância e responsabilidades no advento da cidade moderna, desenvolvida e civilizada;²² esses importantes personagens na compreensão dos historiadores, viveram além do seu tempo. Consideramos, no entanto, não terem tido condições suficientes para romper com a estrutura social vigente da época. Manifestaram-se modernos por um lado, e, por outro conservadores o suficiente para manter o *status* e a ordem social fundamentada na divisão entre pobres e ricos.²³ Resultando na consagração da Cidade da Parahyba

²¹ Sobre essa perspectiva de compreensão da Cidade da Parahyba, ver CAVALCANTI, Archimedes. **A Cidade da Parahyba na época da independência**: aspectos sócios - econômico, culturais e urbanísticos em volta de 1822. João Pessoa: Editora da UFPB, 1972; MELLO, José Octávio de Arruda. **Os coretos no cotidiano de uma cidade**: lazer e classes sociais na capital da Paraíba. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990; e AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa**: a memória do tempo. João Pessoa: Persona, 1992 e **A velha Parahyba nas páginas de jornal**. João Pessoa: A União, 1999.

²² São dignos dessa perspectiva metodológica de compreensão da cidade e de produção da ciência histórica os trabalhos de: TERCEIRO NETO, Dorgival. **Paraíba de ontem, evocações de hoje**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1999.

²³ Acerca do conservadorismo da elite intelectual e econômica paraibana que, desde o final do século XIX, se dizia moderna, ver BARRETO, Maria Cristina Rocha. **Imagens da cidade**: a idéia de progresso

apenas como espaço configurado pelos bairros das Trincheiras, Tambiá, Centro e Varadouro, lugares de convivência da elite que, a partir de 1910, substituiu o campo pelos ares “civilizados” da Capital.²⁴

Os trabalhos realizados que encerram tal compreensão foram alvo de críticas dos historiadores que se utilizando da abordagem do materialismo histórico se dedicaram a estudar a Parahyba nos seus aspectos sócio-econômicos. Outros pesquisadores dedicados ao estudo da Cidade da Parahyba compreenderam-na a partir de aspectos diferentes, a exemplo das historiadoras Irene Rodrigues da Silva Fernandes, Laura Helena Baracuhy Amorim,²⁵ e da geógrafa Janete Lins Rodriguez,²⁶ cujos trabalhos publicados na década de 1980 constituem a primeira tentativa de romper com aqueles realizados até o momento. Os trabalhos registram inovação no aspecto teórico-metodológico, quando pensam a cidade a partir da economia nela estabelecida; persistem, no entanto, na compreensão dos espaços já consagrados pela historiografia. Estes estudos ultrapassam a compreensão municipalista de cidade presente nos trabalhos dos historiadores José Octávio de Arruda Mello, Wellington Aguiar e Maurílio de Almeida; mantendo, no entanto o discurso da tese da dependência a Pernambuco. Consideram a urbanização e a modernização da Parahyba um “caso moroso”, resultante da ausência da consolidação do progresso econômico, na cidade.

Nessa mesma década de 1980, o trabalho de Maria de Fátima de Melo do Nascimento, chama a atenção, por fazer uma leitura do surgimento do bairro de Mandacaru, e aponta para outros lugares até então não mencionados pelos historiadores paraibanos. Utilizando-se das memórias dos antigos moradores, a

nas fotografias da Cidade da Parahyba (1870-1930). João Pessoa: UFPB, 1996. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Com relação a Campina Grande, ver SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografia e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945**. Campinas: Unicamp, 2001. (Tese de Doutorado) e NASCIMENTO, Regina Coelli G. **Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX**. Recife: UFPE, 1997 (Dissertação de Mestrado em História).

²⁴ Este procedimento metodológico de compreensão da cidade da Parahyba é identificado nos trabalhos de José Octávio de Arruda Mello, Wellington Aguiar e Maurílio de Almeida.

²⁵ FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva & AMORIM, Laura Helena Baracuhy. In: **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. João Pessoa: EDUFPB, Ano 02, Nº 04, outubro/dezembro de 1980.

²⁶ RODRIGUEZ, Janete Lins. **Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da grande João Pessoa**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1980.

socióloga, conclui que a configuração do bairro está relacionada à expansão do capitalismo no Nordeste e à instalação da indústria têxtil. Esse trabalho, segundo nossa compreensão, ainda se ressentia de discussão teórico-metodológica por conter um conjunto de relatos insuficiente e poucos cruzamentos entre os relatos orais e outras fontes. No entanto oportuniza compreender a configuração do bairro popular de Mandacaru.²⁷ Em meados da década de 1990, a perspectiva de compreensão da cidade a partir da inclusão de outros lugares se tornou mais evidente; fato que permite Ana Maria Cavalcante, a analisar a formação do espaço urbano de João Pessoa no período 1940-1970, incluindo a periferia e principalmente as favelas. O lugar dos populares é ressaltado, no entanto, os sujeitos do espaço estudado são generalizados em categorias como “moradores” e “trabalhadores”.²⁸

Verificamos nos trabalhos dos pesquisadores paraibanos, que poucos deles fazem referência aos bairros da Cidade da Parahyba, o que levou a historiadora Balila Palmeira a tecer o seguinte comentário:

quase nada se tem escrito sobre os bairros da capital paraibana. Nem os mais consagrados historiadores paraibanos se preocuparam com palpitante assunto, apenas Coriolano de Medeiros constitui uma exceção com o seu “Tambiá da minha infância” que, apesar de ser um livro de memória, não deixou de contribuir com a história daquele aprazível bairro nas últimas décadas do século XIX.²⁹ (Grifo nosso)

Com relação aos bairros situados além do perímetro central da cidade, o silêncio é mais perceptível, visto não serem mencionados nas referências gerais acerca da cidade. No final da década de 1990, é pertinente observar o olhar que Regina Celly Nogueira lança sobre a cidade, contemplando o bairro da Torre e atentando para as singularidades desse logradouro frente à urbanização e modernização a que foi submetido. Nessa empreitada, a autora privilegia as formas de uso que os moradores fazem do espaço ocupado, compreendendo-as como

²⁷ **NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo do.** O Próximo e o distante: **história e estórias de um bairro e de uma fábrica de João Pessoa.** João Pessoa: UFPB, 1993. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

²⁸ FARIAS, Ana Maria S. M. **Urbanização e modernidade:** a construção do espaço urbano de João Pessoa (Dos anos 20 aos anos 70). Recife: UFPE, 1997. (Tese de Doutorado em História)

²⁹ PALMEIRA, Balila. **O Bairro de Miramar:** sua história seus moradores. João Pessoa: Grafset, p. 06, 1997.

mecanismos que representam a resistência às transformações na paisagem urbana.³⁰

A iniciativa dos pesquisadores paraibanos, entre eles alguns historiadores, de se incorporarem às novas perspectivas no exercício de pensar a cidade, possibilitou-lhes trazer para o cenário da história outros espaços, e também outros atores sociais, a exemplo das classes pobres, resultado do diálogo estabelecido com os pressupostos teóricos de Michel Foucault, Michelle Perrot, Michel de Certeau e os trabalhos de Antonio Paulo Rezende, Sidney Chalhoub, Margareth Rago, Nicolau Sevcenko e Sandra Jatahy Pesavento. Essa realidade configurou novos percursos no exercício de pensar e analisar as cidades paraibanas, especificamente a Capital e Campina Grande, garantindo visibilidade às classes pobres. Nessa trilha se inclui o trabalho de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza quando analisa a cidade de Campina Grande no período 1920-1945. Recorrendo à história social, o autor trabalha com os processos criminais e pensa a cidade na perspectiva das práticas culturais dos sujeitos comuns, ressaltando no percurso, as formas e condições em que pobres e ricos vivenciaram o processo de modernização/urbanização implementado.³¹ É pertinente também o trabalho de Edna Nóbrega, uma vez que pensa a cidade na perspectiva social, analisando o processo de modernização da Capital paraibana, a autora dedica atenção aos mecanismos de controle e disciplinarização dos segmentos pobres, a exemplo dos loucos, mendigos e retirantes no cenário urbano, mostrando o avesso da modernização, fato que nos aproxima, sobretudo por ressaltar personagens incluídos no contexto da cidade que analisamos.³²

Apesar desta nova produção o diálogo com os pesquisadores paraibanos possibilitou perceber que poucos são os trabalhos que enfatizam as classes pobres como temática central de suas análises. Essa situação acreditamos, deve-se à

³⁰ SILVA, Regina Celly Nogueira da. **As singularidades do bairro na realização da cidade**: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa – PB. São Paulo: mimeo, 1999. (Dissertação apresentada ao curso de Pós – Graduação em Geografia da FFLCH da USP)

³¹ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. op. cit.

³² ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma cidade, muitas tramas**: a Cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920). Recife: UFPE, 2001. (Dissertação de Mestrado em História)

escassez das fontes de pesquisa pertinentes a esse segmento social, aliado à tradição dos historiadores paraibanos a dedicarem atenção às questões eminentemente no campo das políticas, em detrimento das discussões econômicas, sociais e culturais, desencadeadas no âmbito do cotidiano do cidadão comum. No nosso trabalho revemos essa questão e trazemos para o cenário da história alguns fragmentos do cotidiano desse cidadão.

A partir das várias fontes pertinentes, procuramos compreender o processo modernização/urbanização da cidade Parahyba e reconstruir condições em que os diferentes segmentos da sociedade vivenciaram esse processo. Do *corpus* documental utilizado, os relatórios de polícia nos possibilitaram inferir as condições nas quais pobres e ricos se apropriaram da cidade, uma vez que esses documentos trazem informações sobre as ações policiais desencadeadas para manter a ordem e os lugares onde era comum prender os sujeitos, quem eram esses personagens e o motivo pelo qual eram aprisionados. Enquanto parte da elite desejava a modernização, os pobres eram afastados das ruas centrais, pois, conforme enuncia Michel Foucault, “o encarceramento dos vagabundos e dos miseráveis”, apesar de não se constituir no método de coerção mais eficiente, foi uma realidade da sociedade moderna.³³

No exercício de pensar a cidade moderna, Michel Foucault mostra como o processo de disciplinarização distribuiu os indivíduos; isso se deu através de vários mecanismos e instituições, a exemplo dos colégios, quartéis, orfanatos e hospitais, com a participação de professores, soldados, médicos e policiais, que, com suas ações em defesa da ordem, criaram e legitimaram o espaço útil.³⁴ Encarcerar os pobres e tirá-los da rua temendo que cometessem atos violentos, ou que seus corpos transmitissem alguma moléstia, também se constituiu uma das respostas do processo de urbanização na cidade da Parahyba. Logo, as atas de reunião da Associação Médica da Parahyba e os relatórios da Santa Casa de Misericórdia possibilitaram a visualização das preocupações e ações dos médicos e autoridades sanitárias para

³³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, p. 130, 1987.

³⁴ FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 132

manter a cidade saudável, salubre e higiênica. Por isso, os pobres foram recolhidos às cadeias públicas, às casas de caridades e ao orfanato, por serem considerados indesejados no cenário das ruas da cidade moderna. A perspectiva era “anular os indivíduos considerados perigosos, conter sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; trata-se de uma tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração”.³⁵ No intuito de compreender o percurso das classes pobres no cenário urbano, as fichas de acompanhamento individual das meninas internas no Orfanato D. Ulrico possibilitaram compreender o percurso das classes pobres quando chegavam à Capital da Parahyba e as táticas utilizadas para sobreviver na cidade que as remodelava. Várias instituições sociais se constituíram focos de disseminação das idéias disciplinares e converteram os sujeitos a princípios morais, sociais e econômicos. Entre os disciplinadores, religiosos católicos, médicos e policiais foram os mais comuns.

A lógica das ações desencadeadas era impedir a proliferação de lugares e de sujeitos que contrariassem a idéia da cidade moderna guardada pela elite, e, obviamente, a ordem e o progresso tão decantados pelo Estado durante a Primeira República. Os ofícios emitidos pelo diretor do Serviço de Obras Públicas aos Prefeitos da Capital, pedindo-lhes que empregassem os pobres que chegavam a essa instituição nos serviços de melhoramentos urbanos, constituíram-se em relevantes fontes de pesquisa. Através da análise desses documentos pudemos vislumbrar o medo das autoridades de deixar os pobres ociosos, além de enxergar as intervenções urbanas e os lugares atingidos, a exemplo do bairro de Jaguaribe, sobretudo porque sua configuração está relacionada a esse processo e ao afastamento dos pobres da área central da Parahyba. Jaguaribe se constituiu num lugar útil, capaz de permitir:

o controle interior, articulado e detalhado, bem como tornar visíveis os que nele se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los.³⁶

³⁵ FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 131

³⁶ FOUCAULT, Michel. op. cit. pp.154/155

Como complemento desse tipo de fonte, os contratos de compra e venda de imóveis também possibilitaram compreender a modernização da cidade, principalmente porque, geralmente, o governo do Estado aparece como o comprador daqueles que foram demolidos para dar lugar a novas ruas e praças. Nos inventários, verificamos que alguns comerciantes que possuíam terrenos no bairro de Jaguaribe doavam-nos às instituições de caridade para serem loteados, com o intuito de que neles fossem alocados os pobres. No montante das fontes, também incluímos as fotografias e os mapas. Cruzando-as com as demais, foi possível elucidar ou não as questões que enfatizamos nesse trabalho.

Acerca da forma como as elites e as classes pobres vivenciaram a modernização/urbanização, os periódicos *A União* e *A Imprensa*,³⁷ foram fontes relevantes, haja vista as propagandas refletirem as mudanças de hábito das elites e sugerirem o que era digno de um homem ou a uma mulher moderna usar, vestir, ler e que espaços públicos deveriam frequentar. Além disso, as colunas “Queixas e Reclamações” e “O Dia da Polícia”, ricas em vestígios e evidências dos populares, proporcionaram “recompor” alguns aspectos do perímetro urbano e moderno. Por se tratar de um jornal oficial e de propriedade do governo do Estado, *A União* carrega nas suas páginas, colunas, notícias e crônicas a compreensão das elites acerca do modelo de cidade desejada, na qual os pobres não seriam incluídos, mesmo que sua presença fosse um fato inevitável. No que se diz respeito *A Imprensa*, o fato de ser um jornal católico esta publicação funcionou como uma espécie de guardião da moral e dos costumes “saudáveis”. Nele geralmente há referências às classes pobres como um problema ao modelo idealizado de cidade. De tais formulações e construções, no geral condenatórias e pouco denunciadoras, fizemos algumas inferências acerca de

³⁷ O Jornal *A UNIÃO* foi fundado em 1893 como órgão oficial do Partido Republicano da Parahyba, depois se tornou órgão oficial do Governo do Estado da Parahyba, condição que o mantém até hoje em circulação. Quanto a *A IMPRENSA*, foi fundado em 27 de maio de 1897, como semanário católico. Teve sua circulação interrompida por diversas vezes, tendo sido o período de 1903 a 1912 o mais longo. Em 1912, voltou a circular no estado como Bi-Semanário Católico e Órgão Oficial Diocesano da Parahyba até 01 de junho de 1942, quando foi fechado por determinação do interventor Rui Carneiro. Voltou a circular em 1946, permanecendo até 1968, quando, definitivamente, saiu de circulação. Sobre o jornal *A IMPRENSA* ver: **Anuário Eclesiástico da Parahyba** – pp. 153-154, 1919; “A história do fechamento de *A IMPRENSA*” In: **Escritos de Ontem** (Folhetim do AEPB: DA/PJI; a E8cx22) e **Boletim do Arquivo Eclesiástico da Paraíba**. Ano I – Nº 02, pp. 12-17, jul/dez de 1994.

alguns homens e mulheres que quebraram a ordem e fugiram da tutela ora do Estado, ora da Igreja Católica. Também foi possível perceber a singularidade do processo de urbanização da Parahyba, ou seja, ações e comportamentos das elites modernas que em parte ressuscitam relações sociais características do mundo rural. As fontes, consultadas embora diversas, não nos eximiram de alguns problemas, especificamente das descontinuidades com que aparecem; assim, são de freqüente publicação nos anos de 1910, 1912, 1913, 1923, 1930, 1931, 1932 e 1933. Conforme se vê, há alguns fossos nesse processo, daí a dificuldade em dar uma solução a algumas questões. Essa realidade acreditamos se deve ao fato da Cidade da Parahyba ter passado por um processo de urbanização resultante do dinamismo econômico ocasionado pela cultura do algodão, o que, segundo Diana Soares de Galliza, possibilitou a aplicação do capital algodoeiro na melhoria da sua infraestrutura urbana.³⁸ Logo, as referências nos jornais quase sempre são compatíveis com as documentações pertinentes aos órgãos oficiais aos quais nos referimos.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No capítulo primeiro, pensamos a Cidade da Parahyba em meio ao processo de urbanização e modernização pelo qual o Brasil passou durante as décadas de 1910/1930. Nessa empreitada, a implementação dos serviços urbanos sagrou-se como a principal representação de modernização em função do desejo das elites e dos dirigentes administrativos de construir cidades modernas. Na Parahyba, a escassez de recursos econômicos atingiu diretamente esse processo. Assim o calçamento das ruas, as instalações da luz elétrica e a substituição do bonde de tração animal foram questionados pelos usuários pôr não atendê-los plenamente em suas necessidades. No geral, esses serviços ficaram restritos a uma parcela da população urbana, caracterizando, assim, o modelo de modernização que se implementou. No capítulo segundo, a modernização ainda se constitui a discussão central, principalmente porque a Cidade da Parahyba entrara o século XX vestida de moderna, mas a água encanada e o saneamento ainda não eram uma realidade para a maioria dos paraibanos. A implementação desses serviços não fugiu à regra do que aconteceu aos demais

³⁸ GALLIZA, Diana Soares de. op. cit. p. 119

serviços implantados e se limitaram apenas aos moradores da área central. Além disso, a qualidade dos serviços também foi questionada, tornando-se objeto de discussão. Embora o debate tenha sido fomentado, ficou reduzido aos médicos sanitaristas e clínicos, transformando-se uma questão social numa mera disputa de saber, ora entre médicos, ora entre paraibanos e pernambucanos. No capítulo terceiro, nos atemos a analisar o cotidiano da cidade e das elites urbanas, sobretudo os comportamentos gestados a partir da modernização da cidade. A cidade não só se vestiu de moderna, mas também seus moradores, principalmente quando incorporaram ao cotidiano novos padrões de comportamento passando a adquirir outra feição. Nesse sentido, o tipo e a qualidade do que se usava e vestia passou a ser uma preocupação. Quanto à diversão, os cinemas, os salões e o Clube Astrea passaram a ser freqüentados, conforme as regras e normas estabelecidas, afinal, ser moderno significava manter-se num padrão de comportamento definido. No quarto e quinto capítulos, nos preocupamos com as classes pobres no cenário urbano e moderno. Neles ressaltamos como os estivadores, os cabeceiros, os arrumadores, as prostitutas e os mendigos viveram na cidade moderna, assim como os mecanismos utilizados pelas elites para enquadrá-los num modelo de vida que passava pela incorporação de hábitos e costumes modernos, nem sempre possíveis. Assim, a Parahyba revela sua outra face, ou seja, a cidade dos homens e das mulheres comuns. O bairro de Jaguaribe, e especificamente, o processo de sua ocupação e sua estrutura se constituíram outra preocupação porque a configuração desse bairro está relacionada às transformações urbanas implementadas na área central da cidade, as quais afastaram para esse arrabalde os pobres que chegavam à cidade, em busca de sobrevivência. Essa medida foi uma orientação dos médicos sanitaristas e se implementou como parte do processo de manutenção do ideal de ordem e progresso, que a partir do século XX, passou a caracterizar a Parahyba. Nas considerações finais, são ressaltados os processos de urbanização/modernização pelos quais a cidade da Parahyba passou durante as três primeiras décadas do século XX, principalmente nas singularidades, caracterizada pelo ressurgimento das relações sociais tradicionais, características do mundo rural, o que possibilitou as elites urbanas e modernas reproduzirem práticas sociais coronelísticas.

CAPÍTULO 1

URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Esta Parahyba que aqui vemos, constituída pelos bairros das Trincheiras, Tambiá e Varadouro, ostentando vistosamente a elegância dos seus prédios, a verdura dos seus pomares, a florescência dos seus jardins, as sombras e simetria garrida das suas praças, é a cidade de direito, a urbe representativa, para quem maneja incessantemente os aparelhos industriais, agrícolas e econômicos do Estado.³⁹

Sob auspícios da ordem e do progresso, no limiar do século XX, as intervenções urbanas se constituíram numa realidade em várias cidades brasileiras; o Rio de Janeiro, administrado pelo Prefeito Pereira Passos, foi o maior exemplo disso, visto que, em 1904, seu cenário passou pela primeira intervenção, e foi aformoseado para dar lugar aos novos hábitos, costumes e formas de morar. Conforme enuncia José Murilo de Carvalho: “o centro da cidade foi depressa modificado, a avenida Beira-Mar foi aberta, jardins foram criados e reformados, os bondes ganharam tração elétrica, sem esquecer a construção do novo porto”.⁴⁰

As transformações na paisagem urbana do Rio de Janeiro e do Recife passaram a influenciar os cidadãos no restante do país, o que levou a elite paraibana, principalmente os comerciantes ligados à Associação Comercial, a se interessarem pelas mudanças ocorridas, no desejo de implementá-las também na Parahyba, uma vez que o lucro advindo da cultura algodoeira, principal atividade econômica e a transferência da elite rural para a Capital justificavam a implementação de melhoramentos na malha urbana da cidade. A partir de então, a Associação Comercial composta também pelos produtores rurais, passou a ser o principal foco de defesa da urbanização da Capital paraibana.⁴¹

³⁹ A União – 14/06/1913, p. 01.

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, p. 40, 1987.

⁴¹ GALLIZA, Diana Soares de. op. cit. pp.41-81

Diante disso, os prefeitos passaram a enxergar a sede da República e o Recife como exemplos de “civilização”⁴² e que deveriam ser seguidos. Para os paraibanos, tais cidades passaram a ser fontes de inspiração; desejava-se uma Parahyba tão moderna quanto a Capital da República e o Recife, razão pela qual os jornalistas da época sempre se reportavam a elas como modelos de progresso a ser seguido. Assim, a cidade moderna é pensada como oposição à antiga e rural, e está alicerçada na idéia de progresso e desenvolvimento tecnológico e industrial. De acordo com um jornalista carioca, escrevendo em 1913, o progresso urbano manifestado no Rio de Janeiro era uma amostra de que:

o Brasil civilizava-se, progredia, e o Rio principalmente. Havia até muito carioca que julgava ser o progresso da Capital da República reflexo em miniatura do desenvolvimento do país.

Mas, o Rio progredia. Quem não se lembra ainda da cidade de há dez anos atrás, retalhada de vielas humanas, calçadas a lajedos gastos e paralelepípedos desiguais, sem uma árvore que não fosse apertada entre filas de casas velhas e desiguais, rendilhadas de janelinhas e de rótulas? O bondinho do Carril, que em um burrico sonolento arrastava fustigado pelo chicote do cocheiro; o famoso tilburi, que conduzia na mesma almofada, lado a lado, o ministro do Estado e o tilbureiro, lançando dessa forma as bases da nossa democracia; o carro de praça enlameado e sujo; as ruas estreitas e sem sol; as praças desarborizadas; as construções baixas e Alfonsinas, tudo isso desapareceu da noite para o dia, e a feição colonial da Sebastianópolis formou-se com a rapidez de um *tour de force* no mais lindo aspecto dos grandes centros de civilização moderna.⁴³

Numa apologia ao progresso e sua divulgação como princípio a ser alcançado, o jornalista recupera as imagens da cidade de outrora e nela aponta o cenário urbano, ora caracterizado pela ocupação irregular, ora pela democratização, uma vez que o Ministro de Estado e o tilbureiro dividiam o mesmo espaço. O progresso e a modernização transformaram o cenário urbano, exerceram influência na relação entre os cidadãos e impediram que cenas dessa natureza pudessem ser vivenciadas. O Rio de Janeiro vivia outro ritmo, cadenciado pela velocidade dos

⁴² No decorrer deste trabalho, o termo “civildade” é utilizado como denotativo dos novos comportamentos e da implementação dos serviços urbanos. Trata-se, portanto, de uma contraposição à ignorância que as elites julgavam fosse comum às classes pobres. Ver Elias, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Tradução de Ruy Jungmann – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 2, pp. 191/262, 1993.

⁴³ A vida no Rio de Janeiro – A Imprensa do Rio – 04/01/1913, p. 02.

automóveis e o brilho da luz; não havia mais lugar para o bondinho puxado a tração animal que vagamente circulava nas ruas tortas. Conforme afirmações de José Murilo de Carvalho, “no Rio reformado circulava o mundo *belle époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro”.⁴⁴

A partir de então, as elites não sentiriam saudade das imagens da cidade antiga, e, ao lembrar da feição colonial da Capital da República, o fazia apenas para ressaltar o valor e a importância do progresso como fator determinante da modernização em que se vivia. Logo, o que representasse o progresso deveria servir como modelo para qualquer outra cidade, cujos moradores desejassem viver num centro de “civilização moderna”.

Seguindo o modelo parisiense de urbanização, caracterizado pela abertura das avenidas, a exemplo dos extensos *boulevards*, o propósito revelado por Pereira Passos era o da criação de uma cidade que tivesse a feição do progresso sonhado pelas elites.⁴⁵ Por isso, a vestiu com os emblemas de moderna, a exemplo, conforme indicam os seguintes investimentos:

da eletricidade, dos automóveis, do asfalto, das avenidas, das praças jardinadas, dos palácios majestosos de custosa arquitetura, e, obedecendo às leis do consenso, a carioca mudou também, seguindo *pari-passu*, essa transformação. A *Jeunesse dorée* das Avenidas Beira-Mar e Rio Branco, as *précienses* do Municipal e dos *five o'clock* da Cavé não são as mesmas da antiga Ouvidor, nem do velho Lírico.⁴⁶

Isso fez com que o modelo urbano vivenciado pelo carioca influenciasse os urbanistas e intelectuais das cidades de pequeno e médio porte, os quais passaram a vislumbrar o Rio de Janeiro como modelo, principalmente se a questão era aformoseamento urbano, higienização, bem como novos hábitos de apresentação pública, pois que, nessa cidade:

as damas se vestem com mais luxo e os rapazes com mais elegância. Possa ou não possa, ninguém resiste às tentações do Fausto que, com a cidade, se desenvolveu assustadoramente. Também é distinta uma assinatura no Municipal, um guarda-roupa sortido; também é *chic* não deixar a mulher ou a filha ser vista na mesma sessão duas vezes com o mesmo decote: é burguês

⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. op. cit. p. 41

⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Brasiliense, p. 60, 1984.

⁴⁶ A vida no Rio de Janeiro – A Imprensa do Rio – 04/01/1913, p. 02.

um coelo de alabastro, sem o refugir de um *pendentif* de dramantes ou de um colar de pérolas. Na cidade, só se constróem ricos palacetes; os clubes onde, à noite, se reúne um mundo de criaturas tentadoras e de finos cavalheiros ao redor do *baecarat* e das ceias fartamente regadas a *Pommery* e a *cliequot*. A cada canto; as casas de modas com vitrines caríssimas apareceram às dezenas.⁴⁷

A nova feição que o cenário adquiriu também foi acompanhada por novos costumes por parte dos moradores, na forma de se vestir e na tentativa de se aproximar e acompanhar os acontecimentos da cidade. A modernização constituída como um processo complexo alcançou o cotidiano dos homens e mulheres da alta sociedade carioca, sendo demonstrada, sobretudo no modo de apresentar-se publicamente. Segundo Nicolau Sevcenko, “o Rio de Janeiro passou a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições punctionais”.⁴⁸

Parte da intelectualidade carioca do início do século XX considerava o Rio como um pedaço de Paris no Brasil, com estrutura urbana, hábitos e costumes que deveriam ser reproduzidos e seguidos pelos novos cidadãos. Eis a razão do *glamour* devotado à cidade francesa e ao Rio de Janeiro, e do desejo de muitos intelectuais brasileiros conhecerem à França especialmente Paris. Do contrário, se contentavam em reproduzir aqui a moda francesa como meio de aproximar-se da “civilização” e do progresso; buscando, com a nova aparência, não só acompanhar a remodelação da paisagem, mas integrar-se a ela.

A implementação dos serviços e equipamentos urbanos no Rio de Janeiro garantiu à cidade uma condição saudável, tornando-a aprazível aos olhos das elites. Sendo o quadro econômico da época relevante na configuração da nova realidade urbana e social, paralelamente à remodelação na paisagem,

as empresas comerciais multiplicaram-se, os capitais estrangeiros afluíram. Os negócios cresceram. Ganhava-se dinheiro a rodo. Todos ganhavam muito, mas gastavam perdulariamente. Não se mediam despesas, não se perguntava o preço; apenas gastava-se. A mentalidade reinante era essa, o Sr. Fulano, ricaço capitalista, tem automóvel, por que não posso eu ter? Eu

⁴⁷ Id. Ibid.

⁴⁸ SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: _____. **História da vida privada no Brasil**. República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, p.522, 1989.

que freqüente a mesma sociedade que ele? De resto é tão confortável tão distinto ter-se um auto.⁴⁹

Percebe-se que, as transformações nos negócios econômicos se tornaram realidade influenciando na configuração da paisagem urbana, à medida que o capital, possibilitava a instalação das indústrias e lojas comerciais, e garantia a construção de casas e casarões com arquiteturas arrojadas, atendendo, aos interesses dos comerciantes, que passaram a residir na área central do Rio de Janeiro. Processo semelhante foi verificado também em São Paulo, cidade que cresceu e se modernizou impulsionada pelo surto da indústria, pelo fenômeno da migração e por dispor de uma classe política forte que se encarregou de centralizar o poder e dominar as decisões a partir dos interesses dos grandes proprietários, principalmente dos cafeicultores. Em tais condições, São Paulo se afirmou, ao lado do Rio de Janeiro, como centro urbano e cosmopolita do país.⁵⁰

Guardadas as devidas proporções, diversas cidades no Brasil tiveram também as suas paisagens urbanas transformadas. O Nordeste em meio a uma condição econômica frágil em relação ao Sul e Sudeste, mesmo assim teve suas principais cidades modernizadas. Segundo Neroaldo Pontes de Azevedo, “Recife foi palco de um incipiente desenvolvimento urbano, industrial. Tal fato contribuiu para gerar um estado de tensão responsável, por sua vez, pela consciência de uma necessidade de mudança nos níveis político, econômico e social”.⁵¹ Seguindo o ritmo definido pela sede da República e pelo crescimento da economia, Recife experimentou a remodelação urbana que subtraiu da sua paisagem a feição colonial e o caráter provinciano até então reinante.

Sob a batuta do Prefeito de Recife, Eduardo Martins de Barro, a quem coube dar à cidade o tom da modernização, edificou-se aos poucos a face moderna da cidade satisfazendo aqueles que desejavam uma urbe salubre, arejada, ampla, e capaz de possibilitar o progresso e a “civilização”, paradigmas evidenciados na época por parte daqueles que apontavam à Europa como exemplo. Paris representava para

⁴⁹ Id. Ibid.

⁵⁰ AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo**: os anos 20 em Pernambuco. Recife: EDUFPE; João Pessoa: EDUFPB, p. 25, 1996.

⁵¹ AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. op. cit. p. 28

os intelectuais recifenses o ideal a ser alcançado. A execução das obras e a rapidez com que a Cidade de Recife se transformava causou espanto e admiração até mesmo naqueles que não acreditavam no projeto de modernização, conforme enunciado nas seguintes palavras de Mário Sete:

as picaretas começaram a agir e os edifícios a vir a abaixo. Os descrentes calavam-se...Todo o mundo ficava pasmado da ousadia dos empreendimentos. Não demorou e o Conselho Municipal votou uma lei determinando que o lixo dos domicílios somente poderia ser posto nas calçadas, à espera das carroças, em vasilhames com tampa. Enquanto isso o Prefeito impunha à população hábitos de higiene compatíveis à nova face da cidade, o que fez explodirem as queixas acusando-o de despotismo e violência.⁵²

Mesmo contando com o descrédito de muitos recifenses, a cidade vestiu-se de moderna; respirava-se Paris, vestia-se à francesa e pensava-se o Brasil com os olhos na França. A opção por esse modelo de cidade nem sempre aconteceu harmonicamente, mas por força da imposição de decretos instituídos pelo Prefeito, que se encarregou de propor leis que obrigavam a população a se enquadrar às novas feições adquiridas pela cidade, o que nem sempre foi cumprido a contento. Inconformismo à parte, a Capital de Pernambuco se consolidou num centro aglutinador e irradiador das novas idéias urbanísticas e de modernização e, ao lado do Rio de Janeiro e São Paulo, passou a exercer influência sobre as demais cidades, principalmente as do Nordeste.

Fortaleza foi também palco desse espetáculo, onde as transformações ocasionadas na sua paisagem urbana alteraram o cotidiano das classes afortunadas, que se beneficiaram das obras de aformoseamento implementadas. Dentre os serviços de urbanização realizados, houve a abertura, o alargamento e pavimentação das vias públicas; constituídos na representação do modelo como a elite cearense se apropriou da cidade, cuja inspiração estética também era a França.⁵³ Procedimento

⁵² SETTE, Mário. **Arruar – história pitoresca do Recife Antigo**. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante do Brasil, p.11, 1948.

⁵³ A expressão “elite cearense” refere-se especificamente aos grandes comerciantes, políticos e profissionais liberais, a exemplo de professores, médicos, farmacêuticos, advogados, jornalistas, enfim, a classe intelectual. Ver PIMENTEL FILHO, José Ernesto. op. cit. pp. 25-59 e PONTE, Sebastião Rogério de Barros da. **Ruas limpas, novos corpos: remodelação urbana e**

similar se verificou em Porto Alegre, onde a intelectualidade também enxergou Paris como modelo de urbanidade a ser reproduzido, sobretudo em razão do dinamismo e da diversidade da vida cultural que ali se reunia, tornando-a invejável aos olhos dos intelectuais.⁵⁴ Na compreensão da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, Paris não se constituiu apenas em representação da cidade moderna e fonte de inspiração para os literatos brasileiros; inspirou os urbanistas, que passaram a compreender, as idéias de Hausman, como um modelo de urbanização a ser seguido, fazendo com que no Brasil, os melhoramentos urbanos fossem entendidos por modernização das cidades.⁵⁵

Na Parahyba do Norte, parte dos cidadãos especificamente os comerciantes manifestou-se a favor da modernização da cidade. Esse desejo esteve representado, conforme veremos ao longo deste capítulo, na implementação dos serviços, o que, na compreensão das elites, resultaria na edificação da cidade ideal. Nesse sentido, os jornalistas que escreviam nos principais periódicos em circulação na época foram os porta-vozes do projeto de cidade que julgavam ser capaz de representar os anseios das elites, ou seja, a “Parahyba de direito e de fato” deveria constar de ruas calçadas, iluminadas, deveria dispor de transporte elétrico, água encanada e esgoto sanitário. Tais melhoramentos tornaram-se realidade nos bairros elegantes, habitados pelas famílias dos homens de negócios. Excluía-se, assim, os outros cenários e seus personagens. (Veja mapa na página 35)

Inserida no contexto da modernização que caracterizou o Brasil durante as três primeiras décadas do século XX, a Parahyba e sua reorganização urbanística passaram a representar a preocupação dos governos locais. Aos poucos, os espaços tradicionais de circulação, moradia, trabalho e lazer, foram redefinidos e remodelados. Nessa empreitada, destacaram-se os governos de João Lopes Machado (1908-1911), João Pereira de Castro Pinto (1912-1915), Camilo de Holanda (1916-1920), Sólon Barbosa de Lucena (1920-1924), João Suassuna (1924-1928) e

disciplinarização social em Fortaleza na Primeira República. São Paulo: PUC/SP, 1992. (Dissertação de Mestrado em História)

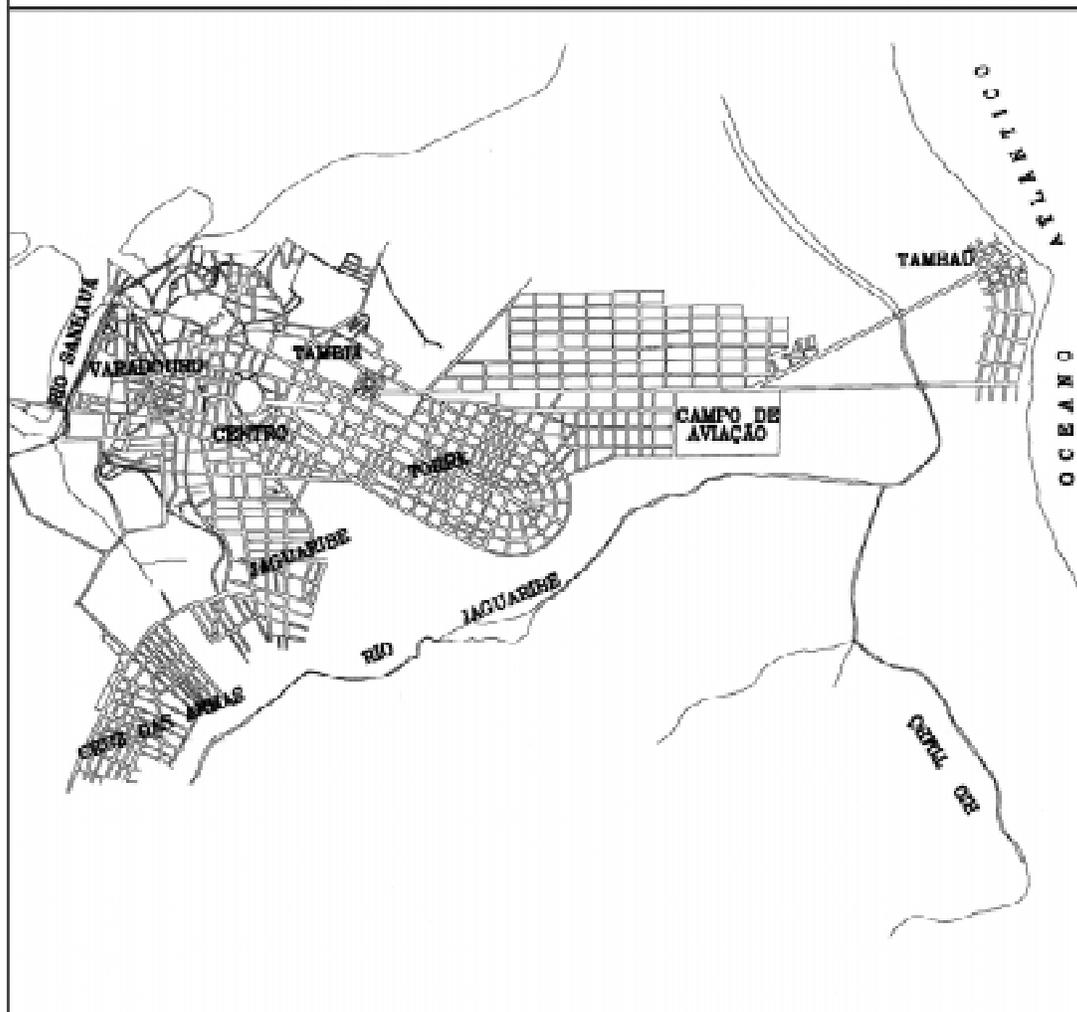
⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano – Paris – Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.166, 1999.

⁵⁵ Id. Ibid.

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1928-1930). Esses governos se encarregaram de transformar os logradouros públicos, tornando-os lugares atraentes, higiênicos, arborizados; constituídos de praças e jardins públicos, com novas ruas e avenidas abertas e calçadas, ambientes que elucidavam os paradigmas da modernidade em evidência. Era então propósito desses políticos dar cabo dos becos e vielas insalubres e infectos que enfeavam a área central da cidade. Do projeto ainda faziam parte a instalação da energia elétrica, o serviço de bonde elétrico, a água encanada, as discussões iniciais acerca do esgoto sanitário e, posteriormente, a sua implementação.⁵⁶

⁵⁶ ARAÚJO, Edna Maria Nobrega. op. cit. p. 64

CIDADE DA PARAHYBA - 1938



FONTE:

CENTRO DE TECNOLOGIA UFPB
(BANCO DE DADOS)
J'NAO PESSOA PARAIBA

ITINERARIO DA HISTORIA - JOSE LEAL
TABELAS - ALMANAQUE DA PARAIBA

CARTOGRAFIA E DIGITALIZACAO:
JOSE RENATO
ALEXANDRE MAGNO

NG



ESCALA GRAFICA

500 0 1000 m

Fig. 01 - Cidade da Parahyba 1938. Quando a cidade pouco ultrapassava os limites do Rio Jaguaribe.

1.1 A Cidade ideal

À medida que consultamos as páginas dos jornais, os fragmentos da cidade de início de século XX vão se revelando através das imagens das ruas disformes e tortuosas, as quais contavam, na sua estrutura, com poucos equipamentos e serviços urbanos, e que, segundo o discurso dos jornalistas, ainda eram feias e fétidas. Segundo eles, havia buracos e gramas numa “exuberância tamanha que daria para alimentar animal”;⁵⁷ tal feição deveria ser superada e a cidade incorporada aos novos tempos. A cidade da Parahyba ainda mantinha, na sua paisagem, imagens que a remetia ao final do século XIX, inclusive pela permanência de hábitos e costumes rurais, o que a distanciava da possibilidade de vir a ser a cidade moderna. O transporte era puxado a tração animal e ainda se podiam ver moças e rapazes banhando-se nos rios, ou famílias de comerciantes, políticos, médicos, professores e boticários sendo abastecidas de água pelos aguadeiros que, nas portas das residências, negociavam o barril ao preço de vinte mil-réis. As noites iluminadas pelos lampiões a óleo de azeite de mamona complementavam o cenário mais afeito ao mundo rural que ao urbano. Essa não era a cidade desejada pelos comerciantes, políticos e os jovens intelectuais formados em Direito e Medicina, com sonhos de abrir escritório e consultório e exercer sua profissão na Capital.

As imagens que chegavam a essa cidade, provenientes do Recife e do Rio de Janeiro transformavam-se em modelos a serem seguidos, sobretudo porque, nelas, os novos hábitos e costumes eram uma realidade. Em contrapartida, a Parahyba permanencia presa às tradições rurais, consideradas atrasadas. A transferência dos proprietários rurais para a capital, sua incorporação às elites e o desejo de quererem se afastar do mundo rural, visto como antigo e atrasado, passaram a justificar a implementação dos serviços de infra-estrutura urbana, ou seja, a modernização da cidade. Esse processo foi resultado da renda proveniente do algodão possibilitar aos produtores e comerciantes desse produto adquirirem uma casa na Capital e desfrutarem da modernização. Acrescente-se a isso o fortalecimento das finanças do Estado patrocinado pelo algodão, uma vez que, de

⁵⁷ A União – 20/04/1913, p. 01

1900 a 1929, este foi o principal produto nas exportações da Parahyba, superando a cana-de-açúcar e o gado, conforme exposto:

Principais Produtos de exportações da Parahyba com percentagens das exportações totais (1900-1929) – valores em reais

Ano	Exportações Totais	Algodão		Gado e Couro		Açúcar		Total %
		Valor Oficial	%	Valor Oficial	%	Valor Oficial	%	
1900	10.050: 842\$	6.882.815\$	68,5	1.891:404\$	18,2	916:767\$	9,1	96,4
1905	9.574: 138\$	6.151.402\$	64,3	2.118:435\$	22,1	665:396\$	6,9	93,3
1910	17.890: 471	13.531:221\$	75,6	2.988:342\$	16,7	386:789\$	2,2	94,5
1915	23.498: 661\$	13.776:979\$	58,6	7.601:585\$	32,3	540:035\$	2,3	93,2
1920	44.715: 407\$	27.319:345\$	61,1	6.739:329\$	15,0	2.502:381\$	5,6	81,7
1925	87.934: 876\$	69.427:809\$	79,5	8.457:721\$	10,1	2.961:029\$	3,4	93,0
1929	99.555: 330\$	73.557:230\$	73,9	4.375:617\$	4,4	1.652:825\$	6,7	80,0

Fonte: GALLIZA, Diana Soares de. Modernização sem desenvolvimento na Paraíba (1890-1930). João Pessoa: Idéia, p. 46, 1993.

Segundo Diana Soares de Galliza, esse processo se consolidou efetivamente a partir de 1910, quando a preeminência do algodão na economia do Estado possibilitou a utilização do capital algodoeiro na ampliação e substituição dos serviços urbanos, a exemplo da iluminação e transporte, os quais passaram a funcionar através do sistema elétrico.⁵⁸ Demorou pouco para que as ruas da Parahyba passassem a ser por excelência o espaço onde a modernização poderia ser percebida, vivida e contemplada. Essa nova condição esteve representada na implementação do calçamento a paralelepípedo, na instalação da luz elétrica, do bonde, da água tratada e do esgoto sanitário. A partir de então, outras relações e novos comportamentos foram gestados. A rua tornou-se palco dos modernos homens e mulheres; nela a vida corria sobre os trilhos velozes do bonde elétrico, cujo destino era a loja, as praças, o jardim público, o cinema, os salões, enfim, os lugares da cidade onde o lazer pudesse ser desfrutado e o consumo satisfeito. Assim paisagem e desejos se complementavam, configurando a cidade moderna, consolidando e aproximando-se do que Marshall Berman, em seu estudo sobre a modernidade

⁵⁸ GALLIZA, Diana Soares de. op. cit. pp. 119-121.

ressalta: “a cidade moderna é um meio no qual a vida pessoal e a vida política fluem em conjunto e se fazem uma”.⁵⁹

A implementação dos serviços e equipamentos urbanos visava a satisfação dos novos desejos dos transeuntes, sobretudo o de se apresentarem modernos e civilizados. Em meio aos fatos, o governador Castro Pinto (1912-1915) não hesitou encaminhando de pronto as obras de melhoramento das vias públicas e de substituição dos antigos serviços por outros considerados novos e ágeis. A Rua da República foi uma das artérias privilegiadas com as ações desse administrador, que além da luz elétrica, passou a dispor do calçamento a paralelepípedo. A esse respeito, lembrava o governador que a Capital, apesar de suas rendas modestíssimas em relação aos encargos pesarem sobre os cofres do município, vinha procurando conservar o empedramento das ruas, estendendo-o a outras que estavam a exigí-lo.⁶⁰ Além da Rua da República, diversas artérias da Cidade Alta⁶¹ foram beneficiadas com o calçamento em paralelepípedo e demais serviços. Em 1913, um anônimo articulista do jornal *A União* informava sobre a cidade que entrava no século XX com os serviços de melhoramentos urbanos a todo vapor, uma vez que: (Veja mapa na página 39)

já se encontram bastante adiantados os trabalhos de calçamentos da avenida São Paulo, situada no pitoresco bairro das Trincheiras e uma das artérias mais concorridas de nossa Capital.

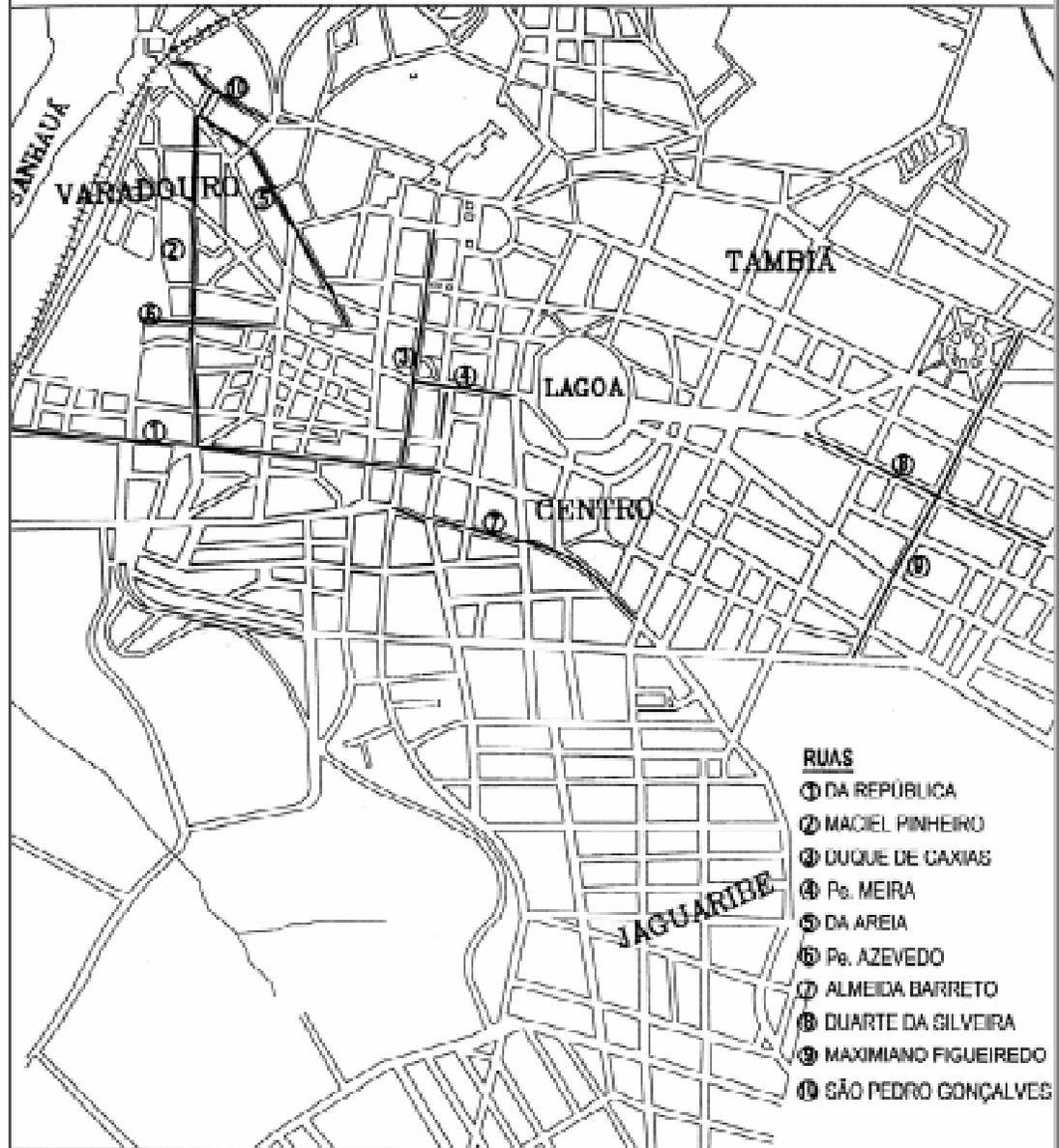
⁵⁹ BERMAN, Marshall. op. cit. p. 218.

⁶⁰ Ver Edital nº 02, publicado pela Prefeitura da Capital, no qual é solicitado às empresas responsáveis pela construção de obras que enviem suas propostas orçamentárias visando à edificação do mercado público da Rua da República. Ver também *A União* – 02/02/1913, p. 04 e **Almanaque do Estado da Parahyba**. Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, p.33, 1913.

⁶¹ As denominações Cidade Alta e Cidade Baixa são uma referência à topografia da cidade da Parahyba; trata-se de duas áreas da cidade. Desde o final do século XIX, essa referência já era conhecida dos paraibanos, se mantendo até hoje. A Cidade Baixa, também conhecida por Varadouro, é onde se localiza o comércio atacadista da capital paraibana desde o final do século XIX.

CIDADE DA PARAHYBA - 1910/1930

CALÇAMENTO, DESAPROPRIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE RUAS



- RUAS**
- ① DA REPUBLICA
 - ② MACIEL PINHEIRO
 - ③ DUQUE DE CAXIAS
 - ④ Pe. MEIRA
 - ⑤ DA AREIA
 - ⑥ Pe. AZEVEDO
 - ⑦ ALMEIDA BARRETO
 - ⑧ DUARTE DA SILVEIRA
 - ⑨ MAXIMIANO FIGUEIREDO
 - ⑩ SÃO PEDRO GONÇALVES

LEGENDA

RUAS COM CALÇAMENTO
 DESAPROPRIAÇÃO
 REVITALIZAÇÃO
 DESAPROP. E REVITAL.

COMET:
 DENTRO DE TECNOLOGIA S.P.F.B.
 (BANCOS DE SÓCIEDADE)
 JOIAS PERBOLA PARAHYBA.
 ITINERÁRIO DA HISTÓRIA - JOSELEIA
 TAMBIA - MANAPECIA DA FERRARIA
 LAGOA COBERTA E LAGOA MOURA
 ANE DE SANGAUA
 ALVARADO SANGAUA



ESCALA GRÁFICA
 150 0 300 m

Fig. 02 - Destacando as implementações e melhoramentos das ruas da cidade

Aqueles serviços foram confiados ao competente engenheiro Eugênio Gaba e tiveram início no mês de novembro do ano transacto. Atualmente se acha calçada toda parte compreendida entre o final da Rua Epitácio Pessoa e o princípio da balaustrada. Para o nivelamento do terreno foi preciso que aquele engenheiro levantasse um pouco o leito da avenida São Paulo que com o atual melhoramento ficará sendo uma das primeiras ruas desta cidade. Por este motivo o tráfego dos bondes acha-se interrompido chegando somente até o começo da avenida Capitão José Pessoa.⁶²

As ruas da cidade embora estivessem sendo transformadas, esse processo se limitara a área central, a exemplo da Rua da República e Avenida São Paulo. O intuito do governador, conforme deduzimos da nota, era dotá-las de melhores condições urbanas e assegurar à Capital da Parahyba aspectos compatíveis com as dos grandes centros urbanos do país, afastando-a da feição rural.

O calçamento das ruas começava a imprimir na cidade uma outra imagem. As transformações foram tantas que tornaram a Parahyba irreconhecível aos olhos dos que a habitavam há vinte anos. Fazendo analogia do cenário da cidade ao corpo de uma mulher, o poeta Américo Falcão dissera que a Parahyba “adquirira ares de formosura e graça, pois a cada dia que passava perdia as feições de menina tímida, pálida e sem brilho e adquiria o vigor e o brilho de uma donzela, representados na beleza, extensão e salubridade das ruas. Era, portanto, uma cidade jovem e com muita vitalidade e disposição para os novos tempos”.⁶³ Em carta enviada ao seu amigo residente no Rio Grande do Sul, Américo Falcão ressaltou as mudanças ocasionadas na paisagem da cidade, a exemplo do alargamento das ruas, o que a diferenciava da Parahyba que o amigo outrora conhecera, acreditava, nunca fosse mudar, e assim a descreveu ao eminente gaúcho:

{...} falemos da Parahyba. Quisera que voltasses agora à terra dos coqueiros!
Que transformação milagrosa!
A Parahyba atravessa a sua fase áurea. Já não temos o semblante sombrio e feio dos olvidados tempos. Hoje é ela a fascinadora cidade que garbosa fulge sob o pálio inefável das noites consteladas. Deixemos essas doidas fantasias que nos despertam sonhos de outras eras. A Parahyba transformou-se sob todos os aspectos. Estamos sob a guarda leal e firme do Dr. Castro Pinto {...}
O Crime fugiu ao resplandecer da ação poderosa do seu governo {...} Em outra carta te direi mais sobre coisas e pessoas de nossa antiga Filipéia.⁶⁴

⁶² “A Avenida São Paulo” – A União – 18/01/1920, p. 02.

⁶³ A União – 27/05/1913, p.01.

⁶⁴ A União – 27/05/1913, p.01.

Na compreensão de Américo Falcão, as mudanças na paisagem urbana eram decorrentes da administração do governador Castro Pinto, sobretudo, do seu espírito empreendedor e do desejo de modernização. Num dos trechos da carta, enfatiza o caráter ordenador e progressista desse republicano no comando administrativo do Estado e sua preocupação em transformar a Capital numa cidade próspera, aprazível, mas, sobretudo, civilizada, onde o crime era um fato do passado, e não mais uma realidade. Conforme o enunciado pelo poeta:

estamos sob a guarda leal e firme do Dr. Castro Pinto {...} Fazendo um governo verdadeiramente republicano, impõe-se à admiração do país inteiro sem medo, que foi o primeiro beijo de luz que a Constituição Republicana recebeu nas suas páginas benditas {...} O cintilante tribuno conseguiu transformar uma quimera em viva realidade {...}.⁶⁵

A intervenção urbana promovida pelo governador do Estado se confundiu com o desejo de modernização dos paraibanos, e ratificou as bases de sustentação e manutenção da República, ou seja, a ordem e o progresso prometidos pelo sistema republicano estariam garantidos à medida que a cidade recebia os melhoramentos e se afastava do atraso a que estivera submetida. A partir de então, a noção de espaço público foi ampliada. Isso fez com que algumas ruas tenham sido cada vez mais beneficiadas e outras tantas abertas.

Se a nova feição que a cidade adquiria satisfazia a alguns, deixava outros insatisfeitos; ou seja, a modernização fora compreendida de forma diferente. Enquanto parte da elite se entusiasmou com os serviços e equipamentos urbanos implementados, alguns leitores e colaboradores da imprensa, a exemplo dos da *Revista Era Nova*,⁶⁶ lamentavam que a cidade estivesse perdendo sua feição de outrora, e, nesse periódico, passou a criticar as obras, classificando-as de modismo passageiro, desqualificando, assim, a natureza e a razão dos serviços

⁶⁵ Id. Ibid.

⁶⁶ **A Revista Era Nova** foi fundada por Severino Lucena no dia 27 de março de 1921, e circulou até o ano de 1926. Tratava-se, portanto, de uma revista quinzenal e ilustrada, cujo propósito era divulgar os fatos sociais da elite intelectual da Cidade da Parahyba e demais cidades brasileiras, especificamente os adeptos das idéias modernistas. Por essa razão, recebia várias colaborações de intelectuais. Sobre essa Revista, ver ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: imprensa e vida. João Pessoa: Grafset, pp. 144/148, 1986.

implementados. Este fato demonstra não ter havido consenso entre os intelectuais acerca da edificação da cidade moderna.

A postura dos dirigentes dessa revista e até mesmo de alguns leitores e colaboradores de manifestarem-se contrários às obras de urbanização da Capital paraibana se deve ao fato desse periódico estar alinhado às idéias de Gilberto Freyre, na época já em evidência entre os intelectuais. Na cidade do Recife esse sociólogo manifestou-se contrário à transformação da paisagem da cidade e defendia a manutenção da feição colonial como requisito indispensável à construção da identidade nacional. A esse respeito é relevante a participação do escritor paraibano José Lins do Rego nesse periódico, pois, em alguns números, publicou artigos criticando as ações dos governantes acerca da implementação das obras de melhoramentos urbanos nas cidades brasileiras e defendendo a manutenção da feição colonial. Assim, a *Revista Era Nova* seguiu a linha modernista inspirada nas idéias de Gilberto Freyre e, na Parahyba, se afirmou como o principal órgão dos modernistas.

Num dos artigos publicados na *Revista Era nova*, um anônimo jornalista demonstrou-se preocupado com os novos tempos quando disse: “o que não traz o selo da mais fresca modernidade já não tem valor para um grande número de jovens”. Na sua compreensão, a modernização havia influenciado o Prefeito da Capital, pois os serviços de urbanização implementados passaram a corresponder à nova mentalidade, sob o propósito de colocar a Parahyba frente à outra condição, ou seja, dotá-la de características modernas.⁶⁷

Um outro colaborador desse periódico, embora não se queixasse diretamente da rapidez das mudanças em curso, lamentou que a nova mentalidade estivesse destruindo a cidade antiga. Por isso, propôs ao governador quando tivesse que alargar as ruas da Capital que não destruísse os monumentos históricos. Na sua compreensão:

{...} o ideal seria conservarmos a nossa velha cidade tal como era há poucos anos, com algumas modificações impostas pelo progresso, sem que ela perdesse o aspecto de vetustez. Que prazer {...} contemplar lado a lado, uma

⁶⁷ “A nossa urbe e o modernismo”. In **Revista Era Nova** – 27/03/1921, Ano I.

cidade velha, com suas casas de trezentos anos e uma cidade nova com suas vivendas elegantes de estilos vários, retratando o cosmopolitismo moderno.⁶⁸

Conforme se deduz, esse leitor não se manifestou contrário aos efeitos da modernização, mas também não a defendia na íntegra. Diante das diferentes opiniões causadas pelas transformações urbanas, acatou algumas ações porque as compreendia necessárias ao progresso da cidade; no entanto, sugeriu ao governador que mantivesse um pouco da feição antiga, colocando em pauta uma questão: é possível conciliar, no mesmo espaço, o antigo e o moderno? Talvez os defensores da reforma urbana não estivessem sabendo administrar essa questão, sobretudo porque modernizar a cidade não significaria erguer o novo sobre o nada, erguer outra cidade no lugar da antiga. Acerca disso, Jacques Le Goff lembra que “o moderno, o novo nunca supera o antigo na sua totalidade”. Prosseguindo nessa sua afirmativa, esse autor ainda ressalta que “a superioridade e o progresso, inerentes ao moderno, não é fruto da superioridade espiritual do homem, mas do acúmulo de reflexões e experiências adquiridas ao longo da trajetória histórica”.⁶⁹ Nesse sentido, a modernização das cidades não significaria outra coisa senão a aplicação de experiências às cidades antigas, com o intuito de melhorar a condição de vida dos habitantes. Logo, a modernização ocorre na relação que as pessoas estabelecem com a cidade, no intuito de satisfazer seus interesses.

Divergências à parte, a transformação urbana da Parahyba não era moda passageira, nem invenção administrativa do governador, como queriam crer os colaboradores da *Era Nova*, mas uma realidade fruto do processo de modernização urbana pelo qual passava as principais cidades no Brasil. Nesse sentido, é pertinente a afirmação de Jacques Le Goff quando diz: “mesmo que a modernização tenha ligação com os comportamentos, costumes e decoração, jamais pode ser confundida com modismo”.⁷⁰

⁶⁸ Id. Ibid.

⁶⁹ LE GOFF, Jacques. op. cit. pp. 174-178

⁷⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. – Campinas: Editora da Unicamp, p. 189, 1996.

Mesmo sob propaladas críticas, o projeto dos melhoramentos urbanos da cidade seguiu em frente. Casarões, sobrados e casas antigas foram ao chão e, outras habitações foram construídas quando não destruídas apenas para alargar e dar continuidade ao processo de abertura de novas ruas.

Se alguns criticaram a rapidez das modificações outros reclamavam da sua lentidão. Os comerciantes não só se manifestaram favoráveis à modernização, mas também exigiam pressa na dotação da urbe de novas ruas e espaços públicos. Esperavam do governo que fossem realizadas as obras de melhorias da estrada de Tambaú, visto que o estado em que se encontrava essa via de acesso à praia impossibilitava a freqüência dos banhistas e o tráfego de veículos. Com o intuito de resolver esse problema um grupo de comerciantes foi até ao gabinete do governador do Estado reivindicar a realização de reparos na estrada de Tambaú. Lembrava um dos comerciantes em relação às despesas para tal serviço:

orçadas pelo engenheiro Antônio de Andrade correspondem à pequena quantia de 4.000\$000, incluindo-se entre os serviços uma ponte devidamente assoalhada, sobre o Rio Jaguaribe. Os comerciantes entrarão com a metade dessa importância, pretendendo conseguir da Prefeitura e do governo a outra metade. Louvemos a atitude dos referidos comerciantes de nossa praça, que nos pretendem dotar de um notável melhoramento, na ocasião em que os habitantes da Capital, batidos pelo calor, procuram se refugiar naquele excelente ponto do litoral.⁷¹

Assim enquanto os intelectuais divergiam acerca da urbanização da cidade, os comerciantes, sobretudo os localizados na área central, exigiam rapidez na consolidação desses empreendimentos, passando a colaborar, financiando alguns serviços, principalmente quando esses lhes beneficiavam diretamente, como no caso da abertura da estrada de acesso à praia de Tambaú. À primeira vista, a abertura dessa estrada parecia desnecessária, principalmente porque o centro da cidade se consagrara como espaço residencial e cultural. A reivindicação de que a praia de Tambaú entrasse na pauta de serviços do governador decorria do fato dos comerciantes, médicos, advogados, professores e farmacêuticos terem incorporado ao lazer de suas famílias a ida à praia. Aliado a isso, tomar banho de mar era um dos denotativos de saúde e bem-estar, e o banhista passou a ser uma pessoa moderna,

⁷¹ A União – 10/09/1920, p. 02.

alinhada aos novos tempos. Contudo foi a relação com a idéia de manutenção da saúde que motivou os cidadãos a se interessarem pelo banho de mar e a freqüentarem a praia pelo menos uma vez ao mês. Acerca disso, Nicolau Sevcenko lembra: “a questão de saúde também eram os banhos de mar, aos poucos eles foram incorporados às técnicas terapêuticas, com os médicos aconselhando para a cura de todas as moléstias um mergulho no salso elemento”.⁷²

Em 1926 o governador do Estado assinou um contrato com o engenheiro Júlio Paes Lemos, a fim de que a empresa desse profissional se encarregasse de administrar as obras de abertura e construção da estrada de Tambaú (a qual ligaria o centro da Capital à praia) e da avenida Epitácio Pessoa.⁷³

Desta forma a rapidez com que a estrada fora construída deveu-se a colaboração financeira dos comerciantes, mais também ao fato da ampliação das funções terapêuticas do banho de mar. Conforme enuncia Nicolau Sevcenko, “completou-se assim o circulo que levou o banho de mar de uma atividade profilática destinada a incrementar a saúde a uma prática saudável voltada para o desenvolvimento da beleza”.⁷⁴ Essa iniciativa foi bem recebida por alguns paraibanos, principalmente pelos que residiam na área central da cidade, os quais passaram a elogiar o governo pelos serviços realizados, conforme se observa no discurso de um anônimo leitor:

acrescer a grande soma de melhoramentos que advieram à Parahyba com a honrada e proveitosa gestão presidencial de Vossa Excia estão a se concluir os trabalhos de calçamentos da Rua da República, atacados que estão por uma turma de trabalhadores que acabam de concluir o calçamento completo da Avenida Beaurepaire Rohan. É este um apreciável benefício prestado a cidade pelo governo, tendo-se em vista que aquelas artérias são das mais movimentadas de nossa urbe e a abertura da estrada que liga essa capital a praia de Tambaú.⁷⁵

O então governador da Parahyba, Castro Pinto, e o então prefeito da Capital, José Bezerra Cavalcanti, somaram esforços para manter em execução os

⁷² SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: op. cit. p. 572

⁷³ Termo de Contrato entre o engenheiro Júlio Paes Lemos e o Diretor da Fazenda Pública representante do Estado. Secretaria da Fazenda do Estado. Parahyba do Norte – 26/11/1926.

⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: op. cit. p. 574

⁷⁵ A União – 15/09/1920, p. 02.

serviços de urbanização, haja vista os recursos municipais terem sido insuficientes. Diante desse fato, a Prefeitura da Cidade da Parahyba passou a receber da Secretaria Geral do Estado recurso para dar continuidade e concluir os serviços de calçamento em várias ruas, consertar e manter alguns equipamentos, a exemplo das praças e jardins.⁷⁶ A parceria entre o governo do Estado e a Prefeitura da Capital, apesar de ter se mantido até a década de 1930, não solucionou o problema da falta de verbas destinadas à urbanização. Para solucionar essa questão em 1930 o prefeito Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque recorreu aos proprietários de imóveis e determinou que eles também assumissem parte das despesas com a urbanização e embelezamento das ruas. Assim, em 1931, esse prefeito decretou:

os trabalhos de calçamento das vias públicas ou de substituição do calçamento existente por outro aperfeiçoado, no perímetro urbano da cidade, serão executados pela Prefeitura, contribuindo cada proprietário com a terça parte do custo do calçamento do trecho correspondente aos limites da sua propriedade com a via pública.⁷⁷

Conforme se evidencia nesse decreto, o Prefeito, ao determinar que os proprietários de imóveis arcassem com 30% dos custos das obras de urbanização, tinha como propósito utilizar diretamente os recursos dos que desejavam a Capital da Parahyba moderna e incorporá-los nessa empreitada. Essa estratégia, à medida que assegurou a continuidade desse processo, revelou a sua singularidade, haja vista nessa cidade não ter se verificado o fenômeno da industrialização que possibilitasse as obras implementadas, conforme ocorrera no Rio de Janeiro, no Recife e em São Paulo. No entanto, foi implementado graças ao capital proveniente da comercialização do algodão.

No entendimento do prefeito, na ausência dos recursos financeiros da Prefeitura, os proprietários dos estabelecimentos residenciais e comerciais localizados nas vias centrais deveriam colaborar financeiramente com a política de

⁷⁶ Ver os Ofícios nº 152, 190, 254, 331, 383, 386 e 389, referentes aos anos de 1913, 1914, 1925, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920 e 1928. Neles, os Prefeitos da Capital solicitam ao Secretario Geral do Estado subsídios para efetuar os serviços de calçamento na cidade. Solicitam, especificamente, pedra, paralelepípedo, areia e cimento. Eis um tipo de solicitação comum entre os prefeitos, todos apresentam o mesmo teor, uma espécie de formulário, cuja única mudança é o nome do prefeito.

⁷⁷ Decreto nº 221, de 21 de dezembro de 1931 no qual o Prefeito estabelece e regula o pagamento das taxas de calçamento nos logradouros públicos e dá outras providências. AHPB – Caixa 20.

urbanização implementada, especialmente porque eram os principais interessados na manutenção da cidade salubre e higienizada. Portanto, nada mais justo que o Erário Municipal estabelecesse um mecanismo legal obrigando-os a pagarem por aquilo que exigiam, sobretudo porque os recursos públicos eram insuficientes para a manutenção das condições de salubridade das vias públicas. A solução encontrada pelo prefeito foi a extensão da obrigatoriedade de pagamento do imposto a um número considerável de proprietários de imóveis, com o intuito de aumentar os recursos arrecadados e, assim, arcar com as despesas previstas no calçamento das ruas. Para atender a essa necessidade, acrescentou alguns itens à lei, de modo que as contribuições variassem e fossem compatíveis com as condições econômicas de cada proprietário e a extensão do imóvel, ou seja, quanto maior fosse a área construída, mais alta seria a taxa cobrada, e em função disso, o prefeito determinou:

os prédios ou terrenos com limites para duas ou mais ruas, contribuirá o proprietário com a taxa integral. Para a área correspondente à fachada principal ou frente do prédio ou terreno, a taxa é reduzida a 50% dos valores correspondentes aos outros lados.⁷⁸

Diante da escassez dos recursos públicos e da necessidade de manter o calçamento das ruas, a alternativa encontrada pelo prefeito foi o estabelecimento de imposto diferenciado na perspectiva de alcançar quem possuía mais de um imóvel. Indiretamente o documento estabelecia a obrigatoriedade do pagamento da taxa de calçamento, uma vez que determinava caso o proprietário estivesse com essa taxa em atraso não poderia negociar o imóvel ou transferi-lo para outrem, inclusive da própria família. O decreto ainda estabeleceu os tipos de calçamentos a serem utilizados na pavimentação das ruas, avenidas, praças e demais logradouros públicos; no entanto, caberia ao prefeito o direito de escolher o tipo de material a ser usado. Aos proprietários mesmo pagando a taxa de calçamento, não caberia participar da escolha do tipo de pedra a ser aplicada na via onde residiam. Essa decisão era delegada aos técnicos da prefeitura. Com a determinação dessa medida, o Prefeito Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque esperava que os serviços de

⁷⁸ Decreto nº 221, de 21 de dezembro de 1931 no qual o Prefeito estabelece e regula o pagamento das taxas de calçamento nos logradouros públicos e dá outras providências. AHPB – Caixa 20.

calçamento e melhoramentos das ruas não parassem, e a cidade se modernizasse, uma vez que o alargamento das ruas também foi uma realidade. A partir de então, vários casarões e sobrados do centro da cidade foram desapropriados e posteriormente demolidos para dar lugar às avenidas largas e extensas. Tal perspectiva está representada na determinação do Sr. Álvaro Pereira de Carvalho, Procurador da Secretaria da Fazenda, quando endereçou ao diretor da Repartição de Viação e Obras públicas a seguinte decisão:

recomendo-vos façais processar a desapropriação amigável dos seguintes prédios à Rua Barão do Triunfo: números 456 e 462, pertencentes à Santa Casa de Misericórdia, pela quantia de 18.000\$000 cada um; nº 436, de propriedade de Joaquim Guimarães de Oliveira Lima, pela quantia de 4.800\$000; números 308 e 312 pertencentes a D. Joana Vergara, pela quantia de 13.000\$000 cada um; nº 266, dos filhos de Antônio de Azevedo Maia, pela quantia de 15.600\$000; e nº 247, à Rua Maciel Pinheiro, de propriedade dos irmãos Augusto, Eduardo e Guilherme Vergara, pela quantia de 36000\$000.⁷⁹

A configuração desse quadro se consolidou graças ao aumento da arrecadação em função do Prefeito ter estendido o imposto sobre a propriedade de imóvel aos moradores das ruas centrais. Adicionado a isso, houve também os recursos provenientes da cultura algodoeira, arrecadado através dos impostos. A partir de então, os serviços de melhoramentos urbanos da Capital passaram a dispor de mais recursos e tiveram continuidade.

Enquanto os recursos arrecadados possibilitavam o embelezamento da Capital os críticos da modernização defendiam que os mesmos deveriam ser aplicados em obras contra a seca. Através da Secretaria da Fazenda, os recursos públicos passaram a ser liberados e aplicados no pagamento aos proprietários dos terrenos e das casas desapropriadas, e na aquisição do material necessário ao andamento das obras. Até o final da década de 1930, o convênio entre Estado e Prefeitura ainda se mantinha, permitindo a continuidade das desapropriações de residências e terrenos. Com os recursos arrecadados, outras ruas foram incorporadas ao projeto, visto que os imóveis desapropriados cederam lugar a novos prédios onde passaram a funcionar as repartições públicas. Foram então incorporadas a Travessa

⁷⁹ Ofício Nº 94 – Procuradoria da Fazenda do Estado da Parahyba – 22/10/1931.

São Pedro Gonçalves, as ruas Barão da Passagem, Maciel Pinheiro, Almeida Barreto, Duque de Caxias, Padre Antônio Pereira e Padre Azevedo.⁸⁰

A modernização se estendeu até o fim da primeira República, e seu propósito era tornar a Cidade da Parahyba à vitrine do estado. Segundo o responsável pela Diretoria de Viação e Obras Públicas:

o plano do novo calçamento atende às reais exigências do tráfego e do conforto das principais ruas e praças da cidade, tendo como objetivo principal a ligação entre si das zonas administrativa, comercial, industrial e residencial, procurando descongestionar certos pontos centrais. Com o melhoramento de algumas artérias que vinham permanecendo quase sem nenhuma função de tráfego, como era o caso das Ruas General Osório e Peregrino de Carvalho. O calçamento da Rua Peregrino de Carvalho criaria uma linha de tráfego da cidade Baixa para o bairro de Tambiá e aliviaria o tráfego de veículos no Ponto de Cem Réis. O Ponto de Cem Réis ficará mais bem aliviado quando forem realizados os serviços de prolongamento da Rua de Tambiá até a General Osório.⁸¹

Os serviços de calçamento das principais artérias visavam não só ao atendimento dos interesses dos moradores, como dotar a cidade de condições modernas, paralelo a esse serviço, os técnicos passaram a inferir acerca das ruas a serem calçadas e das novas linhas de bondes que possivelmente poderiam ser implementadas. Mas o propósito imediato era interligar as Cidades Alta e Baixa, facilitar a locomoção dos transeuntes e criar um espaço onde as mercadorias pudessem circular sem empecilho.

Enquanto ruas foram calçadas, outras foram abertas e alargadas. A manutenção de tais serviços exigiu que muitas residências fossem demolidas e as artérias, outrora desalinhadas, foram ampliadas, pois a cidade moderna pedia passagem. Não demorou e os transportes públicos e os automóveis particulares foram incorporados ao cotidiano da cidade. Símbolo do progresso, eles passaram a ser utilizados pelos políticos, comerciantes e os profissionais liberais residentes na área central. Diante desse fato, o chefe da Diretoria de Viação e Obras Públicas lembrava ao Prefeito:

⁸⁰ Conforme Ofícios nº 3.900 e 3.908 da Procuradoria da Fazenda do Estado da Parahyba – respectivamente de 28 e 29 de dezembro de 1929. Extratos dos Contratos de Compra e Venda de Imóveis – 1923 / 1929 – Caixa 19, AHPB.

⁸¹ A União – 11/10/1936, p. 02.

o fluxo de veículos e de pessoas também será melhorado com o alargamento e calçamento da Rua Cardoso Vieira. Para tanto, estão sendo demolidos alguns prédios mediante desapropriação, principalmente daqueles imóveis localizados ao lado direito dessa artéria (grifo nosso).⁸²

As ruas que haviam sido contempladas com calçamento desde 1910 passaram pelo processo de revitalização e ampliação, visto que em algumas o calçamento necessitava de reparos. Foram contempladas com a revitalização do calçamento as Ruas Duque de Caxias, Maximiano de Figueiredo, Duarte da Silveira e Padre Meira. Alargar as ruas exigiu que a demolição dos casarões e sobrados antigos fosse retomada. Essa medida, desde outrora, dividiu a opinião da intelectualidade paraibana, principalmente entre alguns integrantes da *Revista Era Nova*. Passados os anos, o apego à modernização continuou dividindo os cidadãos. A esse respeito, lembrava o diretor da Repartição de Obras Públicas:

os melhoramentos urbanos têm implicado na necessidade de numerosas desapropriações de prédios e terrenos a fim de proceder ao alargamento e regularização de diversas ruas da cidade, notadamente na Cardoso Vieira, Desembargador Peregrino, 13 de maio, e Beaurepaire Rohan. Também o governo tem autorizado a desapropriação de algumas casas nas Avenidas Maximiano Machado, Concórdia e Almeida Barreto, visto que em tais lugares passará a nova linha circular do bonde da ETLF, em construção.⁸³

A proposta de manter alguns aspectos da cidade antiga em meio à modernização não vigorou e prevaleceu a demolição dos prédios antigos. Conforme explica o funcionário responsável, as desapropriações eram necessárias porque, além dos melhoramentos no calçamento, as ruas estavam

recebendo os trilhos por onde circulariam os novos bondes. Por isso, a pavimentação era à base de paralelepípedos, argamassa de cimento e areia, além de uma camada de pedra britada, o que lhe confere beleza e resistência excepcional.⁸⁴

Das opiniões contrárias à demolição dos prédios antigos, em parte a dos intelectuais ligados a *Revista Era Nova* assumiram visibilidade. Isso se deve ao fato dessa *revista*, mesmo sendo um órgão de cunho literário, foi utilizada pelos seus

⁸² A União – 11/10/1936, p. 02.

⁸³ Id. Ibid.

⁸⁴ Id. Ibid.

colaboradores para divulgarem opiniões acerca das mudanças que estavam ocorrendo na paisagem da cidade. Mantendo essa postura, os colaboradores dessa revista se aliaram aos do jornal católico *A Imprensa*, e passaram a publicar opiniões contrárias à modernização da cidade. Embora distintos quanto à formação, os intelectuais leigos se aliaram aos religiosos católicos, proprietários de *A Imprensa* no combate à modernização. Em contrapartida, o jornal *A União*, órgão do governo do Estado, se afirmou como o principal porta voz das propostas de modernização e progresso das urbes.

Outros segmentos da sociedade, a exemplo dos profissionais liberais e comerciantes residentes no centro da cidade, também se manifestaram contrários à modernização, principalmente quando foram atingidos diretamente pelas demolições e eram obrigados a aceitar do governador ou do prefeito a indenização paga pelo imóvel a ser demolido, nem sempre compatível com o valor real. As opiniões desses profissionais assumiram pouca visibilidade em decorrência deles terem se utilizado de outras estratégias, a exemplo de se negarem a receber o valor pago pelo imóvel e de reclamarem contra essas medidas diretamente na Repartição de Obras Públicas. A respeito disso, advertia o diretor dessa repartição, que os moradores cujas casas seriam demolidas deveriam colaborar com o projeto de melhoramento da cidade; e para isso, tentava convencê-los da necessidade das desapropriações, de forma que ninguém hesitasse em abandonar o imóvel quando fosse comunicado pelos fiscais de obras, nem se negasse a receber os valores em dinheiro definidos pelos órgãos estatais, já que os fins eram para o benefício público.

Mesmo que o proprietário fosse contrário ao valor pago pelo imóvel, o prefeito e o governador do Estado utilizariam os mecanismos judiciais legais e as desapropriações e demolições ocorreriam a contragosto. Tal medida incomodou também a elite, visto que por muitas vezes, o montante percebido pela indenização do imóvel desapropriado ficara abaixo do valor julgado real. Por isso, ao longo das décadas de 1920/1930, conforme identificamos entre os moradores da área central, ocorreram alguns ecos de descontentamento com a modernização da urbe, especialmente com a demolição dos poucos casarões e sobrados existentes. No entanto, isso não interrompeu o processo de urbanização/modernização da cidade da

Parahyba nem a proposta de construção da cidade ideal, principalmente porque a continuidade da implementação dos serviços foi uma realidade. Diferente da elite intelectual, a maior parte dos comerciantes foi favorável à modernização, e, às vezes que se manifestaram contra a demolição dos imóveis, foi para defender o seu patrimônio contra o baixo valor pago pelos governantes, e não para defender a manutenção da cidade colonial. Assim as transformações implementadas na Cidade da Parahyba se limitaram às artérias onde os comerciantes e os profissionais liberais construíram suas residências, haja vista eles terem contribuído financeiramente com esse processo.

1.2 A luz elétrica

Apesar de parte dos intelectuais terem se manifestado contrário a tal processo e mesmo com os poucos recursos econômicos disponíveis tanto do Erário municipal quanto do estadual, a proposta de edificação da cidade ideal seguiu adiante, e outros serviços, além do calçamento e abertura de ruas, foram exigidos.

Aliás, se a demolição do casario antigo e a abertura de ruas dividiram as opiniões acerca da modernização, a instalação da luz elétrica uniu-os não por ser o principal símbolo da cidade moderna, mas, sobretudo, por ser uma necessidade dos moradores da área central, que já haviam incorporado ao cotidiano os hábitos de leitura à noite e de freqüentarem as festas públicas nas praças as quais dependiam dessa inovação. Para garantir à cidade ar de progresso, a luz foi instalada. Ela proporcionaria aos homens e mulheres condições de vivenciarem a modernidade.

A luz elétrica constituiu a novidade do século, pois possibilitou substituir os bondes de tração animal por bondes modernos e velozes, e promoveu a instalação e manutenção dos novos equipamentos urbanos, a exemplo das praças e jardins públicos, dotados das condições de uso e de poderem ser freqüentados nas noites de qualquer época do ano, e não apenas nas de lua cheia, como era de costume. No entanto, a cidade da Parahyba do Norte entrou o século XX na escuridão, iluminada por apenas 300 lampiões alimentados a azeite de mamona e querosene, os quais

não funcionavam nas noites de luar e estavam restritos às ruas onde se localizavam as igrejas, os seminários, conventos, e prédios do Erário Público. Devido aos recursos insuficientes esses serviços não puderam ser estendidos a todos os demais cidadãos, e se mantiveram restritos por alguns anos a apenas parte da população, somente um reduzido número de residências familiares dispunha desse tipo de iluminação distribuída em sessenta e cinco ruas, seis pátios, onze becos e duas travessas.⁸⁵

Na busca de aproximar a Parahyba dos centros urbanos e modernos, mantinha-se um processo muito mais desenvolvido no plano das idéias e desejos do que no plano da realidade, condição apontada por Marshall Berman como característica dos países economicamente dependentes do capital externo. Conforme afirmação desse autor, em países assim caracterizados, “a modernização assumiu caráter fantástico, porque foi forçada a se nutrir não da realidade social, mais de fantasias, miragens e sonhos”.⁸⁶ Esta foi a realidade pela qual passou o Brasil, haja vista as elites, em várias cidades, terem se deslumbrado com o processo de modernização e desejarem-no sem no entanto disporem de recursos para levá-lo adiante. A Parahyba foi um exemplo disso, esta é a razão e a condição da proposta ter seguido adiante. Essa condição aponta para um modelo de modernização que Jacques Le Goff denominou “modernização tateante, cuja principal característica é a fragilidade, descontinuidade e inadequação dos serviços implantados às reais necessidades da população beneficiada”.⁸⁷

Na tentativa de superar a falta de recursos, satisfazer o desejo das classes dominantes pela urbanização e modernização, e manter o serviço de iluminação

⁸⁵ A restrição a algumas ruas se explica em função da manutenção ser dispendiosa, pois manter a iluminação a gás custava mensalmente ao Erário Municipal a quantia de 1.392\$962 (um conto, trezentos e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e dois réis) Desde a época do Império, os presidentes da Província da Parahyba vinham tentando resolver o problema da luz. Em 1823, foi enviado ao imperador pedido para utilização do equivalente da décima urbana da capital para a implantação de um sistema de iluminação. Em 02 de maio de 1829, o imperador “autorizou o presidente dessa Província, a deduzir da oitava parte das sobras das rendas à quantia precisa para estabelecer e manter a iluminação em toda cidade Alta e Baixa”. Ver no AHPB – Caixa Parahyba Imperial. Aviso Imperial – 02 de maio de 1829 endereçado ao Ilmo. Exmo. Sr. Gabriel Getúlio de Mendonça e PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. **Do azeite de mamona à eletricidade**: anotações para uma história da energia elétrica na Paraíba. João Pessoa: Rivaisa, 1994.

⁸⁶ BERMAN, Marshall. op. cit. p. 224.

⁸⁷ JACQUES, Le Goff. op. cit. p. 187

pública, em 1906, o então governador da Parahyba, Álvaro Lopes Machado, baixou decreto abrindo concessão às empresas nacionais ou estrangeiras que desejassem implantar a energia elétrica na Capital. No ano seguinte, o vice-governador encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa, comunicando aos parlamentares que a decisão do governador tinha como principal intenção modernizar o serviço de energia; se passaria do gás para a eletricidade e seria beneficiado um número maior de ruas e residências. Com o intuito de justificar sua atitude e convencer aos políticos locais a aprovarem as propostas com esse fim, afirmou:

seria vantagem para o tesouro a realização de semelhante empreendimento sem ônus para os cofres públicos. Por isso resolvi mandar publicar editais, nas grandes praças da Europa e do nosso país, chamando à concorrência as companhias e empresas nacionais e estrangeiras, que se proponham com seus capitais a levar avante esses trabalhos de tamanha utilidade para a cidade. Através do Decreto nº 350 de 06 de novembro de 1907 do ano findo, autorizei os engenheiros ingleses Edward Jonhson e G. Robert Jones a levantarem, nas praças européias, os capitais para tão útil e notável empreendimento. Há poucos dias, eles estiveram aqui e me apresentaram uma proposta para a consecução definitiva das obras, proposta que submeti ao estudo e juízo de profissionais competentes no assunto, cujos pareceres aguardo como precioso elemento capaz de melhor resolver-se tão momentoso e importante assunto. Além desta proposta me foi apresentada uma pelo engenheiro Francisco Cavalcante Barreto, representante de um sindicato inglês de serviços no Brasil; proposta que será, da mesma forma, sujeita à crítica dos competentes analistas e confrontada com a primeira, a fim de entrar em concorrência. Resolvida, afinal, com justiça e critérios a preferência entre as duas, ou a rejeição de ambas, se assim convier melhor aos interesses do Estado. Caso prevaleça essa última hipótese, será aberta nova concorrência, e as empresas interessadas serão convocadas por editais, contanto que o serviço de iluminação elétrica seja contratado com todas as condições de garantia para a pronta realização de tais melhoramentos ao lado do acautelamento, devido aos altos interesses do Estado.⁸⁸ (grifo nosso)

A mensagem do governador demonstra que o Estado da Parahyba não dispunha de recursos suficientes para investir na modernização da Capital. Esse fato, no entanto não se constituiu um empecilho à proposta, uma vez que, ora o prefeito, ora o governador estava sempre procurando alternativas que pudessem viabilizar esse intento. Diante do alto custo demandado pelo serviço de instalação da luz elétrica, a solução foi recorrer a iniciativa privada. Assim a Parahyba passou por um

⁸⁸ Mensagem do vice-governador do Estado da Parahyba – Walfredo Leal – pronunciada no plenário da Assembléia Legislativa em 06/11/1907.

processo que combinou falta de recursos econômicos com desejo, modernização e tradição. É da complexidade dessa tessitura que compreendemos os esforços dos governadores para aproximá-la da condição de “progresso” em evidência no Brasil desde o final do século XIX e a recorrência à iniciativa privada em busca de recursos.

A implementação de um sistema de luz elétrica aproximaria a Parahyba a condição de modernidade e garantiria às classes dominantes a certeza dos novos hábitos. Mas nem sempre esse propósito foi cumprido a contento, principalmente porque o que se implementou nessa cidade não se fez com base na tecnologia mais avançada. Em função disso, na Parahyba, a modernização não significou o rompimento com o antigo, haja vista o lampião a querosene ou azeite de mamona ter permanecido iluminando muitas residências.

Atendendo o convite do governo os engenheiros ingleses Edward Johnson e G. Robert enviaram ao governador um projeto de iluminação elétrica da Capital, o qual, depois de analisado pelo assessor técnico, foi recusado porque os custos oneravam a renda do Estado prevista para tal fim. No transcorrer do ano de 1909, o assessor técnico do Estado analisou vários projetos de iluminação elétrica da Capital. Dentre eles o do engenheiro paraibano Francisco Dias Cardoso e do pernambucano Rosa Borges. Os projetos, no entanto, foram rejeitados, menos por questões técnicas do que pelos altos custos envolvidos. Talvez a proposta mais tentadora tenha sido aquela submetida à apreciação apresentada pelos engenheiros paulistas Thiago Monteiro e Alberto San Juan. A proposta desses engenheiros visava a instalação dos serviços de iluminação pública e particular, a energia elétrica, além da ampliação do serviço de abastecimento d’água e instalação da rede de esgoto. Tratava-se de uma proposta sedutora, sobretudo porque livrava o Estado de qualquer investimento, condição que nenhuma das outras empresas haviam proposto. Todo o custo ficava a cargo da empresa responsável, desde que o Erário a isentasse dos impostos. Porém, o engenheiro Miguel Raposo, em relatório enviado ao governo do Estado, pareceu duvidar de que os paulistas cumprissem tal proposta, uma vez que eles desconheciam a realidade econômica da Capital paraibana. A preocupação desse profissional era que com a implementação dos serviços propostos, os engenheiros não tivessem as despesas compensadas em tempo hábil, visto poucos moradores da

cidade terem condições econômicas de pagar as taxas dos serviços instalados, inviabilizando a modernização do serviço de iluminação pública e residencial.



**Foto 1 – Usina da Empresa Tração Luz e Força da Parahyba – 1910
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

Como o Estado não dispunha de recursos suficientes para arcar com as despesas sozinho, o engenheiro Miguel Raposo recomendava ao governo cautela na escolha da empresa. Entre as concorrentes, demonstrou simpatizar com algumas propostas, a exemplo das que foram enviadas pelos engenheiros Rosa Borges e Thiago Monteiro. Segundo Miguel Raposo, com algumas modificações, os projetos desses senhores ficariam dignos de aceitação; ele indicava-os ao governo por se adaptarem melhor às condições da Parahyba, sobretudo porque propunham que os custos de tal empreendimento fossem divididos entre empresa e Estado. Por outro lado, os proprietários dessa empresa estavam próximos, pois moravam na cidade do Recife, e qualquer problema poderia ser resolvido a contento, o que era pouco viável no caso dos paulistas.

Finalmente em 1910 os deputados estaduais autorizaram o governo a assinar um contrato segundo o qual o financiamento para implantação do serviço de iluminação e tração elétrica seria dividido entre o Estado e uma empresa particular. Caso não dispusesse de recursos, o governo poderia contrair empréstimo no valor suficiente à efetivação dos serviços necessários.⁸⁹ Contrariando as recomendações do engenheiro Miguel Raposo, em 1910, o governador João Lopes Machado (irmão do ex-governador Álvaro Machado) contratou o serviço de iluminação e viação urbana pelo sistema elétrico com a Empresa Tração Luz e Força da Parahyba do Norte, de propriedade dos engenheiros paulistas Alberto San Juan, Thiago Vieira Monteiro e Júlio Bandeira Vilela.⁹⁰ Esses engenheiros venceram a concorrência em função de terem criado na Parahyba uma empresa de eletrificação encarregada de prestar o serviço de iluminação e tração elétrica. Mesmo se constituindo em uma empresa paraibana, os proprietários residiam em São Paulo, tornando necessário à contratação de um administrador, a quem coube a função de representar os proprietários junto ao governador quando fosse o caso.

Mediante assinatura do contrato entre as partes envolvidas, a referida empresa se responsabilizaria pela implantação da energia elétrica, satisfazendo um antigo sonho dos paraibanos. Em 1911, começaram a chegar à Capital paraibana os primeiros postes para iluminação das ruas e, meses depois, os demais materiais necessários, a exemplo de fios, motores e geradores. Tratava-se de materiais importados, e isso demandava tempo na entrega. A novidade do século só se tornou realidade em 14 de março de 1912. Nesse dia, o serviço de iluminação pública a energia elétrica foi inaugurado. Possuía, na época, 500 lâmpadas, as quais eram alimentadas por um gerador de 420 kva; mas a caldeira que a produzia era movida a vapor e alimentada com toras de madeira. Esse fato denota que o modelo de

⁸⁹ Relatório do engenheiro Miguel Raposo, endereçado ao presidente do Estado da Parahyba, acerca do parecer técnico com vista às empresas interessadas na instalação do serviço de iluminação e tração elétrica. Parahyba 1909. Ver Projeto de Lei nº 320 de 23/10/1909, artigo 3º, parágrafo 9º, no qual os parlamentares, em assembléia, aprovaram o projeto do governo de iluminação pública e tração a energia elétrica.

⁹⁰ Ver no AHPB – Caixa 10, Decretos 288 de 15/02/1906 e 289 de 17/02/1906 e 350 de 06/11/1907 e Contrato para Iluminação Pública, Distribuição de Força Eletromotora, Eletrificação das Linhas de Bondes da Capital da Parahyba e Tráfego da Ferrovia Tambaú, de 1910.

modernização instalado na Parahyba teve como característica a aplicação de uma tecnologia rudimentar.

Todavia, a instalação da energia elétrica não impediu que a maior parte da cidade permanecesse às escuras; a maioria das ruas era caminhos semelhantes aos da zona rural, pois não dispunham de iluminação, e os moradores transitavam sobre os matos e buracos.⁹¹ De início, a luz elétrica ficou restrita às ruas Maciel Pinheiro (antiga Rua do Comércio), Visconde de Inhaúma, Barão do Triunfo, Duque de Caxias, General Osório, Visconde de Pelotas e à Praça Sete de Setembro, pontos onde se localizavam as lojas, alfaiatarias e camisarias, estabelecimentos comerciais especializados nos artigos importados e nas novidades da arte de bem se vestir. Essa restrição se deveu ao elevado preço da taxa de iluminação e do material elétrico necessário, visto nem todo morador ter podido arcar com as despesas nem manter em casa esse serviço.⁹² Posteriormente, a Rua Nova e Rua Direita, ambas na Cidade Alta, foram beneficiadas com o serviço de iluminação elétrica. Três anos após a inauguração, o serviço foi ampliado aos domicílios residenciais das outras ruas, tanto na Cidade Alta, quanto na Baixa, elevando o número de lâmpadas instaladas de 500 para 6.982.⁹³ No final de 1915, a iluminação atingiu 22.440 lâmpadas instaladas nas residências e nas vias dos bairros das Trincheiras, Tambiá, Varadouro e Centro. O aumento no fornecimento só foi possível graças à concessão de capital que a Empresa Tração Luz e Força recebeu do Estado para ampliar a produção de energia,

⁹¹ A União - 23/01/1923, p.02.

⁹² **Almanaque do Estado da Parahyba**. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1911, pp. 651-652.

⁹³ Nessa época o cenário da **Cidade Alta** era composto pelas Ruas Duque de Caxias, Marques do Herval, Visconde de Pelotas, Nova d' Alagoa, Mangueira, Palmeira, Trincheiras, Jaguaribe, Carmo, Misericórdia, São Bento, Matriz, São Francisco, Aurora, Bica, Emboca, São José, Santo Elias, Santo Antônio, Diniz, Senzala, Laranjeira, Tesouro e Muro de São Francisco. Os moradores dessa parte da cidade se abasteciam de água para beber e tomar banho na Bica do Tambiá e Cacimba do Povo. **A Cidade Baixa** era composta pelas Ruas Visconde Inhaúma, Conde D' Eu, Barão da Passagem, Barão do Triunfo, Viração, Alegria, Gameleira, Boa Vista, Flores, Raposa, Gravatá, Mulungu, Quartel, Limoeiro, Império, Macaíba, Fogo, Medalha, Tanque, São Frei Pedro Gonçalves, Bica dos Milagres, Formosa, Imperatriz, Cajueiro, Visconde de Itaparica, Matinha, Riacho, Estrada Nova, Consumo, Cadeia Nova e Rua do Cemitério. O abastecimento de água para beber e tomar banho era feito nas Bicas do Gravatá e dos Milagres. Ver **Revista do IHGP** – Parahyba do Norte: Imprensa Oficial – ano II – vol. 02, pp. 90-91, 1910.

estimulando, conseqüentemente os paraibanos a instalarem a energia elétrica em suas casas.⁹⁴ (Veja mapa na página 61)

Mesmo expandido esse serviço ficou restrito às elites residentes nas ruas centrais, e na década de 1920, a cidade ainda apresentava problemas de iluminação pública e de infra-estrutura urbana, conforme denunciaram os moradores das Ladeiras do Góes e São Francisco. Em meio à falta de iluminação, lembrava o autor da denúncia:

a referida ladeira serve também de mictório aos vagabundos, que se aproveitando da escuridão vão ali satisfazer suas necessidades fisiológicas. A ladeira de São Francisco, ainda mais escura do que a do Góes, ostenta uns canos de esgotos que são perenes fontes de miasmas, juntando cobras, sapos, mosquitos e etc... Para o que vimos de dizer chamamos a atenção dos poderes competentes.⁹⁵

Conforme denuncia a nota, a instalação da luz elétrica, fato que colocava a Parahyba no rol das urbes modernas e civilizadas, não atingiu a grande parte da cidade nem serviu para corrigir os hábitos não “civilizados” de alguns moradores. Enquanto os jornalistas denunciavam a escuridão das ruas localizadas nos arredores da cidade e os referidos maus hábitos, o governador João Lopes Machado, classificou a iluminação elétrica como um serviço “modesto”, por não ter atendido a todos os moradores das Cidades Alta e Baixa, considerando de relevante significado para a população beneficiada. Na opinião desse governador, o serviço de iluminação elétrica era

modesto mas significativo, foi a inauguração desse melhoramento que a Parahyba há muito sonhava. Bem que não preencha as necessidades do meio, é sempre de grande utilidade a reforma porque acaba de passar o

⁹⁴ A União - 09/05/1913, p.01, A União – 01/03/1913, p. 03. Ver no AHPB – Caixa 11, Ofício do governador da Parahyba de 09/05/1917 endereçado à Diretoria da Empresa, Tração, Luz e Força (ETLF) solicitando serem colocadas 03 lâmpadas elétricas no prédio nº 02 da Rua Gama e Mello, para onde ia ser transferida a Escola Noturna Coronel Antônio Pessoa, e 01 lâmpada na Rua da Palmeira, onde presentemente funciona uma escola, também noturna, Dr. Gama e Mello. Quanto ao número de velas, ou seja, à potência das lâmpadas, diz o ofício que os diretores da empresa devem se entender com o Diretor do ensino respectivo, cidadão Celso Afonso Pereira. Ver Exposição apresentada ao Exmo. Sr. dr. João Pereira de Castro Pinto, sobre os negócios públicos do Estado da Parahyba, em 22 de outubro de 1912, pelo Dr. João Lopes Machado. In: **Almanaque do Estado da Parahyba**. Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, Ano XI, pp. 401-404, 1913.

⁹⁵ A União – 23/01/1920, p. 02.

serviço de iluminação a querosene, que constituía uma vergonha para os nossos foros de povo adiantado. {...} Alegria-nos, entretanto, vemos substituídos os velhos candeeiros a querosene, tradicionais do nosso atraso, pelas lâmpadas elétricas, sistema moderno que faz a delícia de grandes cidades.⁹⁶

Quanto às demais artérias, a exemplo dos bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas⁹⁷, só foram beneficiadas com a luz elétrica por volta do início dos anos 20. Mesmo assim, nestes locais, os prédios das repartições públicas que prestavam serviço aos moradores dessas comunidades, a exemplo da escola noturna e do posto de polícia, passaram a contar com a energia elétrica e o serviço de telefone. As residências populares, no entanto, continuaram iluminadas pela luz dos candeeiros e lampiões a óleo de mamona ou querosene até a década de 1960.⁹⁸

⁹⁶ Parahyba do Norte – 15/03/1912, p. 02.

⁹⁷ Localizados no extremo sul da cidade da Parahyba do Norte, Jaguaribe e Cruz das Armas a partir das transformações urbanas implementadas no centro da cidade, no início do século XX, passaram a receber as classes pobres, que do interior do Estado chegavam à Capital em busca de meios de sobrevivência, e eram afastados para as franjas da cidade. Em função disso, se constituíram nos bairros dos pobres.

⁹⁸ Recibo de Consumo de Energia Elétrica emitido pela Empresa, Tração, Luz e Força. Datado de 17/05/1917, informa sobre o consumo de luz da Escola Mista da Palmeira, localizada na Rua da Palmeira, no bairro de Jaguaribe, e dos Postos Policiais dos bairros de Jaguaribe e Cruz das Almas. O Recibo é endereçado ao Governador do Estado da Parahyba. AHPB – Caixa 11.

CIDADE DA PARAHYBA - 1912

ELETRIFICAÇÃO



Fig. 03 - Mapa de eletrificação

A condição rudimentar do serviço de iluminação elétrica não esteve representada apenas no limite deste serviço a algumas artérias e residências, mas na qualidade do que era oferecido, pois passou a ser comum às famílias pagarem as taxas cobradas, e não disporem da luz nas casas e nas vias públicas durante toda a semana. A respeito desta questão, um consumidor denunciou na imprensa:

os clientes da ETLF têm sido bastante prejudicados com as repetidas interrupções da luz elétrica. Vez por outra ela se eclipsa ou, na ausência disto, é tão fraca que algumas pessoas vêm empregando lâmpadas de maior poder para suprir a insuficiência das menores. Nada mais justo, porque se o consumidor pagou integralmente no fim do mês o *quantum* do que gastou, é claro que não deve pagar aquilo que não consumiu.⁹⁹

Como se percebe, o problema de interrupção e de baixa potência da luz elétrica era uma decorrência do atraso tecnológico que caracterizava a modernização da Parahyba e revelou a pouca intimidade dos consumidores de energia elétrica com a tecnologia, pois acreditavam que, utilizando uma lâmpada de maior potência, resolveriam o problema de iluminação das suas residências, o que não se confirmou. Outro leitor, ao denunciar o caso, colocou em dúvida a legitimidade da Empresa Tração Luz e Força de cobrar dos clientes o consumo mensal e de proibir a utilização de uma lâmpada de alta intensidade:

se a companhia não cumpre totalmente suas obrigações para com o público, não tem o direito de cobrar deste um consumo imaginário. Fomos informados que a gerência da ETLF está no propósito de multar ou cortar a luz aos fregueses que tentam compensar a fraca intensidade da luz com a substituição das lâmpadas por outras maiores. Não está direito. A companhia só pode cobrar aquilo que realmente se consumir e, se não está reabilitada para produzir luz boa e forte, ou deve descontar em favor dos seus clientes a diferença para menos, ou, então, permitir que eles usem provisoriamente daquele expediente. Na Parahyba, por exemplo, uma lâmpada de 50 velas, produz luz de 16 ditas, e assim correspondentemente. Não obstante a diminuição de luz das ruas e avenidas, a luz continua cada vez pior (sic).¹⁰⁰

A má qualidade do serviço de iluminação e o fato da empresa responsável não ter estrutura capaz de mantê-lo, devido à utilização de equipamentos já ultrapassados para a época era uma situação que já tinha sido prevista pelo engenheiro Miguel Raposo. Como este engenheiro afirmou o baixo número de

⁹⁹ A União – 28/01/1920, p. 01.

¹⁰⁰ Id. Ibid.

moradores com condições de acesso à luz elétrica seria insuficiente para garantir à empresa lucro para operar com equipamentos novos e modernos.

De fato ao longo dos anos 10 e 20 as reclamações sobre a precariedade do serviço de energia era uma constante, conforme denunciou um consumidor em 1923:

todos os dias, quando anoitece, é de dúvida e consternação o estado em que todos nos encontramos perante as impropriedades da iluminação que falta nas ruas e nos lares, criando uma contrariedade deprimente para quantos não possam prescindir desse rudimentar conforto, que o Estado procura oferecer aos habitantes da capital, vencendo óbices e reincidências já conhecidos. Mas uma tal situação não pode continuar. É preciso pôr um fim a essa tirania, com que a Empresa Tração, Luz e Força aflige os seus contribuintes, deixando-os às escuras, quando tem a obrigação jurídica de lhes dar luz abundantemente, com voltagem determinada e por prazo pré-estabelecido. Já cansamos de apelar para a diretoria, para a gerência da empresa, que parece timbrarem em ficar surdos ao clamor dos nossos reiterados chamamentos.¹⁰¹

As denúncias acerca do serviço de energia elétrica são elucidativas de transformações nos hábitos dos paraibanos residentes na área central da cidade que se irritavam quando porventura tinham que passar horas às escuras. A luz elétrica fazia parte do seu novo cotidiano social de forma que não admitiam a hipótese de interrupção no fornecimento nem a cobrança indevida, conforme vinha se realizando. O fato é que o serviço de iluminação na Parahyba tornou-se restrito a alguns e diferenciou esta cidade das outras capitais brasileiras, a exemplo de São Paulo. Segundo Helena Carvalho de Lorenzo, nesta capital, a eletricidade deixou de ser um produto de luxo e se tornou importante à vida cotidiana.¹⁰² Na Parahyba o processo foi inverso. A luz elétrica se constituiu num serviço de luxo porque poucos paraibanos puderam arcar com as despesas da sua instalação e o pagamento da taxa de consumo. Por outro lado, como a cidade não se industrializou; logo, não havia justificativa para que esse serviço fosse ampliado.

Apesar do governo recomendar a fiscalização da ETLF e exigir dos responsáveis o cumprimento do contrato assinado, a situação não melhorou. Segundo o denunciante citado anteriormente,

¹⁰¹ “A iluminação pública” – A União – 20/03/1923, p. 03.

¹⁰² LORENZO, Helena Carvalho de. “Eletricidade e modernização em São Paulo na década de 1920”. In: _____ **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp, p. 177, 1997.

o governo, por intermédio da fiscalização, tomou as medidas que lhes são legalmente possíveis para resolver a intolerável continuação desse estado de coisas. Todavia, essas providências não surtiram efeito e é possível que o chefe do Estado se veja coagido de redobrar a sua energia, a fim de assegurar ao nosso público um inquestionável direito que lhe decorre de cláusulas contratuais. Estamos na expectativa de na nova máquina, a ser inaugurada pelo engenheiro San Juan, com quem a respeito se entendeu o Sr. Dr. Solon de Lucena, declarando-lhe que esperava o cumprimento da sua promessa, cuja falha o levaria a outras medidas mais austeras e definitivas. Já estava escrita e composta esta nota quando se deram o quebraimento e incêndio na usina e nos bondes desta empresa. Por essas nossas palavras vêem os leitores a impressão que há nas esferas do governo das irregularidades da companhia e as providências a que o Sr. Presidente estava disposto antes de qualquer manifestação dos consumidores. Para esta há também um limite que cumpre a autoridade defender.¹⁰³

Além das denúncias nos jornais, outros moradores também recorreram ao Prefeito e ao Governo do Estado na esperança de que alguma medida fosse tomada, tanto com relação à melhoraria do serviço de iluminação, quanto a sua instalação nas ruas ainda não beneficiadas. Atendendo a um desses pedidos, o Prefeito endereçou ofício ao governador do Estado da Parahyba, pedindo-lhe que socorresse os moradores da avenida D. Pedro II nas suas reivindicações, pois o haviam procurado com o propósito de verem essa rua beneficiada com luz elétrica. Assim se pronunciou essa autoridade municipal:

achando justo o pedido dos habitantes da Avenida D. Pedro II, relativo ao fornecimento de luz elétrica àquela artéria, tenho a honra de solicitar a V. Excia a fineza de providenciar no sentido de serem colocados, pela Empresa Tração, Luz e Força, desta Capital, dez postes de iluminação na referida avenida. Outrossim, peço a V. Excia que se digne autorizar a aludida empresa colocar três postes de iluminação na avenida que é conhecida pelo nome de Frederico Falcão, e serve de prolongamento à do Abacateiro. Sirvome do ensejo para reiterar a V. Excia os meus protestos de alta estima e subido apreço.
Saúde e fraternidade.¹⁰⁴

Embora outros paraibanos desejassem ver suas ruas e casas servidas com a luz elétrica, nem sempre esse serviço pôde ser estendido, uma vez que os custos eram elevados para uma cidade do porte da Parahyba, de recursos modestos. Logo,

¹⁰³ “A iluminação pública” – A União – 20/03/1923, p. 03.

¹⁰⁴ Prefeitura do município da Capital – Parahyba, 12 de janeiro de 1928. Ofício do Prefeito João Maurício de Medeiros endereçado ao Exmo. Sr. Dr. João Suassuna – M. D. Presidente do Estado da Parahyba.

nem mesmo a intervenção do poder público exigindo dos diretores da empresa o cumprimento do contrato assinado fora suficiente para os diretores da ETLF investirem na eletrificação, ampliando esse serviço e melhorando a qualidade do que era oferecido. A intervenção do Prefeito João Maurício de Almeida não alterou a realidade dos fatos, principalmente porque a ETLF não dispunha de recursos para ampliar o fornecimento da luz elétrica e melhorar a qualidade do que, naquele momento, oferecia.

Apesar das críticas à precariedade e aos limites da iluminação, não faltou quem se deslumbrasse com a beleza, claridade e as possibilidades que a luz passou a proporcionar, principalmente aos amantes da noite; estes aos poucos foram descobrindo as possibilidades que o novo serviço assegurava, a exemplo do prolongamento das festas e das conversas públicas para além da hora da Ave Maria. Referindo-se à modernização da Parahyba e a esse serviço de utilidade pública, afirmou a historiadora Edna Maria Nóbrega Araújo:

o encantamento foi tanto que muitos pareciam seduzidos pela luz tanto quanto as mariposas que costumam morrer no choque com as lâmpadas mas que não conseguem deixar de serem atraídas pela claridade e procuram desvendá-la como se estivessem envolvidas em um magnetismo que não lhes permite se desvencilharem.¹⁰⁵

O deslumbramento, todavia se manifestou mais no plano do desejo que na realidade do conforto proporcionado à população. Conforme vimos, tratava-se de um serviço precário, cujo atendimento era constantemente interrompido, visto que a tecnologia empregada era insuficiente para produzir energia de alta potência e distribuí-la às vias públicas e residências. Sabe-se que o vapor da caldeira responsável pela produção da energia advinha da queima das toras de madeira retiradas da mata que circundava a cidade.

Paralelamente a iluminação, o serviço telefônico também foi sendo instalado, de forma paulatina, facilitando a comunicação e os negócios entre os comerciantes, políticos e profissionais liberais, a exemplo dos médicos, advogados, farmacêuticos e professores cujas residências localizavam-se nas ruas da Cidade

¹⁰⁵ ARAÚJO, Edna Maria Nobrega. op. cit. p. 65.

Alta e do Varadouro. A empresa de telefonia foi criada, ficando a gerência sob a responsabilidade do Sr. Renato Galvão de Sá, que atendia diariamente o público interessado na Rua Direita, nº 389, ou pelo telefone nº 68. Tratava-se, de um serviço cuja área de cobertura e alcance restringia-se à Capital e às cidades próximas. O serviço oferecido era precário sendo comuns problemas de sinal, fazendo com que seus proprietários nem sempre pudessem dispor desse serviço quando necessitavam.¹⁰⁶ Esse quadro perdurou por longos anos, só melhorando em meados da década de 1930, após o governo de o Estado ter feito algumas exigências, as quais se constituíram nas principais condições necessárias à renovação do contrato com a empresa concessionária do serviço de telefonia, mantido desde 1912. Face ao novo contrato a concessionária não cumpriu sua principal exigência, ou seja, a inovação do serviço, sendo por isto encerrado e em 1916 estabelecido um outro assinado com o Sr. Manoel Henrique de Sá, irmão do antigo concessionário, que ganhou a concorrência em virtude de propor ao governo a inovação do serviço; passando de manual para o sistema automático, novidade digna das urbes modernas, uma vez que atuaria com máquinas modernas evitando os transtornos de outrora de forma que logo após a assinatura do novo contrato, o responsável pelo serviço de telefonia automática distribuiu, através dos Correios, aviso/convite a alguns moradores da cidade,

Aviso/Convite O serviço telefônico automático da Capital da Parahyba tendo iniciado há dias as instalações gratuitas dos 500 telefones que estão compreendidos dentro do contrato, e, sendo V. Sra um dos que assinaram o livro de preferência para as primeiras instalações, encarece informar os novos modelos que estão à disposição no escritório à Rua Maciel Pinheiro, nº 314 (Casa Monteiro), a fim de ser atendido imediatamente.¹⁰⁷

Da mesma forma que a luz elétrica, o telefone também foi financiado pelo capital privado. O número de aparelhos telefônicos a serem instalados de acordo com o propósito do Senhor Manoel Henrique de Sá era o de satisfazer o desejo de apenas 500 paraibanos que se comunicariam através dos novos instrumentos. Apenas para

¹⁰⁶ A União – 11/01/1923, p. 03.

¹⁰⁷ Termo de Contrato assinado pelo governo do Estado da Parahyba e o Senhor Manoel Henrique de Sá, para o estabelecimento e a exploração de uma empresa de telefonia automática nesta capital. João Pessoa, 06/08/1916.

estes poucos paraibanos, a modernidade e o progresso estavam ao alcance; bastava se dirigir ao número 314 da Maciel Pinheiro contratar o serviço, levar os aparelhos para casa e teriam o mundo ao seu alcance. Dentre os segmentos sociais que adquiriram o serviço telefônico, se destacaram os comerciantes estabelecidos nas ruas da área central, cujos propósitos era ampliar as vendas, aumentar o faturamento e atender melhor aos clientes, visto que homens e mulheres da alta sociedade poderiam ligar para as lojas pedindo informações acerca dos artigos de suas preferências.

Ainda que a Parahyba não tenha vivenciado o processo de industrialização, nessa cidade as empresas de eletrificação e telefonia instaladas, em parte satisfizeram os interesses dos que podiam arcar com as despesas demandadas por esses serviços. A instalação desses serviços só foi possível graças à parceria firmada entre o governo do Estado e os empresários. Mesmo assim, isso não foi o suficiente nem em relação à qualidade, nem em relação a quantidade de pessoas atendidas. Sendo pertinente ressaltar que apenas 500 paraibanos foram beneficiados inicialmente com este serviço o que demonstra o caráter excludente do processo de implantação dos novos serviços urbanos, uma vez que não se estenderam aos moradores dos bairros populares. Essa realidade também é ilustrativa das estratégias utilizadas pelas classes dominantes para tornar a Parahyba uma cidade ideal, ou seja, que correspondesse aos seus interesses.

1.3 O bonde elétrico

Na Parahyba, como em outras cidades no Brasil e no mundo, o bonde elétrico que representou a possibilidade de ir e vir num menor espaço de tempo tornou-se um símbolo do domínio humano sobre a natureza e o uso da ciência e da tecnologia a serviço do desenvolvimento e progresso das cidades. O bonde elétrico figurara como uma das principais representações da cidade moderna, devendo proporcionar aos moradores das urbes conforto, bem-estar, comodidade e rapidez quando necessitassem se deslocar por entre as ruas centrais. Embora o Estado não dispusesse de recursos suficientes, as ações de modernização da Parahyba se

constituíram num processo interligado que combinou o alargamento e a abertura das ruas com a instalação da luz elétrica e do telefone. Na proposta de dotar a cidade com as condições indispensáveis à vida moderna, não podia faltar o bonde elétrico, principalmente porque, entre os moradores da área central, havia a crença de que esse serviço encurtaria as distâncias entre as residências, dinamizaria o comércio garantindo aos transeuntes o acesso as lojas localizadas nas ruas da Cidade Alta e Baixa, ofereceria comodidade no deslocamento até aos balneários das praias e tornaria as urbes civilizadas. Acreditava-se que, se a Parahyba passasse a dispor desse serviço, se assemelharia ainda mais ao Recife, ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Os jornalistas da época ressaltavam o fato dos paraibanos não poderem ficar fora dessa empreitada, principalmente porque, nas cidades de Campina Grande, Recife e Fortaleza, os bondes, há tempo, corriam velozmente sob o impulso da eletricidade.

Em 1906, o vice-governador do Estado, o Sr. Walfredo Leal encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa, com o intuito de sensibilizar os parlamentares a autorizarem a modernização da Empresa Ferro Carril. Neste sentido, a mensagem do referido político declarava seu propósito de:

{...} ligar esta cidade à importante praia de Tambaú até o próximo mês de novembro, visto que tão adiantados estão os serviços de construção da estrada que fará daquela aprazível praia um centro de diversão e uma estação balnear de mais fácil acesso aos habitantes da Capital. A Companhia Ferro Carril Parahybana é que ainda nos vai prestando os serviços de locomoção urbana; ela não tem produzido o interesse que aguardavam os seus acionistas. O governo que é o seu maior acionista cogita de encampá-la, procurando por esse meio chamar a si sua fiscalização e direção e dar-lhe o alento de vida, a fim de não desaparecer essa empresa de tanta utilidade, de vantagem indiscutível para os parahybanos. A propósito, será conveniente que não esqueçais de conceder-me autorização e os meios precisos para levar a efeito esse projeto de grande importância, em face do estado precário e de decadência em que se encontra a Empresa Ferro Carril.¹⁰⁸

Existindo ou não recursos disponíveis, não bastavam as ruas iluminadas, era preciso encurtar as distâncias ou tornar o percurso entre as Cidades Altas e Baixa seguro e veloz, razão por que o bonde elétrico passou a ser desejado. Por outro lado,

¹⁰⁸Mensagem do governador Walfredo Leal encaminhada a Assembléia Legislativa da Parahyba em 1906. AHPB – Caixa nº 30.

descobri-se a praia de Tambaú como espaço de lazer necessário a quem desejasse uma vida saudável. Esse balneário não se configurara como refúgio para aqueles que almejavam fugir do ritmo atordoado da cidade, mas passou a ser utilizado pelas famílias residentes no centro com parentes acometidos por alguma patologia respiratória, a exemplo da pneumonia e tuberculose, uma vez que o banho de mar e o clima a beira mar eram recomendados como medida profilática na cura dessas doenças.

Nem sempre o fato do governo do Estado encampar um serviço garantiria a sua manutenção em condições compatíveis com os anseios dos usuários, o que os levava a reivindicarem ações no intuito de mantê-los, vistos serem considerados indispensáveis à manutenção do *status* de cidade moderna. Isso fez com que o poder público estadual assumisse o prejuízo acumulado pelos empresários fundadores na Parahyba da empresa de eletrificação cujo propósito era oferecer à população os serviços de iluminação e transporte elétrico.

Em 1908, a ferrovia e, posteriormente, os serviços de tração animal, chegaram à praia de Tambaú, satisfazendo, assim, o desejo pelo banho de mar. Quanto ao bonde elétrico, esse ainda levou alguns anos para se tornar realidade. A modernização dos meios de transporte fazia parte do contrato assinado entre os diretores da ETLF e o governo do Estado, e previa a instalação do serviço de bonde elétrico, contudo este serviço, só foi inaugurado em 1914, após o governo concordar em subsidiá-lo.

O bonde provocou mudanças significativas no cotidiano dos moradores e da cidade.¹⁰⁹ Essa realidade inspirou um poeta anônimo, que, contemplando a urbe, enxergou as mudanças ocasionadas no comportamento das moças de famílias, uma decorrência da “máquina de fazer andar”, assim se expressou:

¹⁰⁹ A União – 09/05/1913, p. 01, Ver no AHPB Caixa 11, Solicitações de instalações de serviços enviadas pelo presidente do Estado ao Diretor da Empresa Tração, Luz e Força - 1916-1917, Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1917 e Folha de medição de calçamento da cidade – 1917.

na rua onde o bonde passa
moça não pode engordar
não trabalha
não faz nada
leva a vida
em namorar
Se o bonde passa estão na janela
se o bonde volta ainda estão elas
namoram a todos
é um horror
dos passageiros
ao condutor
Conheço umas que moram
aonde o bonde não passa
que dizem fazendo as tranças
essa vida é uma desgraça.¹¹⁰

Este tipo de transporte proporcionou inúmeras possibilidades de contato social e alterou o significado de alguns hábitos cotidianos das moças recatadas, as quais comumente costumavam contemplar a rua das janelas das suas casas. Não demorou e os olhares melancólicos e absortos de outrora passaram a ser direcionados a um único alvo, o bonde. No entanto, não era a máquina que interessava, mas os personagens que lhes ocupavam os espaços; sentados ou em pé, os jovens e elegantes rapazes de família complementavam a cena e eram os motivos das respirações profundas, inquietações, alegrias e dos desesperos das moças. Permanecer na janela não tinha apenas o intuito de respirar o ar fresco das manhãs ou de finais de tarde, mas o propósito de flertar com os passageiros; as ousadas não dispensavam os olhares do maquinista e do condutor. Com isso, o simples gesto de estar na janela assumiu outro sentido, restrito àquelas moças das ruas por onde o bonde passava. O anônimo poeta, ao fazer referência a um dos principais emblemas da modernização, elucida que a condição social da mulher, na cidade moderna, pouco se transformou, uma vez que, de imediato, não usufruiu do bonde permanecendo limitada ao recinto do lar, podendo, no máximo contemplá-lo da janela.

O bonde não mudou apenas o cotidiano dos habitantes, mas também resultou no controle sobre a circulação das carroças puxadas a animal. Com a instalação desse serviço, as autoridades da Capital da Parahyba passaram a proibir a

¹¹⁰ A Imprensa – 05/09/1912, p. 03.

circulação do transporte a animal no centro da cidade. Apesar da proibição, era comum encontrar os mascateiros, vendedores de frutas e aguadeiros, moradores dos sítios localizados no entorno da cidade, utilizando-se cotidianamente de carroças e animais quando se dirigiam ao Centro, Varadouro, Tambiá e às Trincheiras. Nesses lugares, eles iam comercializar os frutos e as verduras colhidas nos sítios onde moravam, desobedecendo às leis determinadas pelo Prefeito e mantendo o caráter rural do espaço que as elites insistiam em urbanizar. Diante dessa realidade, não cessavam o controle e os alertas aos proprietários de carroça quanto às ruas onde poderiam passar, parar e amarrar os seus animais, principalmente nos momentos de atendimento aos moradores que solicitavam a compra de ovos, leite, frutas e hortaliças, produtos cotidianamente negociados às portas das residências.¹¹¹ Com o objetivo de saber quantos vendedores existiam e utilizavam o animal como meio de transporte, o prefeito da Capital publicou edital nos jornais, convidando os proprietários de carroças a comparecerem à Prefeitura a fim de que fossem devidamente numerados e matriculados os respectivos carroceiros e proprietários de animais, principalmente os aguadeiros que cotidianamente circulavam pela cidade subindo e descendo ladeiras sobre o lombo de burros e cavalos, vendendo e entregando barris de água nas portas dos domicílios residenciais ainda desprovidos de água encanada.¹¹²

A preocupação do prefeito era a de que as ruas, sobretudo as centrais, que haviam recebido iluminação, não voltassem a apresentar o problema da fedentina de outrora, precisando mantê-las limpas e higiênicas por ser lugares saudáveis e dignos de permanência por um longo período, sobretudo à noite. Por outro lado, pretendia-se evitar que carroceiros e aguadeiros fossem atropelados, “atrapalhando o trânsito”, haja vista o bonde elétrico ser mais veloz que os animais.

¹¹¹ A respeito dos costumes rurais na capital da Paraíba, ver MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos Lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa - PB. São Paulo: USP, 2000 (Tese de Doutorado em Geografia)

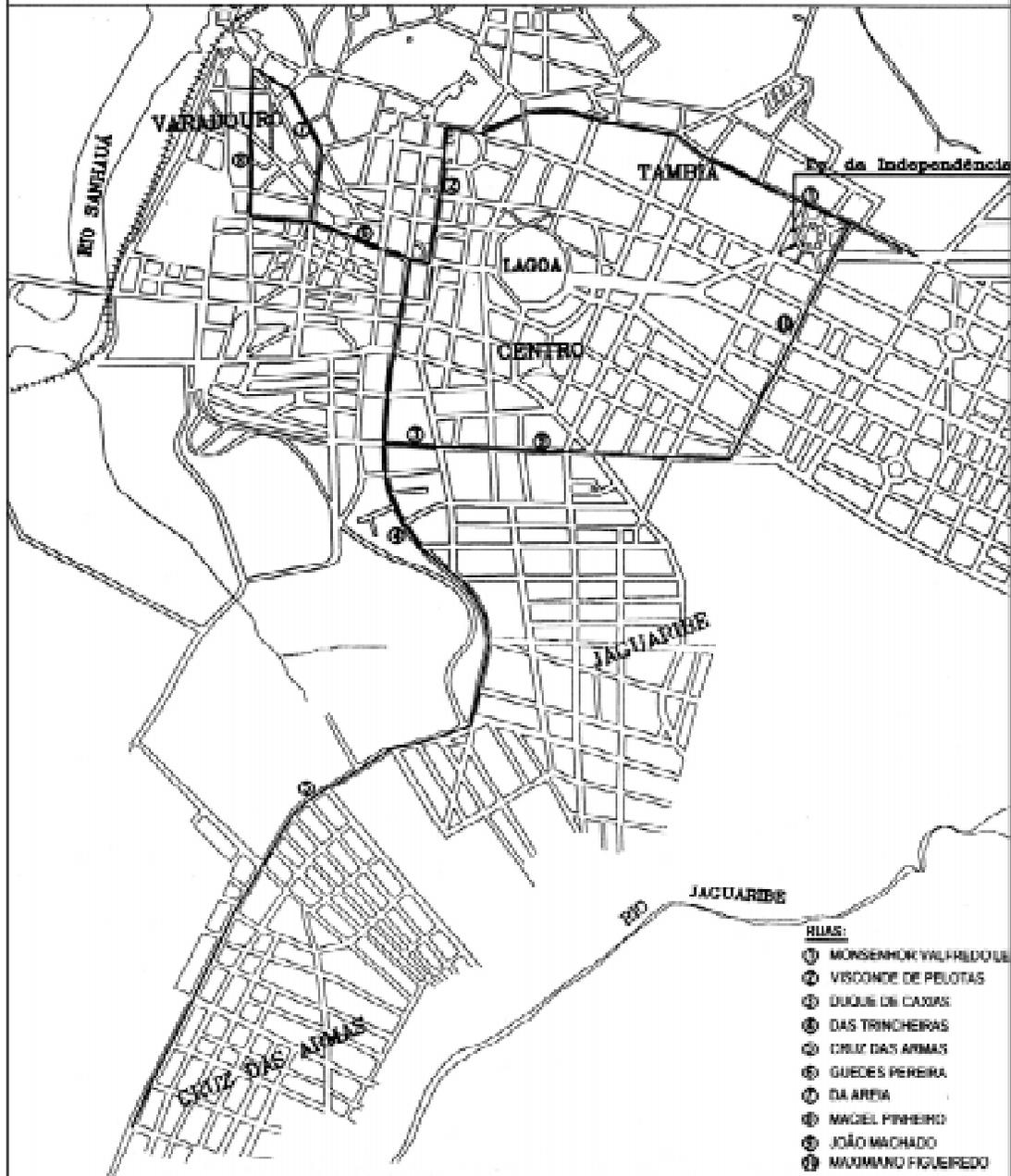
¹¹² A União – 02/02/1913, p.04. Ver também Edital nº 02, publicado pela Prefeitura da Capital, no qual é solicitado às empresas responsáveis pela construção de obras que enviem suas propostas orçamentárias, visando à edificação do mercado público da Rua da República. Sobre a presença dos aguadeiros na Cidade da Parahyba, depois da instalação do serviço de água encanada, ver MELLO, José Octávio de Arruda. **Os Coretos no cotidiano de uma cidade**: lazer e classes sociais na capital da Paraíba. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, p. 32, 1990.

Três anos após a instalação do serviço de transporte elétrico, o governador do Estado ampliou a linha do bonde no sentido de beneficiar outras artérias da cidade, solicitando do engenheiro Thiago Monteiro um novo trajeto para os bondes, assim traçado: (Veja mapa na página 73)

partindo de Tambiá, os veículos terão uma linha, além da atual para as Trincheiras, que percorrerá toda a Rua Visconde de Pelotas, cortando a Avenida João Machado e saindo nos Dois Caminhos a encontrar-se com a outra até a extremidade. {...} Depois seguirá pelo Beco do Teatro Santa Roza, indo por quase toda a Rua Barão da Passagem entroncando primeiro junto do telégrafo, depois na estação Great Western.

CIDADE DA PARAYBA - 1913

TRAJETO DO BONDE ELÉTRICO



LEGENDA

Trajetos do bonde elétrico —

PORTAL
 CENTRO DE TECNOLOGIA U.F.P.B.
 (BANCO DE DADOS)
 JOÃO PESSOA, PARAYBA

CARTOGRAFIA E DIGITALIZAÇÃO:
 JOSÉ RENATO
 ALEXANDRE MAGNO

ITINERÁRIO DA HISTÓRIA - JOSÉ LEAL
 TAVOLAS - ALUMNOS DA FINESTRA



ESCALA GRÁFICA



Fig. 04 - Mapa trajeto do bonde

Provavelmente descerão pelo Beco do Teatro e subirão pela Rua Maciel Pinheiro. Será conjuntamente estabelecida a linha até o portão do Cemitério Senhor da Boa Sentença {...} ¹¹³

Embora um novo trajeto para o bonde estivesse sendo definido, e novas linhas criadas, efetivamente não ocorreu uma ampliação desse meio de transporte público, que se manteve limitado às ruas da área central habitada pelos comerciantes e demais segmentos da alta sociedade. Não se estendendo a outras áreas da cidade. O traçado do novo trajeto do bonde reivindicado por esses moradores que na época utilizavam esse meio de transporte levou o governo a estendê-lo às áreas com maior concentração de lojas, satisfazendo não só aos comerciantes, mas também aos médicos, farmacêuticos, professores e advogados cujas residências ficavam nas ruas centrais ou nas suas proximidades. O principal propósito do então governador do Estado era proporcionar comodidade, rapidez e segurança a tais grupos sociais, principalmente aos proprietários das indústrias e casas comerciais localizadas na Cidade Baixa, razão por que estendeu uma linha até ao cemitério, ligando, assim, a Cidade Baixa à Cidade Alta, atendendo àqueles que diariamente necessitavam transitar nas duas áreas. ¹¹⁴

Frente às novas necessidades dos paraibanos e às transformações urbanas que a cidade passou a experimentar, a exemplo do alargamento das ruas, o governo convidou os representantes da ETLF para reverem os termos do contrato assinado em 1910, pois a cidade crescera e essa empresa não investira na ampliação e manutenção desse transporte na mesma proporção, conforme previa o contrato original. Para se certificar das condições do serviço de transportes públicos na Capital, o governo do Estado determinou a averiguação dos investimentos na área. Após análises, concluiu-se que, durante os dez anos de concessão e de atuação dessa empresa na Parahyba, os seus proprietários quase nada realizaram no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado.

¹¹³ A União – 11/06/1913, p. 01 e “Iluminação e Viação da Capital” – **Almanaque do Estado da Parahyba**. Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, p. 472, 1912.

¹¹⁴ A União – 15/06/1913, p. 02.



Foto 2 – Bonde elétrico do Bairro das Trincheiras – 1928
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba

A auditoria criada comprovou uma série de irregularidades, a exemplo do descumprimento dos horários e as péssimas condições dos bondes. Na falta de concorrentes, o governo foi obrigado a manter o contrato com a mesma empresa, uma vez que a cidade não poderia ficar sem transporte público, mas impôs algumas obrigações, tais como cumprimento do horário, a renovação da frota e a manutenção dos bondes. Mesmo com as determinações baixadas, os problemas continuaram e o governo do Estado então não hesitou em rever o contrato que mantinha com a ETLF. E a partir daí, passou a gozar de liberdade para fiscalizar o serviço prestado pela empresa aos paraibanos e poder partir para contratar outra quando considerasse necessário.¹¹⁵

Face às dificuldades financeiras da empresa, o Estado se viu forçado a investir na ETLF e buscar melhorar a qualidade do serviço. Por isso, no dia 29 de setembro de 1923, o governador do Estado assinou novo contrato com os dirigentes

¹¹⁵ Decreto Lei Nº 565 de 06 de setembro de 1923.

da mesma e concedeu-lhes empréstimo de 300.000\$000 (trezentos contos de réis), a serem pagos em três parcelas e sem juros. Pelo novo contrato, enquanto a quantia emprestada não fosse reembolsada ao Estado, o governo ficaria com o direito de reter não só o lucro proveniente da arrecadação das passagens, como também o pagamento de todas as prestações mensais de iluminação pública e particular, como de qualquer outro fornecimento de energia que fosse realizado a partir da assinatura do contrato.

Assim, no prazo de noventa dias, quando então se encerrava o período para o pagamento, a ETLF era obrigada a pôr em circulação bondes em condição de funcionamento em todos os pontos e lugares por onde se estende o serviço de iluminação elétrica. Caso essa determinação não fosse cumprida, a empresa pagaria a multa de dois contos de réis por mês durante o prazo que o governo determinasse. O propósito era forçar os responsáveis pela empresa a melhorarem a qualidade dos bondes e a pôr um fim nas reclamações dos moradores. Por isso, o novo contrato ainda estipulava o tempo de seis meses, contados a partir do dia 29 de setembro de 1923, como o prazo máximo para os dirigentes da ETLF ampliarem o tráfego dos bondes elétricos e os serviços das linhas existentes, os quais deveriam ser realizados com dez carros e mais seis reboques. Transcorrido o prazo, caso a empresa não tivesse cumprido com a cláusula, pagaria multa de 500.000\$000 (quinhentos contos de réis) mensais durante o tempo determinado pelo governo. Embora isso tenha sido determinado como obrigação, não foi cumprido nem a empresa foi multada. Assim, a Cidade da Parahyba entrou a década de 1930 com os bondes necessitando de reparos e o tráfego precisando ser ampliado.

Não demorou e em 1930 as queixas contra esse serviço voltaram à tona. O interventor Antenor Navarro, no comando político e administrativo do Estado, determinou que a ETLF fosse fiscalizada, pois ficara sabendo da ocorrência de vários acidentes no gerador de energia, os quais colocavam em risco a continuidade dos serviços de iluminação prestados aos paraibanos e a segurança dos usuários de bonde. Não foi difícil para o analista técnico, o Sr. Severino Cândido, concluir e comprovar que o contrato mantido entre essa empresa e o governo do Estado desde 1910, e reafirmado em 1923, nunca fora cumprido, visto que o serviço de bonde

continuava obsoleto e ineficiente. Comprovou-se que os dirigentes da ETLF, além de não terem ampliado a frota e o tráfego, não investiram na usina de geração de energia, ocorrendo a arrebentação do principal gerador de energia, prejudicando principalmente o serviço de transporte elétrico. Devido à baixa potência do gerador, os bondes não circulavam, ou circulavam com velocidade reduzida, fazendo o percurso num espaço de tempo maior do que o previsto razão dos constantes atrasos entre um e outro, e a causa dos aborrecimentos dos usuários. Conforme esclarecimento por parte do técnico responsável pela análise dos problemas nessa empresa, a fratura do gerador se deveu:

ao longo tempo de uso que tinham, e do péssimo estado de conservação em que se encontravam, não só essa como as outras duas máquinas que a empresa tem a seu serviço – um motor diesel de 240 KW e um gerador Wolf de 300 Hp. Desde 1912/1913, essas máquinas estavam em funcionamento; quanto ao gerador que explodiu, fora adquirido em 1923, mas era de segunda mão, além disso, não era feita constantemente a sua manutenção (sic).¹¹⁶

A condição dos motores e do gerador de energia que compunham a casa de máquina da empresa de eletrificação ETLF ilustra a qualidade do bonde elétrico instalado na Parahyba. O fato de ser elétrico, não assegurou aos paraibanos, um transporte confortável e rápido, as máquinas eram obsoletas e usadas, o que contribuía para que não trafegassem na velocidade desejada nem significassem o domínio sobre a tecnologia da época. Mesmo dispondo de um serviço de transporte elétrico, a Cidade da Parahyba seguia a passos lentos e, seu processo de modernização assim, se diferenciava das demais capitais brasileiras, onde a implementação da infra-estrutura urbana se fez mediante a incorporação da inovação tecnológica.¹¹⁷

Diante dos fatos apurados, o analista concluiu tratar-se de descaso por parte da diretoria da empresa, e, no momento em que inspecionava as máquinas, lembrou:

¹¹⁶ Relatório apresentado pelo Sr. Severino Cândido – técnico em eletrificação – ao Interventor Federal no Estado da Paraíba, o Sr Gratuliano de Brito, em 27/03/1930.

¹¹⁷ Id. Ibid.

o engenheiro Lehman, representante da fábrica onde o gerador fora construído, observou que há três anos mais ou menos, advertira o engenheiro San Juan – diretor gerente da ETLF e residente em São Paulo – da conveniência de comprar um eixo sobressalente para o motor do dito gerador. Donde a conclusão que tirei, de já se achar defeituoso naquela data, o eixo ora partido.¹¹⁸

Conforme se observa no trecho do relatório, os diretores da ETLF, ao adquirirem as máquinas, foram informados dos possíveis problemas que poderiam advir, por estarem comprando um produto obsoleto; mesmo assim, seguiram adiante. Por outro lado, a manifestação dos problemas técnicos e as constantes interrupções do serviço de transporte de bonde elétrico demonstram que o governo do Estado, quando aceitou a proposta de criação da empresa de eletrificação, não se preocupou em fiscalizar a qualidade do serviço que estava sendo implantado. O fato de se tratar de uma máquina fora suficiente para sua aquisição; importante era a energia a ser gerada e a substituição do transporte de tração animal; não importava a intensidade dessa energia. Se o governador não considerou esse aspecto, achando que implantar o serviço de bonde elétrico bastaria, os usuários demonstraram pensar o contrário: não bastava o serviço se não houvesse qualidade.

Em 1930 o Sr. Severino Cândido – assistente técnico contratado pelo interventor Gratuliano da Costa Brito – concluiu que a ineficiência desse serviço devia-se ao fato da empresa responsável não ter, à frente dos seus serviços técnicos, um engenheiro, nem na administração um representante domiciliado na cidade, uma vez que o diretor-gerente, o engenheiro Alberto San Juan, residia em São Paulo. Soma-se ainda outra circunstância agravante, o procurador da empresa nessa cidade possuía poderes restritos, que não diziam respeito à administração. Portanto, a ETLF só poderia funcionar a contento quando no seu comando estivessem os profissionais capacitados.

No mesmo dia em que recebeu do assistente técnico o relatório acerca da situação do serviço de bonde elétrico, o interventor federal baixou o Decreto Lei nº 373, de 27 de março de 1930, através do qual incorporava ao Estado a ETLF,

¹¹⁸Id. Ibid.

transformando-a numa empresa estatal de transporte público urbano. Ressaltando que:

{...} para atender aos reclames da capital, o governo em 04 de outubro de 1910, assinou um contrato com os engenheiros Alberto San Juan, Thiago Vieira Monteiro e Júlio Bandeira Vilela, para um serviço completo de tração, luz e força, com cláusulas que visavam atender, não só às necessidades de então como também ao futuro desenvolvimento da cidade. {...} Considerando que, o serviço de bondes é moroso, espaçado e não serve bem nem às poucas linhas por onde os mesmos trafegam, justifica a reclamação de toda uma população. A partir de então, decreto caduco e rescindido, nos termos das cláusulas 4ª e 18ª, o contrato celebrado entre em 04 de outubro de 1910 e 19 de outubro de 1923, entre o governo do Estado e a ETLF, ambos referentes à concessão dos serviços de tração e iluminação da capital do Estado.¹¹⁹

A atitude do interventor foi necessária porque os engenheiros Alberto San Juan, Thiago Vieira Monteiro e Júlio Bandeira Vilela, ao criarem a ETLF, não adquiriram um maquinário novo capaz de proporcionar aos usuários um serviço de qualidade. Talvez por não virem vantagens em investir em função dos custos serem altos e o lucro imprevisível, uma vez que o número reduzido de usuários desse meio de transporte não asseguraria o retorno esperado. Diante do desejo dos moradores por esse tipo de transporte os engenheiros adquiriram o maquinário correspondente ao capital de que dispunham, e avaliando os preços das passagens a serem praticados estipularam um valor compatível com as condições econômicas e ao número reduzido de usuários. Essa condição deveu-se ao fato deles não terem enxergado a Parahyba como espaço capaz de lhes assegurar o lucro. Desta forma, cumpria-se a hipótese do engenheiro Miguel Raposo, que desde 1910, questionava os investimentos privados nesse setor, e não via na Parahyba condições para reprodução do capital numa proporção suficiente para garantir lucro ao investidor.

Com o afastamento dos antigos proprietários da ETLF, esperava-se melhorias nos serviços prestados. Mas o fato do governo ter encampado essa empresa não garantiu essa melhoria; esse continuou decadente, ineficiente e alvo de críticas e reclamações por parte da população. O problema era tamanho, que levou os artistas a utilizarem os espaços e produções para o denunciarem. A exemplo da

¹¹⁹ Decreto Lei nº 373, de 27 de março de 1931.

peça intitulada “Com que cobre?”, exibida no Teatro Santa Rosa; que em um dos seus atos, criticava a deficiência do serviço de bonde da Capital.

Mas o carnaval foi o principal espaço de denúncia do bonde. O carnavalesco major Ciraulo, aproveitando-se do momento festivo, marcado por irreverências, risos e deboches, criou a agremiação carnavalesca ETLF (Estamos Todos Logrados e Falidos) para denunciar a condição do serviço de bondes elétricos da cidade. Todos os anos, os foliões saíam às ruas atrás desse bloco, demonstrando que não faltavam descontentes com as condições do bonde elétrico. Criado no carnaval de 1931, o bloco ETLF criticava o serviço de bonde e o descaso do governo, conforme se depreende da letra da marcha carnavalesca “Balança bonde véio”:

Balança bonde véio
balança
balança de Trincheiras a Tambiá
no Varadouro
este diabo dá estouro
e a gente fica sem poder andar

Bonde véio balança
entre a luz e a tração
na esperança de um dia
amenizar com a encampação
essa empresa avacalhada
que não tem mais o que dar
vai morrer no abandono
pois já não tem dono nem que a faça andar.¹²⁰

A marcha composta pelo major Ciraulo, além de revelar a precariedade do bonde elétrico, mostra que esse serviço, desde sua instalação em 1914, permanecia restrito aos bairros das Trincheiras, Tambiá e Varadouro, especificamente espaços de convívio dos comerciantes, políticos e profissionais liberais. Portanto, um público seleta que não só usufruía os serviços urbanos, mas era quem, desde a proclamação da República, vinha se assumindo cidadãos ativos, pois tiveram acesso não só aos direitos civis, como também aos direitos políticos, conforme enuncia José Murilo de Carvalho: “constituíram-se cidadãos plenos, possuidores do *jus civitatis*”. Nesta concepção de cidadania, o direito político não é natural: “é concedido pela sociedade àqueles que ela julga merecedores dele. Logo, tais cidadãos tinham como função

¹²⁰ PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. **op. cit** p. 37.

assegurar a preservação e manutenção da sociedade sendo para esses que a cidade se modernizou”.¹²¹

As críticas não se limitaram à má qualidade do bonde, mas se estenderam ao estado de abandono da empresa concessionária desse serviço. Assim como o fiscal que averiguou os serviços prestados pela corporação ETLF, o major Ciraulo também não relacionou a má qualidade do bonde à situação econômica da cidade e ao descontentamento dos seus proprietários com o baixo lucro arrecadado. Para esse poeta, a questão era de incompetência administrativa e a solução viria com a encampação da empresa pelo governo do Estado. Fato não verificado, pois, desde 1930, a empresa fora encampada, e o problema permaneceu. Nos carnavais de 1933 e 1934, a questão voltou às ruas com a paródia do major a canção “É de amargar”, saudando o fim da empresa ETLF como medida já prevista e recomendando os paraibanos a não lamentarem o fato, pois as melhorias estavam por vir:

Eu bem sabia
que essa gaita um dia
havia de ter fim
pois a coisa é mesmo ruim
não pense que estou triste
nem que vou chorar
vou acabar a empresa
que é de amargar
essa empresa
que é um samba acabado
tem nos perseguido
com todo bonde quebrado
demora tanto
a gente a esperar
para o Varadouro
Trincheiras ou Tambiá.¹²²

Novamente os bairros que compunham a área central da cidade foram ressaltados como também a insatisfação dos usuários e o velho desejo de que a ETLF saísse das mãos dos antigos proprietários. Acreditando que o governo republicano os atenderia, esperavam que o serviço melhorasse quando a empresa passasse a fazer parte dos quadros do Estado, por isso, saudavam com alegria a iniciativa do governador de tê-la encampado.

¹²¹ CARVALHO, José Murilo de. op. cit. p. 44

¹²² Id. Ibid.

Apesar das críticas propaladas e da encampação, pelo governo do Estado da ETLF, o serviço de transporte público continuou deficiente a ponto de haver a possibilidade do bonde sair de circulação em função da falta de recursos públicos nesse setor. Por isso, o articulista de *A Imprensa*, na condição de flâneur da cidade, disse:

infelizmente continua a causar grandes aborrecimentos e prejuízos ao público o nosso serviço de bondes. A falta de bondes na capital já passou do domínio das coisas normais. Veja, senhores leitores, que para se conseguir um lugar nos bondes, nas horas mais necessárias, é preciso gastar-se mais alguma coisa ou ser um bom assaltante. Quem quiser pegar o bonde que fica no Ponto de Cem Réis e que não queira se balançar tem que oferecer a própria vida. Ainda ontem pelas onze horas, era intenso o movimento de pessoas no referido ponto, registrou-se um acidente que poderia ter sido de graves conseqüências. Um ilustre cavalheiro que depois sabemos ser o Dr. Horácio Marinho teve a perna direita bastante maltratada devido, no momento de pretender alcançar o veículo, ter sido jogado sobre o solo, resultando ser alcançado pelas rodas traseiras do carro. Quando teremos solucionado esse malfadado problema? ¹²³ (grifo nosso)

Uma perspectiva do jornalista, ao denunciar o problema era também mostrar às autoridades responsáveis à incompatibilidade da situação em que os usuários se encontravam. Era inadmissível que, pagando o transporte coletivo, tivessem que passar por certos constrangimentos, como o vivenciado pelo Dr. Horacio Marinho. Tratava-se de um advogado com acesso a esse serviço; era, portanto, um cidadão, e por isso, o Estado tinha o dever de resolver o problema, para que situação semelhante não viesse a se repetir.

À primeira vista, a cena nos remete ao cotidiano de uma grande cidade cuja principal característica é o fato do crescimento da população e do serviço de transporte público serem desproporcionais, ocasionando os acidentes. Em parte, essa realidade não se aplicaria a Parahyba porque nessa cidade, o usuário do bonde elétrico era reduzido. No entanto, um acidente semelhante ao que ocorria nas grandes cidades foi verificado. Tal condição era resultado do atraso técnico que caracterizara a modernização implementada na Cidade da Parahyba. Os bondes eram obsoletos, e se tornaram incompatíveis com o progresso tecnológico vivenciado em alguns países da Europa, a exemplo da Inglaterra, onde o governador da

¹²³ A Imprensa, 15/04/1934, p. 01.

Parahyba os havia adquirido-os. Sem mencionar esse fato, o jornalista apelava ao governador que resolvesse o problema a contento.

Para os moradores dos bairros distantes a situação era pior, pois acabaram esquecidos. É importante ressaltar que, o serviço de transporte de bonde ficou restrito às elites. Embora um vagão de terceira classe tenha sido destinado aos pobres, a maioria da população sequer tomou conhecimento da novidade do século, que era visto apenas nos bairros das Trincheiras, Varadouro e Tambiá bairros beneficiados por esse serviço.

Numa outra crônica intitulada a “A Voz do povo”, um jornalista ressaltou a importância do transporte como a principal peça para a engrenagem do progresso em uma cidade. Na ocasião, lembrava aos paraibanos que essa condição estava longe de ser alcançada na Cidade da Parahyba:

é justamente nisto que a nossa cidade está de vez esquecida, e nem podemos apelar mais para ninguém, só para Deus, pois a ETLF já encampada pelo Estado não solucionou o problema, o nosso povo continua mal servido, não é isso que merece a nossa pobre terrinha. Pensavam os paraibanos, que com a encampação dessa empresa pelo Estado, as coisas fossem mudar. Mil vezes quando era administrada pelo Sr. João, pois naquele bom tempo nunca fomos tão mal servidos como estamos sendo atualmente que a dita se acha sob a orientação do Sr. Severino Cândido, então fiscal do governo junto àquela empresa; diga-se agora, o Sr. Superintendente foi quem mais perseguiu a pobrezinha da ETLF no tempo do tão bom e servidor João. Como ele está nos servindo atualmente? Melhor ou pior? Bem diz o adágio popular “Quem quiser conhecer o soldado valente, ponha-o na linha de frente”. A coisa é tão positiva que o Senhor Superintendente poderá ser juiz de si mesmo, para que ele mesmo se julgue e veja quanto é bom o povo de nossa terra. {...} o que vemos e ouvimos todos os dias, são todos os que trabalham o dia todo e à tarde são condenados, morando distante, a romperem, por falta de transporte, a pé exclamarem com ar de tristeza como quem sente uma saudade de uma coisa que não retornará. Ah, se o passado voltasse!¹²⁴

A perspectiva de ver o problema do bonde solucionado estava distante e a população amargava as conseqüências da falta de investimento nesse setor, principalmente porque a tecnologia utilizada era defasada. Não é demais lembrar que: a usina produtora de energia que movia os bondes funcionava a base de madeira, quando o carvão mineral já era uma realidade em outras capitais.

¹²⁴ A Imprensa – 11/03/1934, p.01.

O cronista afirma, que mesmo o serviço de transporte público tendo sido incorporado ao Estado, sua qualidade não melhorou, sobretudo no que diz respeito à frota não ampliada a outros bairros senão os centrais. Os usuários esperavam o contrário, inclusive porque a administração da empresa responsável por esse serviço estava com o Sr. Severino Cândido, fiscal do governo e responsável pelas averiguações realizadas, as quais identificaram as irregularidades que resultaram na sua incorporação ao Erário Estadual.

Da crônica se depreende que a condição do transporte público, na Cidade da Parahyba, não era uma questão de administração, mas de falta de investimento, conseqüência óbvia dos poucos recursos públicos que não possibilitavam ao governo renovar a frota de locomotivas, reduzindo o tempo de espera e estendendo as linhas de bonde aos arredores distantes da urbe, a exemplo de Jaguaribe, Cruz das Armas e Torre.

Só em meados da década de 1930, o tráfego do bonde de terceira classe foi estendido aos bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas. Tratava-se de um vagão usado, cujo estado de conservação exigia cuidados, pois, desde 1910, estava em circulação numa das linhas da primeira classe. Só em 1936, seis anos após a incorporação desse serviço pelo Estado, um vagão novo foi adquirido, e o velho, reaproveitado no serviço destinado às classes pobres.¹²⁵ Não demorou muito, e a linha recém criada apresentou problemas, sobretudo no que diz respeito ao tempo gasto no percurso do Ponto de Cem Réis aos bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas. O estado do bonde que fazia essa linha prolongava o tempo da viagem, pois era comum ele estancar e os passageiros ficarem esperando horas, sem a certeza de que o mesmo voltaria a circular.

O alargamento das ruas, a instalação da luz elétrica e a implementação do sistema de transporte, mesmo limitados a algumas artérias da cidade significaram a chegada de inovações modernas. Estes melhoramentos, no entanto, deficientes devido à falta de recursos não pararam o processo de modernização/urbanização da Parahyba. Além de deficitária, a modernização nessa cidade, combinou os serviços

¹²⁵ A União – 27/12/1936, p.09.

instalados aos interesses de uma minoria social privilegiada economicamente. Por outro lado, excluiu as classes pobres e a elas se referiu apenas quando da necessidade de aplicar a lei que lhes corrigisse os comportamentos e posturas indesejadas, e os mantivesse distantes da área central da cidade. Conforme vimos ao longo deste capítulo, a má qualidade dos serviços de bonde elétrico e energia elétrica foi uma decorrência dos recursos serem incipientes, no entanto, o sonho de viver numa cidade moderna continuou sendo acalentado, e, às ações já empreendidas, somaram-se outras, a exemplo da água encanada.

CAPÍTULO 2

A CIDADE MODERNA: ÁGUA ENCANADA E SANEAMENTO

a Parahyba não possuía ainda abastecimento d'água potável, nem esgotos para levarem ao longe as águas servidas e as matérias esgotáveis. A água era fornecida por diversas cacimbas e o lixo era carregado por carroças meio fechadas, as quais levavam consigo e semeavam por toda parte de seu percurso os germes mórbidos da cidade {...}¹²⁶

2.1 O caso das águas

A cidade da Parahyba contava com ruas abertas e alargadas para dar passagem aos veículos e transeuntes, luz instalada e o sistema de transporte público à tração animal substituído pelo transporte elétrico, contudo se ressentia da falta da água encanada e do saneamento. A insuficiência de recursos impossibilitou que esses serviços fossem instalados na mesma época da luz e do bonde. Acreditava-se, porém na cidade moderna. Para a classe médica a Parahyba permanecia distante da condição de cidade moderna, principalmente porque o uso da água tratada e encanada não era uma realidade entre os paraibanos, e na cidade ainda se mantinham os hábitos de tomar banho de rio e retirar das cacimbas a água para beber e preparar os alimentos. Adicionado a isso, era comum a água usada correr a céu aberto, denunciando a igual necessidade de esgoto e saneamento. Na compreensão dos médicos, sem a efetivação de tais serviços não se poderia classificar a Parahyba como uma cidade moderna.

Com o tempo a preocupação dos médicos se estendeu aos demais segmentos defensores da modernização; os governantes passaram a enxergá-la

¹²⁶ **Almanaque do Estado da Parahyba.** Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1912.

como um problema a ser superado, para que a Parahyba se enquadrasse nos padrões de modernidade que caracterizavam outras cidades do país. Como o *Almanaque do Estado da Parahyba* notou em 1910, a Parahyba:

estava completamente desprovida de saneamento. Não possuía ainda abastecimento d'água potável, nem esgotos para levarem ao longe as águas servidas e as matérias esgotáveis. A água era fornecida por diversas cacimbas e o lixo era carregado por carroças meio fechadas, as quais levavam consigo e semeavam por toda parte de seu percurso os germes mórbidos da cidade. Este era depositado em certos terrenos e por sua vez contaminavam automaticamente a população dos arredores. Como na maior parte das cidades do Brasil, tudo ou quase tudo está por se criar {...}.¹²⁷

Os médicos também desejavam a modernização da cidade, mas reconheciam que essas condições não se limitavam à implementação da luz e do transporte elétrico, ao alargamento e calçamento das ruas; a questão se estendia ao saneamento, e, sobretudo, a qualidade da água que se consumia. Ela não era apenas um dos atributos capazes de proporcionar o bem estar dos moradores, mas o principal item no processo de manutenção da saúde dos cidadãos, e, portanto, indispensável à efetivação da urbe moderna. Nesse sentido, os médicos passaram a se contrapor aos demais defensores e adeptos da modernização.

Tentando justificar o inconformismo dos médicos exaltados, o engenheiro Victor Kromenacher, um dos responsáveis pela implementação dos serviços de melhoramentos urbanos na Parahyba, ressaltou que a realidade dessa urbe não era diferente da maioria das cidades brasileiras, e no caso específico do abastecimento d'água, lembrava que a Parahyba,

poderia empreender completamente esse *desideratum*, o que aliás está principiando a executar, procurando nas bacias do Jaguaricumbe, do Macaquinho, do Buraquinho e do Jaguaribe, as águas potáveis necessárias ao abastecimento de seus habitantes. Pelas diversas sondagens executadas pelo ilustre Dr. Miguel Raposo, autor do Projeto de Abastecimento d'água da Capital, e pelos diversos poços, cisternas e galerias de filtração, já construída ou em construção, reconheceu-se existir importantes reservas d'água elaboradas e internamente potáveis, localizadas em certos níveis que formam rios subterrâneos.¹²⁸

¹²⁷ Id. Ibid.

¹²⁸ Id. Ibid.

A manifestação dos médicos trouxe à tona o fato de que o tratamento e a instalação da água encanada estava na pauta de discussão. Talvez ainda não tivesse sido implementado em função dos serviços de infra-estrutura urbana da Cidade da Parahyba estarem sendo coordenados por um engenheiro, cuja visão de sanitarismo era limitada ao calçamento, a luz elétrica e o bonde, ao invés da água encanada, já que os rios e mananciais que circundavam a cidade e onde a população se abastecia possuíam água pura e cristalina. O atraso na implantação do serviço de abastecimento da água encanada era a falta de recursos públicos, o que levou o governo do Estado a recorrer ao capital privado. Segundo Sonaly Cristina Rezende, em função dessa última questão:

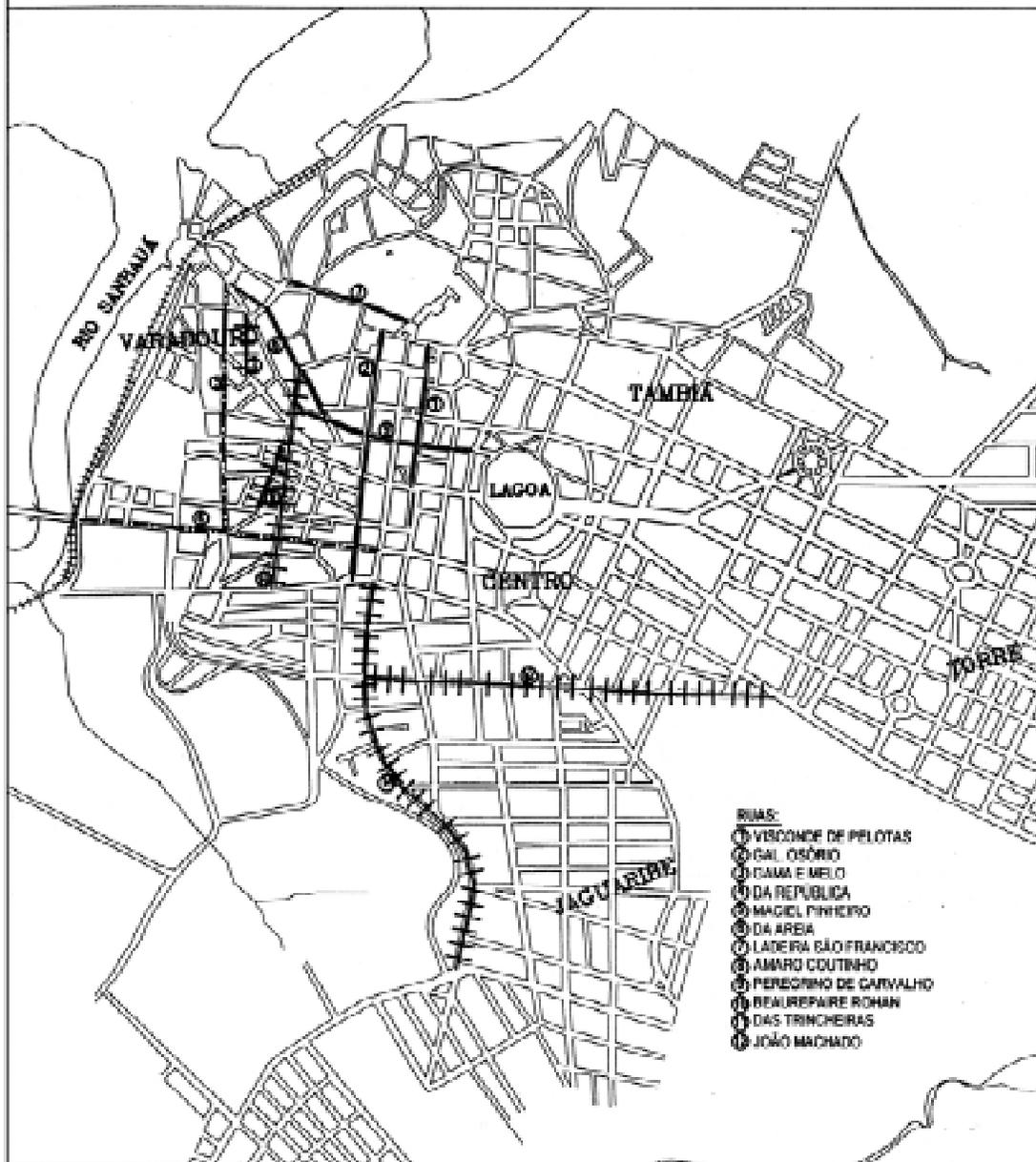
desde o início do século XX o Estado brasileiro transferiu os serviços de água e esgoto para a iniciativa privada, principalmente as empresas de capital inglês que, na época, tinham hegemonia no mercado brasileiro. Essa medida fora resultado da inserção da economia brasileira no contexto do capitalismo mundial e foi o que determinou o plano de ações, com a perspectiva de criarem condições básicas para o desenvolvimento das atividades econômicas.¹²⁹

Como temos visto, o capital privado participou na implementação dos serviços de infra-estrutura urbana na Parahyba. Quando esse capital não foi majoritário na composição das empresas, foi parceiro do governo do Estado, a exemplo do caso da empresa de iluminação elétrica e transporte público. O mesmo se repetiu em 1912, dois anos após a energia elétrica ter sido implementada, quando o serviço de abastecimento d'água encanada foi instalado, beneficiando apenas alguns paraibanos residentes nas ruas Maciel Pinheiro, Peregrino de Carvalho, Rua da República, Visconde de Pelotas, General Osório e Ladeira São Francisco. (Veja mapa na página 89) O reduzido número de ruas contempladas com o serviço se devia ao alto custo do material necessário à sua instalação, visto que ficava sob a

¹²⁹ REZENDE, Sonaly Cristina. **O Saneamento no Brasil** políticas e interfaces. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 100, 2002.

CIDADE DA PARAYBA - 1912/1923

INSTALAÇÃO DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO



LEGENDA

ÁGUA ENCANADA
SANEAMENTO
ÁGUA E SANEAMENTO



FONTE:

CENTRO DE TECNOLOGIA UFPB
 (BANCO DE DADOS)
 JOÃO PESSOA PARAYBA

CARTOGRAFIA E DIGITALIZAÇÃO:
 JOSÉ RENATO
 ALEXANDRE MAURO

ITINERÁRIO DA HISTÓRIA - JOSÉ LEAL
 TABELAS - ARMAZENAR DE PARAYBA

NG



ESCALA GRÁFICA

150 0 300 m

Fig. 05 - Chateais públicos

responsabilidade do consumidor, e não do Estado, encarregado apenas de fornecer o técnico responsável pelo trabalho. Devido às limitações do serviço de água encanada, os aguadeiros permaneceram por um longo período abastecendo as residências e os domicílios públicos e particulares, a exemplo das lojas, escolas e dos hospitais. Um ano após a implantação do sistema precário de água encanada, o hospital Santa Ana, instituição mantida pela Santa Casa de Misericórdia, teve instalado o serviço de encanação e passou a contar com o abastecimento d'água fornecido diretamente nas suas torneiras, deixando, assim, de se servir dos barris de água comprada, ou doados pelos irmãos de caridade.¹³⁰

As famílias que não dispunham da encanação em suas residências, em função dos custos da instalação supriam suas necessidades comprando aos aguadeiros os barris de água negociados nas portas de casa. Paralelo a esse serviço os chafarizes públicos se mantiveram e no final da década de 1910, a Capital contava com treze chafarizes públicos, distribuídos nos seguintes pontos: Rua da Independência, Rua do Cajueiro, Largo das Mercês, Largo do Mercado, Largo da Mãe dos Homens, Praça de São Francisco, Largo do Tesouro, Largo do Poçinho, Largo da Cadeia e Praça Gama e Mello.

É importante ressaltar que a construção dos chafarizes públicos, ocorrida simultaneamente ao processo de instalação de água encanada nas residências, foi limitado à Cidade Alta, atendendo, assim, às famílias residentes na área central da cidade que não arcaram com as despesas de instalação da água encanada, e não às classes pobres. Essa situação verificada na Parahyba se confunde com a afirmação de Sonaly Cristina Rezende, quando diz:

os serviços de abastecimento de água saíram do âmbito particular e se tornaram coletivos, havendo a ampliação dos sistemas a partir dos antigos chafarizes. Mesmo sendo um sistema público de abastecimento, privilegiou as classes sociais mais elevadas.¹³¹

A construção dos chafarizes públicos não significou dizer que o Rio Jaguaribe tenha sido deixado de ser utilizado, principalmente pelas classes pobres

¹³⁰ A União – 04/01/1913, p. 02.

¹³¹ REZENDE, Sonaly Cristina. op. cit. p. 100

não beneficiadas pelos empreendimentos dos serviços de água e esgotos. Essa realidade foi motivo de discussão acerca da qualidade da água servida aos moradores da Capital; o principal ponto de pauta foi a situação da água, e não a exclusão das classes pobres do acesso a esse serviço.

O limitado acesso ao sistema de água encanada, por parte da população, mesmo na Cidade Alta, aliava-se ao fato dos consumidores enfrentarem também o problema da qualidade da água visto que o Rio Jaguaribe, principal fonte de fornecimento, continuava sendo utilizado pelas classes pobres como local para banho e lavagem de roupas. A partir de então, a questão da salubridade da água se transformou numa nova preocupação. De que valia um sistema moderno de abastecimento se as elites acabavam consumindo a mesma água “contaminada” pelos pobres? Embora os médicos questionassem o fato dos pobres continuarem utilizando as águas do Rio Jaguaribe, a intenção não era zelar pela saúde deles e garantir-lhes o acesso à água tratada, mas impedir que se abastecessem no rio.

Enquanto, nas demais capitais brasileiras, a consciência da interdependência humana foi determinante para a mudança nos rumos das ações de modernização/urbanização, o que levou o poder público nas ações realizadas considerarem as necessidades das classes pobres,¹³² na Parahyba, o processo continuou ignorando-as, uma evidência da compreensão de que apenas os pobres eram atingidos pelas epidemias.

A questão da insalubridade ou a salubridade da água servida aos paraibanos, apesar de ter alcançado as páginas dos jornais, se limitou aos grupos sociais detentores do poder econômico e de decisão político social. Assim, as discussões se restringiram aos médicos, engenheiros e políticos, e se constituiu num processo fechado e fundamentado no conhecimento médico-científico. Por isso, excluiu os demais segmentos da sociedade, a exemplo dos trabalhadores e moradores dos bairros periféricos que se abasteciam de água diretamente no Rio Jaguaribe. A suposta contaminação das águas que acabou se transformando numa polêmica e envolveu médicos, engenheiros, sanitaristas e políticos, também se

¹³² REZENDE, Sonaly Cristina. op. cit. p. 153

transformou numa luta entre pernambucanos e paraibanos; estes empenhados em afirmar a Parahyba como detentora do saber médico e científico. Como o diretor da Repartição de Higiene do Estado era o médico pernambucano Dr. Ceciliano Mamede, clínicos e sanitaristas paraibanos não hesitaram em criticar as análises deste “forasteiro”.

A polêmica sobre as águas teve início quando o jornalista paraibano Arthur Achilles endereçou uma carta ao governador Castro Pinto, pondo em dúvidas a potabilidade da água servida aos paraibanos. Apesar de um exame comprovar sua probidade ao consumo humano, o referido jornalista discordou do resultado fornecido pela Repartição de Higiene da Parahyba, onde fora realizada a análise. Diante do questionamento, o médico pernambucano Ceciliano Mamede, responsável pela análise admitiu:

ter notado algum tempo depois de examinada que a água não saía limpa dos encanamentos. Até ficar a água perfeitamente limpa, era necessária a abertura das válvulas; operação que se repetia por pequenos períodos para prevenir qualquer acumulação de sedimentos. Baldados, porém eram os esforços, o reaparecimento da turvação era certo, embora menos perceptível.¹³³

Apesar de ter confirmado a existência de algo anormal na água servida aos consumidores paraibanos, Dr. Ceciliano Mamede queria que o jornalista e os demais consumidores compreendessem não ser aquela a realidade da água retirada dos mananciais do Rio Jaguaribe. Para este médico, não havia motivo para tantas dúvidas. Além de indiretamente defender a análise clínica realizada, e, obviamente, a qualidade da água, ele ressaltou que, na ocasião das obras de encanamento, percebeu a falta de habilidade do engenheiro paraibano Augusto Smith em coordenar essa tarefa, pois fora incapaz de observar a ferrugem nos tubos utilizados na canalização. Diante disso, enviou ao sanitarista inglês Dr. Tidey nova amostra da água para análise, recebendo como resposta desse especialista a afirmação de que possuía alto nível de acidez, resultante da existência do ácido carbônico, principal responsável pelo ataque à tubulação.¹³⁴

¹³³ A União, 18/01/1913, p. 01.

¹³⁴ Id. Ibid.

A recorrência a esse sanitarista talvez se devesse ao fato de se tratar de um inglês e, na compreensão do médico pernambucano, eram detentores de opinião científica mais abalizada; logo, os resultados do Dr. Tidey acerca da análise de água eram considerados mais precisos do que os dos sanitaristas brasileiros. Na Europa, a saúde pública e a preocupação com o estado sanitário das cidades estavam sendo discutidas há mais tempo que no Brasil, portanto, tratava-se de um especialista na questão. Tendo participado da implementação dos melhoramentos urbanos no seu país, acreditava-se que ele poderia contribuir com as discussões acerca do serviço de água encanada na Parahyba. Com as explicações do sanitarista Tidey, o clínico Ceciliano Mamede esperava ter convencido o autor da denúncia, se livrado da responsabilidade e evitado que o caso tomasse outras proporções. Porém, não foi isso o que aconteceu. Quatro dias depois, a questão da água voltou a ser o assunto entre clínicos e sanitaristas. Em conversa, o sanitarista paraibano Otacílio de Albuquerque ressaltou o fato da tubulação de ferro ser velha e a responsável pela coloração turva da água, descartando a hipótese da mesma ser atacada pelo ácido carbônico, conforme afirmara o Dr. Tidey. Em meio à opinião emitida, o médico Otacílio de Albuquerque lembrou ter tomado conhecimento, em conversa com os senhores Coriolano de Medeiros, Sidney Dores e Orestes Cunha, de que a água corrente nas torneiras das casas desses moradores não apresentava problema, porque, nas instalações, foram utilizados tubos galvanizados, e questionava o porquê desse tipo de tubo não ter sido aplicado em todas as residências.¹³⁵ Os elementos apontados pelo sanitarista Otacílio de Albuquerque não foram aceitos pelo clínico Ceciliano Mamede, sobretudo porque contrariavam suas explicações iniciais, permanecendo os discursos. Embora reconhecesse a má qualidade da água, este clínico apontava como responsável por isso a sujeira da caixa d'água domiciliar, que acumulava a água vinda da encanação geral e distribuía às residências, sendo necessário se manter sempre limpa. Com isso, afastou a afirmação do Dr. Otacílio de Albuquerque.

¹³⁵ A União, 22/01/1913, p.01.

A divergência de opinião entre o clínico pernambucano Ceciliano Mamede e o sanitarista paraibano Otacílio de Albuquerque, pode ser encarado como um conflito entre sanitaristas e médicos clínicos sobre qual profissional era mais qualificado para emitir pareceres acerca da qualidade da água e das condições sanitárias da cidade. O clínico Ceciliano Mamede ressaltou que bastava os consumidores incorporarem ao seu cotidiano o hábito de esgotar a caixa e limpá-la para terem o líquido potável livre de qualquer impureza. Portanto, para ele o problema era o mau uso que os consumidores faziam da caixa d'água; muitos deles ainda não haviam inserido na rotina doméstica a preocupação com a limpeza desse recipiente. A solução do problema era de responsabilidade do usuário, e não da Repartição de Higiene ou da Companhia de Abastecimento, conforme entendia o sanitarista Otacílio de Albuquerque.

As conclusões formuladas acerca da coloração turva da água extrapolavam questões meramente técnicas. Tanto o clínico Ceciliano Mamede, quanto o sanitarista Otacílio de Albuquerque, ao emitirem suas opiniões, não só queriam demarcar espaço profissional, como tentavam indicar um responsável para desqualificar a opinião do outro, ao invés de proporem uma ação sanitária, já que a água, contaminada ou não, estava sendo consumida pelos moradores, alheios à discussão. Acrescente-se a isso o fato de ambos serem funcionários da Repartição de Higiene da Parahyba – órgão estadual responsável pela manutenção do serviço de saúde pública e ao qual obviamente cabia fiscalizar a água consumida pelos paraibanos. Em meio a essa situação, o sanitarista Flávio Maroja fez uma análise do episódio na qual não responsabilizava nem isentava o Estado e os consumidores, mas os alertava para os perigos que o consumo da água poluída poderia ocasionar à saúde. Para tanto, lembrava a relevância da limpeza das caixas d'água e ressaltava ser preciso manter os poços de captação e a área adjacente a estes sempre limpos. Só assim os paraibanos estariam livres dos perigos de contaminação e da contração de algumas moléstias, a exemplo da malária.¹³⁶

¹³⁶ A União, 23/01/1913, p.01.

A divergência de opinião entre o clínico Ceciliano Mamede e o sanitarista Otacílio de Albuquerque tornou a questão da potabilidade da água manchete nos jornais da cidade. Na *A Imprensa* ou em *A União*, o assunto esteve sempre na primeira página. Não tardou para que na discussão do “caso das águas”, entrassem outros paraibanos, a exemplo dos sanitaristas José Maciel e Flávio Maroja, e o engenheiro Miguel Raposo (Diretor da Companhia de Abastecimento d'água). Ao emitirem suas considerações acerca da coloração turva da água, esses profissionais passaram a discordar ou concordar, ora com as conclusões do clínico Ceciliano Mamede, ora com as do sanitarista Otacílio de Albuquerque.

A opinião do sanitarista José Maciel caracteriza muito bem esse episódio. Em nota pública, ele se manifestou a respeito da questão da qualidade da água e defendeu a opinião do também sanitarista Otacílio de Albuquerque.

a água obtida dos poços localizados próximos ao manancial de Jaguaribe é de ótima qualidade e preenche todas as necessidades exigidas para uma água potável, por suas propriedades físicas, clínicas e orgânicas. Isto, porém, não acontece com o líquido que corre nas torneiras domiciliares e dos chafarizes públicos, pois vem carregados de óxido de ferro e de substâncias outras, de uma acidez e sabor desagradáveis.¹³⁷

No geral, os clínicos e sanitaristas utilizaram o discurso técnico como justificativa para desqualificar o questionamento formulado pelo jornalista Arthur Achilles e tranquilizar os consumidores. Ao fazer referência à impureza da água, o sanitarista José Maciel afirmara que o problema estava na tubulação, conforme dissera Otacílio de Albuquerque, e acrescentara observações relativas às condições das máquinas de sucção e liberação desse líquido, as principais responsáveis por tal problema. Com isso, a análise formulada pelo clínico Ceciliano Mamede ficara resguardada de crítica, porque o sanitarista José Maciel analisou a água recolhida das torneiras, e não a coletou diretamente no rio. Esse resultado apontou o problema como sendo técnico, e não clínico, ou seja, a questão estava na qualidade dos tubos utilizados. Por outro lado, referendou a competência científica desse clínico.

Na tentativa de concluir a discussão o sanitarista José Maciel alertava que a solução viria quando os técnicos da Companhia de Abastecimento descarregassem

¹³⁷ A União, 28/01/1913, p.01.

a água acumulada nas máquinas antes de ser levada à distribuição geral, tarefa a ser realizada colocando, no encanamento direto para o reservatório, um tubo de descarga nas proximidades das máquinas. Isso possibilitaria a saída da água estagnada e poluída. Quanto à ferrugem, alertava não ser em nada “prejudicial à saúde, apenas torna a água imprestável para a limpeza de certos legumes, dando-lhe uma coloração escura, devido à formação do fosfato de ferro”.¹³⁸

O fato das divergências de opinião acerca da qualidade da água assumirem tanta visibilidade demonstra que naquele momento, a participação dos médicos e sanitaristas na formulação de políticas urbanas era efetiva. Na Parahyba como no Rio de Janeiro, em São Paulo, Recife e Porto Alegre, a opinião desses profissionais da saúde, desde outrora, vinha sendo decisiva na definição do que deveria constar na feição urbana das cidades e que fosse coerente com o novo *modus vivendi* em evidência.¹³⁹

Enquanto os sanitaristas, médicos clínicos e engenheiros dominavam o debate acerca da qualidade da água na Parahyba, os moradores continuaram a consumi-la de forma indiferente. Esses profissionais, longe de apresentarem uma solução, restringiram a discussão a si, em detrimento a opinião dos grupos sociais não envolvidos.¹⁴⁰ Em meio às opiniões emitidas, ora pelos clínicos e sanitaristas, ora pelos engenheiros, o governo do Estado também não demonstrou interesse em solucionar a questão, uma vez que o Sr. Miguel Raposo (Diretor da Companhia de Abastecimento) não se manifestou sobre o caso.

Como já indicamos, a discussão acerca da água foi manchete na imprensa. A visibilidade alcançada se deu em função dos médicos sanitaristas e clínicos, que, no momento, não eram funcionários da Companhia de Abastecimento d'água nem da Repartição de Higiene, disputarem espaço e terem entrado no debate. Mesmo assim, não envolveram outros segmentos da sociedade, passando a impressão de que intencionavam desqualificar técnica e cientificamente os administradores de tais

¹³⁸ A União, 28/01/1913, p. 01.

¹³⁹ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. op. cit. pp. 146-148. Ver também ABREU, Maurício de Almeida. “Pensando a cidade no Brasil do passado”. In: SILVA, José Borzacchiello da. (org.) **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: Editora da UFC, pp. 27-52, 1997.

¹⁴⁰ Ver A União de 18/01/1913 a 26/02/1913.

órgãos. Em função disso, transformaram um problema social numa discussão meramente técnica e política, sem se preocupar em apresentarem solução para o mesmo. Nesse caso o uso do discurso científico como meio para justificar as opiniões emitidas, à medida que evidenciou a divergência de opinião entre clínicos e sanitaristas, se impôs como determinante da verdade. Logo, era inquestionável.

No final do mês de janeiro de 1913, a discussão sobre a qualidade da água encanada voltou à baila. Dessa vez foi o sanitarista Manoel Azevedo e Silva, paraibano, quem entrou no debate e questionou as afirmações do também sanitarista José Maciel, acerca do “caso das águas”. Para Manoel Azevedo e Silva “não podia passar sem protesto, da sua parte, um tópico da nota do ilustre colega, publicada em *A União* de ontem, 28 de janeiro, quando afirmara ao público paraibano não haver matéria orgânica na água que abastecia a Capital por se tratar de água de poço”.¹⁴¹ Este sanitarista não só questionou a afirmação do sanitarista José Maciel, como discordou da qualidade da água analisada pelo diretor desse órgão, o clínico Ceciliano Mamede, em função dele não a ter acidulado com ácido sulfúrico e ter trabalhado com uma temperatura de 90 graus. Segundo ele a razão do clínico Ceciliano Mamede não ter usado esses procedimentos estava evidente, pois, no resultado apresentado, não especificou o volume de água examinada, o nome da solução utilizada para acidular nem o número de gotas consumidas. Por isso, desafiava-o, bem como aos demais clínicos e sanitaristas da Capital, a exemplo do Dr. José Maciel, a comparecerem à Repartição de Higiene e realizarem nova análise, utilizando os procedimentos de acidulação com ácido sulfúrico a uma temperatura de 90 graus. No geral, questionou os procedimentos técnicos utilizados por seu colega ao afirmar:

a água de poço situada em terreno pantanoso não pode ser potável enquanto não se esgotar toda matéria orgânica, servindo apenas para banhos e lavagens de pratos, só podendo servir para uso culinário quando não tiver a abundância de ferro que tem, como é o caso dos poços que abastecem a cidade da Parahyba, o que calculamos pelo nosso exame em um grama por litro. Nesse aspecto, concordo com as medidas de limpeza propostas pelo

¹⁴¹ *A União* – 29/01/1913, p.01.

colega, que devem ser estendidas aos poços, e não somente às máquinas de captação.¹⁴²

Além de discordar da opinião do seu colega José Maciel, colocou em dúvida a análise realizada pelo clínico Ceciliano Mamede, o que significou dizer que a água consumida pelos paraibanos não apresentava a qualidade antes assegurada. Não é demais lembrar que a sujeira se acumulava no poço artesiano de onde o líquido era retirado, e não apenas nos canos da máquina de sucção.

Para o engenheiro Victor Kromenacher, paraibano e funcionário da Companhia de abastecimento d'água, não havia perigo de contaminação, visto a companhia responsável se utilizar das águas das camadas superficiais das vertentes da nascente do Rio Jaguaribe, não fazendo a filtração direta no leito desse rio. Afora essa questão, o sanitarista Manuel Azevedo e Silva considerou insuficiente o volume de água sugerido pelo também sanitarista José Maciel como necessária ao consumo humano:

quando os higienistas modernos recomendam 300 litros por pessoa e calculando que cada família possui em média 10 pessoas, o consumo ideal por família/mês deveria ser 30 mil litros e não 20m cúbico. Quanto ao preço cobrado na Parahyba, é um exagero comparando-se com o valor praticado no Rio de Janeiro e Salvador, que ficava em torno de 3 a 4 contos cada pena. Não podemos esquecer a condição de pobreza da maioria dos parahybanos e a necessidade da água para a manutenção da higiene pessoal.¹⁴³

Além das considerações técnicas e operacionais, o sanitarista Manoel Azevedo e Silva também questionou o preço da tarifa de consumo d'água. Conforme deduzimos do relatório deste médico, o sanitarista José Maciel, quando sugeriu o valor de cinco contos de réis por cada metro cúbico d'água consumido, não levou em consideração o pequeno número de consumidores e o prejuízo que isso poderia ocasionar à Companhia de Abastecimento d'água. No questionamento formulado, Manuel Azevedo e Silva revelou não só falhas técnicas na relação oferta/consumo e valor da tarifa cobrada por uma pena d'água, mas também o limite desse serviço,

¹⁴² A União – 29/01/1913, p.01.

¹⁴³ A União – 29/01/1913, p.01.

uma vez que poucos poderiam pagar o preço cobrado, em função de ser incompatível com a Cidade da Parahyba.

Essa discussão chegou aos salões do poder Executivo, e não tardou para que o governador do Estado encarregasse o sanitarista Saturnino de Brito a levar amostra para análise. Este profissional era referência nacional na questão do saneamento e poderia contribuir nessa empreitada, visto ter assessorado diversos prefeitos e governadores, além de ter coordenado projeto nessa área e ter respondido pelas Repartições de Obras e Saneamento em cidades como Recife, Rio de Janeiro, São Paulo etc. Portanto, tratava-se de um profissional competente. O governador da Parahyba esperava que, com a palavra desse sanitarista, a discussão acerca das águas fosse encerrada. O propósito do governador, quando recorreu a Saturnino de Brito, era concluir a questão, sobretudo porque se tratava de um profissional renomado, portanto, uma autoridade cuja opinião se afirmava como uma decorrência dos cânones da esfera de sua competência.¹⁴⁴ Embora as demais opiniões emitidas fossem de clínicos e sanitaristas, o discurso de Saturnino de Brito foi hipervalorizado. Com isso, o governador pretendia resolver a querela, invalidando as demais formulações, uma vez que o discurso competente invalida os seres sociais e políticos e os revalida por intermédio de uma competência que lhes diz respeito enquanto sujeitos individuais ou pessoas privadas. Segundo Marilena Chauí:

a revalidação é um logro na medicina em que é apenas a transferência para o plano individual e privado, do discurso competente do conhecimento cujas regras já estão dadas pelo mundo da burocracia e da organização.¹⁴⁵

Mesmo sem o resultado em mãos, esse sanitarista, antes de embarcar para o Recife, afirmou não haver razão para a celeuma que estava se levantando acerca da questão, pelo motivo valioso de até então, malgrado a impotabilidade da água, não ter sido registrado nenhum caso de moléstia proveniente do líquido consumido pelo público. Ainda adiantou que mais prejudicial é a prática da abertura de poços em determinadas residências para os serviços domésticos; isso, sim, poderia ocasionar a

¹⁴⁴ CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980, p. 07.

¹⁴⁵ CHAUI, Marilena. op. cit. p. 12

aquisição de graves infecções à família, sobretudo porque não se tinha nenhuma garantia da qualidade da água que se estava consumindo. No entanto, quando as doenças se manifestavam, era comum às famílias dos acometidos atribuí-las à água proveniente da Companhia de Abastecimento.¹⁴⁶

As afirmações de Saturnino de Brito não silenciaram os críticos nem puseram um ponto final na questão. Dois dias após a divulgação da nota desse sanitarista, o também sanitarista Manoel Azevedo e Silva voltou a criticar as conclusões do Dr. José Maciel e fez-lhe outro desafio. Dessa vez, convidou-o para visitar o Vale do Rio Jaguaribe, advertindo de que a verdade se oculta no fundo de um poço; porém, preveniu-o para que não ficasse sepultada lá. Disse:

mostrarei ao referido médico a distinção entre matéria orgânica e matéria organizada, confundida por Vossa Senhoria, como quem confunde couro com sola. Não afirmei que a água não se putrefazia, conforme divulgou o nobre amigo e o jornalista Arthur Achilles. Utilizando-se do conhecimento médico que detenho, disse que não verifiquei putrefação na amostra da água que no espaço de 8 a 12 dias guardei em minha casa. Soube, através de pessoa fidedigna, que, na caixa d'água de onde o senhor retirou a amostra para análise, mantinha um depósito de lama com dois palmos de altura, que só ultimamente foi retirado, justificando a existência de matéria orgânica diferente da que encontrei, haja vista o senhor ter utilizado para análise água do poço.¹⁴⁷

Na compreensão do sanitarista Manoel Azevedo e Silva, seu colega José Maciel, a cada passo dado, caía em flagrante contradição; a prova estava na nota publicada no dia 28 de janeiro, na qual afirmara que a água dos poços próximos ao Rio Jaguaribe era de ótima qualidade, preenchendo todas as necessidades exigidas para uma água potável, quer por suas propriedades físicas, clínicas ou orgânicas. Em outro momento, dissera que a água distribuída aos domicílios possui uma coloração esbranquiçada e bolhosa, e apresenta sabor intolerável de alumínio, o que a torna incapaz de ser ingerida e aproveitada nas serventias domésticas.¹⁴⁸ Ainda foi enfático ao afirmar que, se o que descreveu na sua análise não são propriedades orgânicas, rasquem-se as páginas da química, e lamentou o fato de Dr. José Maciel não ter aceitado nenhum dos seus desafios, principalmente o de realizarem, em

¹⁴⁶ A União – 29/01/1913, p.01.

¹⁴⁷ A União – 31/01/1913, p.01.

¹⁴⁸ Id. Ibid.

público, o exame da água consumida na Capital. Manuel Azevedo e Silva pediu que todos aguardassem a análise clínica e bacteriológica encomendada ao ilustrado sanitaria Saturnino de Brito e o engenheiro Victor Kromenacher. Tinha certeza de que tais análises seriam compatíveis com a sua opinião, e, assim, calaria os que tinham tentado publicamente desmoralizá-lo profissionalmente.

As conclusões do sanitaria Manoel Azevedo e Silva não significaram que o assunto estivesse encerrado. No dia 02 de fevereiro de 1913, a questão voltou à tona. Não foi o sanitaria José Maciel quem se pronunciou, mas o engenheiro Miguel Raposo (Diretor da Companhia de Abastecimento). Ele afirmou que Manoel Azevedo e Silva (sanitaria), ao analisar a água, utilizou procedimentos escusos, cujo propósito era desprestigiar seu colega apenas porque esse emitiu conclusão diferente da dele. Afirmou que não podia deixar de sentir imenso pesar, vendo o notável sanitaria declarar, na sua nota, absurdos sobre José Maciel (sanitaria), quando disse:

a água enviada pelo dr. Maciel para exame clínico e bacteriológico nos laboratórios do Rio de Janeiro e São Paulo foi colhida no meio de rigoroso inverno, portanto, oriunda de vasto lençol pluvial e, por conseguinte, é da melhor qualidade, e isenta de todo o germe patogênico em função da filtração sucessiva em diversas camadas de areia a que é naturalmente submetida, e pelo preparo do leito dos poços, donde foi retirada toda vasa existente, com espessura de um metro aproximadamente.¹⁴⁹

Na tentativa de recompor a competência do sanitaria José Maciel, o engenheiro Miguel Raposo desqualificou as afirmações do sanitaria Manoel Azevedo, quando disse que suas opiniões acerca das condições nas quais José Maciel recolhera a água e enviara para análise eram infundadas, não procediam, pois o procedimento de coleta fora realizado durante o verão, e não no inverno, como dissera aquele sanitaria. Em resposta às críticas, o engenheiro Miguel Raposo ainda disse que tudo isto demonstra perfeitamente:

que o Dr. Azevedo e Silva nunca assistiu à construção de um só poço do serviço de abastecimento e nem ao menos se dignou visitar o local onde se encontram as obras de captação da água. Quanto à palavra da pessoa que, por ignorância ou má fé, informou ao Dr. Azevedo que em qualquer dos

¹⁴⁹ A União, 02 /02/1913, p. 01.

pontos onde foram cavados os poços, havia uma camada de lama com um metro de altura, ou que de dentro dos mesmos ou do reservatório se retirou lama, contraponho essa palavra, garantindo que isto é uma revoltante falsidade. Estão nos mananciais todos os poços cavados, lá estão as barreiras ao lado deles indicando a natureza do terreno, da situação de cada um, e se o distinto clínico que me faz voltar à imprensa, ali fosse, certamente voltaria indignado com o seu informante, visto que mandei retirar a lama do leito do rio, muito abaixo dos poços porque não queria depositar a terra escavada dos mesmos sem que o terreno não estivesse completamente limpo de toda a terra vegetal; mandei drenar as bacias do Buraquinho, Jaguaricumbe, Macaquinho e do próprio Jaguaribe, porque não devia deixar ali permanecer tanta água estagnada. Quanto à lama do reservatório, que tanto impressionou a pessoa fidedigna; informante do senhor deve dizer que se trata de óxido ou carbonato de ferro, vindo em pequenas quantidades diariamente das máquinas ou dos tubos de sucção e condutor, e que se acumulam no fundo do reservatório. Julgo dever informar-lhe que a água enviada para ser analisada no Rio de Janeiro e São Paulo não foi colhida no meio de rigoroso inferno desse ano, e sim desde 11 de outubro de 1909, conforme mensagem do governador da Parahyba à Assembléia Legislativa.

150

Assim, além de defender a legalidade dos procedimentos técnicos realizados, o engenheiro Miguel Raposo queria também resguardar a credibilidade da Repartição de Higiene, sobretudo porque era um órgão público responsável pela emissão de parecer acerca da qualidade da água consumida pelos paraibanos.

Em meio ao debate, os profissionais envolvidos passaram a responder em favor das declarações do sanitarista Manoel Azevedo e Silva, e contra o sanitarista José Maciel. A partir de então, médicos e engenheiros, nas suas análises, se encarregaram de desmascarar este médico e manifestaram solidariedade ao Dr. José Maciel e ao engenheiro Miguel Raposo, o que caracteriza a divergência política e o confronto de saberes. Reconhecia-se em Manuel Azevedo e Silva um profissional competente, mas que não exercia nenhuma função nas repartições de saúde pública estadual ou municipal. Talvez por isso se visse no direito de criticar os seus colegas médicos à frente dos órgãos de saúde.

Contudo nem mesmo a recorrência ao sanitarista Saturnino de Brito fora suficiente para resolver o impasse entre os doutores José Maciel e Manoel Azevedo e Silva. Diante disso, o engenheiro Victor Kromenacher recorreu ao poder e prestígio político dos parlamentares paraibanos componentes da bancada federal, os

¹⁵⁰ Id. Ibid.

deputados Epitácio Pessoa e Camillo de Holanda e convidou-os a conhecerem as dependências da Companhia de Abastecimento d'água. Além de conhecerem os procedimentos técnicos e as máquinas utilizadas na captação e distribuição da água servida aos moradores, os deputados, segundo o engenheiro,

se admiraram com a precaução estabelecida pela Companhia, principalmente porque possui máquinas de captação em duplicata, o que não prejudicará o atendimento aos moradores, caso haja um problema técnico. Ainda puderam verificar a altura do nível da água nos 12 poços, ou seja, todos com 6 metros acima do nível do rio; uma condição, segundo os técnicos, sem risco de contaminação da água captada. Outros pontos ressaltados foram a transparência da água, de um nível tamanho, que permitia enxergar, no fundo do poço, uma camada de areia branca, e as condições de higiene da área onde a companhia está localizada.¹⁵¹

O propósito desse convite por parte do engenheiro era angariar adesões e declarações de apoio ao seu colega, o também engenheiro Miguel Raposo – Diretor da Companhia de Abastecimento d'água – na perspectiva de intervirem junto ao governador e manterem o diretor referido no cargo. Com essa estratégia, Victor Kromenacher desejava desestabilizar politicamente o sanitarista Manoel Azevedo e Silva, que almejava tal cargo, e, desta feita, colocar um ponto final no episódio batizado como “o caso das águas”.

Se o propósito do engenheiro Victor Kromenacher era desqualificar politicamente o sanitarista Manoel Azevedo e Silva, ele conseguiu; mas, a intervenção política não fez efeito na manutenção do Diretor da Companhia de Abastecimento e do parecer acerca da qualidade da água, e prevaleceu o saber científico; esse saber se demonstrou competente, uma vez que era a voz de um especialista integrante de uma hierarquia organizacional quem estava emitindo um parecer científico.¹⁵²

Enquanto esse engenheiro articulava a visita dos deputados à Companhia de Abastecimento, o Sr. Miguel Raposo estava em Recife, onde fora receber, das mãos de Saturnino de Brito, o resultado da análise da água encomendada pelo

¹⁵¹ A União – 18/02/1913, p.01.

¹⁵² CHAUI, Marilena. op. cit. p. 11

governador Castro Pinto em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dois dias depois, os jornais publicaram a carta na qual Miguel Raposo afirmava:

a análise biológica, feita nas piores condições possíveis, revelou a ausência absoluta de germes patogênicos. Os senhores doutores Octávio de Freitas e Saturnino de Brito, estão de acordo com a minha opinião aí publicada a respeito do ataque de ferro atribuído ao ácido carbônico, fácil de corrigir a questão. Por isso, deixo de seguir amanhã, a fim de conhecer, no lugar chamado “Dois Irmãos”, as instalações para tratamento clínico da água pela cal, empregada aqui no Recife, e talvez aplicável aí. Material de esgoto embarcado. Saudações, Miguel Raposo.¹⁵³

Cinco dias depois da publicação da carta do Sr. Miguel Raposo, o articulista de “*A União*” noticiou o fim do “caso das águas da Parahyba”, relatando a entrevista com o sanitarista Saturnino de Brito, que assim se pronunciou sobre o fato:

ainda bem que eu posso, desta vez, me comunicar com o público paraibano, levando-lhe a palavra da alegria e o triunfo. Não se impressionem! As águas daí são das melhores; são excelentes; limpas, cristalinas, claras e potáveis. Recebi ontem do Dr. Octávio o relatório. É o mais favorável possível. As águas da Parahyba são consideradas por ele de uma muito grande pureza. Não somente o demonstrou cabal e categoricamente, para falar a linguagem dele, os seus caracteres orgânicos, como a taxa dos seus sais minerais, a reduzida proporção de materiais orgânicos e como ainda a ausência de germes patogênicos. São águas que podem ser utilizados sem receio, uma vez feitos em sua superfície, os asseios devidos e tomadas às precauções necessárias para evitar contaminações posteriores por detritos vegetais nelas em abundância. Do ponto de vista higiênico, são muito boas e excelentes. Melhores do que as de São Paulo. As águas da Parahyba contêm 392 miligramas de substâncias em permanganato, por cada 100 litros, ao passo que as de São Paulo (falo do Rio Cotias) tem 1.296. Os parahybanos não têm do que desconfiar das águas, elas são boas excelentes, mesmo com um excesso de gás carbônico e pouco calcário. Não são melhores as de aqui (Recife).¹⁵⁴

Com tais palavras, os paraibanos deveriam ficar sossegados e consumir sem receio as águas da Parahyba, sobretudo porque era o sanitarista Saturnino de Brito quem estava atestando a sua potabilidade. Essa certeza se dirigira para poucos, especificamente os comerciantes, políticos, profissionais liberais, principalmente os médicos, advogados, professores e jornalistas. Eis a razão do caso ter alcançado tamanha proporção na imprensa, a ponto do governador ter necessitado recorrer a um cientista renomado. As análises do sanitarista Saturnino de Brito e do

¹⁵³ A União – 20/01/1913, p.01.

¹⁵⁴ A União – 20/02/1913, p. 01.

bacteriologista Octávio de Freitas puseram fim à questão ou, pelo menos, à divergência entre os médicos. Ambos concluíram que a água consumida pelos paraibanos era de considerável qualidade, e isso dispensava os procedimentos de tratamento. A perspectiva fosse dos médicos, fosse do governador, era de que a Parahyba, de fato, se afirmasse como uma cidade moderna. Para isso, não bastava a água oferecida, ser encanada era preciso também garantir sua qualidade.

No geral, prevaleceu o saber científico, uma vez que se afirmou como poder e força capaz de unificar clínicos, sanitaristas e engenheiros acerca da questão sanitária da cidade, ou seja, prevaleceu a objetividade e sua capacidade de unificar as diferentes interpretações, o que Marilena Chauí denominou de mundo inteligível.¹⁵⁵ Logo, foi para manter a cidade numa condição satisfatória aos interesses das elites que o saber médico, à medida que se estabeleceu como detentor da verdade, impôs regras e conceitos capazes de acomodar os sujeitos. Não é demais lembrar: esse saber foi produzido e falou de um determinado lugar político e social. O resultado disso foi a implementação do sistema de abastecimento d'água segundo os padrões modernos, mas não extensivo à maioria dos moradores. Assim foi legitimado o modelo de modernização da Cidade da Parahyba, cuja essência é a privatização das melhorias urbanas.

No episódio “o caso das águas”, foi pertinente a divergência de opinião entre os médicos e engenheiros acerca das questões sanitárias, já que os laudos clínicos e os pareceres desses profissionais são denotativos do poder e da autoridade dos médicos, clínicos ou sanitaristas e os engenheiros, na definição da verdade sobre as questões relacionadas à modernização dos serviços de abastecimento d'água. Por outro lado, constituiu-se num mecanismo de silenciar outros profissionais que tecessem opinião acerca do fato, a exemplo do jornalista Arthur Achilles, sobretudo porque ele outrora havia respondido pelas questões de higiene na Capital. Assim, os médicos e os engenheiros, detentores do saber “científico”, se transformaram nos árbitros e guardiães do processo de modernização da cidade. Todavia, ao invés de apresentarem uma resposta que garantisse aos

¹⁵⁵ CHAUÍ, Marilena. op. cit. p. 06

moradores a potabilidade da água consumida, clínicos, sanitaristas e engenheiros divergiram na questão do saber acerca do tema, não considerando a opinião dos consumidores e muito menos daqueles que residiam fora do perímetro central da cidade, e nem se quer foram contemplados com a água encanada. Portanto, o saber médico, à medida que determinou a verdade, não incluiu os demais moradores nos préstimos dos serviços e melhoramentos urbanos implementados, assim uma pequena minoria, dentre os 25.000 habitantes da Parahyba do Norte foi beneficiada. O fato dos serviços implementados terem ficado sob a administração da iniciativa privada explica seu caráter excludente e a exclusividade das elites no atendimento. Segundo Sonaly Cristina Rezende,

as companhias privadas atuavam prioritariamente, nos locais onde residiam as elites sociais, para cumprindo o objetivo de seus proprietários: a obtenção de lucro. Daí a intervenção, preferencialmente nas regiões centrais das cidades, cujos habitantes eram capazes de lhes restituir os investimentos.¹⁵⁶

Na Cidade da Parahyba, a implementação da água encanada se fez mediante esse caráter, mas o fato de ter sido um serviço restrito às elites não garantiu aos empresários que investiram o lucro desejado, sobretudo porque o número de moradores que podiam arcar com os custos de ter água encanada em casa não era suficiente para assegurar aos empresários tal intento, resultando na oferta de um serviço não só restrito, mas deficitário. A solução foi o governo do Estado encampar a companhia de serviço criada, o que não melhorou a qualidade nem ampliou a oferta do serviço; apenas o manteve nas condições em que se encontrava.

2.2 O esgoto sanitário

Paralelamente à discussão acerca da água, o governador manteve entendimentos com o sanitarista Saturnino de Brito acerca da instalação da rede de esgoto na Capital. De fato, foi esse propósito, e não a discussão das águas, que trouxe Saturnino à Parahyba. Depois de analisar a malha urbana e de percorrer a

¹⁵⁶ REZENDE, Sonaly Cristina. op. cit. p. 100

área central da cidade, o sanitarista e urbanista elogiou a iniciativa do governador da Parahyba, uma vez que implementar o esgoto sanitário na Capital do estado significava incluí-la entre as cidades onde a “civilização” era uma realidade. Segundo o sanitarista carioca:

no Brasil já se compreende o valor indiscutível da higiene sanitária e da necessidade que há nos governantes em não medir despesas para tornar tal questão uma realidade nas coletividades que não possuem as vantagens e as condições de vida das já saneadas. Vejo afinal entre nós essa nova orientação dos administradores dos Estados, que se empenham em a par dos outros melhoramentos urbanos dotar as suas cidades de obras sanitárias, capazes de evitar-lhes a invasão dos flagelos epidérmicos e torná-las higiênicas e salubres. A Parahyba vai dentre em breve possuir este serviço. Será um trabalho sem as proporções do de Recife; também menor é a capital paraibana, que poderá ter pronta a sua rede de esgoto em um ano de serviços bem dirigidos e administrados.¹⁵⁷

Conforme se deduz da nota escrita por Saturnino de Brito e endereçada aos paraibanos, o governador da Parahyba estava empenhado e não media esforços, apesar dos recursos insuficientes, para colocar a capital desse estado no rumo das urbes civilizadas, principalmente porque havia a perspectiva da implementação do saneamento. Na compreensão desse sanitarista, o esforço do governador Castro Pinto e do seu sucessor Sólton de Lucena em investir nesse empreendimento era digno do espírito empreendedor e do desejo de garantir aos paraibanos residentes na área central a certeza de que estavam livres de qualquer moléstia que pudesse ser transmitida através da água poluída a correr nas ruas.

Em nota pública aos paraibanos, o governador Castro Pinto ressaltou a afirmativa do sanitarista Saturnino de Brito e, ao se referir à feição urbana dessa cidade, comparou-a com a de tempos outrora, quando assumiu o governo do Estado; lembrando os serviços implementados e apontando a efetivação do esgoto sanitário como uma necessidade:

{...} temos agora água e teremos inevitavelmente o esgoto dentro de poucos anos; a cidade está em grande parte calçada; e, portanto, marchamos com

¹⁵⁷ A União – 25/02/1913, p. 01. Por dois dias consecutivos, 27 e 28 de fevereiro de 1913, A União publicou a entrevista do engenheiro Saturnino de Brito, onde ele afirma a boa qualidade da água da Parahyba e o parecer clínico do Dr Octávio de Freitas, responsável pela análise bacteriológica.

segurança para uma fase em que se tornará possível empreender a conquista de benefícios reais à higiene {...}.¹⁵⁸

As palavras do governador se confundem com a do sanitarista Saturnino de Brito. A Parahyba não dispunha de um sistema de esgoto, mas caminhava para a sua realização. O importante era o fato de que em breve adquiriria mais um item necessário e indispensável à efetivação do seu estado higiênico e saudável. Na compreensão do governador, a Capital da Parahyba não se enquadrava totalmente como moderna, porque as más condições de higiene ainda representavam um empecilho a ser superado; devido à falta de um sistema de saneamento, as águas usadas corriam nas ruas, e esperava que o seu sucessor, Sólon de Lucena, não hesitasse em colocar em prática o projeto outrora elaborado pelo sanitarista Saturnino de Brito. Durante estadia na Capital paraibana, Saturnino de Brito elaborou o projeto de saneamento deixando claro que não assumiria a coordenação dos trabalhos devido aos seus compromissos com os serviços de obras públicas junto à Prefeitura de Recife.

A falta de recursos, tanto por parte do Estado, quanto da Prefeitura retardaram o projeto que foi imediatamente efetivado, levando o governador a recorrer aos empresários cariocas em busca de empréstimo para implantá-lo. A recorrência do governador da Parahyba a esses empresários causou *frisson* entre os políticos e comerciantes paraibanos, contrários às condições nas quais tal empréstimo fora realizado, e não a sua finalidade, pois, para cada 8\$000 dólares emprestados, o governo pagaria 40\$000. Alegavam os críticos que esse negócio poderia ter sido realizado junto aos banqueiros em Nova York ou Londres; bastando para isto um telegrama do chefe do executivo paraibano ou uma viagem ao exterior. Representaria mais vantagem o empréstimo feito junto ao capital externo, sobretudo porque o pagamento se efetuaria num prazo de trinta anos, o que seria recomendável para o governador da Parahyba, graças à tendência do câmbio brasileiro em subir, e não baixar. Além disso, em vez do valor exorbitante cobrado pelos empresários

¹⁵⁸ Ver Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. João Pereira de Castro Pinto, sobre os negócios públicos do estado da Parahyba, em 22 de outubro de 1912, pelo dr. João Lopes Machado. In: **Almanaque do Estado da Parahyba**. Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, Ano XI, pp. 401/404, 1913.

cariocas, o governo iria pagar menos, ou seja, para 4\$000 dólares emprestados, pagaria 20\$000.

O empréstimo que o governo da Parahyba fez aos empresários cariocas fora motivo de críticas, e a questão terminou no plenário da Assembléia Legislativa, porque o capital externo vinha sendo o principal subsidiário das Companhias de serviço criadas no estado. Segundo Diana Soares de Galliza, essa condição deu-se em decorrência das empresas estrangeiras dominarem o comércio paraibano, em especial as atividades de compra e exportação de algodão, o que lhes garantiu lucro e possibilitou investir em outros ramos da economia, a exemplo da prestação de serviço.¹⁵⁹ Na ocasião, o presidente dessa casa pediu ao governador que cancelasse o tal empréstimo com os empresários cariocas e apresentou o Projeto nº 179, delegando ao governador do Estado da Parahyba autorização para contratar a empresa estrangeira que melhores vantagens oferecessem na execução das instalações domiciliares de água e esgoto sanitário, previsto no regulamento de saneamento da cidade. Conforme tal projeto, as instalações sanitárias domiciliares eram obrigatórias, sob pena de interdição a todos os prédios situados ou a ser edificados na área beneficiada. Essa medida era uma forma de garantir o lucro à empresa que se responsabilizasse pelo serviço.¹⁶⁰ A polêmica entre o presidente da Assembléia Legislativa e o governador do Estado se instalou, porque este se mostrou irredutível na sua proposta de manutenção do empréstimo aos empresários cariocas, mas se dispôs a contratar outra empresa para instalar os esgotos domiciliares e cobrar dos usuários a taxa de instalação, conforme recomendava o presidente da Assembléia Legislativa. Nessa ocasião, um grupo de deputados manifestou-se contrário a essa possibilidade, sobretudo porque o Estado dispunha da Repartição de Saneamento e Esgoto, a quem os usuários deveriam pagar mensalmente o consumo desse serviço, e não a taxa de instalação. Instalar o esgoto era obrigação desse órgão estatal.

¹⁵⁹ GALLIZA, Diana Soares de. op. cit. pp. 41-81

¹⁶⁰ Ata da Trigésima nona sessão ordinária da quarta reunião da nona Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, 22 de novembro de 1927.

Apesar da oposição, o empréstimo dos empresários cariocas se manteve e o governador da Parahyba definiu as primeiras medidas visando à implementação do saneamento. Para coordená-lo, foi convidado o engenheiro paraibano Paulo Guedes e, como auxiliares, foram convocados o também engenheiro Baeta Neves e o técnico João Fernal; a este último coube a responsabilidade de traçar o plano de serviço e desenhar as plantas necessárias à implantação da rede de esgoto, em função das novas ruas abertas na cidade.¹⁶¹

De 1913 até 1923, os moradores dessas ruas, mesmo acreditando viverem numa Parahyba moderna, conviveram com o inconveniente das águas usadas nas residências correrem a céu aberto. Em meio a essa realidade, os governadores Sólton de Lucena e Camilo de Holanda levaram à frente o propósito de modernizar a Capital.¹⁶² A partir dos primeiros meses de 1923, o governo do Estado, Sólton Barbosa de Lucena, passou a receber os materiais necessários à aludida obra, a exemplo dos tubos e arenitos; os engenheiros e técnicos responsáveis passaram a tocar as obras a todo vapor e, nas principais ruas do centro da Capital, começaram a ser abertas às galerias começando a ser estendida a tubulação que comporia a rede de esgoto. Foram beneficiadas as Ruas Maciel Pinheiro, das Trincheiras, da República, João Machado, Beaurepaire Rohan, Barão da Passagem, Gama e Melo e Amaro Coutinho. Trata-se de artérias centrais que há tempo dispunham de iluminação elétrica e água encanada.¹⁶³ (Vide mapa na página 89)

¹⁶¹ A União – 04/01/1923, p. 01.

¹⁶² A União – 01/02/1923, p. 01.

¹⁶³ Relatório da Contadoria da Repartição de Saneamento da Parahyba – apresentado pelo contador Oscar da Cunha Brandão ao engenheiro Francisco Gouveia Moura – Diretor da Repartição de Saneamento da Parahyba em 30/06/1926, 30/06/1927.



Foto 3 – Instalação do esgoto sanitário no bairro das Trincheiras – 1923
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba

Restrito a algumas ruas, o novo serviço entusiasmou os paraibanos beneficiados e reforçou o *glamour* a cidade; afinal, a “civilização” tão sonhada pelas elites talvez estivesse sendo consolidada. Conforme afirmou o anônimo articulista de *A União*, “nenhum país civilizado se agrupa hoje como tal sem colocar o esgoto na planta das instalações”. Lembrava que, há anos, o esgoto era uma necessidade na Parahyba e que, a cada dia, crescia a área habitada, o que exigia da demografia sanitária melhores condições, posto que os novos moradores eram mais exigentes.¹⁶⁴

¹⁶⁴ A União – 24/01/1923, p. 01.

Embora a falta de recursos tenha sido uma constante nesta cidade, nas suas afirmações, o anônimo jornalista deixa evidências de não entender o fato de, na Parahyba, outros serviços terem sido implantados antes do esgoto sanitário, quando o principal propósito era “civilizá-la”. Como a cidade poderia ser moderna e civilizada sem o esgoto sanitário? ¹⁶⁵. Caso esse serviço tivesse sido incluído desde outrora, teria evitado que o governador pagasse juros altos num menor tempo, pois teria aberto concorrência e despertado o interesse dos empresários desse ramo de serviço. Afora isso, a Parahyba já teria se consagrado uma urbe moderna.

Mesmo contando com a participação do Estado, os custos com a instalação do esgoto não fugiram à regra do ônus com a luz elétrica e a água encanada; também ficara sob a responsabilidade dos proprietários de imóveis. Devendo-se isso ao fato da maior parte do capital aplicado nesse serviço ser privado, e não público. Portanto, na compreensão do governador da Parahyba, nada mais justo do que conceder à iniciativa privada o direito exclusivo de cobrar pela instalação do esgoto nos domicílios residenciais e comerciais, o que se constituía em um meio dos empresários reporem o que haviam aplicado. Essa realidade não se constituiu exclusividade da Parahyba, e se configurou em diversas cidades brasileiras por razões diferenciadas. Enquanto em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro ela se manteve como medida capaz de contribuir com a modernização e o desenvolvimento industrial desses estados, na Parahyba o propósito era a urbanização da cidade. Todavia, tanto na Parahyba quanto em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, a participação do capital privado na implementação do saneamento decorreu do fato do Estado brasileiro estar ainda incipientemente organizado para tratar sozinho das questões pertinentes à infra-estrutura urbana das cidades. O resultado disso foi à criação das companhias privadas de saneamento. ¹⁶⁶

Na Parahyba, a parceria entre a iniciativa privada e o governo do Estado garantiu a criação de uma empresa mista. A manutenção dessa decisão gerou novo impasse entre a Assembléia e o governador. Diante da permanência da exclusividade de administrarem a instalação, fiscalização, cobrança e manutenção do esgoto

¹⁶⁵ Id. Ibid.

¹⁶⁶ REZENDE, Sonaly Cristina. op. cit. pp. 105-106

domiciliar aos empresários, o engenheiro Francisco Gouveia Mouro – Diretor da Repartição de Saneamento da Parahyba – assinou termo de compromisso perante os deputados estaduais, comprometendo-se a instalar o esgoto sanitário nas residências dos proprietários que procurassem o referido órgão. No aludido documento, o então engenheiro se obrigava a executar todas as obras de instalações de esgoto sanitário domiciliares em todos os prédios, de qualquer forma ou espécie ora existentes nos locais servidos pelas redes públicas de saneamento da Capital, bem como naqueles que viessem a existir nesses locais durante a vigência do referido termo. O termo inviabilizava a obrigatoriedade dos beneficiados pagarem a taxa de instalação domiciliar, mantinha a taxa de manutenção paga à Repartição de Saneamento da Parahyba e garantia aos empresários o direito a uma companhia de saneamento, que se responsabilizaria pela instalação da encanação pública. Quanto à administração do serviço em geral, caberia ao Estado, através da Repartição de Saneamento. A decisão resolveu o impasse entre a Assembléia e o governador do Estado, mas o diretor da Repartição de Saneamento lembrava que a medida era por tempo determinado e que só seriam atendidos aqueles usuários que encaminhassem pedido formal. Do contrário, teriam que recorrer a companhia particular.

Como no caso dos outros serviços urbanos e, em particular, o da água encanada, a mera instalação do saneamento não serviu como garantia de que a Parahyba estivesse alcançado o grau do progresso das outras cidades nas quais as elites se espelhavam. Devido à insuficiência de recursos públicos necessários à aquisição e manutenção da tubulação, não demoraram e os problemas de ordem operacional surgiram. Assim em 1930, o Relatório da Repartição de Esgoto e Saneamento admitia:

{...} não quer dizer, porém, que esteja um serviço perfeito, entretanto, quando estabelecidas num só edifício as duas repartições a da água e do esgoto, o que breve sucederá, creio poderemos dar uma perfeita organização a esses trabalhos, e para isso conto com a boa vontade do diretor da Repartição de Saneamento {...}.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Relatório da Repartição de Esgoto e Saneamento da Parahyba apresentado em 20 de setembro de 1930, ao Exmo Sr. Secretário da Fazenda da Parahyba.

Assim, o serviço de saneamento não fugiu à regra e passou pelas mesmas dificuldades que a água encanada e a luz elétrica, ou seja, houve a falta de recursos e a recorrência ao capital privado, o que encareceu os custos e limitou esse serviço à parcela da população que dispunha de condições para arcar com as despesas exigidas. Ainda havia outra questão a considerar: a operacionalização do serviço de esgoto, uma decorrência do fato da tecnologia utilizada ser obsoleta e da administração ser dissociada da companhia de distribuição de água. Diante disso, a sugestão do relator era a de se concentrarem os dois serviços numa mesma companhia e os problemas seriam resolvidos a contento, mas não foi o que aconteceu. No transcorrer dos anos, os problemas foram se agravando. Acerca disso, o recém-contratado Diretor da Repartição de Saneamento, o engenheiro Cícero V. Cruz relata:

o sistema de esgoto instalado na Parahyba fora executado por mestres, a exemplo de Saturnino de Brito e Baeta Neves; é como sabemos, o separador absoluto. Embora não me tenha sido possível colher maiores informações, as que trago a V. Excia externarão com sinceridade a minha primeira impressão; descuido.

Os tanques fluviais em grande número não funcionam, outros funcionam mal. A estação elevatória está bastante suja e era servida por uma bomba que necessitava reparos (hoje sendo feitos) a outra (hoje reparada) estava desmontada para um conserto simples, mas, sem solução, porque o material necessário (dois rolamentos) dependia da aprovação da Comissão de Compras.

Ficava assim, a bomba elevatória sujeita a banhar-se de quando em quando, e como já aconteceu algumas vezes, nas águas contaminadas dos despejos da capital... Os tanques de acumulação, no fim do emissário, precisam de reparos. Junto desse emissário exploravam pedra a fogo!¹⁶⁸

Ao identificar os problemas no serviço de saneamento, o diretor da companhia não relacionou a realidade constatada à falta de recursos, mas a atribuiu à irresponsabilidade técnica dos profissionais que o antecederam à frente desse órgão, profissionais que não corresponderam às exigências demandadas por tal serviço. Nessa ocasião, foram resguardados os sanitaristas Saturnino de Brito e Baeta Neves, executores do projeto de qualquer responsabilidade pela má qualidade do que fora instalado, sendo recomendado a realização dos reparos necessários nas

¹⁶⁸ Relatório elaborado pelo engenheiro Cícero V. Cruz – Diretor da Repartição de Saneamento da Capital e apresentado ao Secretário da Viação e Obras Públicas do Estado da Parahyba. João Pessoa, 28/02/1930.

instalações do saneamento. Tratava-se, portanto, de um sistema moderno, que carecia de manutenção e administração adequadas. Em outro momento, o diretor da Companhia de Saneamento ainda informara ao Secretário de Obras e Viação Pública que os serviços de esgotos sanitários foram mal executados, e, caso o governo não tomasse as providências necessárias,

o Estado seria obrigado a reparar os estragos causados nas residências que estão escoradas para não cair, devido às más instalações. Há instalações internas fraudadas e feitas contra qualquer indicação técnica regulamentar ou de bom senso. Segundo me informaram verbalmente foram feitas por turmas clandestinas.¹⁶⁹

Conforme se evidencia no trecho do relatório, a questão identificada decorreria do fato do serviço de saneamento não proporcionar o lucro almejado pelos empresários que nele investiram e ficaram responsáveis por sua instalação. O valor da taxa cobrada fez com que esse serviço fosse implementado clandestinamente, em condições adversas às recomendações da companhia de saneamento e fora do seu controle, o que ocasionou prejuízo não só para a empresa que ficara responsável pela instalação, como também para os proprietários de imóveis que viviam na possibilidade de perdê-los devido às rachaduras.

As conclusões apresentadas no relatório indicam que a proposta do ex-diretor, o engenheiro Francisco Gouveia Nobrega, de instalar o esgoto sanitário nos domicílios, com a devida solicitação dos proprietários, não fora cumprida. Os problemas eram tamanhos, e, caso não fossem reparados a contento, várias casas poderiam vir a desabar em decorrência das rachaduras causadas no piso e nas paredes. Na compreensão do relator, as irregularidades encontradas na canalização pública e domiciliar eram a prova cabal de que o trabalho vinha sendo realizado à revelia dos técnicos da Companhia de Saneamento, ou seja, por pessoas inexperientes no serviço específico de esgoto. Diante desse fato, questionou o Secretário de Viação e Obras Públicas:

os esgotos pluviais não dependem mais da Repartição de Saneamento ?
O túnel está sem iluminação... Enfim o tuberculoso e o suspeito do mal de Hansem, responsáveis pela administração desse órgão, foram por causa dos

¹⁶⁹ Id. Ibid.

seus males transferidos do serviço de águas para o de esgotos!... Hoje, estão arredados de obrigações desta Repartição: um morreu; outro está sob os cuidados de médicos... Infelizmente tenho pouco para elogiar, quanto ao zelo que essa grande obra de engenharia merece. Isso foi o que encontrei nas minhas vistas.¹⁷⁰ (grifo nosso)

O engenheiro Francisco Gouveia Nóbrega demonstrou-se insatisfeito com o Secretario de Viação e Obras Públicas em função da sua negligencia no trato com a questão do saneamento, uma vez que esse era o órgão fiscalizador e não estava cumprindo com o seu papel. Por outro lado, as irregularidades encontradas descredenciavam a Companhia de Saneamento como executora do serviço de saneamento. Na afirmativa de Gouveia, o procedimento verificado fora comum à companhia de abastecimento d'água, mas não admitia sua extensão ao órgão que estava sob sua responsabilidade. Por isso, pedia ao governador do Estado o rompimento do contrato com os empresários, e que assumisse o serviço de saneamento na sua totalidade, por não estar funcionando a contento. Acerca dessa questão, A M Costa afirma:

a criação de serviços públicos foi então, uma conseqüência da má qualidade dos serviços prestados pelo setor privado e da falta de fiscalização do próprio Estado, {...} tendo sido esta experiência mal sucedida um instrumento de conscientização da sociedade acerca de seus direitos, estimulando as reivindicações em favor de melhoria na qualidade dos serviços e sua ampliação.¹⁷¹

Todavia, o esgoto sanitário fora mais um serviço instalado sem que o Estado dispusesse de recursos suficientes, sofrendo do mesmo problema que a instalação da luz elétrica e da água encanada. A cidade não dispunha de um público com renda que justificasse a exploração desse serviço pela iniciativa privada, resultando na sua má qualidade; o lucro decorrente era mínimo e não atraía os empresários do ramo, conforme era o desejo do governo, que, para manter a cidade vestida de moderna, teve que se contentar não só com a precariedade dos serviços urbanos, mas com o fato de não beneficiar a maioria da população. Depreende-se isso do comentário de um jornalista que, ao relatar os compromissos pessoais

¹⁷⁰ Id. Ibid.

¹⁷¹ COSTA, A M. **Análise histórica do saneamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. (Dissertação de Mestrado em Saúde Pública).

assumidos pelo governo do Estado ao instalar um sistema de esgoto sanitário, lembrou o peso do capital a ser pago: “o peso e o sacrifício serão de todos, mas a compensação que se obterá na saúde e na dignidade humana é inconcebível e incalculável”.¹⁷² Este jornalista se esqueceu de assinalar que o peso das obras era de todos, mas os benefícios se restringiam a poucos.

Assim, a implementação do serviço de saneamento da Capital da Parahyba se diferenciou da realidade das demais capitais brasileiras, pois, enquanto “o saneamento já era visualizado como intrinsecamente associado à viabilização das relações de produção”¹⁷³, na Parahyba, mesmo tendo se estabelecido com o fim de modernizar a cidade, não assegurou lucro aos empresários que investiram nesse setor de serviço.

Embora os problemas de manutenção e ampliação tenham sido constantes, os serviços urbanos implantados na Parahyba asseguraram à cidade outra feição, que a diferenciava do que fora no final do século XIX. A instalação do convencionalmente chamado “moderno” nem sempre significou que a “modernidade” desejada tivesse sido alcançada; os serviços de luz elétrica, telefone, bondes, água encanada e esgoto sanitário, quando beneficiaram os operários, comerciários, estivadores e sapateiros, como no caso dos bondes elétricos, utilizaram-se de equipamentos obsoletos em atividade precária, não garantindo um mínimo de segurança e conforto. As ações públicas em prol da modernização da Capital foram, no entanto, suficientes apenas para alimentar as aspirações de uma elite desejosa de viver numa cidade moderna. A remodelação do traçado urbano das ruas existentes, a abertura de novas vias de tráfego, o aformoseamento e a iluminação e a implementação do serviço de bondes elétricos tornaram o centro da cidade um lugar aprazível e digno de ser habitado por poucos, como assinalou Diana Soares de Galliza,

a cidade da Parahyba passou por uma vasta reconstrução, nas décadas de 1910, 1920 e 1930, e vultuosos capitais foram gastos em obras públicas. Esses melhoramentos não beneficiaram as camadas pobres. Com a abertura de avenidas, alinhamentos de ruas, criação de praças e, particularmente, o

¹⁷² Id. Ibid.

¹⁷³ REZENDE, Sonaly Cristina. op. cit. p. 105

saneamento da cidade, os homens comuns pobres que habitavam nos bairros centrais mais antigos, Trincheiras, Tambiá e Varadouro, por intimação dos setores governamentais, foram deslocando-se, paulatinamente, para os arredores engrossando assim a periferia.¹⁷⁴

Neste sentido, urbanizar a cidade da Parahyba não representou prepará-la para todos os paraibanos nem para o capital externo, conforme aconteceu no Recife, Rio de Janeiro ou em São Paulo. Na Parahyba, urbanizar, modernizar e civilizar significou dotá-la de algumas condições capazes de atender a uma elite oriunda da zona rural que, ao transferir-se para a Capital, desejava também se aproximar dos centros cosmopolitas do país e incorporar a sua vida cotidiana algumas práticas culturais dos moradores desses centros. Mesmo sem os recursos suficientes que justificassem os melhoramentos implementados no cenário urbano, a Parahyba modernizou-se. Mas esta modernização não produziu mudanças, uma vez que as relações sociais que caracterizavam uma cidade ao longo do século XIX se mantiveram. Desta forma os pobres não apenas foram excluídos dos benefícios da modernização, mas sua posição de subordinação acabou sendo reforçada.

¹⁷⁴ GALLIZA, Diana Soares de. op. cit. p. 123.

CAPÍTULO 3

URBANIDADE, MODERNIDADE E COTIDIANO

As ruas centrais da cidade apresentam aspecto festivo, notando-se no semblante de quantos transitam o mais espontâneo contentamento. Não só as sacadas de inumeráveis casas estavam repletas de curiosos, como também certos pontos da cidade entre os quais as calçadas do Lyceu, do Jardim público, das igrejas do Rosário e da Misericórdia etc, vendo-se entre os espectadores muitas pessoas distintas...¹⁷⁵

A modernização das cidades brasileiras geralmente se confunde com a implementação dos serviços e equipamentos urbanos, ou com as transformações na paisagem, estando relacionada ao processo de desenvolvimento econômico e conseqüentemente à industrialização. Embora a Parahyba não tenha vivenciado tal experiência na mesma intensidade que o Rio de Janeiro e São Paulo, a modernização/urbanização da Capital paraibana também foi resultado da nova realidade econômica pela qual o estado passou, cujo principal produto, o algodão, proporcionou os dividendos aplicados no melhoramento urbano. Não podemos negar esse fato, mas a modernização das cidades também é resultante das questões culturais, o que incide na mudança de mentalidade, ou seja, na nova forma como os sujeitos apreendem o espaço e se relacionam com o meio no qual se encontram inseridos.

Pensar a cidade a partir dessa questão é apontar para uma outra perspectiva do fenômeno urbanização/modernização, aquelas que as classes afortunadas passaram a incorporar a sua realidade através de novas práticas até então desconhecidas. Os habitantes não só “vestiram” as cidades de modernidade, mas se “vestiram” também; com características que os tornaram urbanos e modernos. Passaram a desejar o que era “novo”, em termos de vestuário, de

¹⁷⁵ **Revista do IHGP** (Instituto Histórico e Geográfico Parahybano), p.23, 1913.

melhoramentos possibilitados por novas tecnologias ou em termos de freqüentar novos espaços criados pela remodelação da cidade. O consumo e a corrida pelos emblemas denotativos da modernidade tornaram-se característicos da época. Segundo Márcia Padilha, “a intensificação dos hábitos de consumo passou a ser um fator entendido e indicador da modernização”.¹⁷⁶ Por outro lado, esse tipo de comportamento conquistou espaço, estimulou o comércio, transformou os hábitos de morar e de se portar. A vida pública e urbana mudou o sentido e significado do viver e conviver. De certa forma, a modernidade adquiriu vários significados não só porque diferentes práticas foram possíveis, mas, principalmente, porque esteve diretamente relacionada às condições econômicas das cidades brasileiras. Discutindo acerca da condição da modernidade, Nicolau Sevcenko afirma:

nos termos da nova tecnologia publicitária, essa palavra se torna a peça decisiva para captar e mobilizar as fantasias excitadas e projeções ansiosas da metrópole fervilhante. Não há limite para o seu uso e, embora na sua raiz ela comporte um mero registro temporal, na semântica publicitária ela capitaliza as melhores energias da imaginação e se traduz, por si só, no mais sólido predicado ético em meio à vasta expectativa por uma vida melhor.¹⁷⁷

Podemos assim falar em modernidades, ou nas nuances que a modernidade assumiu; ou seja, podemos tratar da modernidade como representação do progresso científico, numa visão linear e cumulativa bastante próxima ao positivismo; a modernidade como a era do maquinismo e da tecnologia, responsáveis por novas experiências sensoriais e perspectivas atreladas, muitas vezes, à conquista da velocidade e a modernidade como estilo de vida cosmopolita e metropolitano, teatralizado na obrigatória familiaridade com requintados hábitos de consumo e de lazer dos maiores centros urbanos.¹⁷⁸

Na Parahyba, as elites se apropriaram dos emblemas modernos e os vivenciaram cotidianamente. Nessa trama, a propaganda veiculada nos periódicos foi utilizada como recurso capaz de divulgar as novidades na arte de viver

¹⁷⁶ PADILHA, Márcia. **A cidade como espetáculo**: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, p.19, 2001.

¹⁷⁷ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte. São Paulo: Companhia das Letras, p. 258, 1992.

¹⁷⁸ PADILHA, Márcia. op. cit. pp. 105-106.

modernamente. Assim, a leitura de jornais edificou-se como hábito dos homens e mulheres modernos, transformando-os em anônimos comentaristas dos fatos e ao mesmo tempo, consumidores dos produtos anunciados nas páginas dos jornais. Nessa perspectiva, o que era ser um homem ou uma mulher moderno/moderna? Na Parahyba esse conceito também assumiu vários significados, a exemplo de “estar bem vestido”, “morar na área central da Capital”, “expressar-se bem em público”, “freqüentar o cinema, o teatro” e “consumir os artigos de luxo importados da Europa”. Não havia um único emblema que condensasse a nova realidade, mas emblemas em que estavam manifestas várias possibilidades de se portar.

Com a remodelação dos logradouros públicos, a exemplo das praças e jardins, a diversão possibilitou aos moradores da área central da cidade a possibilidade deles serem modernos. Os comportamentos diversificados fizeram com que novos lugares fossem edificados, a exemplo do Clube Astrea. A freqüência a esse clube passou a exigir dos sócios, sobretudo dos jovens, comportamentos diferentes daqueles que comumente costumavam manifestar nos salões e cafés das Ruas Maciel Pinheiro e Duque de Caxias. Contudo foi a rua o local onde mais se desvendou o novo cotidiano dos moradores, e onde a urbanidade melhor se configurou.

3.1 Vitrines da cidade moderna

A partir do início do século XX, a melhoria na estrutura das ruas ocasionou a manifestação de diferentes atividades, especialmente as do comércio e as relacionadas ao lazer público. Segundo enuncia Márcia Padilha, “passar na rua era entrar em contato com as últimas novidades que surgiam na cidade, tanto em termos de paisagem urbana, propriamente dita, como em termos de consumo”.¹⁷⁹ Essa realidade proporcionou a aquisição de hábitos e costumes até então desconhecidos. Assim, os proprietários de lojas fizeram maior uso da publicidade para propagandear os seus estabelecimentos comerciais, que se transformaram em

¹⁷⁹ PADILHA, Márcia. op. cit. p. 21.

verdadeiros centros da arte de vestir-se, onde os homens e as mulheres apreendiam como deveriam se apresentar publicamente.

Quem desejasse ser moderno, “precisava apreender a aspirar à mudança: não bastava apenas estar aptos às mudanças em sua vida pessoal e social, mas ir efetivamente em busca das mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-as adiante”.¹⁸⁰ Nas vitrines das lojas de tecidos, confecções e magazines, os artigos importados passaram a ser expostos num gesto de convite à população ao consumo e ao hábito de bem se vestir. Incorporar esses hábitos ao cotidiano significava estar em dia com o novo tempo. Isso ampliou os desejos e estimulou o consumo, sobretudo porque havia, nas vitrines das lojas, uma diversidade de artigos e peças do vestuário masculinos e femininos. Vestir-se com uma cambraia de linho, casimira ou seda era um denotativo de elegância e da nova condição.

Os novos produtos tornaram-se acessíveis aos paraibanos bem aquinhoados. Bastava o transeunte dirigir-se aos estabelecimentos especializados em artigos novos e de luxo, escolher, pagar e levar para casa. Usá-lo cotidianamente ou expô-lo aos olhares da sociedade passou a ser um referencial denotativo de um indivíduo em dia com o novo tempo. Assim, a leitura de jornais também passou a ser um hábito comum aos habitantes melhor afortunados das cidades, consumidores em potencial, fazendo com que neles os proprietários de lojas, magazines e butiques divulgassem os seus artigos. Essa foi uma condição decorrente do fato da publicidade surgir como uma possibilidade de comunicação própria das cidades modernas.¹⁸¹ As lojas então publicavam reclames como recurso de propaganda, como um meio de atrair clientela e convencê-las a consumirem o que era de uso comum no Recife ou no Rio de Janeiro.

Também era comum aos rapazes e moças da sociedade tomarem conhecimento das novidades em artigos de vestuário que chegavam à cidade, através das conversas informais entre amigos e vizinhos. Como os encontros públicos faziam parte do cotidiano dos jovens paraibanos, eles costumavam se agrupar nas ruas centrais, onde trocavam as últimas informações em circulação na

¹⁸⁰ BERMAN, Marshall. op. cit. p. 94.

¹⁸¹ PADILHA, Márcia. op. cit. p. 23

cidade, incluindo as que diziam respeito ao que era digno, ou não, de um jovem moderno usar.

Para os lojistas, não importava a forma de acesso à informação; o importante era que os clientes adquirissem os artigos expostos nas vitrines. Afinal, o século XX se apresentava promissor não só para os negócios econômicos, mas para os investimentos pessoais, e vestir os modelos da França passou a ser característico do homem e mulher modernos, e um meio de lucro para os comerciantes. Afinal, o otimismo contagiara a sociedade. A partir de então, a rua passou a ser o cenário capaz de satisfazer as fantasias das pessoas, fantasias daquilo que elas desejavam ser; por outro lado, a rua passou a oferecer o conhecimento verdadeiro – para os capazes de decodificá-la – daquilo que as pessoas verdadeiramente são.¹⁸²

Os anúncios jornalísticos indicavam as ruas do Varadouro como o espaço ideal para quem desejasse encontrar as novidades na arte de apresentar-se publicamente. Nesse bairro, a modernidade estava estampada nas vitrines das lojas, no vai-e-vem dos transeuntes e no desce e sobe de pessoas residentes nos bairros das Trincheiras e Tambiá. Não demorou e a vida na rua adquiriu novos significados, ou seja, um peso especial, porque ela passou a se constituir no único meio onde a livre comunicação se manifestou.¹⁸³ Nesse sentido, a Rua Maciel Pinheiro (antiga Rua do Comércio e das Convertidas), junto com a Barão do Triunfo, além das ruas adjacentes, compunham o centro comercial do Varadouro. O vai-e-vem de transeuntes a admirarem as vitrines das lojas e a comprarem os produtos expostos e anunciados começava no final da ladeira São Francisco e se estendia até a antiga Rua da Imperatriz, atual Rua da República. (Veja mapa na página 125)

¹⁸² BERMAN, Marshall. op. cit. p. 189.

¹⁸³ BERMAN, Marshall. op. cit. p. 219.

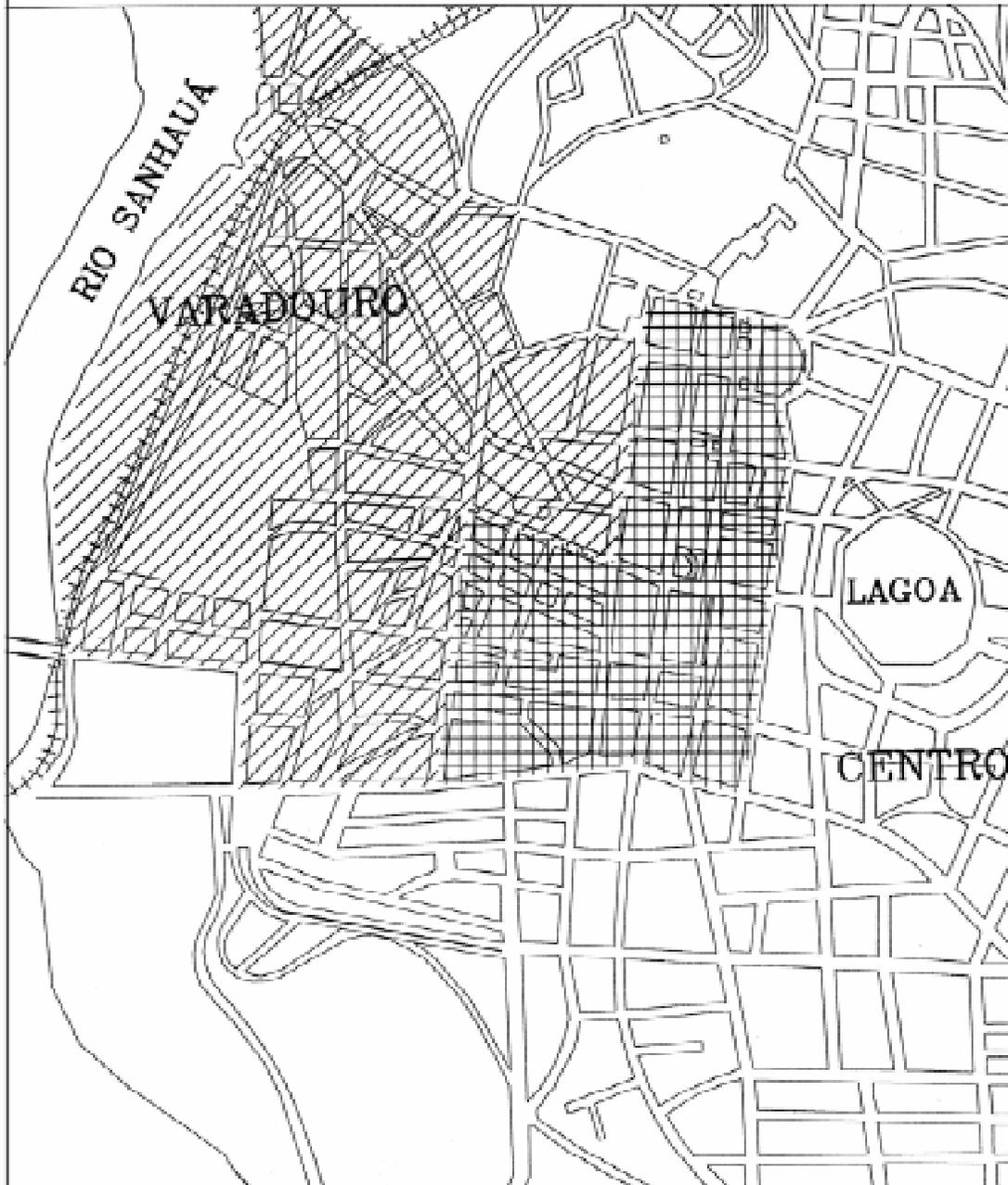


**Foto 4 – Rua das Convertidas e do Comércio - 1910 (Atual Rua Maciel Pinheiro)
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

Nas ruas do Varadouro se localizavam as lojas, e também clínicas, tabacarias, farmácias, livrarias e barbearias. Por essa razão, elas possuíam um ritmo que as diferenciava das demais artérias. Em decorrência do fato, esse bairro recebeu a denominação de “espaço comercial” e, ao final da primeira década do século XX, o comércio já não era uma atividade restrita às Ruas Barão do Triunfo e Maciel Pinheiro, mas uma realidade comum a toda a área do Varadouro.

Coligindo as antigas páginas de “*A União*”, identificamos que a infraestrutura e os serviços urbanos existentes nesse bairro localizado na Cidade Baixa, não fugiram à realidade da Cidade Alta; suas ruas dispunham de calçamento, luz elétrica e bonde. Os benefícios recebidos fizeram com que, desde o início do século XX, elas se constituíssem num atrativo para os comerciantes. Muitos deles ali abriram suas lojas, armazéns, e fixaram suas residências nas proximidades da Estação Ferroviária, do Porto do Capim e da Alfândega, da beneficiadora de algodão, dos depósitos abarrotados de mercadorias à espera dos vapores que partiam e chegavam das cidades de Recife, Itabaiana e Campina Grande.

CIDADE DA PARAYBA - 1910/1930
CIDADE ALTA E CIDADE BAIXA



LEGENDA

CIDADE ALTA



CIDADE BAIXA



FONTE

CENTRO DE TECNOLOGIA LTDA
 (BANCO DE DADOS)
 AEROFOTOGRAFIA PARAYBA

CARTOGRAFIA E DIGITALIZAÇÃO
 JOSÉ FERNES
 RUIZVIREZ BARRIO

FORNHEIRO DA ARQUITETURA - 1910/1930
 TABELA: ALMANAQUE DA PARAYBA

NO



ESCALA GRÁFICA

100 0 200 m



Fig. 05 - Localização do Bairro do Varadouro - denominada como espaço comercial

Além das casas comerciais, ali também se encontravam o Hotel Luso-brasileiro e o Hotel Globo, locais onde costumavam se hospedar os comerciantes e políticos do interior que comumente vinham à Capital resolver assuntos políticos e negócios econômicos. Os homens de negócios eram presença garantida no Varadouro, principalmente porque ali também se encontravam as casas de câmbio, os atacadistas e varejistas, e os proprietários dos estabelecimentos comerciais com os quais os produtores rurais negociavam suas mercadorias, saldavam e contraíam dívidas. Afora as casas de câmbio, lá também se encontravam as hospedarias e as pensões, a exemplo da Pensão Brasil, local onde tradicionalmente residiam os estudantes do interior que, no Liceu, se preparavam com vistas a concorrer a uma vaga na Faculdade de Direito do Recife, e onde se hospedavam os pequenos comerciantes.¹⁸⁴ As casas comerciais e os serviços de embarque e desembarque de mercadorias garantiam ao Varadouro um movimento de capital considerável, pois neste bairro quase tudo se podia comprar e vender.

Embora no Porto do Capim só ancorassem pequenas embarcações, ele foi relevante na economia dessa cidade, principalmente porque era por onde os comerciantes paraibanos recebiam os artigos de luxo importados da Europa, além de ser a porta de entrada de quem chegava à Parahyba e trazia as notícias da Capital da República e do mundo. Assim, a coluna econômica denominada “Movimento da Cidade” diariamente indicava quem chegava e quem partia. A Estação Ferroviária e o Porto do Capim assumiam a condição de termômetro econômico e social, pois o movimento de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias servia para reforçar a imagem de que a cidade caminhava rumo ao progresso. O movimento de chegada e saída dos trens, além do embarque e desembarque de mercadorias, também proporcionava o acesso às informações, principalmente porque era o trem que trazia os jornais em circulação no Recife e no Rio de Janeiro, relatando as últimas notícias dos acontecimentos políticos, sociais e culturais ocorridos naquelas cidades. Em virtude disso, eram comuns as aglomerações de estudantes, políticos e intelectuais no pátio da estação ou nas Praças 07 de Setembro e 15 de Novembro, à

¹⁸⁴ A União – 02/04/1913, p. 03.

espera do trem comentando as notícias trazidas por quem chegava do Rio de Janeiro e do Recife. Seja através dos jornais ou do boca em boca, as notícias se espalhavam cidade afora, o que fazia com que as ruas Maciel Pinheiro e Barão do Triunfo, no Varadouro, fossem freqüentadas pelas elites. Uma parcela da sociedade se esforçava para acompanhar o que de novo estava acontecendo no país e, assim, se manter integrada aos tempos modernos. De certa forma, vivia-se na Parahyba o episódio que Marshall Berman identificasse quando se referiu à modernização descrita pelo poeta Baudelaire na Paris do final século XIX: “a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos”.¹⁸⁵

Os jornais locais, a exemplo de *A Imprensa* e *A União*, exerceram papéis relevantes na definição e propagação dos novos comportamentos sociais. Em letras garrafais, visivelmente estampadas nas primeiras páginas, esses periódicos indicavam as casas comerciais nas quais os artigos de luxo poderiam ser encontrados. Vários deles apontam a Rua Maciel Pinheiro¹⁸⁶ como o local ideal, visto que, na época, era ponto de passagem obrigatório dos bondes elétricos com destino à Praça 15 de Novembro. Por essa razão, a Rua Maciel Pinheiro se constituiu numa via relevante da área central da Parahyba, o que levou Joaquim Inácio a afirmar em 1924:

esta importante artéria tem uma função particular, de grande relevo na Capital. Nela está localizado especialmente o comércio em grosso da terra. Vêm-se, também, algumas casas de vendas a varejo, livrarias, cafés, a casa Pena. É possível que nos setenta e poucos prédios situados da Associação Comercial à curva da linha de bondes que dá acesso à Cidade Alta, exista, nesta rua, um estoque de mais de cem mil contos de mercadorias.¹⁸⁷

¹⁸⁵ BERMAN, Marshall. op. cit. p. 143.

¹⁸⁶ Durante o Segundo Império, essa rua chamou-se Conde d'Eu; depois, Rua das Convertidas, numa alusão aos salões e cafés ali existentes, locais de diversão freqüentados pelos intelectuais, políticos e comerciantes. Esses últimos, quando vinham à capital fazer negócios, costumavam pernoitar na cidade. Na primeira década do século XX, foi denominada Rua do Comércio, devido às atividades econômicas ali desenvolvidas e que perduraram até os anos 1930, quando passou a ser chamada Rua Maciel Pinheiro. Ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, foi o coração econômico da capital da Parahyba. A esse respeito ver RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro Sentimental de uma Cidade**. São Paulo: Brasiliense, p.39, 1961.

¹⁸⁷ INÁCIO, Joaquim. **Notícias de uma viagem a Parahyba, em 1924**. Coleção Mossoroense, V. CLII, p. 04, 1987.

A Rua Maciel Pinheiro era um fervilhar constante. Tudo começava às primeiras horas do dia, quando os comerciantes abriam as portas das lojas, armazéns e depósitos, e só se encerrava à meia-noite. Das oito horas da manhã até às dezoito horas da tarde, era este, por excelência, o espaço econômico, pois nele se faziam vários tipos de negócios, como o empenho, a compra, troca e entrega de mercadorias adquiridas na praça do Recife. Com o pôr do sol, a rua se preparava para assumir a condição de espaço da diversão. À medida que as lojas, os bancos e as casas de câmbio fechavam as portas, os cafés e salões abriam as suas cortinas para mais uma noite de espetáculo.

A instalação dos serviços urbanos proporcionou a todos condições de tráfego, passeio e permanência. Ao mesmo tempo, assegurou comodidade no acesso às casas comerciais, o que fez com que os estabelecimentos cotidianamente pudessem ser freqüentados pelas senhoras e senhorinhas da sociedade, em busca dos cortes de tecidos finos, laços, fitas e chapéus, acessórios indispensáveis ao modo de se vestir feminino do início do século XX.

Freqüentar as lojas e fazer compras deixou de ser um serviço das mucamas de outrora. Aos poucos, esse hábito foi se incorporando ao cotidiano das mulheres “decentes”, acompanhadas das suas filhas moças casadoiras e de um carregador, passaram a visitar com mais freqüência a rua onde se localizavam as lojas especializadas nos acessórios femininos, a exemplo dos vestidos de seda e chapéus de cetim. Por sua vez, esse comportamento se constituiu em uma das condições pelas quais as mulheres da elite ganharam acesso ao espaço público.

Os anúncios publicitários das lojas, na sua maioria, dispunham de textos curtos, cujo propósito era convencer os leitores e leitoras de jornais a aderirem ao novo estilo; quem desejasse isso bastava procurar uma das lojas da Rua Maciel Pinheiro, e lá encontrariam os mais variados estoques de tecidos importados; tratava-se de lojas em condições de satisfazerem aos clientes nos seus diversos gostos e opções de vestir-se e apresentar-se bem publicamente. A freqüência com que os anúncios eram divulgados denotam não só a imposição do consumo, mas “a tensão entre a novidade, que era ao mesmo tempo admirada e temida, e a tradição, que era

ao mesmo tempo respeitada e desvalorizada”.¹⁸⁸ À medida que os anúncios publicitários indicavam as lojas onde os novos artigos de luxo poderiam ser encontrados, disciplinava os consumidores quando determinavam o modelo de homem e mulher elegante, afastando-os dos tipos comuns, principalmente a mulher. Essa não poderia exagerar no tom das cores dos tecidos, nas estampas nem na fragrância das águas de cheiro, de modo a não se assemelharem às prostitutas. Logo, os personagens ficavam definidos e distintos, e o modo como se vestiam denunciava quem era quem.

Para as mocinhas e suas mães, não faltavam as lojas especializadas nos vestidos de cetim e cambraias, a exemplo da Casa Paulista, cujos reclames anunciavam ser “um estabelecimento especializado em fazendas e roupas feitas, onde o público desta Capital encontra tudo o que há de melhor e mais barato no gênero. Venha ver para crer. A Lundgren & Companhia”.¹⁸⁹ O propósito era atender a todos os integrantes da família e aos seus diferentes gostos, pois o consumo tornara-se realidade comum às elites; assim, ali também poderiam ser encontrados os estabelecimentos especializados em roupas para as jovens e as senhoras donas-de-casa. Segundo Margareth Rago,

tudo incitava à preocupação obsessiva com a própria imagem: tanto para a jovem de família, que deveria saber como se vestir elegantemente, comportar-se em público e agradar para conseguir um ‘bom partido’, quanto para a boa dona-de-casa, ameaçada de ser confundida com seu avesso, a prostituta, caso excedesse no uso de batom ou no decote das blusas...¹⁹⁰

Acerca dessa questão, Marshall McLuhan aponta outro modo para explicar a interseção entre discurso normativo e práticas cotidianas. Segundo esse autor, a publicidade como fator indicativo de experiências socialmente compartilhadas é comum nas sociedades em que circula:

{...} magníficas acumulações de materiais sobre as experiências e os sentimentos partilhados por toda a comunidade. É claro que se os anúncios se afastassem do centro dessa experiência partilhada em comum, entrariam

¹⁸⁸ PADILHA, Márcia. op. cit. p. 29

¹⁸⁹ A União – 14/01/1913, p. 03.

¹⁹⁰ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930) Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.129-140, 1991.

rapidamente em colapso, por perderem a possessão dos nossos sentimentos.¹⁹¹

O entra e sai dos vendedores e negociantes nas lojas e o vai-e-vem de transeuntes, nas ruas Maciel Pinheiro e Barão do Triunfo, fazendo compras, conversando e admirando as novidades nos expositores públicos, asseguravam à Parahyba o *frisson* característico das cidades modernas, sendo essa a condição que as diferenciava da tranqüilidade das demais artérias, e determinava que o novo tempo havia chegado.

Os anúncios da loja Antônio Maia & Cia, situada no número 61 da Rua Maciel Pinheiro, informavam ao público a chegada de “vestidos de pura cambraia bordada para crianças”.¹⁹² Um outro reclame, cujo texto, além de longo, era direcionado aos homens e mulheres desejosos do estilo fino e social, dizia ser o número 61 dessa artéria o ponto da moda, o local onde se encontra,

{...} uma casa de confiança, uma loja de fazendas finas, a mais antiga da praça. Especialista em casimira, brins, oliados, camisas, punhos, colarinhos, ceroulas, meias, toalhas, morins, fantasias, merinós, redes, perfumarias e artigos de moda. Preços sem competência! Importação direta. Seção de alfaiataria, confiada ao perito mestre Jurubeba. Não temos competidores.¹⁹³

Embora a leitura fosse um exercício restrito à pequena parcela da sociedade paraibana, os anúncios publicitários veiculados influenciaram o comportamento dos transeuntes, principalmente porque os leitores e leitoras pertenciam aos segmentos que dispunham de recursos para adquirirem os produtos anunciados e passavam a seguir as sugestões indicadas. Nessa perspectiva, a publicidade, associada à atividade comercial, impôs novos costumes aos moradores da área central da cidade. Segundo Márcia Padilha,

o crescimento da atividade comercial teve importância acentuada, sendo, mesmo, fundamental na dinâmica de transformação da paisagem urbana e dos costumes.¹⁹⁴

¹⁹¹ MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, p. 258, 1988.

¹⁹² A União – 14/01/1913, p. 02.

¹⁹³ A União – 14/01/1913, p.02.

¹⁹⁴ PADILHA, Márcia. op. cit. p. 67

Os rapazolas se contentavam com as peças de brim em várias tonalidades. Do contrário, a casimira era bem recomendada pelos alfaiates. As alfaiatarias e camisarias sempre estavam abarrotadas de encomendas, principalmente se estavam próximas as festas da padroeira, Nossa Senhora das Neves, do Natal e do Ano bom. Nessas épocas, era comum o rapaz encomendar o corte e costura de um novo conjunto composto de paletó, colete e calça. Para complementar a elegância, recomendavam-se os chapéus de feltro, indicados principalmente aos jovens rapazolas que não quisessem passar despercebidos nos passeios de finais de tarde, no Jardim Público.

Para a elegância das mocinhas, sugeriam-se águas de cheiro e os cremes de arroz indicados ao tratamento de pele; a finalidade desses cosméticos era realçar e acentuar a beleza e a sensualidade das donzelas, quando porventura fossem assistir às missas na Misericórdia, às cerimônias de casamentos na Matriz de Nossa Senhora das Neves, ou fossem aos chás da tarde em casa de algum parente ou amigo íntimo.

As ousadas e exigentes com a vaidade, e que se dispusessem a caminhar um pouco mais em prol do requinte poderiam, na Rua Maciel Pinheiro, ir até o número 62-A, onde encontrariam a Alfaiataria Zaccara, cujos preços não tinham concorrência. Nesse estabelecimento, além da variedade de tecido e exclusividade nos modelos, as clientes ainda dispunham de um ótimo atendimento dispensado pelos proprietários e modistas Criza e Zaccara. Outra opção era ligar para o telefone número 09, fazer suas encomendas ou tirar qualquer dúvida quanto às últimas novidades em tecido e modelo ideal para as diversas ocasiões. Um pouco mais à frente, no número 211, “A Elite – Alfaiataria e Casa de Modas” anunciava ser possuidora de:

um completo sortimento de casimiras inglesas e nacionais, brins brancos e de cores, *palm-beachs*. Especialidade em batinas e paletós eclesiásticos. Recebe por todos os vapores, da praça do Rio de Janeiro, as novidades da moda. A Casa de sortimento mais completa desta praça.¹⁹⁵

¹⁹⁵ A União – 11/01/1923, p.03.

São facilmente encontrados anúncios com alusão aos produtos importados, o que funcionava como atrativo à sua aquisição, pois o homem ou a mulher desejosa de se manter moderna não podia deixar de possuir, no seu guarda roupa, uma peça de cambraia inglesa, seda javanesa ou um corte à francesa. Os anúncios publicitários, à medida que informavam os valores e costumes denotativos do homem e da mulher modernos denunciavam o papel dos comerciantes na composição da cidade igualmente moderna e consagravam o anúncio como um meio deles representarem a si mesmos. Tratava-se, portanto, de uma associação na qual os comerciantes entravam com sua força de anunciantes e os periódicos com sua força de comunicação.¹⁹⁶

Os anúncios publicitários publicados em “*A União*” e “*A Imprensa*” também indicam a Rua Barão do Triunfo, transversal à rua Maciel Pinheiro, como sendo um lugar que não poderia deixar de ser freqüentado, principalmente a loja de número 31. Nesse estabelecimento, os homens finos e elegantes encontrariam a Alfaiataria Ré Umberto, “estabelecimento de primeira ordem, administrado pelo hábil e afamado Professor Pietro Imbelloni – diplomado pela Academia de Talhos de Nápoles”.¹⁹⁷ A novidade estava nas vitrines da Rua Barão do Triunfo, especificamente nos números 31, 62^A; os consumidores poderiam adquiri-la por alguns contos de réis. Os jovens poderiam sair vestidos num elegante terno confeccionado pelo mais afamado alfaiate da cidade. Segundo o reclame publicitário desta casa, ela havia “recebido ultimamente um grande e variado sortimento de casimira inglesa, brins, cortes de coletes, e muitos outros artigos do vestuário masculino, sendo todos da melhor qualidade”. Na iminência de convencer os clientes reforçava:

são lindos os padrões e as cores das casimiras ! Quem desejar se vestir bem deve dirigir-se à Alfaiataria Ré Umberto, que é a mais freqüentada pelos cavalheiros *swarts*, achando-se habilitada para satisfazer ao freguês mais exigente. Preço sem concorrência, vendas a dinheiro.¹⁹⁸

¹⁹⁶ PADILHA, Márcia. op. cit. p. 68

¹⁹⁷ A União – 14/01/1913, p.03.

¹⁹⁸ Id. Ibid.

Este tom apelativo servia para convencer o leitor da necessidade de ser moderno, ou seja, de vestir-se bem. A modernidade estava exposta na vitrine, bastava o transeunte adquirir um dos artigos anunciados.

Caminhando pela Rua Barão do Triunfo, os transeuntes encontrariam outras vitrines com novidades na arte de bem se apresentar; bastava chegar até ao número 405. Lá estava a Sapataria Internacional, cujo reclame informava que o proprietário, o Sr. Nicolau, acabara de receber:

pelo vapor Itabatinga um lindo e grandioso sortimento, de calçados de última novidade da afamada fábrica Polar. Para satisfazer a nossa distinta freguesia, resolvemos baixar 10% de desconto, em nosso estoque de calçados, para 15 dias de festas. Aproveitem esta oportunidade da grande liquidação na Sapataria Internacional.¹⁹⁹

Na tentativa de atrair o cliente, concediam-se os descontos na compra dos artigos anunciados e reforçava-se o discurso de que o produto, a exemplo dos sapatos da Sapataria Internacional, era a última novidade em Paris, no Rio de Janeiro e em Recife, ou de que o modista era diplomado por alguma escola italiana. O propósito era despertar no paraibano o desejo de querer se vestir tal qual os moradores dessas cidades e, desta feita, sentir-se um homem ou uma mulher não só elegante, mas, sobretudo civilizada. O conteúdo dos anúncios e a variedade dos produtos anunciados provocavam diferentes sensações nos consumidores, que nem sempre podiam adquiri-los. Segundo Márcia Padilha,

a cada instante, o transeunte/consumidor alternava as sensações de pertencimento e estranhamento em relação ao espaço em que se encontrava. O consumo criava, nessas condições, um jogo incessante no qual o consumidor alternava o papel de ator e espectador. Por ocupar espaço nas lojas ele fazia parte daquele espetáculo; no entanto, a impossibilidade de consumir tudo o que via exposto colocava-o sempre como espectador.²⁰⁰

Essa situação de desconforto, convertido em embriaguez e deslumbre pelos produtos, era o que incitava o consumo, principalmente quando eles eram denotativos de afirmação de elegância e modernidade. Assim, os anúncios

¹⁹⁹ A União – 05/01/1923, p. 05.

²⁰⁰ PADILHA, Márcia. op. cit. p. 82.

publicitários tornaram-se peça-chave nesse jogo, cujo propósito era convencer o expectador/leitor e assegurar o consumo.

Prosseguindo no percurso pelo Varadouro, os transeuntes e consumidores poderiam subir a ladeira São Francisco ou a do Guedes. Antes de alcançar o centro, na Cidade Alta, o número 53, na ladeira São Francisco, era parada obrigatória. Nesse local, encontravam-se a fábrica e o curtume São Francisco, estabelecimentos onde os comerciantes da cidade e do interior poderiam encomendar jaquetas pretas e de cores diversas, a exemplo de búfalo e brancas. Além das pelicas brancas e de cores, havia as “carneiras pretas” e também as de cores variadas. O reclame ainda informava que os proprietários Guerra & Gusmão eram especialistas na fabricação das jaquetas cromo e envernizadas, uma marca resistente. Para os sapateiros, não faltavam as solas curtidas ao vegetal nem as raspas laminadas, indispensáveis à confecção de malas e tamancos. Na tentativa de convencer o cliente da qualidade dos produtos anunciados, o mesmo ressaltava que a fábrica Guerra & Gusmão fora premiada com a medalha de ouro nas exposições internacionais de Milão e numa feira municipal realizada na cidade da Parahyba. Caso o cliente não pudesse comparecer a esse estabelecimento industrial, era só enviar seu pedido, via telegrama, para Gusmão – Parahyba do Norte, caixa postal número 40, e as encomendas seriam entregues no endereço indicado.²⁰¹ A divulgação das credenciais desta empresa era o atestado de garantia da qualidade dos seus produtos e funcionava como meio de convencer o leitor a adquiri-los, visto serem reconhecidos no mercado internacional, além de sua boa aceitação no mercado nacional e regional.

Ainda que os serviços de infra-estrutura urbana instalados na Parahyba tenham sido deficitários, eles deram um certo *glamour* a cidade e exerceram influência no cotidiano urbano e no estilo das pessoas se vestirem. Assim, os paraibanos combinaram o desejo de viver numa cidade moderna com o fato de se apresentarem elegantes, integrando-se ao processo de modernização e passando a desfrutar do que fora proporcionado. Conforme os jornais noticiaram, esse tipo de

²⁰¹ A União – 05/01/1923, p. 05.

modernização se implementou para quem dispunha de recursos econômicos e podia não só contemplar as vitrines das lojas, mas adquirir o que porventura estivesse estampado. De certa forma, os grandes comerciantes, políticos e os profissionais liberais se maquiaram de modernos, se aproximaram do ideal de uma vida cosmopolítica com o intuito de se distanciarem da zona rural, o que nem sempre foi possível. Isso fez da Parahyba uma urbe moderna, mas com uma paisagem, comportamentos, hábitos e costumes rurais.

Afora a propaganda como recurso, é pertinente o uso, pelos lojistas, do telefone como meio capaz de estimular o consumo e aumentar as vendas. Fica, pois, sugerido o desencadeamento de outra relação vendedor/consumidor. Nesse caso, ligar para a loja, encomendar seus artigos e recebê-los em casa também passou a ser denotativo da condição de “moderno”, ou seja, diferentes visões do moderno foram configuradas, o que, na compreensão de Francisco Foot Hardman, decorreu do embate da sociedade complexa e multifacetada com a perspectiva de imposição de uma cultura homogeneizante, a cultura do exibicionismo burguês.²⁰²

3.2 Residências e serviços

A condição de “moderno” não se limitou ao hábito de se vestir e se divertir; também atingiu as moradias, incidindo na transformação dos sobrados de outrora em casas modernas. A nova feição das residências além de satisfazer as vaidades dos seus donos atendia às orientações dos administradores públicos, os quais recomendavam a construção de casas salubres, arejadas, de tijolos e cobertas de telhas.

Com a cidade dotada de equipamentos e serviços urbanos, a compra de terrenos nas ruas beneficiadas se tornou comum, principalmente pelos que substituíram o campo pelos ares da Capital. Desta forma, foi valorizado o terreno na área urbanizada acelerando a ocupação da Capital paraibana. Não demorou e a construção das novas residências mudou a paisagem dos bairros das Trincheiras, de

²⁰² HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Tambiá, do Centro e Varadouro. Assim, impulsionado pela legislação e pelo desejo de morar bem, o comerciante Leonardo Maia Vinagre comprou um terreno na Capital, onde edificou uma moderna residência na Rua das Trincheiras. Enquanto isso, o também comerciante Antônio Galdino de Lima Botelho, residente à Rua da Mangueira, nº 35, recorreu à Prefeitura e solicitou licença para realizar reformas e reedificar o oitão norte da sua casa, tornando-a arejada.²⁰³ Com isso, o prefeito passou a exigir dos novos moradores a construção de suas casas conforme as indicações da legislação. A intenção era manter a feição da área central moderna e aprazível, evitando, assim, a desorganização das ruas, caracterizada pela disposição irregular das casas em relação ao terreno. Segundo as determinações do Código de Postura, as casas deveriam ser alinhadas umas às outras, dispor de uma varanda lateral e um jardim entre a porta e o portão de entrada. A outra opção era construir a frente até o limite do terreno, de forma que se mantivesse o alinhamento e a perspectiva retilínea da rua. A intenção era assegurar a iluminação e a ventilação em todas as casas. Para aquelas consideradas irregulares, a recomendação era de que os seus proprietários procurassem a Prefeitura, retirassem a devida licença e fizessem as reformas necessárias; os proprietários seriam autuados se persistissem no erro, seriam multados por descumprir o Código de Postura.²⁰⁴

O propósito das orientações da Prefeitura e do governo do Estado acerca do tipo de residência a ser construída na área central era disciplinar o espaço urbano. Mas foi a condição econômica dos moradores o fator determinante do tipo de residência a ser construída. Os paraibanos melhores afortunados passaram a incorporar ao cotidiano a preocupação com as estruturas das suas casas. Conforme enuncia Carlos Lemos,

quando houve a reformulação dos critérios do ato de morar, e, podemos dizer, aconteceu na cidade um processo civilizador proporcionado pelo crescimento econômico, abandonou-se a tradição colonial de morar e adotou-se o novo “morar à francesa.”²⁰⁵

²⁰³ A União – 04/01/1913, p. 02.

²⁰⁴ Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte. Imprensa Oficial, 1910, 1914, 1915, 1918, 1919, 1920.

²⁰⁵ LEMOS, Carlos A C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, p. 13, 1999.

Embora esse pesquisador considere a construção das novas residências como parte do processo de crescimento econômico pelo qual passara o Brasil no início do século XX, não nega que o ato de se preocupar com as condições e estrutura dos casarios também fosse fruto de um desejo dos cidadãos, ou seja, não bastava o capital, era preciso o sentimento de querer ser moderno e civilizar-se. Nesse caso, o capital é compreendido como o viabilizador da mudança, e a mentalidade a impulsionadora. A partir de então, os poucos sobrados do período colonial passaram a ser demolidos e, em seu lugar, foram edificadas as novas residências, inspiradas na arquitetura francesa e italiana.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento, a influência francesa, na configuração da paisagem urbana das cidades brasileiras, foi significativa nos diversos aspectos, principalmente na arquitetura, pois os arquitetos, atendendo a pedidos e satisfazendo aos desejos das elites econômicas e intelectuais, vestiram as cidades com o estilo arquitetônico neoclássico, comum na Europa principalmente na França. O propósito era reproduzir no Brasil um pedaço de Paris.²⁰⁶

Embora a Parahyba tenha se vestido à francesa, quando as classes abastadas incorporaram ao seu cotidiano hábitos e costumes dessa cultura, a arquitetura dos novos prédios e residências ficou a cargo dos italianos. A convite do governador Camilo de Holanda, um grupo de arquitetos italianos, entre eles Fiorilo, Dilascio e Gioia, juntamente com os brasileiros Otávio Freire e Clodoaldo Gouveia, encarregou-se de embelezar a cidade, ou seja, revolucionar urbanisticamente tanto a Cidade Baixa, quanto a Cidade Alta. Segundo Celso Mariz, os arquitetos convidados “deram um sopro na cidade, construíram casas arejadas e alegres, fizeram os

²⁰⁶ As referências são as cidades de Porto Alegre e Rio de Janeiro. Para tanto, ver especificamente capítulos 3 e 4 de PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. Para ver a influência francesa na moderna configuração urbana de outras cidades brasileiras, a exemplo de São Paulo, Recife e Fortaleza, ver, respectivamente, SEVCENKO, Nicolau. op. cit., REZENDE, Antônio Paulo. op. cit. TEIXEIRA, Flávio Weinstein. op. cit. e PIMENTEL FILHO, José Ernesto. op. cit. Na Paraíba, a exemplo de Recife e Fortaleza, a influência francesa também se fez presente nos hábitos e costumes cotidianos das elites a partir dos anos 20. São dignos de nota MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1978; NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e Espaços**: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX. Recife: UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado em História) ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma cidade, muitas tramas**: a Cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920). Recife: UFPE, 2001. (Dissertação de Mestrado em História)

primeiros bangalôs, movimentaram os tetos”. Foram eles que realizaram o sonho da elite que se urbanizava de morar numa casa suntuosa e digna de uma pessoa moderna. Por isso, os governantes não hesitaram em contratar esses arquitetos e recomendar o projeto de uma residência que satisfizesse esse desejo.²⁰⁷ No percurso pela Cidade da Parahyba, alcançamos o topo da ladeira São Francisco, ou seja, a Cidade Alta. Na paisagem dessa área, destacam-se as residências dos comerciantes, os quais, a partir de 1910, foram deixando de morar no Varadouro e passaram a construir suas residências no Centro, Tambiá ou nas Trincheiras na Cidade Alta, ficando no Varadouro apenas os estabelecimentos comerciais. Afora eles, os fazendeiros produtores de algodão e os usineiros, todos beneficiados economicamente pelo capital ora advindo do açúcar, ora do algodão, também puderam desfrutar da modernidade. Construídas conforme as normas do Código de Postura, as suas residências contribuíram para a configuração da cidade moderna, civilizada e saudável. Geralmente, tratava-se de casas de tijolos e cobertas de telhas, suntuosas, arejadas, dispendo de uma larga porta e várias janelas frontais, por onde circulava o ar e entrava a luz que as clareava internamente.

O Código de Postura à medida que definia as características das novas residências, tornava as elites consumidoras, também expectadoras, pois as novas casas passaram a ser objeto de desejo e nem todas as famílias puderam contratar os serviços de um arquiteto e encomendar o projeto de uma casa moderna. Isso evidenciava que o propósito dos profissionais que participaram da elaboração do Código de Postura, a exemplo dos médicos e engenheiros era também o de impedir que os hábitos e costumes rurais fossem reproduzidos nas novas residências, o que nem sempre foi possível, pois na paisagem da cidade moderna surgiram algumas residências que se assemelhavam às casas grande dos engenhos e fazendas. Outras mantinham um vasto jardim na frente, e atrás um pomar, característico do apego a vida rural.

As recomendações contidas nos Códigos de Postura à medida que foram endossadas pelos médicos sanitaristas asseguraram a Prefeitura o direito de punir o

²⁰⁷ MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União, pp. 127-130, 1939.

infrator, a perspectiva era fazer com que os moradores se enquadrassem à nova condição. A penalidade aplicada era o pagamento da multa ao Erário Municipal ou a execução do serviço, conforme fosse o caso. Embora os Códigos de Postura que consultamos trouxessem esse item, comumente às multas cobradas incidiam sobre o fato das casas não terem sido caiadas ou dos moradores jogarem lixo na rua. Não identificamos nos jornais informação pertinente ao pagamento de multa que não fosse por causa dessas infrações.²⁰⁸ O Código de Postura também se referia a outros aspectos do cotidiano urbano, a exemplo do modo como os freqüentadores das praças deveriam se vestir e terminava afirmando que falar alto na via pública depois das vinte horas era proibido.



**Foto 5 – Rua Direita – 1920 (Atual Duque de Caxias)
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

Na Parahyba, desde o início do século XX, os casarões localizados nas ruas dos bairros das Trincheiras e do Tambiá são representativos do crescimento econômico que consolidou uma nova ordem social, pois as modernas e arejadas

²⁰⁸ A IMPRENSA, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1929. Atos do Prefeito.

edificações passaram a ser residências permanentes dos usineiros, fazendeiros de algodão e grandes comerciantes. Esse fenômeno consolidou o campo como impulsionador das mudanças ocorridas na Capital, uma vez que, além da classe social consumidora dos serviços e da moderna condição urbana, parte dos recursos empregados na sua remodelação advinha do meio rural, através dos impostos pagos pelos produtores de algodão para embarcá-lo à Europa, pela Capital. Como veremos a presença da elite rural residindo na Capital contribuiu para a permanência de certos valores e costumes característicos do mundo rural.²⁰⁹ Semelhante à Rua das Trincheiras, as Ruas Nova e Direita também comportariam diversas famílias de ex-proprietários de terra, transformados em comerciantes de algodão. Esse processo continuou por longo período e fez com que o Centro se constituísse no espaço residencial das elites e dos profissionais liberais.

Mas não só das residências, lojas, bancos, armazéns e casas de câmbio vivia o Centro. Este bairro era também o espaço onde os paraibanos acorriam à procura dos serviços particulares, a exemplo dos consultórios médicos, farmácias e escritórios jurídicos. Nessa área da cidade, além dos comerciantes, residiam os políticos, os professores, médicos, farmacêuticos e advogados. Geralmente, os médicos e farmacêuticos, a exemplo dos que residiam à Rua Barão do Triunfo, também mantinham, consultórios, farmácias e escritórios, onde atendiam aos pacientes e clientes. Em função disso, os anúncios publicitários passaram a propagar os consultórios médicos e os escritórios de advocacia, tornando a publicidade, ela mesma, um produto de consumo, constituindo-se em mais um atrativo na cidade moderna e além de uma fonte de informação sobre o ambiente social urbano,²¹⁰ especialmente o serviço médico particular destinado às classes afortunadas. Ao lado dos demais estabelecimentos de serviços, os consultórios médicos visavam atender as famílias dos ex-proprietários de usina, fazendeiros e produtores de algodão residentes na Capital, os quais despontaram como grande filão para os profissionais da saúde.

²⁰⁹ A respeito de essa questão ver MAIA, Doralice Sátyro. op. cit. 3, 4 e 5.

²¹⁰ PADILHA, Márcia. op. cit. p. 98.

Assim, um anúncio publicitário informava que, no bairro do Varadouro, o Dr Seixas Maia, médico oftalmologista, aproveitando a comodidade e estrutura disponível – água encanada, luz elétrica e linha telefônica – mantinha, no térreo da casa nº 271, um consultório, onde, diariamente, atendia às pessoas que o procurassem acometidas das doenças da visão, somente no horário das duas e meia às quatro e meia da tarde.²¹¹ A oferta desse tipo de serviço é denotativo de que havia uma procura, ou seja, de que a elite rural estava se urbanizando e incorporando ao seu cotidiano um hábito antes desconhecido, a exemplo de consultar um médico quando se manifestasse no corpo qualquer sintoma patológico. Semelhante aos médicos e farmacêuticos, os advogados também mantinham um escritório de trabalho na Cidade Alta. Caso os transeuntes se deslocassem até o número 18 da Rua Direita, encontrariam um desses locais, onde, desde os anos de 1910, funcionava o escritório dos advogados Américo Falcão e Rui Alverga, que podiam ser procurados para resolver qualquer questão judicial, atendendo inclusive clientes do interior, restrito, no entanto, aos clientes das cidades interligadas pela linha férrea.²¹²

Paralela à Rua Direita, a Rua Nova, atual General Osório, as residências compunham a maioria dos prédios; afora isso, o mosteiro de São Bento, a Igreja de Nossa Senhora das Neves e a Biblioteca Pública quebravam a quase uniformidade da paisagem composta pelas residências dos pequenos comerciantes e professores. Eram casas geminadas, sem maiores detalhes na fachada externa e construídas até a calçada. Na rua paralela, à esquerda, a Visconde de Pelotas, também com várias casas, compunha, com as ruas Direita e Nova, o espaço residencial e político-administrativo da cidade. Todas elas começam nas imediações à esquerda do Ponto de Cem Réis e se estendem até o acesso aos bairros do Roger e de Tambiá. Nesta rua, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída desde o período colonial, intercepta-se com a dos Beneditinos. Juntos esses monumentos contrastam com a quase uniformidade da arquitetura das residências familiares; criando condição que contribuiu para que as igrejas se destacassem no cenário urbano. Desde o período colonial, sua disposição em pontos laterais da Cidade Alta, interceptando-se em

²¹¹ A União – 14/01/1923, p. 05.

²¹² A União – 04/01/ 1913, p.03.

forma de cruz, é representativa do poder da instituição católica na edificação da cidade, da sua presença no controle moral e no estabelecimento das normas de conduta e de comportamento dos cidadãos.

Caminhando na lateral direita da Rua Visconde de Pelotas, o declive na topografia do terreno indica a Rua da Baixa. Descendo por ela, alcança-se a Lagoa. Antes desta área verde, a Rua 13 de Maio dispõe de várias casas residenciais; entre as tantas, a de número 659 se destacava nos anúncios publicitários; residência da farmacêutica Clarice Justa Luna Freire, que prestava assistência às parturientes. Para tanto, avisava aceitar chamado a qualquer hora. Caso o familiar da grávida não desejasse se dirigir até a casa indicada, bastava ligar para o telefone número 26, que esta farmacêutica atenderia em domicílio.²¹³ Nessa propaganda, duas questões são dignas de comentários. Primeiramente o fato das mulheres da elite fazerem seus partos acompanhados por uma farmacêutica, ao invés de uma parteira, o que é denotativo da condição de modernidade em que se vivia. Morar na Capital significava incorporar os hábitos e costumes modernos, a exemplo de resolver os problemas de saúde com um profissional específico e não tomar os chás de ervas, conforme era o costume no campo. Logo, não era considerado digno uma família residente na área central da cidade utilizar-se das práticas rurais, consideradas incivilizadas e atrasadas. O telefone era um recurso para a melhoria da qualidade do serviço oferecido. A perspectiva dos anúncios era a de fazerem homens e mulheres incorporar ao cotidiano hábitos e costumes pertinentes à organização da vida na cidade moderna. Ainda que esses fatos não tenham se consolidado plenamente e que a cidade não estivesse totalmente aparelhada às imagens construídas pela publicidade, constituíam-se numa tentativa de conferir à velha Parahyba aspecto do novo. Os serviços e as novas residências, embora restritas às elites, são denotativas de que a modernidade se apresentou acompanhada de um conjunto de ações cuja perspectiva era levar os cidadãos a se afastarem de práticas associadas à vida rural, consideradas como sinônimo de atraso.

²¹³ A União – 12/01/1923, p.05.

Quanto aos professores, poucos atendiam em suas residências. No geral, exerciam suas profissões nos estabelecimentos localizados nas imediações das suas residências, já que o Colégio Nossa Senhora das Neves, o Colégio Arquidiocesano Pio XII, a Escola Normal e o Lyceu Parahybano compunham o cenário central da cidade. No entorno do Jardim Público, a Escola Normal era o estabelecimento educacional responsável pela formação das moças. Na sua lateral esquerda, no antigo Colégio dos jesuítas, funcionava o Lyceu Parahybano, local reservado à formação dos rapazes e horizontalmente apontado para a Igreja São Francisco. Nessa área da cidade, apenas os mestres de música e língua francesa mantinham uma sala de aula particular; o conhecimento musical e dessa língua estrangeira eram denotativos característicos de uma pessoa moderna. Por isso, para as moças, eram recomendadas as aulas de piano e, para os rapazes, as aulas de francês; afinal, na época, viajar à França era o sonho do intelectual brasileiro. Mesmo que muitos deles não tenham realizado esse desejo, a França se manteve como principal fonte de inspiração para quem desejasse ser moderno, de forma que os conhecimentos desse idioma eram necessários e indispensáveis a uma boa formação. Como nas outras capitais brasileiras os intelectuais incorporaram ao seu cotidiano a leitura obrigatória dos romancistas e poetas franceses, bem como os valores dessa cultura, a exemplo da freqüência aos passeios públicos e salões das residências familiares, manifestando elegância e educação como prioridade.

3.3 Quem é moderno sai de casa e vai à praça

Ser moderno não significou apenas consumir e incorporar as novas necessidades gestadas, mas também dispor e vivenciar momentos de lazer. A partir de 1910, o lazer passou a ser incorporado no dia-a-dia das elites. Não bastava apenas vestir-se elegantemente e morar decente. Eram necessários “palcos” capazes de ostentar para o público os sinais de modernidade expressos no vestuário, nas poses, na arquitetura da residência. Tais atos tornaram-se complementos de outras ações, e todas, embora distintas e aparentemente diferentes, compunham a mesma engrenagem, chamada e tomada como modernidade. Dentre essas outras ações,

contava-se a freqüência aos lugares públicos, incorporados ao cotidiano das elites e da cidade como lugares de sociabilidade, entretenimento e ponto de encontro. Eis a razão por que os administradores públicos e os moradores da área central passaram a se preocupar com as condições e estrutura das praças e do jardim público, bem como com os eventos que lá ocorriam. Não bastava a diversão; a intenção era afirmarem-se modernos.

No limiar do século XX, as novas ocasiões de diversão pública se tornaram freqüentes e se alastraram para além das festas religiosas. A luz elétrica e os bondes possibilitaram aos moradores, sobretudo aos homens, acesso aos diferentes lugares da cidade. A vida ganhou outros sentidos e novas necessidades foram gestadas, fundamentalmente no que diz respeito à diversão noturna. Para os homens, surgiram diferentes opções de lazer. Quanto às mulheres, continuaram restritas ao recinto das casas e aos espaços das festas religiosas, a exemplo das quermesses e procissões do Nosso Senhor morto, Nossa Senhora das Neves e Nossa Senhora do Carmo. Afora isso, limitaram-se aos passeios de bonde nos finais da tarde, ou às visitas às lojas.



**Foto 6 – Jardim Público – 1910 – (Atual Praça João Pessoa)
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

A manifestação dos novos comportamentos e costumes por parte das elites e os diversos profissionais, levou o governo da Parahyba a manter e ampliar a implementação dos serviços de melhoramentos das praças e jardins públicos da Capital, principalmente naqueles logradouros onde ocorriam as aglomerações públicas ou que dispunham de casas de diversão masculina, a exemplo da Rua do Portinho, beneficiada com calçamento e instalação de galeria de esgoto e da Rua Maciel Pinheiro, cuja estrutura urbana foi renovada; tendo recebido um novo calçamento, à base de paralelepípedo.²¹⁴ Outrora, os encontros entre amigos e os entretenimentos tinham como lugar as varandas das residências familiares e os salões das igrejas. Aos poucos, as pessoas foram deixando esses locais e passaram a freqüentar as praças e os jardins. O novo costume era decorrente da nova mentalidade e se fundamentava na liberdade e na satisfação do desejo de ser moderno, razão por que tal hábito passou a ser comum aos moradores residentes no centro da cidade. Não demorou e os moradores passaram a sair de casa e tomar parte nos eventos ocorridos nesses logradouros. Por isso, o governador do Estado da Parahyba, Camilo de Holanda, não mediu esforços em adquirir na Europa os materiais que comporiam a nova paisagem do Jardim Público. Do montante de material adquirido, faziam parte:

{...} um pavilhão central, elegante e artístico, que substituirá o velho ali existente, já desproporcionado e antiestético, visto parecer um barracão, numerosos bancos sólidos e confortáveis, e cadeiras suficientes para se ouvir sentados à música executada no coreto. De par com todos esses objetos, chegou também um rico instrumental para a Banda da Força Pública.²¹⁵

O propósito era tornar o Jardim Público um espaço aprazível, compatível com a feição urbana da cidade e das elites, e proporcionar a esta classe um lugar de sociabilidade fora das suas residências. As reformas implementadas nas praças e no Jardim Público, apesar de modestas, deram à cidade o *glamour* que os paraibanos tanto admiravam. Por isso, quando estavam em conversas, os jovens não se

²¹⁴ Folhas de medição de calçamento da cidade e outros serviços executados em 1917, 1918, 1919, 1920, 1922, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929 e 1930. Executados de acordo com contrato lavrado no Tesouro do Estado, em 20/07/1917. Ver no AHPB – Caixa N° 11, 1917.

²¹⁵ A União – 05/04/1918, p.05.

cansavam de ressaltar a nova paisagem desses logradouros e o quanto eles contribuíam para embelezar a cidade.

O Jardim Público, agora dotado de condições físicas para garantir melhor comodidade aos freqüentadores ouvintes das retretas e outros eventos que ali acontecessem, se tornou um importante espaço de sociabilidade. Aos finais de tarde, as retretas alegravam os transeuntes, sobretudo os que moravam nos bairros das Trincheiras; quer caminhassem a pé ou andassem nos bondes, eles obrigatoriamente passavam pelo Jardim Público. Mesmo no período em que esse logradouro passou fechado por causa das reformas, as pessoas que costumavam freqüentá-lo não ficaram prejudicadas, pois a autoridade responsável pelas obras de melhoramentos urbanos dotou outra praça de condições a atender ao público e, assim, manter o costume de ir à praça, o que já era um hábito das famílias residentes na área central. Assim, a coluna social de *A União* informava:

durante o tempo necessário ao serviço, o jardim público ficará interditado, passando as retretas do costume a se realizarem na Praça 7 de Setembro, onde serão construídos artísticos pavilhões provisórios sob a direção do esforçado e competente major Esequiel Machado, administrador das obras públicas.²¹⁶

Com uma elite exigente e apreciadora das retretas nas praças, o secretário de obras públicas esperava manter os melhoramentos da cidade em andamento e os serviços instalados, e evitar as reclamações de que algum evento não viesse a se realizar, conforme denunciou um dos freqüentadores da Praça Venâncio Neiva, ao afirmar:

por falta de luz no elegante pavilhão da praça Venâncio Neiva, deixou de realizar-se ali a costumeira retreta executada pela Banda de Música do 22º Batalhão de Caçadores. A referida banda, depois de esperar longo tempo que o encarregado da iluminação se dignasse ligar a mesma, retirou-se para o quartel após executar uma das suas excelentes peças. Para que a nossa população não seja privada desse divertimento, ao qual já está acostumado, pedimos ao zelador da Praça Venâncio Neiva que seja mais cumpridor dos seus deveres.²¹⁷

²¹⁶ Ver “As grandes Reformas do Jardim Público. As retretas vão realizar-se na Praça Sete de Setembro”. In: *A União* – 05/06/1918, p. 01.

²¹⁷ *A União* – 21/02/1920, p. 01.

Esta nota elucida outro aspecto do cotidiano que se fez representar nas formas de diversão, o hábito de ouvir música instrumental. Geralmente, esse estilo musical era executado nas retretas e apreciado pelas elites. Daí porque o modelo de modernidade instalado na Cidade da Parahyba, pelo menos no que diz respeito ao lazer, guardava uma certa semelhança com as formas de diversão das cidades do interior do estado. Enquanto, nas demais cidades, a exemplo do Rio de Janeiro e Recife, os espetáculos teatrais, os concertos musicais e as óperas se consagraram denotativos da diversão moderna, na Parahyba, isso ficou representado nos dobrados executados pela Banda da Polícia Militar, quando participava das retretas dos finais de tarde.

Concluídas as reformas, o Jardim Público tornou-se o cartão postal da cidade e o lugar mais freqüentado pelas diversas personalidades da sociedade paraibana, fato comprovado pelo comentário dos jornalistas e notificado pela Professora Alice de Azevedo Carneiro:

nos bancos, ao cair da tarde e início da noite, grupos gárrulos de mocinhas conversam mordiscando roletes de cana ou saboreando amendoins. As retretas, aos domingos, são como salões onde a elite se reúne em aristocrático *reudez-vous*. Os intelectuais, poetas e jornalistas vão beber inspiração nos olhos negros das garotas que passeiam, aos grupos *Brás-desuse*, *Brás-desosses*, enquanto que as mães gordas e bonitonas ocupam os bancos comentando as últimas informações.²¹⁸

Da programação cultural publicada semanalmente nos jornais da cidade se depreende o fato das retretas terem sido incorporadas ao cotidiano dos freqüentadores desse jardim, fazendo dele um lugar da cidade sempre visitado. Para garantir seu status de símbolo de civilidade, seu regulamento de funcionamento estabelecia, que ao seu interior só teriam ingresso pessoas decentemente vestidas, condição estritamente observada pelo zelador.²¹⁹ Assim, o Jardim Público “se constituiu num espaço de diversão laico, não mais sob a tutela e vigilância da Igreja, que até então ordenava os festejos, por ocasião das datas religiosas, mas sob a

²¹⁸ “A cidade dos Jardins”. In: **Anuário Estatístico da Parahyba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1930, pp. 10/11.

²¹⁹ “Regulamento do Jardim Público da Capital”. In: **Coleção dos Atos dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba**. Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1905.

tutela das autoridades do Estado”.²²⁰ Embora fosse público, se consolidou num espaço seletivo restrito às famílias consideradas “decentes”, pois ao “coreto” localizado no centro desse logradouro, só tinham acesso as classes alta e média; as chamadas “classes pobres” ficavam do lado de fora do passeio. De fato, a “coreografia” do jardim conferia lugares distintos as pessoas da cidade. Enquanto as pessoas graduadas ficavam em círculo, junto ao coreto, a classe média, composta por funcionários públicos e estudantes, ficava mais atrás, e as classes pobres, para além do gradil do passeio público.²²¹ Só no final da década de 1920 o gradil de ferro que cercava a praça foi retirado, permitindo a todos o acesso aos eventos musicais das Bandas da Polícia Militar ou do Batalhão de Caçadores.

Com base nos anúncios publicados nos periódicos *A União* e *A Imprensa*, percebemos o quanto os programas das retretas ali apresentados são elucidativos de um estilo musical pouco afeito aos populares; pode-se mesmo afirmar que a exclusão também se fez em decorrência dos tipos de eventos promovidos em outras praças. Neste caso, tornou-se desnecessário utilizar a força policial, pois a programação musical em si já era uma atração não correspondente às práticas cotidianas das classes pobres. Daí porque, mesmo tendo sido retirado o gradil do Jardim Público, os pobres continuaram sem freqüentá-lo.

a banda de música do Corpo Policial efetuará hoje no jardim público a seguinte retreta: 1ª parte – marcha – “Continência”; valsa – “Coração Magoado”; polk – “Surpresa”; dobrado – “Honra aos Militares”. 2ª parte – valsa – “Saudades do Lar”; schottisck – “Em Riso”; valsa – “Alzira Bastos”; dobrado – Vagabundo.²²²

As melhorias na paisagem urbana não alcançaram apenas o Jardim Público, mas se estenderam a outros logradouros, a exemplo das Praças Pedro Américo, Venâncio Neiva, Aristides Lobo e Rio Branco. Sob a coordenação e execução da Diretoria de Obras Públicas, os serviços de recuperação e manutenção das praças e jardins ficaram sob a responsabilidade do mestre jardineiro Manoel

²²⁰ MELLO, José Octávio de Arruda. op. cit. p. 52.

²²¹ MELLO, José Octávio de Arruda. op. cit. pp. 99-100

²²² A União – 05/01/1913, pp.02-03.

Lourenço, cuja competência profissional era a causa do aformoseamento e da beleza de tais equipamentos públicos.²²³ Em função disso, a Praça Pedro Américo sofreu radical reforma na sua paisagem sob a coordenação do engenheiro e arquiteto Pascoal Fiorillo, sendo dotada de uma calçada com três metros de largura, seguindo, em linhas elegantes, a topografia acidentada do terreno, proporcionando melhor espaço e comodidade ao público que a freqüentava nos finais de tarde. Ainda foram devidamente podadas todas as árvores e edificado um elegante coreto, transformando-a num aprazível lugar público propício aos passeios e aos flertes de finais de tarde.²²⁴ Nas praças Venâncio Neiva e Aristides Lobo, os serviços de melhoramentos também foram implementados. Quanto ao Jardim Público, se manteve o bom estado de conservação e uso, sendo acrescentada uma pintura aos bancos, visto que há quatro anos a praça vinha recebendo os cuidados da administração estadual.²²⁵

A implementação das obras de calçamento, a construção de passarelas e o alargamento das praças tornaram esses espaços relevantes na cidade, sobretudo para os moços e moças “distintos”. Fazendo-se necessário portanto, o ordenamento e a vigilância destes lugares, de forma a impedir cenas de afronta à moral e aos costumes sadios. A respeito da conduta dos freqüentadores das praças, esta nem sempre correspondia ao desejado, o que fez com que o colunista social lembrasse aos transeuntes que pensassem duas vezes antes de freqüentar a Praça Rio Branco:

o novo jardim da Praça Rio Branco é, a tarde um logradouro assas, concorrido por soldados de polícia e as jovens amas de meninos da Rua Visconde de Pelotas e imediações. Sentados nos bancos ali se encontram as Dulcineas e os soldados que ali arquitetam idílios de amor ao ar livre. O inconveniente não está nesta correspondência afetuosa dos olhares e sim na sabotagem que as criadas fazem nas flores dos canteiros, visto que as colhem para ofertar aos cupidos fardados.²²⁶ (grifo nosso)

À medida que as praças foram remodeladas e incorporadas ao cotidiano urbano, assumindo a condição de espaços das elites, elas contribuiram para a

²²³ Relatório da Diretoria de Obras Públicas – AHPB – Caixa 11, 1917, 1918, 1919, 1920, 1924, 1929.

²²⁴ Almanaque do Estado da Parahyba. Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1913, p. 33.

²²⁵ Relatório da Diretoria de Obras Públicas – AHPB – Caixa 11, 1917, 1918, 1919, 1920, 1924, 1929.

²²⁶ A União – 13/02/1920, p. 03.

manutenção de uma divisão social, no entanto, a presença das classes pobres era inevitável. A presença das empregadas domésticas, armadas com seus olhares afetuosos para com os policiais que faziam ronda na cidade, passou a ser visto pelo autor da nota publicada em *A União* como um inconveniente para as mocinhas de família que tinham incorporado ao seu cotidiano o hábito de sair de casa e freqüentar a Praça Rio Branco. Na acepção do autor da nota, não era digno as moças recatadas e formosas freqüentarem os mesmos espaços que as domésticas; visto tratarem-se essas últimas de mulheres pobres. Para coibir tal afronta, os códigos de postura estabeleceram e determinaram que as mulheres com trajés inadequados não poderiam permanecer nas praças. Essa medida foi uma tentativa de afastar as empregadas domésticas e ao mesmo tempo, controlar o uso das praças. Por outro lado, representou a racionalização do espaço público e o ordenamento do seu uso, ou seja, o estabelecimento das regras de convivência na cidade. Nessa perspectiva, pobres e ricos não poderiam freqüentar o mesmo espaço, a menos quando aqueles estivessem exercendo ou executando algum serviço às elites.²²⁷

3.4 Cinemas, cafés e salões

Com a implementação e melhoria das praças, os moradores incorporaram ao cotidiano a organização e participação nas festas públicas. A partir de então, tornaram-se comuns, nas praças da cidade, as comemorações alusivas ao Natal, ao Ano Bom e às quermesses. Contudo foram os cinemas, cafés e salões noturnos os lugares que mais se afirmaram como espaços de lazer e principais denotativos da nova época.

À medida que setores da população incorporaram ao cotidiano as práticas modernas de convivência e relacionamento, os momentos e espaços reservados para o lazer fugiram do controle daqueles que outrora se consideravam os guardiões da moral, principalmente os religiosos católicos. Além das praças e do Jardim Público, os jovens paraibanos, apesar das críticas de alguns religiosos, incorporaram ao cotidiano o hábito de freqüentar os cinemas, os salões e os cafés. Por outro lado,

²²⁷ Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte. Imprensa Oficial, 1910, 1917, 1920.

essa realidade caracterizou a moderna sociedade paraibana, e garantiu visibilidade aos seus paradoxos. Tais locais de lazer, apesar de serem considerados perigosos, permaneceram funcionando e se estabeleceram como divisores entre a decência e a indecência, a moralidade e a imoralidade. De certa forma, a sociedade tolerava os salões e cafés, pois esses eram os locais onde os grandes comerciantes, burocratas de carreira e os políticos se divertiam com as chamadas mulheres públicas, antes de retornarem ao lar e a família. Assim, a casa e a família se preservavam como símbolo da moralidade e respeitabilidade.

Paralelamente aos salões e cafés, os cinemas também se constituíram numa opção de lazer. Nos reclames das páginas dos jornais identificamos anúncios das películas cinematográficas exibidas nos cinemas e teatros da Capital, a indicarem que o público dispunha de outro atrativo. Aos jovens encantados com a sétima arte, bastava se dirigir à Rua Duque de Caxias (antiga Rua Direita). Nela estavam localizados “os melhores cinemas da Capital”.²²⁸ Em frente à Igreja da Misericórdia se deparavam com o cinema Rio Branco, onde podiam assistir a uma película romântica. Também poderiam se divertir admirando uma comédia ou um drama encenado no Teatro Santa Rosa. Nesse teatro, podiam assistir a um filme, vez que funcionava às vezes como cinema. Na Rua Visconde de Pelotas, a Praça 1817 era ponto de parada, principalmente porque ali se localizava o Teatro Pathé, o qual, na Semana Santa, exibia a fita sacra “Nascimento, Infância, Vida, Paixão, Morte e Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Essa película possuía um mil e quinhentos metros e assim como os filmes de Hollywood eram uma novidade para a época.²²⁹

Além dos filmes religiosos, se destacavam os românticos; geralmente, as produções eram estrangeiras e o enredo se centralizava nas ações de um jovem apaixonado que tudo fazia para conquistar ou se manter ao lado da sua amada, conforme enuncia esse reclame: “O Juízo Final! Com Madye Evans, Stuart Erwin e Conway Tearless. Ele cometeu um crime para satisfazer à mulher amada e ela não pode esperá-lo por dois anos! Um filme da Empresa Metro G. Mayer”.²³⁰ Os filmes de

²²⁸ INÁCIO, Joaquim. op. cit. pp. 6-7

²²⁹ A União – 18/01/1913, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1929, p.02.

²³⁰ A União – 06/04/1930 – p.04

ação e as comédias freqüentemente eram exibidos em duas sessões, no mesmo dia, sempre às 18:00 e 20:00 h, e não traziam qualquer referência ao enredo nem imagens dos atores, apenas os nomes deles e o título do filme, conforme esses reclames:

a Radio Broadway Programa apresenta: Irene Dunne em a comédia: Este homem é meu”, “O Crime do vagão particular com Charles Ruges, Mary Carlisle e Una Merkel. Amanhã em duas sessões 6 e 8 horas da noite.²³¹

O fato dos filmes de comédia serem freqüentemente exibidos em duas sessões e a constante publicação dos reclames desse tipo de filme no jornal *A União* demonstra que havia uma certa expectativa em torno da imagem a ser exibida, já que não fora mostrada no reclame, e que função dos cinematógrafos era proporcionar ao público momento de alegria, descontração e entretenimento, como também propagar as novidades quanto aos cortes de cabelos e as vestimentas. Esses aspectos ajudavam na afirmação das imagens do estilo de se vestir dos atores, mais do que no enredo dos próprios filmes. Geralmente, o ator ou a atriz não só protagonizava o personagem como determinava o estilo considerado fino e elegante. A exibição de várias comédias de natureza romântica e com o mesmo par, tornava os artistas conhecidos do telespectador e contribuía para formar um público assíduo. Para tanto, certo reclame traz a seguinte indicação: “Hoje! Grande romance com Jean Parkes e Jenify Karl vivido em Nova York”.²³²

Nas imagens, deduzidas do reclame, o jovem casal geralmente passeia de automóvel por entre ruas iluminadas, limpas e aprazíveis de uma cidade moderna; era essa a condição de vida que poderia ser aplicada à cidade onde o telespectador morava. Tal tipo de reclame é denotativo de que Jean Parkes e Jenify Karl eram por demais conhecidos do público paraibano, não só porque ele fazia as donzelas suspirarem, mas porque era considerado um homem elegante, atinado com os valores modernos. Logo, era com ele que os jovens queriam se parecer e era com esse tipo de homem que as moças sonhavam se casar. Por isso, os rapazes vestiam-

²³¹ A União – 12/05/1930 – p.08

²³² A União – 15/05/1930 – p.08

se tal qual esse ator no desejo de atrair as moças. Eis a razão dos padres criticarem os filmes; suas imagens influenciavam os telespectadores incentivando a vestir-se tal qual os atores das telas. Talvez o telespectador se sentisse muito mais atraído pela forma moderna com que os atores e atrizes se vestiam e se apresentavam penteados do que pelo enredo dos filmes.

Embora fosse mais uma opção de lazer, as casas de projeções cinematográficas não se livravam das críticas da Igreja Católica; era comum o padre responsável pela coluna “O que passa pelo cinema”, do jornal católico *A Imprensa*, publicar comentários acerca dos filmes exibidos no país e na Parahyba, e recomendar às famílias quais deles podiam ser assistidos. Além das críticas aos filmes, os religiosos não poupavam comentários acerca do funcionamento dos cafés e salões noturnos, e da publicação e divulgação de certos romances considerados ilícitos.²³³

Num desses comentários, um padre pertencente aos quadros do periódico católico *A Imprensa* advertia os pais de família acerca da imoralidade proveniente das produções cinematográficas apresentadas no Brasil, as quais, nas palavras do articulista, provinham de Paris. Diante de tal fato, adiantava que, na Capital francesa, havia surgido um movimento cujo propósito era coibir a divulgação desse tipo de entretenimento. Aproveitando o espaço, questionava os paraibanos se já não era o momento de também começar tal movimento na Parahyba:

vejam os paraibanos se já não soou a hora de darmos também nós combate sem tréguas à licenciosidade que extravasa dos cinemas, dos cafés, e das vitrines onde se expõem aos olhos incautos da juventude figuras obscenas; livros e romances os mais perniciosos.²³⁴

Para tanto, recomendava aos proprietários das casas de projeção cinematográfica que destinassem uma sessão às moças e organizassem uma matinê.

²³³ “A imoralidade nos teatros e na imprensa” em *A Imprensa*, 09/07/1930, p. 01.

²³⁴ Id. *Ibid.*

Acrescentavam que os teores das películas destinados às donzelas fossem de caráter religioso e versassem sobre a vida dos santos e santas da Igreja católica.²³⁵

A preocupação dos religiosos não era apenas com o conteúdo dos filmes exibidos, mas com o próprio espaço do cinema, essencialmente com o que poderia acontecer durante as sessões, visto tratar-se de sala escura, onde os jovens sentavam-se próximos uns aos outros. Esse ambiente está representado na poesia de Sérgio Castro Pinto, quando, se referindo às sessões cinematográficas das décadas de 1920/1930, enfatiza:

abriam-se cortinas, zíperes e braguilhas.
tinha início a projeção
de mãos por entre pernas.
tão brasil!²³⁶

Para os religiosos católicos, os cinemas, além de serem espaços de perversão e degradação da moral, se constituíam numa afronta à família, porque os conteúdos das películas exibidas influenciavam o cotidiano da juventude afetando a moral e os bons costumes. Razão porque às mulheres só era permitido assistirem às películas de cunho religioso e só a partir da década de 1930 tiveram acesso aos dramas e romances, mesmo assim em sessões reservadas e sempre à tarde.

Visto como símbolo da modernidade, o cinema incorporou-se ao cotidiano da cidade e dos moradores. Criou-se, um público assíduo para os cinemas existentes no centro da cidade. A evidencia dessa realidade é o fato de que, todos os dias, os reclames publicados no jornal *A União* indicavam os cinemas, os horários das sessões e as películas exibidas. Paralelamente ao Cine Teatro Santa Rosa, o Pathé, o Cine Brasil, o Nacional e o Rex exibiam filmes, às vezes do mesmo gênero.

Embevecidos pela modernidade estampada na tela dos cinemas, desde os anos 20, os jovens paraibanos passaram a manifestar com mais veemência comportamentos característicos dos moradores das metrópoles modernas, e, principalmente, a freqüentar com assiduidade não só os cinemas, mas também os

²³⁵ Sobre a programação cinematográfica da cidade, principalmente a destinada às moças, ver os jornais *A Imprensa* e *A União* das décadas de 1930. Os comentários, opiniões e recomendações acerca dos filmes são restritos a *A Imprensa*, haja vista tratar-se de um jornal católico.

²³⁶ PINTO, Sérgio de Castro. "Cine brasil: matinê das moças". In: **A quatro mãos**: poemas. João Pessoa: ANPOLL / Editora da UFPB, p.21, 1996.

salões e cafés, engrossando o cordão dos defensores dos hábitos e da nova feição urbana da cidade. Mesmo com as críticas propaladas pela imprensa, os salões e cafés da Rua Maciel Pinheiro e Duque de Caxias se constituíram numa realidade do cotidiano da cidade, sobretudo porque, desde outrora, tais ruas mantinham a condição de serem lugares freqüentados pelos comerciantes não apenas para atividades de compra e venda de mercadorias, mas na busca incessante do prazer e da satisfação dos desejos e emoções. Tratava-se da diversão masculina. A partir de 1920, tornou-se mais evidente nessas ruas, principalmente à noite, tal aspecto festivo, notando-se, no semblante dos que transitavam por elas, o mais espontâneo contentamento.²³⁷ Nestas ruas as noites se alongaram e tornaram-se alegres e divertidas com as conversas, bebedeiras e momentos de amor proporcionados pelas damas, nos requintados salões. Não faltavam os abraços, beijos e as gargalhadas extravagantes das mulheres, apenas desfrutáveis por aqueles homens que dispusessem de recursos financeiros, ou pelos boêmios amantes das noites. Os salões e cafés passaram a ser freqüentados pelos intelectuais, políticos e comerciantes. Neles os fazendeiros e produtores de algodão, quando vinham à Capital, pernoitavam e também se divertiam nos braços de meninas vestidas à francesa.

²³⁷ **Revista do IHGP.** Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, p. 23, 1923.



**Foto 7 – Rua das Convertidas e do Comércio – 1904 (atual Rua Maciel Pinheiro)
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

Embora tais casas, às vezes, fossem denunciadas, elas não eram fechadas. Aos proprietários bastava se explicarem junto ao delegado de polícia, de quem recebiam algumas recomendações e orientações para adequá-las às regras e normas de funcionamento e o fechamento era suspenso. Essas normas diziam respeito, principalmente, ao horário de encerramento, que, na definição dos delegados, não poderia exceder a meia-noite. Na compreensão dos delegados, ali não ocorreria nenhum inconveniente que colocasse em risco a ordem pública. Nelas, mantinha-se um tipo de prostituição com a conivência das mulheres da sociedade, conformadas com os papéis de esposas e donas do lar, reservando o prazer às mulheres da rua. Na acepção dos delegados de polícia, o que ocorria nos bordéis de luxo não se constituía num crime contra a moral e os bons costumes, contudo esses mesmos aspectos, geralmente eram identificados pelas autoridades com pouca tolerância nas práticas de diversão mantidas pelas classes pobres.²³⁸ Segundo

²³⁸ RAGO, Margareth. op. cit. p.125.

Margareth Rago, esse procedimento das autoridades judiciais para com os cabarés de luxo se dava dessa forma, porque:

certamente não eram os homens humildes, trabalhadores das fábricas que se implantavam no Estado e residentes nos cortiços dos bairros pobres, que compunham a clientela dos bordéis de luxo, nem os que podiam freqüentar teatros, restaurantes e café-concerto acompanhados das cocotes.²³⁹

Na Parahyba a tolerância e a convivência dos delegados de polícia com esse tipo de casa de diversão decorria do fato delas serem freqüentadas pelos médicos, professores, advogados, políticos, artistas, jornalistas e comerciantes. Embora a ação da polícia fosse moralizadora dos costumes, quando se refere aos bordéis de luxo ela se inverte e a preocupação central passava a ser o bem-estar das pessoas que os freqüentavam. As batidas policiais tinham o intuito de verificar se havia, em tais recintos, algum elemento transgressor da ordem e que pudesse causar algum prejuízo aos freqüentadores; essas visitas não tinham a função de fechá-los, como ocorria às vezes com os bordéis populares. No entanto, eles não escapavam da vigilância das autoridades. Isso demonstra que tais casas, embora freqüentadas pelas elites, não fugiram à perspectiva disciplinarizante, afinal, era preciso assegurar o bem-estar dos clientes, e isso era feito, evitando-se que indivíduos estranhos ao ambiente perturbassem a ordem.

3.5 Clube Astrea

Característico da urbanidade e da nova ordem vigente, os clubes sociais se tornaram espaço relevante nas cidades brasileiras, principalmente porque passaram a atrair os jovens e adultos das camadas alta e média da sociedade que buscavam diversão. Na Parahyba das primeiras décadas do século XX, não foi diferente. Ao contrário dos cafés e salões das ruas Duque de Caxias e Maciel Pinheiro, o único clube existente na cidade passou a ser um lugar recomendado às pessoas de famílias distintas. Em função disso, exigia-se dos freqüentadores que mantivessem a “compostura”, uma vez que, nessa agremiação social e recreativa,

²³⁹ Id. Ibid.

não se podiam manifestar comportamentos característicos dos cafés e bordéis da Rua Maciel Pinheiro, Duque de Caxias e da Sá Andrade. A partir de então, associar-se a esse clube passou a ser um denotativo da posição que se ocupava na sociedade. Eis a razão por que o comportamento e a índole dos sócios do Clube Astréa passaram a ser um dos requisitos indiscutíveis à permanência dos seus nomes nos quadros dos “socialites”. Considerado como um lugar digno de ser freqüentado pelas famílias distintas, o colunista social de A União, alertas aos sócios do clube quanto ao:

hábito inveterado, que chega mesmo ao abuso, de alguns cavalheiros freqüentarem sociedades recreativas particulares, como se fossem cafés, é uma das coisas típicas da nossa terra. Aí está o Clube Astrea, sociedade recreativa de exclusiva diversão para os sócios, que, no entanto, é diariamente freqüentada por moços de elevada cultura e boa educação que, por ignorarem certamente o seu regulamento interno ou por simpatizarem-na muito (simpatia mais acentuada que a dos próprios sócios!), vivem infringindo diariamente os dispositivos do estatuto do clube e chegam a se embriagarem. A diretoria está no firme propósito de tomar a respeito sérias providências. Já era tempo! ²⁴⁰

Esse tipo de preocupação evidenciava que os valores sociais das elites se mantiveram como regra e foram estendidos a todos os locais de sociabilidade, sobretudo no clube que representou o principal local de encontro das personalidades distintas e residentes na Capital da Parahyba. Portanto, não era permitido que os jovens “tirados a corajosos” colocassem em risco a reputação dessa agremiação. Outro aspecto evidente é o desejo do jornalista de manter o respaldo do clube e resguardar a conduta dos freqüentadores de qualquer situação considerada incompatível aos padrões de comportamento considerados “civilizados”. Para esse profissional, a bebedeira maculava a conduta e a moral dos sócios, além de denegrir a imagem pública do clube, freqüentado pelas moças e damas da alta sociedade, mulheres finas, de elevado nível cultural, econômico e prestígio social.

Embora os valores culturais das elites tenham se estabelecido como regra, não faltou quem os contrariassem, a exemplo do jovem que, nas dependências do Clube Astrea, manifestou comportamento incompatível a um sócio dessa agremiação.

²⁴⁰ A União – 24/01/1913, p.03.

Na tentativa de pôr um fim ao caso e defender o Astrea como um lugar onde não se permitia a permanência de pessoas com comportamentos indignos, o jornalista, ao se referir ao acontecimento formula a hipótese de que alguns jovens freqüentadores talvez desconhecassem as regras e normas que disciplinavam o funcionamento, o comportamento e a postura dos sócios daquela casa de diversão.²⁴¹ Apesar de o jovem flagrado ser um sócio, o colunista social insistia em não querer enxergar seu comportamento transgressor e passou a sugerir respostas que justificassem as cenas que presenciara. Para isso, formulou a hipótese de que talvez o responsável pelo mau comportamento fosse pessoa não sócia, ali presente a convite de um amigo ou parente, e que, por isso, desconhecia as normas da casa.

3.6 O Ponto de Cem Réis

Como temos visto, o controle dos espaços de sociabilidade se constituiu numa das características da cidade moderna, o que mantinha a divisão social entre pobres e ricos. Na cidade da Parahyba, eram raros os locais onde freqüentavam diferentes classes sociais; o Ponto de Cem Réis revelou-se um desses espaços. A condição de ponto final dos bondes que chegavam e partiam com destino aos bairros de Tambiá e Trincheiras, a Praça 15 de novembro, a estação final da Cruz do Peixe, e, posteriormente, aos bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas fez com que o local fugisse ao controle das elites sendo freqüentado por representantes de diferentes classes sociais.

A denominação Ponto de Cem Réis, atribuída ao pátio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, data do início do século XX e está associada ao valor da passagem cobrado no bonde das linhas do Varadouro, Trincheiras e Tambiá. Segundo Benedito Maia, quando o bonde chegava próximo àquela artéria da cidade, o cobrador gritava: “Cem Réis!” O grito era uma maneira de lembrar aos passageiros que ainda não haviam pago e de informar aos desapercibidos o valor da passagem. Essa área passou a ser conhecida como Ponto de Cem Réis principalmente porque o bonde, com passagem nesse valor, era freqüentado pelos intelectuais, aos quais

²⁴¹ Id. Ibid.

coube a tarefa de propagar essa denominação.²⁴² Conforme depreendemos da memória dos contemporâneos, tal denominação “se estendeu pelas esquinas próximas, onde já se juntavam os conversadores, e, mais tarde, no tempo do Prefeito Guedes Pereira, quando foi aberta uma praça, o nome tomou conta da praça toda”.²⁴³ O Ponto de Cem Réis, devido à sua condição de ponto de passagem obrigatório a todos os que se dirigissem a qualquer rua ou bairro da Cidade da Parahyba, também assumia a condição de espaço da disseminação da informação e das notícias da cidade. Nele chegavam as novidades que acabavam circulando pelas demais artérias da Cidade Alta e Baixa:

ali afluía a vida cotidiana da cidade, no trânsito dos que provinham de bairros mais distantes e na prosa gostosa dos que ali ficavam horas a fio passando em revista os últimos acontecimentos, falando de tudo e de todos, completando o noticiário com os detalhes que a imprensa omitia.²⁴⁴

De boca a ouvido, as notícias vinham do pátio da estação e se concentravam no Ponto de Cem Réis, sendo por essa razão, um local atrativo na época, sobretudo para os que tinham incorporado ao seu cotidiano o hábito de ler jornal. Para muitos cidadãos, “preocupados em ler os jornais ou em tomar conhecimento das novidades, sensação que se completava com o encontro de amigos e conhecidos”, os dias começavam com a visita habitual àquele recanto.²⁴⁵ Os freqüentadores desse ponto geralmente eram flagrados pelos jornalistas esperando o bonde, no espaço de tempo entre uma locomotiva que partia e outra que chegava. Conversavam sobre os mais variados assuntos, indo da política, à seca ao destino dos mendigos que, todos os dias, chegavam do sertão.

Assim, esse ponto passou a ser um monumento relevante na memória da urbe, e nem mesmo a intervenção urbanística a qual foi submetido, na década de 1920, que resultou na demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

²⁴² MAIA Benedito. **A Universidade do Ponto de Cem Réis**. João Pessoa: A União, p. 14, 1976.

²⁴³ MAIA Benedito. op. cit. Ver depoimento de Celso Mariz concedido a esse escritor no ano de 1976, p. 17.

²⁴⁴ Deusdedit de Vasconcelos Leitão, em depoimento concedido ao escritor Sabiniano Maia no ano de 1976, e publicado em MAIA, Benedito. op. cit. pp. 17-18.

²⁴⁵ Deusdedit de Vasconcelos Leitão, em depoimento concedido ao escritor Benedito Maia em 1976 e publicado em MAIA, Benedito. op. cit. p. 17.

dando lugar a construção da Praça Vidal de Negreiros foi o suficiente para apagar da memória coletiva denominação de outrora e a sua função no contexto da Capital paraibana. A inauguração dessa praça, em 1924, foi resultado da primeira intervenção a que o Ponto de Cem Réis foi submetido após a abertura do entroncamento das linhas de bonde. Essa intervenção não só alterou a estrutura local, como deu ao logradouro um nome oficial: Praça Vidal de Negreiros. Referindo-se ao nome instituído, Sabiniano Maia comenta:

nem mesmo a bravura de Vidal de Negreiros foi suficiente para que o nome outrora existente fosse esquecido pelos paraibanos e freqüentadores. Fora o herói da guerra anti-holandesa esquecida, e vingara a denominação Ponto de Cem Réis.²⁴⁶

Diferente do Jardim Público, sobretudo por não ser um espaço cercado, o que fez com que não fosse freqüentado apenas pelos cavalheiros de altas posses, senhoras elegantes e políticos, o Ponto de Cem Réis era o lugar tanto dos intelectuais e políticos, quanto dos trabalhadores. Por isso, era o lugar de todas as prosas e todos os contos. Nesse local, também se encontravam os jornaleiros que, em um bom tom de voz, anunciavam de viva voz ao público as últimas manchetes divulgadas em *A União*, *A Imprensa* e *Correio da Manhã*. Ainda se flagravam nele os bilheteiros dos teatros e cinemas, que vinham informar quais películas estavam em exibição na cidade. Conforme vimos, o Ponto de Cem Réis não era espaço de diversão, mas, devido aos diferentes condicionamentos que levavam as pessoas a esse local, ele possibilitava a socialização entre os que por lá passassem, tornando-se “um ponto de prosa de gente de todas as classes”.²⁴⁷

Como se vê, a partir de 1910 a cidade da Parahyba passou por mudanças significativas, desde a implementação da luz elétrica, a abertura e o melhoramento

²⁴⁶A referência, de forma jocosa, a Vidal de Negreiros decorre do fato de ele ser enfatizado pela historiografia tradicional como herói da luta contra a presença dos holandeses na Parahyba. Isso o consagrou vulto relevante na história da Paraíba, merecendo o nome da praça construída no lugar denominado Ponto de Cem Réis. No entanto, a memória dos freqüentadores tanto fez que permaneceu o nome de outrora, o qual está associado ao cotidiano da cidade e dos cidadãos. A propósito de essa questão ver, SILVA, Lúcia Maria Tavares da. **Memória e Intervenção Urbana: o caso do Ponto de Cem Réis no centro de João Pessoa – PB**. Recife:UFPE, 1995. (Dissertação de Mestrado em Geografia) e MAIA, Benedito, que publicou um depoimento de Celso Mariz concedido ao escritor Benedito Maia, no ano de 1976.

²⁴⁷ MAIA Benedito. op. cit. p. 17

das ruas, praças, até as novas formas de comportamento das elites discutidas aqui, representadas principalmente pelos grandes comerciantes, políticos, proprietários de terra e da classe média. Esses personagens comuns às cenas urbanas da cidade moderna constituíam apenas uma pequena minoria da cidade. A grande maioria, em torno de 25.000 habitantes, era composta por trabalhadores, desempregados e mendigos que, embora tenham sido pouco beneficiados com as correntes modernizantes a soprarem na cidade, não ficaram imunes às mudanças com vistas à transformação da Cidade da Parahyba num modelo de civilização e progresso.

CAPÍTULO 4

AS CLASSES POBRES NO CENÁRIO URBANO

Não é só nos grandes meios cosmopolitas que a Prefeitura toma para si o encargo de zelar pela higiene das ruas. Atualmente as principais cidades do país não as distanciam das vistas cuidadosas dos responsáveis pela sua limpeza pública. Então nos centros onde se observa notável movimento a ação municipal é naturalmente mais ativa pelo que só tem a lucrar a saúde do povo, nestes últimos tempos bastante ameaçada por toda sorte de doenças perigosas.²⁴⁸

4.1 Disciplinarização e ordem

O processo de modernização da Cidade da Parahyba, à medida que transformou o cotidiano urbano, principalmente o dos moradores da área central, destacou os médicos e os engenheiros como intérpretes dessa condição e tornou-os elos entre o Estado e sociedade, na manutenção de uma urbe moderna. Os serviços de infra-estrutura urbana, embora relevantes, não foram suficientes à manutenção da nova cidade. Não bastou aformosear a Parahyba, construir novas residências. O estado sanitário da Parahyba ainda era precário e sempre pairava o risco de epidemias se alastrarem pela cidade como gripe, febre amarela, varíola pneumonia ou tuberculose, principalmente porque faziam parte das preocupações o grande contingente de pobres, vítimas das secas que, desde 1877, castigavam o sertão, migrava para a Capital onde moravam em condições insalubres ou perambulavam nas ruas. Em decorrência desta migração, a população aumentou de 12.660 habitantes em 1877 para 28.800 habitantes em 1920 pondo em risco a vida saudável tão desejada pelos porta-vozes da modernização urbana.²⁴⁹ Diante dessa realidade, os médicos encararam a população pobre como transmissores de tais patologias, e passaram a alertar os prefeitos e os governadores sobre a necessidade de se aplicar

²⁴⁸ A União – 29/01/1920, p. 01.

²⁴⁹ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 114, 1993, e FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos excluídos**: a escola de aprendizes artífices da Paraíba (1910-1940). João Pessoa: A União, p. 45, 2002.

as medidas cabíveis no combate das doenças, garantir a salubridade e consolidar a Parahyba uma cidade moderna. Assim para a classe médica a modernidade também significou a preocupação com as classes pobres, entendidas como os indivíduos excluídos dos benefícios de modernização/urbanização, mas que compartilham experiências e culturas semelhantes nesse processo, mesmo não ocupando posições idênticas nas relações sociais e de produção. Estamos nos referindo aos operários, aos estivadores, aos arrumadores, aos cabeceiros, às prostitutas, e aos mendigos. A perspectiva dos médicos era de que algumas medidas de disciplinarização fossem aplicadas como necessidade a contê-los e evitar a permanência desses grupos na cidade, enfeando-a. Nesse caso, é pertinente a condição dos trabalhadores, apesar de envolvidos no processo de produção de mercadorias, poucos se beneficiaram da modernização da cidade. Incidindo desta forma, a disciplinarização sobre o uso do espaço urbano constituindo um mecanismo de distribuição dos indivíduos em espaços individualizados, capazes de assegurar a manutenção da condição de continuidade à cidade como “civilizada”.²⁵⁰ Esse tipo de procedimento é decorrente da imagem formulada pelas elites acerca das classes pobres, vistas como ignorantes, rudes e incivilizadas. Tratava-se, portanto, de homens e mulheres com comportamentos incompatíveis com a modernidade, cuja expressão deveria ser contida, de modo a não contrariarem a ordem estabelecida. A preocupação não atingia as condições nas quais as classes pobres viviam, mas, sobretudo, o perigo que elas representavam. Temia-se não só a prática de roubos e saques, mas a possibilidade de transmissão de patologias.²⁵¹ Desta forma o próprio corpo do pobre acabou sendo alvo de temor e repúdio. Como veremos, a necessidade de reter os pobres e controlar seus costumes se constituiu uma das principais preocupações das elites e resultou na elaboração de várias leis, códigos e na fundação de instituições de caridade e auxílio voltados para vigiar, afastar e domar estes excluídos.

Assim, a modernização da Parahyba, apesar de ter se constituído em um processo limitado, sagrou-se eficiente na elaboração de medidas de controle social e

²⁵⁰ O espaço aqui é compreendido como resultado da intrusão da sociedade nas formas-objetos, o que faz com que esse mude de função, significado e valor sistêmico. Ver SANTOS, Milton. op. cit. p. 83.

²⁵¹ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. op. cit. p. 96.

ao longo das três primeiras décadas do século XX²⁵², o governo estadual e municipal utilizaram medidas autoritárias para manter a disciplinarização no uso do espaço público, e assim assegurar a higienização. Mesmo assim, a desobediência às determinações do governo republicano foi uma constante, visto que, entre as classes pobres, os operários, mesmo assalariados, não tinham condições de adquirir, construir ou pagar aluguel de uma casa, e continuaram residindo nos seus casebres. Esta foi uma forma de contrariar o governo e não se adequar à proposta imposta.

As classes pobres foram lembradas pelos médicos como elementos danosos a sociedade, portanto deveriam ser recolhidos às instituições de caridade. Assim, ao invés de assegurar-lhes condições que lhes possibilitassem manter-se, os médicos pregavam a manutenção da modernidade. Nesse sentido, a modernidade também significou a aplicação de algumas medidas profiláticas fundamentadas na ciência e cujo objetivo era a manutenção da cidade ideal. No geral, as ações implementadas de caráter assistencialista/paternalista construíram a imagem das classes pobres como perigosas e, desta forma, legitimaram o seu afastamento para os arredores da cidade.

Para assegurar a modernidade entre os paraibanos, o Código de Postura fora aplicado e, tanto os engenheiros quanto os médicos e delegados de polícia fiscalizaram a sua efetivação. As posturas incidiam sobre uma série de questões pertinentes à habitação urbana. A estrutura das casas deveria ser de tijolos e cobertas de telhas, com janelas frontais e laterais indispensáveis à circulação do ar e entrada dos raios solares. Segundo os médicos sanitaristas, essas condições deixavam o ambiente sempre arejado e livre da contaminação de qualquer patologia contraída pelo ar. As residências ainda deveriam ser alinhadas uma às outras em relação ao limite da rua, e o proprietário ficava obrigado a fazer a manutenção das condições básicas de higiene, a exemplo de pintar a fachada externa pelo menos

²⁵² Nas duas primeiras décadas do século XX, a Cidade da Parahyba fora administrada pelos prefeitos José Bezerra Cavalcanti (1912-1916), Demócrito de Almeida (1916), Antônio Pessoa Filho (1916-1918), Diógenes Gonçalves Pena (1918-1920), Walfredo Guedes Pereira (1920-1924), Trajano Pires da Nóbrega (1924-1926) e João Maurício de Medeiros (1926-1928). Entre eles, José Bezerra Cavalcanti e Walfredo Rodrigues se destacaram nas ações de salubridade e higienização pública, em virtude de serem médicos. Ver MAIA, Benedito. **Prefeitos de João Pessoa** (perfis). João Pessoa: A União, pp. 16/17, 1985.

duas vezes ao ano, manter a frente e as laterais sempre limpas e não jogar o lixo na rua, mas armazená-lo em depósito adequado, de forma que pudesse ser recolhido posteriormente. Por isso, muitos moradores tiveram que abandonar suas casas, logo demolidas pelas autoridades, por não estarem compatíveis com o Código de Postura.²⁵³ Enquanto o Código de Postura foi aplicado, acentuou-se a divisão entre pobres e ricos, e a área central da cidade foi se constituindo por excelência no espaço das elites.

A partir de 1920, fora proibida a construção de casas de palhas no perímetro urbano e a permanência dos casebres e cortiços, considerados moradias insalubres e de estrutura arquitetônica destoante das recomendações indicadas.²⁵⁴ Estas medidas tinham como propósito assegurar o aspecto saudável e aprazível da cidade, bem como afastar as classes pobres da área central, uma vez que a superlotação das suas moradias e a insalubridade fora considerada um perigo à saúde.²⁵⁵ O Código de Postura, pelo menos no que diz respeito as normas de habitação assegurou às classes dominantes a condição de pertencimento à urbe, instituiu aos pobres o estranhamento a ela, não os considerando moradores da cidade, mas um problema a ser afastado.²⁵⁶ É importante ressaltar que não existia por parte do governo do Estado, nem da Prefeitura ações que visassem à construção de casas populares salubres e higiênicas para esses sujeitos sociais em outros lugares da cidade.

Para combater o perigo representado pelas classes pobres as ações da Repartição de Higiene foram reforçadas de forma que o dirigente desse órgão tornou-se a principal figura no cumprimento do referido Código, que legitimava as práticas médicas sanitárias. Paralelamente a isso, os médicos ainda uniram seu saber ao poder político dos prefeitos, o que levou esses profissionais a orientarem-nos e institucionalizarem, via Prefeitura, propostas com vistas à melhoria do estado sanitário da cidade. Essa união resultou na implementação efetiva do Código de

²⁵³ Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte. Imprensa Oficial – 1929.

²⁵⁴ A UNIAO – 04/01/1921 – Regulamento do Prefeito proibindo a construção de casas de palha no perímetro urbano e a demolição dos casebres e cortiços existentes.

²⁵⁵ Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte. Imprensa Oficial – 1910, 1915, 1918, 1920, 1930.

²⁵⁶ GALLIZA, Diana Soares de. op. cit. p. 123

Postura, e ainda possibilitou à Prefeitura e à Repartição de Higiene fiscalizarem a aplicação das determinações relativas ao ordenamento do espaço urbano. Com isso, a construção das casas passou a depender não só das orientações médicas, mas, sobretudo, da autorização do prefeito. O objetivo dessa medida era coibir a desorganização que outrora caracterizara o cenário urbano e, principalmente, mantê-lo salubre e higiênico.

Como em outras cidades brasileiras, na Parahyba, os médicos sanitaristas funcionaram como engenheiros sociais, empenhados na criação de espaços higiênicos contra as doenças e contágios, especialmente aquelas associadas às classes mais pobres.

A exemplo do ocorrido em São Paulo e Rio de Janeiro, na Parahyba, a Associação Médica fundada em 1927 também se constituiu num espaço de discussão acerca do estado sanitário da cidade, e de elaboração de recomendações pertinentes à modernização. Nas discussões fomentadas, as condições sanitárias passaram a ser ponto de pauta principal; segundo os médicos, capazes de combater várias doenças. Por isso exigiam a atenção do prefeito e do governador, principalmente porque as classes pobres habitavam e trafegavam no cenário urbano constituindo para os médicos um problema à salubridade e a modernização. Para estes médicos as condições das casas, a falta de luz, água encanada e a superlotação por indivíduos subnutridos e conseqüentemente vulneráveis favoreciam a aquisição de doenças em especial às relacionadas ao aparelho respiratório, a exemplo da gripe, pneumonia e tuberculose.²⁵⁷ De início, os médicos sugeriram aos prefeitos várias medidas, dentre elas a demolição dos casebres, a implementação da campanha de vacinação contra a varíola, a limpeza das vias públicas, a reorganização do serviço de saúde, e a criação da comissão de vacinação. Essas exigências passavam pelo cumprimento do Código de Postura. Foi proposto ainda a ampliação do esgoto sanitário e o calçamento das ruas que estavam fora do perímetro central. Havia o temor, entre esses profissionais, de que as doenças se propagassem em meio às condições de insalubridade de algumas artérias.

²⁵⁷ Ver atas das reuniões da Associação médica da Parahyba, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929 e 1930.

Enquanto os médicos exigiram dos prefeitos ações pertinentes à manutenção de estado sanitário saudável na cidade, os moradores da área central passaram a denunciar à Repartição de Higiene as famílias pobres que ainda insistiam em manter-se morando em casas insalubres, naquele perímetro. Esse tipo de procedimento decorreu em parte do fato de os médicos sanitaristas, à frente desse órgão de saúde recomendarem a demolição dos casebres onde porventura residisse ou tenha residido um doente acometido por varíola. Não demorou a ser denominada “doença de pobre” e por isso, os casebres, mocambos e cortiços passaram a ser vistos como detentores das condições necessárias à reprodução do vírus dessa patologia. Não se denunciavam apenas as condições da casa, mas os moradores também, pois esses eram vistos como agentes transmissores. O fotógrafo Manuel Gonçalves da Silva, popularmente conhecido por “Voltaire Dalva”, residente à Rua Barão do Triunfo, fora vítima desse processo. O autor da denúncia contra esse artista ressaltou que a casa onde ele insistia em morar:

há vários meses havia sido condenada pela Repartição de Higiene Pública, e o proprietário convidado a fechá-la e abandoná-la por ter sido considerada incompatível com os novos preceitos de higiene, visto que tal residência colaborava com a insalubridade da cidade, no entanto mantinha-se habitada.²⁵⁸

Esse tipo de denuncia é elucidativo de que os moradores da área central passaram a atribuir outros significados à cidade moderna. Na insistência de que as autoridades competentes tomassem as providências cabíveis quanto às casas insalubres, o denunciante lembrava que, devido às más condições do domicílio, não se tratava de uma casa, mas de um “pardieiro imoral, um barrento buraco de porta e janela, internamente possui uns letreiros que mais parece que funcionava uma bodega, ou coisa parecida”.²⁵⁹ Conforme tais palavras, a casa onde o fotógrafo habitava “não apresentava condições de abrigar um ser humano”. Embora o denunciante não quisesse entender, a permanência do Sr. Manuel Gonçalves da Silva numa casa insalubre, se devia a sua pouca condição econômica, uma vez que era comum o homem pobre não possuir onde morar nem ter condições para arcar

²⁵⁸ A União – 25/01/1920 – p. 01

²⁵⁹ Id. Ibid.

com as despesas do aluguel de uma casa de porta e janela, nos moldes definidos pelos médicos sanitарistas.

Apesar do denunciado ser um fotógrafo, profissional pouco comum na década de 1920, a sua inserção entre os pobres se deve ao fato de seu estúdio ter sido incendiado, deixando-o impossibilitado de reconstruí-lo para exercer a sua profissão; daí ter necessitado continuar residindo nos escombros que restaram. A condição de sua casa e o abandono no qual vivia, o tornou indesejável aos olhos da elite a qual pertencia o autor da denuncia, que, embora se referisse ao fotógrafo com cordialidade chamando-o de “Voltaire Dalva”, queria vê-lo distante do espaço da cidade aprazível,²⁶⁰ desconsiderando o denunciante a condição social desfrutada pelo fotógrafo outrora e o episódio de que fora vítima. Na compreensão do denunciante, o fotógrafo desconhecia os hábitos de higiene e morava numa casa insalubre por ignorância.

Esse caso, embora não se refira a um homem comum, mas a um cidadão que, por causa de um incêndio perdeu as condições que desfrutara, é ilustrativo da intolerância das elites para com as classes pobres. Supostamente, Manuel Gonçalves da Silva, ou “Voltaire Dalva”, já freqüentara os espaços das elites, mas no momento em que se encontrava pobre e habitando escombros insalubres, todos o queriam distante da área central. Na dúvida acerca de quem o havia concedido autorização para continuar morando na casa onde fora encontrado, mesmo ela tendo sido considerada insalubre e alvo de denúncia no jornal, disse o denunciante:

não sabemos realmente quem autorizou a reabertura daquele ninho de percevejos. Queremos crer, porém que o atual inquilino ali penetrou furtivamente, instalou-se e contrapôs-se as determinações da Repartição de Higiene, contrariando não só esse órgão de saúde pública, como também a beleza arquitetônica da urbe; pois que aquele buraco não poderia ser novamente habitado. Por isso, apelamos mais uma vez para o Dr. Vital de Mello, para que ele tome as providências cabíveis, porque sem dúvida as suas determinações têm sido e estão sendo burladas. Acredito que o nobre médico providenciará sem demora a solução, fazendo evacuar o pardiouro da Rua Barão do Triunfo, uma vez que é uma ofensa à estética daquela rua e uma infração aos princípios da salubridade pública.²⁶¹

²⁶⁰ A União – 28/01/1920 – p. 02

²⁶¹ A União – 25/01/ 1920, p. 01 “Com a Higiene”.

A salubridade e a estética urbana eram faces da mesma moeda, pois mesmo se tratando de uma casa insalubre, reconhecida pelos médicos como um risco à saúde, a questão que motivou a denúncia não foi somente essa, mas também o fato de sua estrutura destoar da estética arquitetônica da cidade. De certa forma, os adjetivos pejorativos atribuídos ao imóvel se deveram às condições estruturais em que se encontrava tornando-o incompatível com as residências da área central da cidade. Os escombros quebravam a perspectiva do embelezamento e aformoseamento desejados para a Parahyba, característico das ruas das urbes modernas. Esse tipo de compreensão e a atitude da denúncia fora resultado da influência das imagens arquitetônicas das cidades do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo sobre os paraibanos, e passaram a justificar as medidas tomadas, uma vez que a perspectiva era a de assemelhar a Parahyba a essas cidades.

Além de instituir uma política de demolições, a ordem dos médicos era de mandar queimar os restos dos casebres e barracos, e, assim, impedir o reaproveitamento do material para a reconstrução desses tipos de moradia noutros locais, para evitar que a cidade continuasse correndo o risco de contaminação, razão pela qual foi utilizada a força policial. Frente a essa determinação, as famílias pobres passaram a ser deslocadas para algumas artérias da cidade, a exemplo da Rua Formosa, Rua da Raposa e Rua do Melão.²⁶²

²⁶² A União – 01/03/1913, p. 03.



**Foto 8 – Rua do Melão – atual Beaurepaire Rohan – 1904
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

Outra vítima da racionalização do cenário urbano e configuração dos espaços periféricos foi o operário Ernesto Teixeira, pois teve sua casa demolida e os restos de materiais incendiados. Ele, há dias, recebera da Repartição de Higiene as recomendações de que a abandonasse por ter sido considerada insalubre ou que construísse no local uma de tijolo e telhas; o que não fez.²⁶³ Por não dispor de condições para tanto, permaneceu residindo no casebre e, como já havia sido informado de que era insalubre, fora considerado um infrator. Portanto, não tinha mais a quem apelar. Em virtude de não ter cumprido a determinação da Repartição de Higiene para desocupar a moradia, ela teve de ser demolida. Essa realidade também foi vivenciada por Prudência Bezerra da Costa e pelo operário João Lourenço. Como suas casas eram de taipa e palha, foram condenadas pela Comissão de Higienização. Ambos alegaram que não podiam arcar com as despesas do aluguel de outros imóveis que não fossem os casebres onde viviam. Também não podiam construir uma casa, conforme as recomendações desse órgão. Seus

²⁶³ Relatório da Chefatura de Polícia encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. João Pereira de Castro Pinto – Governador do Estado da Parahyba em 21 de dezembro de 1922.

casebres foram demolidos, os restos incendiados e tais famílias passaram a habitar uma casa de taipa nos arrabaldes da cidade.²⁶⁴

A imprensa da Paraíba tornou-se um fecundo defensor da campanha de higienização do centro da cidade. O periódico católico “*A Imprensa*” publicava notas dos médicos sanitaristas, a exemplo da nota escrita pelo Dr. José Teixeira de Vasconcelos, lembrando ao prefeito se mantivesse atento ao problema da insalubridade das ruas e casas, principalmente porque tal condição era propícia à propagação das doenças:

o Sr. diretor da Saúde Pública pede ao prefeito lançar as vistas para a casa nº 100, à Rua Amaro Coutinho, pertencente ao Sr. Antônio dos Santos Nóbrega onde moraram durante longo tempo dois morféuticos e que hoje está servindo para depósito de madeiras. Pede providência no sentido de ser destruída, pois se trata de uma fonte de perigo para a cidade. Também se incluem as Ruas da Raposa e do Melão.²⁶⁵

Conforme se depreende da nota, o Dr. José Teixeira de Vasconcelos (Diretor do Serviço de Saúde) esperava sensibilizar o prefeito acerca do risco para a cidade oferecido pela casa onde outrora habitaram dois doentes, pois se tratava de um foco de contaminação, razão por que tinha que ser demolida. A perspectiva era impedir o alastramento pela cidade da varíola, doença que matara os dois homens. Além da Rua Amaro Coutinho, o Dr. José Teixeira de Vasconcelos denunciou as Ruas da Raposa e do Melão, visto não possuírem calçamento; isso contribuía para que as chuvas abrissem crateras e acumulassem o lixo e as águas sujas vindas dos quintais das casas. A falta de calçamento nessas ruas estagnava as águas usadas, e, com o lixo, formavam-se focos de miasmas, os quais concorriam para aumentar o lamaçal, cujo odor só não era acentuado devido à ação salutar do tempo, com os efeitos benéficos e purificadores dos raios solares a renovarem constantemente o ar. A permanência dessa situação levou o referido médico a recomendar ao prefeito da Capital algumas medidas básicas, a exemplo da demolição das casas insalubres, da instalação da rede de esgoto nas ruas da Raposa e do Melão, além da construção de um desinfetório pequeno e da aquisição de alguns fornos de incineração para lixo e

²⁶⁴ Id. Ibid.

²⁶⁵ A Imprensa – 14/06/1926, p.06.

uma estufa móvel.²⁶⁶ Portanto, formular propostas, encaminhá-las ao prefeito, coordenar as equipes de funcionários da Repartição de Higiene que percorriam as ruas e casas, foram medidas que passaram a compor o cotidiano dos médicos sanitaristas vinculados a esse órgão; mas nem sempre as soluções vieram a contento, exceto as demolições pela Prefeitura.

Para as classes pobres a ação da Companhia de Higienização acarretou mudanças no seu cotidiano, uma vez que não puderam continuar habitando as mesmas ruas que as elites. Para tanto, os médicos recomendaram ao prefeito as Ruas da Raposa e do Melão como locais onde as classes pobres poderiam construir suas casas, desde que fossem de tijolos e telhas, obedecendo, assim, ao Código de Postura. Embora houvesse a exigência quanto às condições da casa, essas ruas não apresentavam nenhuma infra-estrutura urbana, a exemplo de calçamento, água encanada, iluminação elétrica e esgoto sanitário. Mesmo assim foram indicadas aos pobres que chegavam a Capital, porque deste outrora nelas moravam os operários, estivadores, arrumadores e sapateiros, os quais exerciam suas funções nas áreas próximas ao Porto do Capim, na Alfândega, em Armazéns e na Estação Ferroviária. Tratava-se, de um contingente de trabalhadores necessário à produção e reprodução de capital no espaço central urbano; mas seus espaços não foram preservados das determinações estabelecidas. Os médicos consideravam que, alocados em determinadas ruas, tais profissionais evitariam a disseminação das doenças, além de facilitar a aplicação das profilaxias caso surgisse uma epidemia. Todavia, os pobres continuavam a trafegar por outras ruas da cidade indiferente a proibição de construírem suas casas nas áreas determinadas pelos médicos.

Mas mesmo os pobres morando nas áreas permitidas não ficaram distantes do olhar dos médicos. Constantemente, eram vigiadas, de modo a que os costumes e hábitos dos moradores não desestabilizassem a ordem pública nem tais espaços voltassem a dispor dos casebres de palha. A respeito disso, é pertinente a autorização recebida pela viúva D. Francisca Maria da Conceição do Prefeito Walfredo Guedes Pereira para abrir na Rua do Melão uma bodega, com a qual se

²⁶⁶ Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1927.

manteria e aos filhos. A autorização fora concedida, desde que a casa a ser construída fosse de tijolo e coberta de telha, e dispusesse de porta e janela frontais. A bodegueira viúva e procedente do interior chegara à Capital em busca de meios de sobrevivência e, por intermédio do semanário católico *A Imprensa*, endereçou carta ao Prefeito, pedindo-lhe um pedaço de chão onde pudesse construir uma casa, onde moraria e abriria uma bodega, junto a seus parentes e amigos do interior do estado. Após a concessão desse benefício, a pequena casa de porta, janela e vão único fora erguida com a ajuda dos familiares e vizinhos.²⁶⁷

De certa forma, a bodega da viúva Francisca Maria da Conceição quebrara os preceitos de higiene e salubridade determinados pelos médicos, pois, no espaço construído, ela passou a morar com os quatro filhos e a negociar frutas, verduras, porcos e galinhas criadas nos arredores da casa. Como estava na área da cidade determinada para alocar as classes pobres o médico sanitário não se incomodou com o fato da viúva e os seus filhos viverem em meio a insalubridade decorrente da criação de alguns animais domésticos.

Outro aspecto relevante é o de que as classes pobres nem sempre cumpriram as determinações de higiene impostas pelas elites. Para quem veio do mundo rural, onde era comum a criação de animais domésticos, o costume de criá-los não era visto como um risco à saúde, mas como uma atividade capaz de colaborar com a subsistência da família, o que é denotativo da coexistência de costumes rurais no meio urbano. Até 1929, o Código de Postura proibia a circulação de porcos, bodes, cabras e gados nas ruas da Capital, uma evidência de que era comum a presença desses animais soltos nas ruas, uma decorrência de atividades rurais no espaço da cidade, Eis um dos motivos pelos quais, até essa data, o Jardim Público permanecera gradeado.

A condição das Ruas da Raposa e do Melão, e a estrutura que elas possuíam indicavam que apesar do projeto de modernizar a cidade da Parahyba ainda existia perto do centro, ruas onde porcos, cabras e vacas ainda eram vistos em meio às ruas e ameaçavam destruir os jardins das praças.

²⁶⁷ A União – 18/03/1923 – p. 03

O silêncio dos médicos em relação à bodega da D. Francisca talvez se devesse também ao fato de: jamais os gêneros alimentícios negociados nesse local terem sido consumidos pelas elites; logo, para os moradores do centro, não importava a qualidade do que lá era oferecido. Afora isso, a Rua da Raposa, mesmo no centro da cidade, ficava distante do perímetro beneficiado com os serviços e equipamentos urbanos. Portanto, na compreensão dos cidadãos, mesmo que essa artéria viesse a se manter insalubre, jamais poderia contaminá-los, dada a distância a separá-la da área saudável e higiênica da urbe, onde residiam os ricos.

Apesar de reconhecer o perigo representado pelas condições de insalubridade em que viviam as classes pobres, pouco ou nada se fizeram para elaborar políticas públicas voltadas para a construção de casas populares. Em 1928, o parlamentar paraibano Epitácio Pessoa encaminhou ao Congresso Nacional mensagem sugerindo aos deputados federais que discutissem a questão das casas populares no Brasil e analisassem-na a partir:

do ponto de vista econômico e financeiro, pois a mesma exige abundantes modificações na legislação existente, a fim de que se apresse a solução das medidas que o caso exige e que se tornou mais premente, devido às demolições de bairros inteiros que ocorreram nas diversas cidades do país; ultimamente remodeladas pelos serviços de saneamento e embelezamento. Atendendo a este, clamou os dirigentes do Brasil devem se ocupar de providenciar com urgência para a realização deste imperioso melhoramento {...} que vai trazer um abrigo melhor aos trabalhadores nacionais, a quem sempre faltaram as habitações higiênicas e baratas.²⁶⁸

O pronunciamento do parlamentar paraibano, chamando a atenção do Congresso Nacional para as condições das classes pobres em meio à modernização das cidades, não surtiu efeito. É interessante observar que nessa época (1928), o seu sobrinho, João Pessoa, estava à frente do governo do Estado da Parahyba, se empenhou no processo de modernização da Capital e não realizou nenhuma ação em favor das classes pobres na perspectiva de beneficiá-las com os serviços de infraestrutura urbana implementados.²⁶⁹ Na Parahyba a construção de casas populares

²⁶⁸ “Habitações Populares” – A Imprensa 17/12/1928

²⁶⁹ Id. Ibid.

na forma de vilas operárias, cujas casas eram salubres e obedeciam às regras de higienização determinadas pelos órgãos de saúde pública não fora uma realidade.²⁷⁰

Na cidade da Parahyba, não existiam vilas operárias. A ausência dessa iniciativa fez com que as classes pobres fossem responsáveis pela construção de suas próprias casas de palha e taipa nos arrabaldes de Cruz das Armas, Cruz do Peixe, Jaguaribe, Roger e Torre; já os operários e demais categorias, aos quais já nos referimos neste capítulo, permaneceram nas ruas previamente definidas, ou seja, nas Ruas da Raposa e do Melão, onde aqueles que com seus próprios custos puderam erguer uma casinha de porta e janela, mas de tijolo e coberta de telha. Outro trecho do perímetro urbano se destacou no cenário urbano como espaço destinado às classes pobres, o final da Rua da República, onde a partir de 1922, alocaram-se os operários, principalmente aqueles especializados, a exemplo dos mecânicos, eletricitas, operadores de máquinas, condutores de bonde e maquinistas. Das imediações da central de polícia até a Ponte do Baralho, as residências erguidas possuem o mesmo aspecto: são casas geminadas, simples que compõem o mesmo padrão, contudo sem se tratar de uma vila operária. A paisagem do arruamento demonstra que a construção das casas obedeceu a uma determinada legislação, todas são iguais e foram erguidas com recursos dos operários, supostamente os especializados, pois possuíam condições para isso.

Só em 1932 encontramos pequenas mobilizações em prol da construção de casas para os pobres; foram iniciativas de religiosos católicos que recebiam subvenções do Estado para tal fim, a exemplo dos irmãos Vicentinos, leigos ligados à Congregação de São Vicente de Paula, ou ações filantrópicas em favor dos pobres, com o intuito de retirá-los da rua, sobretudo os retirantes fugidos da seca e aglomerados nas ruas da Capital, que viviam a esmolarem a sua sobrevivência.

As vilas operárias aparecem apenas em Santa Rita, como uma iniciativa dos empresários da fábrica de Tecido Tibiry, e na cidade de Rio Tinto, erguida em

²⁷⁰ A respeito da moradia das classes pobres no Brasil ver BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.; ALVIM, Rosilene. op. cit. RAGO, Margareth. op. cit. e BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, especificamente os capítulos 1 e 2.

1924, pertencente a Companhia Paulista de Tecido.²⁷¹ Na Capital, as classes pobres, quando não ficaram à mercê da própria condição, foram socorridas pelos religiosos católicos. Mesmo assim, não ficaram livres dos olhares disciplinadores dos médicos sanitaristas, pois, conforme veremos, apesar da falta de recursos públicos impedirem ações efetivas com vistas à construção de casas populares e o recolhimento dos pobres das vias públicas, o Estado não foi totalmente ausente nessa questão, visto que subvencionou as instituições de caridade que desenvolveram esse tipo de ação e contribuía com a disciplinarização e manutenção da ordem.

4.2 Os mendigos

No geral, persistiu a imagem negativa do pobre, considerado “feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstição”, atributos que as elites tentavam conter. Conforme enuncia Margareth Rago, “o pobre é “o outro” da burguesia, ou seja, aquele que ela tentava combater; é nele que ela projeta seus dejetos psicológicos, uma vez que ele representa seu lado negativo, sua sombra”.²⁷² Estas imagens dos pobres eram reforçadas pela impressão contínua das vítimas das secas que assolaram o interior em 1877.

O contingente de mendigos nas ruas, a maioria flagelados fez com que os comerciantes e o governo unissem esforços na manutenção de iniciativas visando contê-los. Isso fez com que as medidas de controle social fossem reforçadas, e que a proposta de civilizar a urbe tivesse continuidade.

Mesmo determinadas as ruas da Raposa e do Melão como espaços onde as classes pobres poderiam morar, os médicos sanitaristas não tinham a garantia do

²⁷¹ Acerca dessa questão, ver LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: EDUNB, 1988. Ao longo deste trabalho, o autor faz referência à cidade de Rio Tinto, no estado da Parahyba, a sua relação com a fábrica, sobretudo o crescimento da cidade a partir da vila operária, uma vez que, depois de demitidos os operários e por não terem para onde ir, foram ocupando os arredores da vila e da fábrica. Ver também DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A Maldição do trabalho** (homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas – 1850-1930). João Pessoa: UFPB, 1988. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) e MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária: o caso de Rio Tinto–1950-1970**. João Pessoa: UFPB, 1986. (Dissertação de Mestrado em Economia).

²⁷² RAGO, Margareth. **Sem fé, sem lei, sem rei: o liberalismo e a experiência anarquista na República**. IFCH/Unicamp, 1984, p. 274, Dissertação de Mestrado em História.

controle da salubridade da cidade, pois restavam os mendigos, comumente encontrados esmolando nas ruas. A iniciativa dos dirigentes das instituições filantrópicas visava à concretização do que os jornalistas denominaram de “domar a barbárie”.

Diferente dos operários, estivadores, cabeceiros e arrumadores, os mendigos não possuíam renda nem um lugar onde pudessem morar. Quando não eram recolhidos à delegacia de polícia ou aos asilos de mendicidade, comumente viviam nas ruas. Esses personagens urbanos surgiram dos quadros da população livre que, durante a seca de 1877 deixaram o interior do estado e passaram a invadir a Capital em busca de meios de sobrevivência. Para aqueles que almejavam a transformação da Capital numa urbe civilizada onde reinasse o progresso, a cena de mendigos ocupando as ruas era preocupante, como evidenciado pelo texto jornalístico abaixo transcrito:

quem passar à noite pelo local onde está situado o prédio do jornal “A União”, registrará ao lado da entrada principal do mesmo, umas infelizes criaturas maltrapilhas e doentes, a estender as mãos aos transeuntes, pedindo-lhes um tostão para matar a fome. Um quadro bastante doloroso, mas que está a requerer aos poderes públicos, uma providência. Essas criaturas sem teto que os possa abrigar fazem infelizmente da calçada daquele conceituado órgão as suas bancas de mendicância e seu miserável leito. Ainda crescem a circunstância de haver entre eles, algumas criancinhas. Em outros pontos da cidade, como sejam o Parque Sólon de Lucena e as calçadas de várias ruas de nossa Capital, são encontradas inteiramente abandonadas quando deveriam estar internadas em nossas casas de socorro público. Estamos certos que as autoridades competentes, tomarão as devidas providências.²⁷³

Essa realidade levou os médicos sanitaristas a exigirem do prefeito atitudes imediatas, capazes de conter os mendigos e assegurar à cidade a salubridade, e um estado sanitário saudável. Por isso, o uso do trabalho como disciplina e o recolhimento ao asilo de mendicidade tornaram-se ações comuns aos religiosos católicos. Assim, médicos e autoridades da Prefeitura passaram a apoiar as ações sociais fundamentadas na coerção e no assistencialismo desenvolvidas pelos padres e freiras à frente do asilo de mendicidade. Todavia, o quadro social da Parahyba, marcado pela presença dos mendigos nas ruas, era mais grave do que o que o

²⁷³ A Imprensa – 01/02/1914 p. 06.

jornalista descrevera. Isso tornou o trabalho dos religiosos inviável, dado o contingente de pessoas a chegarem a essa cidade e se juntarem aos mendigos já existentes. Essa realidade levou os religiosos católicos a perceberem que, sozinhos, não tinham condições de dar cabo da situação. Então, eles recorreram aos administradores públicos e aos comerciantes, e pediram que contribuíssem com as obras de assistência social da Igreja, a exemplo do Asilo de Mendicidade. A respeito desta questão, nos primeiros anos da década de 1910, os irmãos dirigentes da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, pediram às autoridades algumas medidas, "pois que o desenvolvimento da Capital não suportava o espetáculo deprimente da mendicidade nas ruas".²⁷⁴ Para o provedor da Santa Casa e os médicos sanitaristas competia a essa instituição, garantir aos mendigos/enfermos o tratamento médico hospitalar quando fosse o caso, mas não recolhê-los das ruas, uma vez que, nas dependências dessa instituição, havia apenas uma enfermaria como espaço destinado ao internamento dos mendigos gravemente doentes, quando os mendigos não podiam ficar às voltas pela cidade. Vistos como vadios e imprestáveis para o trabalho disciplinado e regular. Portanto, eram consideradas umas ameaças à manutenção da ordem pública. Por isso, não havia outra solução senão o Provedor exigir do governo do Estado a construção de um asilo público para livrar a urbe de possíveis saques, pois o asilo mantido pelos irmãos da misericórdia não comportava todos os que o procuravam. Essa preocupação decorria do fato de que desde 1877 o contingente das vítimas da seca que assolava o sertão aumentava, sendo esses retirantes empurrados para a Capital, em busca de meios de sobrevivência. Em função disso, passou a ser comum, no cenário urbano, levas de mulheres, jovens e idosas maltrapilhas e famintas, vindas das diversas cidades do sertão. Sem opção e condição, lhes restaram a mendicância e a ociosidade, compreendidas pelas elites como crime. Devido à presença dessas personagens contrariar o desejo de uma cidade moderna, não cessaram as iniciativas para contê-las.

A partir de 1920, o temor incorporou-se ao cotidiano dos comerciantes e demais cidadãos, que passaram a enxergar nos mendigos vítimas da seca

²⁷⁴ Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba – 1922

perambulando pelas ruas a possibilidade de, a qualquer momento, os seus estabelecimentos comerciais serem saqueados e eles prejudicados em função de serem mínimas as ações do prefeito e governador. Isso fez com que passassem a colaborar com as obras assistenciais dos religiosos na manutenção do asilo de mendicidade, instituição fundada em 1901, por um grupo da alta sociedade, composto por comerciantes, médicos, advogados e professores, os quais se denominavam Irmãos da Misericórdia. Apesar da colaboração do Estado ou da Prefeitura a essa entidade, as ações desencadeadas não foram resultantes de políticas públicas, mas obras efetivadas por grupos de religiosos ou leigos, que recorreram ao executivo estadual e municipal como colaboradores, uma vez que nem o prefeito nem o governo do estado elaboraram políticas destinadas aos mendigos. É importante salientar que os comerciantes, quando auxiliaram as obras de caridade, ou os jornalistas, quando expuseram nas páginas dos jornais a situação em que os mendigos viviam nas ruas, fizeram porque estavam em parte indignados com a condição destes, com a ausência de políticas públicas, mas sobretudo pelo medo em função do risco que eles representavam à ordem e ao estado higiênico da cidade. Essa medida, longe de transformar o estado de miséria em que os mendigos viviam, os manteve sob controle à medida que eram recolhidos ao asilo de mendicidade. De certa forma, cumpria-se o Código Penal da República, cujo artigo 391 afirmava que mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar era crime sobre o qual incidia a pena de 08 a 30 dias de prisão. De acordo com o artigo 392, do mesmo código mendigar, sendo inábil para trabalhar, mas numa cidade em que existissem hospícios e asilos para mendigos, também se constituía um crime, cuja pena seria a prisão do infrator pelo prazo de 5 a 15 dias.²⁷⁵ Conter a mendicidade, e enquadrar os mendigos à ordem significava recolhe-los ao asilo.

O recolhimento dos mendigos ao asilo, apesar de se constituir num gesto humano, era desprovido do significado político/social visando mudanças estruturais. Afirmou-se como uma prática paternalista capaz de manter a estrutura social vigente e a divisão entre pobres e ricos. Esse tipo de comportamento é elucidativo do modelo

²⁷⁵ A União – 01/03/1923, p. 01

de modernidade que se instalou na Parahyba. Modernizou-se a cidade, mas se mantiveram as relações sociais, numa perspectiva tradicional e excludente, visto se desejar retirar os mendigos das ruas, mas sem lhes proporcionar meios de sobrevivência, o que representava o afastamento da possibilidade deles atentarem contra as lojas e demais estabelecimentos comerciais. O resultado não foi outro senão o recolhimento dessas pessoas às vias públicas e seu enclausuramento no asilo de mendicidade. Como o prefeito e o governador não acenaram com políticas públicas e os mendigos se tornaram incompatíveis à nova paisagem urbana, essa prática continuou. O propósito do diretor do asilo era atuar onde o Estado ou Município estivesse ausente; portanto, livrar a urbe dos mendigos, realçar os serviços e equipamentos urbanos então implementados.

A imagem do mendigo também estava relacionada à contravenção. Diante da impossibilidade de o asilo de mendicidade comportar todos esses miseráveis, muitos foram recolhidos à cadeia pública. A partir da construção dessa imagem, os delegados e policiais passaram a justificar as prisões realizadas, principalmente porque enxergavam no mendigo um contraventor em potencial e um perigo à ordem pública. Daí serem recolhidos das vias públicas. Não só representavam uma ameaça à saúde, mas eram considerados elementos de má índole e instinto perverso e assassino. Assim, esse órgão policial e o asilo de mendicidade se constituíram lugares de disciplina, onde os mendigos viveriam conforme as normas da cidade moderna, assegurando-se a ordem pública e compondo o que Michel Foucault denominou de processo disciplinador, cujo propósito era:

anular os efeitos dos indivíduos pobres, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; as táticas de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração, saber onde e como encontrar os indivíduos pobres, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organizou na cidade um espaço analítico.²⁷⁶

²⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. – Petrópolis: Vozes, p. 131, 1987.

Juízes e delegados de polícia viam as prisões como mais um lugar onde seria possível os mendigos corrigir e de enquadrá-los nos preceitos demandados pela sociedade. Conforme compreendiam as autoridades policiais, a propriedade privada deveria ser resguardada sob qualquer hipótese; infringi-la era cometer um crime contra a ordem natural da sociedade, composta por ricos e pobres. Por isso, quem atentasse contra a propriedade privada deveria ser punido com a pena máxima, ou seja, com a perda da liberdade, o que se constituía numa forma de impor o poder e, desta feita, enquadrar os marginalizados no projeto de cidade então pretendido.

Apesar da ação das autoridades policiais os pequenos furtos foram uma constante na Parahyba; tratava-se de ações praticadas por homens e mulheres famintos, e pedintes que costumavam furtar objetos de uso pessoal e alimentos. Esse tipo de procedimento se constituiu no único meio capaz deles terem acesso a alguma condição de sobrevivência, um meio usado pelos mendigos para obterem o que a sociedade lhes negava, rebelando-se, contrapondo-se à ordem determinada quebrando as normas estabelecidas. O desfecho final não era outro senão a prisão; mesmo assim, o furto integrou o cotidiano destes sujeitos.²⁷⁷ Uma das razões por que, no período compreendido entre as décadas de 1910 e 1930, a polícia manteve-se atenta a esses personagens.

Um exemplo disso é o caso do mendigo Cícero Marques dos Santos, preso por ter “assaltado” a “Casa Grizzi e Petrucci”. Esse caso foi em pouco tempo solucionado, pois o ladrão era conhecido pelas várias famílias assaltadas. Esse tipo de roubo era uma prática cotidiana do mendigo.²⁷⁸ A prisão de Cícero foi noticiada, com o intuito de avisar aos cidadãos que porventura tivessem sido roubados que fossem, a delegacia, pois com o detido foram encontrados vários artigos de uso pessoal, como anunciou o jornalista:

²⁷⁷ Sobre a prática de furtos na cidade e sua relação com a sociedade após a Proclamação da República, ver ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, pp. 36-84, 1995. Esta historiadora analisa as estratégias de sobrevivência dos pobres na cidade de Teresina de final de século XIX e início de século XX, e ressalta os pequenos furtos como prática comum entre os mendigos e retirantes dessa cidade.

²⁷⁸ A União – 18 de Janeiro de 1913, p.02.

foram encontrados na mala do gatuno aprisionado, entre outros objetos, seis relógios de prata oxidada, aço níquel; dois canivetes; um anel aliança; dois pregadores de gravata; dois berloques; quatro calças de brim e um paletó de casimira.²⁷⁹

O recolhimento dos mendigos ao asilo se tornou inviável, haja vista não inseri-los no processo de modernização da cidade nem lhes garantir a cidadania; apenas tutelavam-nos a essa instituição filantrópica. Acrescente-se a isso o fato do asilo ser mantido por doações e subvenções do Estado, tornando inviável a sua manutenção, face ao contingente a serem atendidos. Assim, nem todos eram beneficiados.

Além do mais, a distribuição de comida foi reduzida aos internos, e uma maioria que esmolava nas ruas ficou à mercê da própria condição, restando-lhe, portanto, o furto como alternativa para não morrer de fome. Com isso, não queremos afirmar que a criminalidade seja uma característica inerente aos mendigos, mas, em meio às condições de exclusão em que viviam na urbe, só lhes restou esse caminho como alternativa de sobrevivência. Outros mendigos usaram o mesmo procedimento que Cícero Marques dos Santos e terminaram na cadeia pública, por roubo ou gatunice, como denominavam os delegados de polícia tal procedimento ilícito. Analisando as classes pobres em meio o processo de modernização pelo qual a cidade da Parahyba passou, Ariosvaldo da Silva Diniz coloca:

é muito difícil fazer uma demarcação precisa entre homem pobre vagabundo e homem pobre trabalhador, da mesma forma era muito difícil estabelecer fronteiras entre certas práticas ilegais da população pobre e as ações consideradas crime contra a sociedade. Desse modo, por exemplo, havia muito mais continuidade do que ruptura entre a mendicância e o roubo e entre a ociosidade e a delinquência.²⁸⁰

Antes das elites estabelecerem as normas disciplinares de ordenamento e uso do espaço urbano, os mendigos retiravam da rua os meios necessários a sua sobrevivência, sobretudo, pedindo. Com a proibição desse comportamento, só lhes restou o roubo. De certa forma, o ato de roubar se constituiu num meio de garantir a

²⁷⁹ A União – 15 de Janeiro de 1923, p.01.

²⁸⁰ DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho** (homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas – 1850- 1930). João Pessoa: UFPB, p.134, 1988. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais)

sobrevivência. À medida que eram divulgadas as prisões realizadas, os jornais camuflavam a realidade e passavam à sociedade a imagem de uma cidade sob a ordem e o controle, uma vez que o número de presos por furto é ínfimo, conforme demonstra o quadro abaixo:

PRISÕES DE MENDIGOS NA CIDADE DA PARAHYBA –1920

Nome	Motivo	Local da Prisão
João Rosário	Gatunice	Não foi informado
José Pereira	Gatunice	Não foi informado
Alfredo da Penha	Gatunice	Não foi informado
Sebastião Simão	Gatunice	Não foi informado
Simeão de tal	Gatunice	Não foi informado
Jacob da Silva	Gatunice	Não foi informado
José da Silva	Gatunice	Não foi informado
Francisco Viegas	Gatunice	Não foi informado

Fonte: Jornal A União (1920) – Coluna O Dia da Polícia; Jornal A Imprensa (1920) – Coluna Notícias da Polícia.

O número de mendigos presos por furto/gatunice é pequeno, mas acreditamos que ocorresse muito mais ato dessa natureza do que os declarados nos jornais visto que esses ganharam mais visibilidade e representavam apenas os casos registrados na delegacia. No entanto, muitos roubos certamente ocorreram sem terem sido denunciados em função da insignificância do objeto, ou por se tratar de alimentos, elemento difícil de ser recuperado. Segundo Ariosvaldo da Silva Diniz, havia, por parte das elites, certa margem de tolerância para com os atos ilegais praticados pelos mendigos, pela impossibilidade de fazê-los cumprir a lei com todo rigor, ou pela obstinada resistência que eles opunham às leis.²⁸¹ A ordem que os delegados desejavam fazer perdurar ainda estava por ser alcançada. Na tentativa de evitar que o furto/gatunice se mantivesse e a ordem superasse a desordem, o 1º delegado da Capital passou a inserir os mendigos na implementação dos serviços de infra-estrutura e manutenção da limpeza das vias públicas.

Em 1920, o Dr. João Franca, 1º delegado de polícia da Capital, ao invés de recolher a prisão os mendigos que circulavam pelas ruas, passou a empregá-los nos

²⁸¹Id. Ibid.

serviços de limpeza e de manutenção dos equipamentos urbanos, a exemplo das praças e jardins públicos. Na compreensão do Delegado da Capital, a ociosidade era um vício que deveria ser combatido através de mecanismos disciplinadores, voltados para a promoção do interesse pelo trabalho. Assim, seria mantida a ordem social e pública. A partir de 1920, trabalhar na limpeza das ruas e coletar o lixo passou a ser a função dos mendigos que perambulavam nas ruas da Capital, em busca de sobrevivência. A proposta do trabalho como medida disciplinadora visava à incorporação ao cotidiano dos desfavorecidos dos hábitos saudáveis, a exemplo do apego ao trabalho. Essa medida, “por mais que pareça fruto de um planejamento centralizado e racional, portanto moderno, se conectava às expectativas construídas dentro do modelo paternalista de ordenamento das relações sociais”²⁸². Contraditória a idéia de cidadania, tal ordem não reconhecia os mendigos como detentores de direitos, mas um grupo pelo qual se poderia prestar algum favor.

Essa medida ecoou entre os paraibanos, sendo recebida como eficaz e positiva. Nesse sentido, os jornalistas não pouparam palavras ao tecerem elogios ao delegado autor da iniciativa, sobretudo porque ela significava não só o fim da sujeira nas ruas, mas, principalmente, porque punha fim à vadiagem, conforme as expressões do jornalista de *A União*:

o Dr. João Franca, adotou a excelente medida de agarrar os vagabundos e desocupados que perambulam em seu distrito, empregando-os na limpeza das ruas. A providência da zelosa autoridade produziu excelentes resultados e já hoje não se vêem mais nos lugares públicos os amigos da ociosidade... Tendo o esforçado delegado do 1º distrito lhes causado um bem, impondo-lhes o trabalho regenerador, os meliantes estão brilhando agora pela ausência, o que priva as ruas de sua eficaz colaboração na respectiva limpeza.²⁸³

Conforme se percebe, a ociosidade entre os pobres era um problema, sobretudo porque os delegados temiam que eles pudessem desencadear algum motim e desestabilizar a propalada ordem pública. Por isso, a adoção da medida acima descrita não significou incorporá-los à sociedade, mas mantê-los sob controle

²⁸² NEVES, Frederico de Castro. “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol. 21, nº 40, p. 115, 2001.

²⁸³ A União – 18/01/1920, p. 01.

através do trabalho, como se a ociosidade fosse uma opção, e não uma decorrência das relações sociais e de exploração a que estavam submetidos. Por outro lado, incorporar os mendigos aos serviços de limpeza da cidade significou mantê-la salubre. Além dos serviços de limpeza que os mendigos executavam, a Prefeitura mantinha o controle sobre seus corpos ao ocupá-los, uma vez que condicionava a presença deles nas ruas ao exercício do trabalho, evitando assim os furtos. Essa medida fez parte da racionalidade técnica e tinha o objetivo de alocar as peças ociosas no sentido de contribuírem para o processo de melhoramento da cidade. Incorporou-se a esse processo os mendigos, tidos como ameaça à ordem e a manutenção da civilização. Eles foram distribuídos em obras e serviços definidos pela Divisão de Obras Públicas a executarem funções que não dominavam tecnicamente, mas eram consideradas as que melhor condiziam com suas condições e correspondiam às necessidades desse órgão. Assim, além de limparem as ruas e recolherem o lixo, sentaram paralelepípedos nas ruas e carregaram pedras, tijolos, barro e areia para a sustentação dos prédios dos órgãos públicos. Embora a perspectiva dos técnicos e delegados de polícia fosse evitar a esmola desmoralizante, essas tarefas não significaram cidadania para os mendigos, uma vez que esse tipo de ação não fugiu ao “modelo paternalista de relações sociais” nas quais os sujeitos são apenas utilizados nos serviços demandados.²⁸⁴ Mesmo assim, não cessaram os elogios ao Dr. João Franca, 1º delegado da Capital, que foi encorajado a seguir adiante em sua proposta, principalmente porque estava livrando os cidadãos de um mal antigo. As recomendações eram de que a referida autoridade não esmorecesse “na salutar campanha contra os vagabundos de seu distrito, trancafiando-os caso se atrevessem a voltar ao teatro de sua indolência”.²⁸⁵ Por sua vez, o delegado não se limitou à proposta de inserção do mendigo no trabalho, mas reforçou o policiamento das ruas com o intuito de recolher os reincidentes à prisão. Tratavam-se daqueles que já tendo sido indicados ao exercício das funções demandadas pelo serviço de urbanização fugiam.²⁸⁶

²⁸⁴ NEVES, Frederico de Castro. op. cit. p. 119

²⁸⁵ A União – 18/01/1920, p. 01.

²⁸⁶ Id. Ibid.



**Foto 9 – Mendigos asilados executando o calçamento de ruas
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

A inclusão do mendigo nos serviços de infra-estrutura urbana da Capital definiu o trabalho como estratégia de controle fundamentado na ordem e na disciplina, além de caracterizá-lo como processo formador de conduta. Segundo Sidney Chalhoub, essa prática foi uma decorrência do fato das elites terem compreendido o trabalho como princípio regulador da sociedade e tê-lo revestido de uma roupagem dignificadora e civilizadora do homem pobre.²⁸⁷ Essa estratégia foi necessária em função das mesmas elites terem percebido os mendigos como detentores de uma cultura diferente da cultura dominante; tomando o trabalho como um meio de regenerá-los. Como os serviços demandados não poderiam esperar pela adequação do mendigo, o delegado de polícia passou a recrutá-los junto ao Asilo de Mendicidade. Essa medida se fez em função do indivíduo trancafiado estar disciplinado segundo a lógica capitalista, podendo se incorporar mais facilmente às

²⁸⁷ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, p. 43, 1986.

exigências dos serviços e não fugir de volta às ruas.²⁸⁸ Após contato com os dirigentes do Asilo de Mendicidade, o delegado colocou um grupo de vinte homens nos serviços de abertura da estrada de Jaguaribe. Todos estavam desempregados, e como não apresentavam condições de sobrevivência, viviam dos donativos distribuídos por essa entidade de caridade, o que justificara a ação do delegado.²⁸⁹ Embora o propósito dessa medida fosse evitar a prática de pequenos furtos pelos mendigos, esse intuito nem sempre foi alcançado, sobretudo porque o contingente de desvalidos superava as oportunidades demandadas pelos serviços de melhorias da infra-estrutura urbana da cidade, ou seja, as vagas destinadas a esses personagens não contemplavam todos os mendigos. Afora isso, não havia remuneração; apenas a comida lhes garantia a sobrevivência. Esse não chegava a se constituir num mecanismo de inserção do sujeito na sociedade, mas num meio de fazê-lo pagar a comida e guarida que recebia no Asilo. Por um lado, funcionava como um meio de discipliná-lo pelo trabalho, uma vez que se combatia a ociosidade, e mesmo sob a coerção, possibilitava ao sujeito o aprendizado de uma função necessária aos serviços demandados pelos melhoramentos urbanos. Assim, ex-agricultores e camponeses se tornaram pedreiros, carpinteiros, marceneiros e ferreiros. Por outro lado, tais atividades contribuíram para rebaixar o salário dos que exerciam funções correspondentes na Capital, quando não os deixavam desempregados, pois passou a ser mais vantagem para o governo do estado e o prefeito recrutarem um mendigo do que contratar um homem pobre assalariado. Em tese, a inserção do mendigo nos serviços de infra-estrutura urbana tirava-o da rua, conforme demonstra o quadro abaixo; mas não lhe garantia cidadania:

²⁸⁸ Acerca da noção de tempo útil, ver THOMPSON, Eduardo P. "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial." In: **Tradición, revuelta y consciéncia de clase**. Barcelona: Crítica, pp.239-293, 1984.

²⁸⁹ Relatório da 1ª Delegacia de Polícia da Cidade da Parahyba, apresentada ao Dr. Manoel Tavares Cavalcanti – Chefe de Polícia do Estado da Parahyba, em 01 de julho de 1928. Até 1930, nos relatórios de polícia e nos jornais *A União* e *A Imprensa*, encontramos informações acerca de duas delegacias de polícia na Capital; porém, a prisão dos mendigos e sua utilização nos serviços de infra-estrutura da cidade foi uma prática comum ao 1º delegado, e não a ambas as autoridades referidas.

PRISÕES DE MENDIGOS NA CIDADE DA PARAHYBA – PERÍODO 1910/1930

Nome	Motivo	Local da Prisão
João Miguel da Cunha	Vadiagem	Não foi informado
Alice Maria da Conceição	Vadiagem	Não foi informado
Joana Maria da Conceição	Vadiagem	Não foi informado
José Felipe Santiago	Vadiagem	Não foi informado
Heráclito Francisco de Oliveira	Vadiagem	Não foi informado
Santino Eloy da Silva	Vadiagem	Não foi informado
Walfredo Rodrigues Pereira	Vadiagem	Não foi informado
Francisca Maria da Conceição	Vadiagem	Não foi informado
Febrônio Olívio	Vadiagem	Não foi informado
Severino Januário de Melo	Vadiagem	Não foi informado
Luiz Bezerra	Vadiagem	Rua Barão do Triunfo
Pedro Azulão	Vadiagem	Rua Barão do Triunfo
Irinéia Maria da Conceição	Vadiagem	Rua Barão do Triunfo
Donário de Figueiredo	Embriaguez/Vadiagem	Rua Barão do Triunfo
Manoel Corrêa	Embriaguez/Vadiagem	Rua Barão do Triunfo
José Gomes	Embriaguez/Vadiagem	Não foi informado
Antonia Camila	Embriaguez/Vadiagem	Não foi informado
Manuel Prudêncio	Perambulando	Largo de São Francisco
João Branco	Perambulando	Rua Duque de Caxias
Ângelo de Souza	Embriaguez/Vadiagem	Rua Maciel Pinheiro
Francelino José	Embriaguez/Vadiagem	Rua Maciel Pinheiro
Luiz Batista	Perambulando	Rua Duque de Caxias
Antonio Camilo	Perambulando	Rua Duque de Caxias
Sabina Manuela	Vadiagem	Rua Duque de Caxias
Avelino Cosme	Vadiagem	Rua Duque de Caxias
Pedro Bezerra da Costa	Vadiagem	Rua Barão da Passagem
Luiz Batista do Rego	Vadiagem	Rua Almeida Barreto
Francisco Marques da Cruz	Vadiagem	Rua Padre Azevedo
Manoel Amaro	Vadiagem	Rua Padre Antonio Pereira
José Bozó	Vadiagem	Rua General Osório
Archimedes Rossi	Vadiagem	Rua do Melão
Jovelino Damião da Silva	Vadiagem	Rua Padre Azevedo
Guilhermina dos S. Barbosa	Vadiagem	Rua do Tambiá
Botelho Dias	Vadiagem	Rua General Osório
Eduardo Borges da Fonseca	Não foi informado	Rua General Osório
Severino G. Matias Barbosa	Vadiagem	Varadouro
Antonio Barbosa	Vadiagem	Largo de São Francisco
Rozendo de tal (vulgo Mangueiro)	Embriaguez/Vadiagem	Rua General Osório
Vicente Ferreira	Perambulando	Centro da Capital
João Matias Pereira	Perambulando	Estação de bonde
Joana da Silva	Perambulando	Centro da Capital
Benicio Fidelis Rodrigues	Vadiagem	Rua General Osório

Fonte: Jornal A União – Coluna O Dia da Polícia; Jornal A Imprensa – Coluna “Notícias da Polícia”.

Para o delegado de polícia, a aplicação dessa medida não só retiraria os mendigos das ruas, como inibiria a ação dos que utilizavam as benesses do asilo para se manterem, pois o fato de ser atendido por essa instituição obrigava-os a executarem os serviços de infra-estrutura da cidade quando fossem convocados. A perspectiva era manter a repressão sobre a vadiagem, compreendida pelos delegados de polícia como a responsável pelo vício da bebedeira, da mendicância e do roubo, ameaças à moral e aos bons costumes e desta forma manter a modernização da cidade, consolidando uma ordem cujos valores e normas se estruturassem sob o princípio do trabalho.

Além de afastar os mendigos do espaço habitado pelas elites e disciplinar o uso da área central da Capital, tais prisões e o trabalho forçado ao qual os mendigos foram submetidos também elucidam a condição de exclusão na qual as classes pobres se encontravam. Esse tipo de procedimento da polícia perdurou até os anos 30 e se constituiu numa ação permanente, mesmo assim as ruas não ficaram livres dos mendigos.²⁹⁰



**Foto 10 – Presos executando os serviços de urbanização da Lagoa
Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

²⁹⁰ Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba – 1913. Sobre a compreensão do pobre como agente de contaminação ver RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim**: inventário da saúde pública. São Paulo: EDUNESP, pp. 47-125, 1993.

As práticas que visavam incorporar os mendigos e vadios no mundo da ordem e do trabalho não foram limitadas as ações da polícia. Esta ação “civilizatória” também contou com a colaboração entre Igreja e o Estado. A atuação da Igreja Católica administrando o Asilo de Mendicidade veio ocupar a lacuna deixada pelo Estado. Entre 1913 e 1934, o governo do Estado não apresentou nenhum projeto na área social para o atendimento das classes pobres em geral, nem, especificamente, dos mendigos. No máximo, os governadores atuaram com a força policial, recolhendo-os às prisões ou doando eventualmente ao Asilo donativos em alimentos e roupas. Como o problema da rua era permanente, e o número de mendigos aumentava a cada ano, os religiosos recorreram ao governador na perspectiva de que ele assumisse a solução desse e construísse outro asilo, conforme dissera o dirigente do Asilo de Mendicidade:

{...} tudo se deve ao Asilo de Mendicidade, que recolheu nos seus aposentos aqueles que vivem pelas ruas a esmolar e causar tristeza aos nossos corações. Porém as obras de amor ao próximo {...} devem contar com os nossos votos e desinteressados auxílios, mas é preciso que essa ação seja também do Estado, pois os recursos de que dispomos para isso são insuficientes. Urge que se erga na cidade outro asilo.²⁹¹

Recolher os mendigos à prisão ou ao Asilo se inscreve no processo de disciplinarização do uso do espaço urbano; e a esperança do dirigente do Asilo era de que a Igreja e o Estado pudessem unir esforços nesse sentido, deixando a este último a condição de colaborador e passando a incluir nas políticas públicas medidas de combate à mendicância nas ruas, a exemplo da construção de outro asilo na Capital. Acreditava que só assim a urbe se manteria higiênica e civilizada.²⁹²

Embora Estado e Igreja estivessem unidos nas ações pertinentes aos mendigos, as medidas aplicadas não ultrapassaram a perspectiva paternalista/assistencialista há anos existente, pois não criara condições que transformassem a realidade dos desfavorecidos. Mantinha-se, assim, a prática de sempre: recolhê-los da rua, ou seja, excluí-los através dos mecanismos sutis de caridade. Por outro lado, o Estado participou da construção do asilo e não mudou

²⁹¹ Id. Ibid.

²⁹² A União – 14/01/1923, p. 01.

sua condição de colaborador.²⁹³ Além de contar com o apóio do Estado, a Igreja conseguiu mobilizar diversos segmentos da sociedade, a exemplo dos proprietários de lojas, médicos, professores, advogados e farmacêuticos. Todos levaram à frente a proposta da Igreja de que um novo asilo fosse erguido na cidade. Conseqüentemente, tinha continuidade a ação de assistência filantrópica aos mendigos com o fito de colaborar na manutenção da salubridade e do ordenamento do espaço urbano.²⁹⁴ A participação desses segmentos sociais reflete a natureza da modernidade instalada na Parahyba. Não é demais lembrar que eles eram adeptos e defensores da modernização, mas mantiveram-se presos às práticas tradicionais de caridade aos pobres. Logo, à medida que pensaram acerca das condições dos mendigos, não o fizeram na perspectiva de fazê-los superar o processo excludente ao qual estavam submetidos. De certa forma, a ausência do poder público estimulou a sociedade a ressuscitar formas tradicionais de assistencialismo na cidade moderna, visto que os interesses de alguns cidadãos estavam em jogo; demonstrando que as iniciativas aplicadas mantiveram o caráter excludente. A proposta de fundação de outro asilo não ficou apenas no plano das idéias. Numa iniciativa conjunta, os comerciantes e demais cidadãos iniciaram as doações, a organização de quermesses e festas. O novo asilo fundado em 1923, localizou-se na Chácara Lindas Flores, na estrada do Boi Só, no bairro de Mandacaru, área periférica da cidade. Nessa propriedade, foram doado o terreno e os materiais de construção utilizados na edificação do prédio.²⁹⁵ O asilo inaugurado em 1923 dispunha de condições para “internar os mendigos inválidos, os cegos, os estropiados, os enfermos, os velhos decreptos, etc, que, quase todos os dias, principalmente às sextas-feiras e aos sábados, infestam as ruas da urbe, de forma que serão retirados de circulação”. Tratava-se nas palavras do jornal A União,²⁹⁶

de homens maltrapilhos, que exibem chagas e aleijões e vivem atrapalhando o trânsito público, incomodando os que passam na labuta cotidiana ou aos que permanecem em seus domicílios gozando a paz e os justos cômodos da

²⁹³ Id. Ibid.

²⁹⁴ A União – 01/03/1923, p. 01.

²⁹⁵ A União – 28/10/1923, p. 03.

²⁹⁶ Id. Ibid.

vida doméstica. Esse triste espetáculo já não se oferece aos olhos do forasteiro surpreendido e indignado nas cidades brasileiras onde a civilização é um fato. Por que a nossa Filipéia que progride sensivelmente, de ano a ano, pelo aumento da sua população, prolongando as suas ruas, embelezando as suas praças, reformando os seus serviços, realizando os seus grandes melhoramentos materiais, não imitará o exemplo de Fortaleza e outras capitais brasileiras? ²⁹⁷

A preocupação com os mendigos e o seu recolhimento ao asilo é denotativo do modelo de modernidade aqui instalado, o qual não criou condições de inserção efetiva dos sujeitos comuns na nova realidade. Por outro lado, não foram construídas relações sociais que proporcionassem esse processo. No geral, as elites defenderam um modelo de modernidade correspondente à defesa dos seus privilégios e do seu bem-estar, em detrimento da maioria social. Para Ariosvaldo da Silva Diniz, os asilos, como o Asilo de Mendicidade da Parahyba atuavam no sentido político e econômico: “político quando desenvolvia uma nova tecnologia comportamental para controlar e dominar o homem pobre; econômico quando formava trabalhadores disciplinados para o mercado de trabalho”.²⁹⁸ Enquanto não fora definido o espaço para onde deveriam encaminhar os mendigos, mantiveram-nos trancados nos asilos; assim, as ruas permaneceram limpas, a ponto de impressionarem os visitantes, a exemplo das Ruas da República, Duque de Caxias e Visconde de Pelotas. Apesar do apelo dos religiosos para que o governador elaborasse políticas públicas destinadas a atender os mendigos, isso não se consolidou. O governo manteve suas doações de verbas públicas ou financiou serviços, mas não assumiu diretamente as ações assistenciais aos mendigos.²⁹⁹ Tanto as doações do Estado quanto a caridade dos religiosos católicos e a colaboração dos comerciantes foram relevantes para a definição e manutenção das ações junto aos mendigos.³⁰⁰ Embora as elites desenvolvessem ações de combate à mendicância nas ruas da Parahyba, não reconheciam os mendigos como decorrentes das desigualdades sociais que assolavam o Brasil. Talvez por isso, as iniciativas

²⁹⁷ Id. Ibid.

²⁹⁸ DINIZ, Ariosvaldo da Silva. op. cit. p. 95

²⁹⁹ AHPB – Caixa 29 – Ofício nº 288 – de 20 de abril de 1928 e AHPB – Caixa 30 – Relatório do Asilo de Mendicidade.

³⁰⁰ Id. Ibid.

tomadas não transformavam a realidade dos fatos; apenas contribuía para que a antiga ordem social permanecesse.

Por sua vez, os mendigos nunca foram totalmente banidos das ruas, e mantiveram o que Michelle Perrot denominou de “resistência viva ou surda contra a especialização progressiva e a delimitação de espaços funcionais”.³⁰¹ No geral a ação disciplinadora mantida pelas elites paraibanas contra os pobres, não se realizou plenamente.

4.3 A assistência aos pobres

Na Parahyba, a distribuição de alimentos aos pobres também integrou o processo de disciplinarização e uso do espaço urbano, à medida que tentou impedir os pobres de abandonarem seus casebres nos arredores da Capital, e de se juntarem aos mendigos que viviam nas ruas esmolando a sobrevivência. Embora o papel do governador do Estado nas ações sociais, tenha sido de mero colaborador, no sentido de distribuição de alimentos, sua ajuda não ficou restrita às instituições mantidas pelos religiosos, a exemplo dos asilos de mendicidade, mas se estendeu aos grupos de leigos ligados à Igreja católica, a exemplo das Noelistas³⁰². Noelista é uma associação de mulheres leigas ligadas à Igreja Católica que desenvolviam ações coletivas e de caridade em favor dos pobres. Não se tratava de uma instituição de caridade, uma vez que não possuía definição jurídica. As participantes se organizavam por paróquias e se reuniam na igreja; o único grupo existente na Cidade da Parahyba pertencia à Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, no centro, e foi fundado em 1928. Dele participavam mulheres da alta sociedade, a exemplo das esposas do prefeito, do governador, dos comerciantes, médicos e advogados. Eram mulheres de famílias que dispunham de boa condição econômica e mantinham obras de caridade e ajuda aos pobres. Elas agiam nos bairros pobres e mantinham constantemente a campanha de arrecadação e doação de alimentos, sensibilizando a

³⁰¹ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 55/122, 1988.

³⁰²Folhetim “O Noel: seu espírito, suas atividades”. Rio de Janeiro: Mendes Júnior, 1955.

sociedade a colaborar com as cestas básicas que toda última sexta-feira de cada mês distribuíam nos bairros de Jaguaribe, Cruz das Armas e Cruz do Peixe. Com isso, beneficiavam algumas famílias de estivadores e carregadores, cujas mulheres, quando gestantes recebiam enxovais para o bebê, principalmente as que dariam a luz pela primeira vez. Geralmente, muitas dessas mulheres chegavam ao nono mês de gravidez sem dispor sequer de um retalho para agasalhar o filho que estava por vir ao mundo.³⁰³ Por isso, a presidenta do núcleo das Noelistas da Parahyba recomendava às colaboradoras que, “quando tivessem ocasião de distribuir enxovais às mães pobres, deveriam tomar um carro para ir levar nos arrabaldes de Jaguaribe, Cruz das Armas e Cruz do Peixe, onde reina a verdadeira necessidade”.³⁰⁴

Embora reconhecessem a pobreza e não o pobre como o problema a ser combatido, as Noelistas reproduziam e legitimavam a caridade, uma vez que atendiam apenas a algumas famílias, impedindo assim que seus membros se tornassem mendigos. Desejavam ampliar o quadro de voluntários e colaboradores, e, para tanto, sempre convidavam os comerciantes, na perspectiva de que as ações desenvolvidas fossem efetivas e mantivessem as classes pobres longe do centro da cidade. Recomendavam às donas-de-casa não dessem esmolas às crianças nem aos idosos perambulantes, mas que colaborassem com o núcleo das Noelistas, entregando-lhes alimentos ou outros donativos. O intuito dessa medida era o de coibir a mendicância, sistematizar a distribuição das doações, de forma a se realizarem a cada mês. Essa ação foi relevante, dado o fato dos alimentos serem distribuídos com os pobres residentes nos arrabaldes.³⁰⁵ Os preparativos geralmente começavam no início de cada mês e se estendiam até a última semana, quando então eram distribuídos. Para tanto, recorriam a todos os segmentos da sociedade, mas os comerciantes, sobretudo, os lojistas se destacavam, na contribuição, pois deles vinham os retalhos de tecidos, os quais possibilitavam acrescentar a roupa como mais um item nas doações realizadas. Numa das reuniões, essa questão ficou

³⁰³ Id. Ibid.

³⁰⁴ Ata de Reunião do Núcleo Noelista de João Pessoa – 02/04/1932.

³⁰⁵ Ata de Reunião do Núcleo Noelista de João Pessoa – 07/10/1930.

explícita, quando a vice-presidenta do núcleo noelista fizera a seguinte recomendação à secretária:

envie uma circular às casas comerciais Silva Cunha e A Imperial, com o fim de lembrar aos seus proprietários a promessa que nos fizemos, a de remeterem retalhos de tecidos mensalmente à Sociedade Noelista, os quais serão destinados à confecção de roupas para os mendigos e demais necessitados.³⁰⁶

Nas atas de reuniões das Noelistas, são pertinentes as referências aos comerciantes como colaboradores assíduos. Também eles temiam a ociosidade na qual os pobres viviam e enxergavam-nos como capazes de badernas e furtos. Daí esses profissionais não hesitarem em colaborar quando eram solicitados.

Conforme se percebe, a colaboração dos comerciantes era mensal, e decorria de uma visita prévia das noelistas a cada lojista, no sentido de que não ficassem de fora das atividades empreendidas. Os donativos comuns eram os alimentos e as sobras de tecidos, distribuídos sempre ao final de cada mês. Tratava-se de um momento esperado na cidade, pois era a atividade que encerrava o calendário mensal das noelistas, e as envaideciam. O resultado alcançado todos os meses não era outra coisa senão o fruto do empenho e da dedicação das tais senhoras, que não se cansavam de percorrer as lojas e as residências em busca dos donativos. Acerca disso, em outubro de 1930, numa das reuniões de rotina, a senhora Amália Souto Maior – Presidenta do Núcleo da Capital – informou que, para a distribuição de alimento do referido mês, os preparativos já haviam começado desde o final de setembro, dada a proximidade do Natal. Notificou também que a distribuição de roupas se realizaria no Natal desse ano. Para isso, foram:

confeccionados com os retalhos doados pelos lojistas diversas peças de roupas para as crianças pobres. No momento discutimos o local onde deveria ser realizado o Natal; desejamos um espaço propício que possibilite a todos os necessitados se deslocarem dos bairros onde moram e comparecerem.³⁰⁷

As ações das noelistas não transformavam a realidade dos pobres, pois eram destituídas do caráter político-social; apenas os assistiam de modo a que não

³⁰⁶ Ata de Reunião do Núcleo Noelista de João Pessoa – 19/02/1930.

³⁰⁷ Ata de Reunião do Núcleo Noelista de João Pessoa – 07/10/1930

permanecessem abandonados. É pertinente o fato de nas atas de reuniões não identificarmos nenhuma reivindicação concernente à aplicação de políticas públicas com o objetivo de melhorar as condições das classes pobres, a exemplo da construção de moradias, ou as noelistas disciplinavam os excluídos no sentido de se acomodarem à exclusão a que estavam submetidos. Suas colaborações não erradicavam a pobreza; apenas mantinham os pobres distantes da área central da cidade.



**Foto 11 - Crianças pobres assistidas pelas Noelistas
Acervo do Arquivo Arquidiocesano da Paraíba**

Uma ação bem ilustrativa das atividades das Noelistas era o “Natal dos Pobres”, conforme o que se realizou em 1930. O apoio concedido pelos comerciantes se converteu na concessão do salão do Clube Astrea, onde se realizou a festa à qual compareceram mais de cem pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos. Segundo a Senhora Amália Souto Maior (Presidenta do Núcleo na Capital), o propósito fora cumprido; emocionada com o sucesso das doações e o público participante, fez a seguinte declaração:

distribuímos com os mendigos e os pobres residentes nos arrabaldes 500 objetos, entre roupas, sapatos, gêneros alimentícios, bolachas e etc. Entregamos também 50.000 (cinquenta contos de réis) a uma pobre viúva

desamparada, a fim de auxiliá-la na compra de um casebre num dos arrabaldes da capital.³⁰⁸

A colaboração para a compra de imóveis não era uma prática comum às Noelistas. O principal mote do seu trabalho era a prestação de assistência. Por isso, os pedintes que perambulavam pelas ruas não eram beneficiados. Logo, não só a permanência à condição de pedinte justificava as doações realizadas, mas também o fato dos pedintes ocuparem o espaço aprazível da cidade. Essa atitude assistencialista disciplinava o uso do espaço público no centro da cidade.³⁰⁹



**Foto 12 – Núcleo das Noelistas na distribuição de donativos aos pobres
Acervo do Arquivo Arquidiocesano da Paraíba**

Na condição de mulheres da elite, as Noelistas, com suas ações assistenciais, contribuíam para a manutenção do aspecto saudável e higiênico da cidade, e se constituíam em mais uma força a favor do Estado ordenador e disciplinador. Assim, não fugiram à regra do modelo de modernidade instalado, visto não buscavam promover o desenvolvimento das habilidades nem das capacidades dos sujeitos atendidos; mas mantê-los excluídos e à disposição do Estado e da ordem estabelecida. Suas ações assistenciais, embora possuíssem o caráter

³⁰⁸ Ata de Reunião do Núcleo Noelista de João Pessoa – 08/12/1930

³⁰⁹ Id. Ibid.

humano, não propiciavam a inserção dos sujeitos na sociedade. Elas apenas legitimavam a divisão entre pobres e ricos, e a configuração, na cidade, dos espaços periféricos. Na essência, asseguravam a cidade moderna para alguns, especificamente os que dispunham de recursos econômicos e podiam se apropriar dos serviços implementados.

Apesar das ações mantidas pelas Noelistas, os comerciantes ameaçavam parar de contribuir para os serviços assistencialistas porque não estavam vendo o resultado das doações que faziam, ou seja, a rua não estava livre dos pedintes. Diante disso, os comerciantes mudaram sua forma de contribuição e passaram a atender aos necessitados quando estes ainda estavam nas cidades do interior, impedindo, assim, que deixassem suas cidades e viessem parar na Capital, em busca de sobrevivência. De certa forma, eles perceberam que, diante da seca e da falta de condição nas cidades do interior, os donativos distribuídos funcionavam como atrativo aos mendigos, e, ao invés de tirá-los da rua, alimentavam-nos. O Sr. João de Andrade Lima, bem sucedido comerciante na cidade da Parahyba, foi um dos idealizadores dessa proposta, e, por várias vezes, promoveu leilões na Capital, em prol das vítimas da seca. O propósito desse comerciante era de que, com essa medida, o contingente de pedintes perambulando nas ruas não aumentasse. Para tanto, com o dinheiro arrecadado adquiria alimentos e, depois de escolher uma cidade, uma vez ao mês distribuía o que fora arrecadado antes de os famintos deixarem o interior com destino à Capital da Parahyba.³¹⁰

À primeira vista, a iniciativa coordenada pelo Sr. João de Andrade Lima fora louvável e se diferenciava das medidas até então praticadas; mas em nada inovou as ações sociais junto aos pobres. No geral, não deixavam de ser filantrópicas, assistencialistas e paternalistas, não combatendo a condição de pobreza à qual milhares de famílias estavam submetidas nas cidades do interior. Esse comerciante e o grupo que o acompanhava apenas inverteram o espaço de atuação, deixando de socorrer aos pobres na Capital. Mudaram-se os meios, mas os fins continuaram os mesmos. Mesmo que os comerciantes tenham empreendido ações em diversas

³¹⁰ “Leilão pró-flagelados”. A União – 12/02/1930, p. 03.

idades do interior paraibano, com o intuito de impedir a vinda dos retirantes para a Capital, esses nunca deixaram de migrar à procura de meios de sobrevivência.

Diante dos fatos, o governo do Estado reorientou seu papel em relação aos pobres e, embora tenha continuado a colaborar com os asilos, foi criada a “Comissão de Socorro aos Flagelados”. O objetivo desse órgão era socorrer as vítimas da seca no interior do estado da Parahyba, mas também os homens, as mulheres e as crianças que todos os dias chegavam à Capital vindos das diversas cidades. O propósito principal era o de distribuir com eles os donativos concedidos pelos comerciantes e órgãos governamentais. Os dirigentes dessa Comissão acreditavam que essa medida amenizaria a situação dos mendigos nas ruas, mas sabiam que ela não resolveria o problema. Por isso, a ordem era de atender apenas os desabrigados, excluindo os pobres que tinham onde morar. A distribuição de alimentos era uma tentativa de conter a mendicância nas ruas e, conseqüentemente, a vadiagem. Mesmo que o governo do Estado tenha assumido diretamente esse serviço, manteve-se a mesma política, pois não cessaram as iniciativas dos asilos de mendicidade e das Noelistas, principalmente porque as ações oficiais eram insuficientes, face ao contingente de pedintes a serem atendidos.

4.4 Os espaços malvistas

A perspectiva de manter o centro da cidade salubre e higiênico resultou na aplicação de algumas medidas cujo intuito era conter as classes pobres, o que nem sempre foi possível, sobretudo porque os estivadores, arrumadores e cabeceiros estavam sempre presentes nos espaços nobres da cidade devido a força das tarefas por eles exercidas e demandadas pelos proprietários de lojas, armazéns e depósitos de mercadorias. O sobe e desce desses homens entre a Cidade Alta e Cidade Baixa e o seu vai-e-vem por entre as ruas da área central, carregando caixas, pacotes e fardos de algodão para os depósitos possibilitou-lhes relacionar-se com a cidade. Mesmo que os médicos e delegados desejassem-nos distantes ou tenham definido as ruas onde eles poderiam erguer suas casas, essa determinação foi quebrada, e ao espaço de morar incorporou-se o de trabalho e da diversão, o dos momentos de

extravasamento das tensões e da exploração cotidiana. O olhar com o qual as elites enxergavam as Ruas da Raposa, da Medalha e do Melão, logo se estendeu à Rua Sá Andrade.

Por causa da quantidade de lojas, depósitos e armazéns de cereais localizados na Rua Sá Andrade e nos seus arredores, essa rua era o local onde os estivadores, cabeceiros e arrumadores transitavam nos momentos em que carregavam, descarregavam e distribuían os produtos comercializados pelos donos de lojas, armazéns e depósitos. Tratava-se de homens considerados pela imprensa e pelos policiais como arruaceiros e baderneiros, sobretudo quando os motivos eram as reivindicações salariais. As autoridades policiais se mantiveram atentas porque nela se instalaram várias casinhas de porta e janela onde funcionavam os bordéis e onde, até as altas horas da madrugada, ocorriam os forrós e outros ritmos populares. Era para lá que os estivadores, cabeceiros e arrumadores acorriam com o fito de se divertirem nos braços das prostitutas. A partir das seis horas da tarde, quando os armazéns e depósitos de estivas fechavam suas portas, a Rua Sá Andrade assumia outro ritmo; não eram apenas os homens que circulavam, um novo personagem entrava em cena. Logo após a lua e as estrelas darem os primeiros brilhos e o tom da noite surgir, das casinhas de porta e janela saíam as prostitutas. Não demorava e elas estavam na esquina, a flertar com os primeiros homens que procuravam um boteco para tomar uma pinga. Esse clima atribuía a essa rua outra condição, a de se transformar em espaço de circulação e diversão dos homens e mulheres pobres, e nela, os botecos, as bodegas e os bordéis eram comuns. Nos bordéis os homens tomavam uma pinga, e pagavam alguns vinténs por um pequeno quarto para desfrutarem alguns momentos de amor de uma prostituta. Outros varavam a noite num jogo de carta regado a conversa, risadas e muita cachaça. Enquanto isso, os boêmios roçavam seus corpos aos das mulheres em rodas de samba, maxixe ou forró que não tinham hora para acabar. Os bordéis fizeram com que essa artéria não ficasse fora do processo de disciplinarização do uso do espaço urbano. O intuito dos delegados de polícia era impor as regras de funcionamento dos bordéis, o que se faria determinando os horários de realização das rodas de sambas, dos forrós e das

maxixadas, consideradas indesejáveis, pois era comum terminarem em brigas e confusões entre os freqüentadores.

Devido a isso, não é de surpreender que a imagem da Rua Sá Andrade considerada pelos jornalistas estava relacionada à desordem e à imoralidade; daí recomendarem às senhoras e senhoritas da sociedade, que, a partir do final da tarde, não trafegassem por essa artéria, sob pena de ficarem faladas, pois era o palco do pecado. Pediam aos delegados para darem cabo das mulheres ditas levianas, com seus decotes, gestos e palavras a afrontarem o decoro público. Na compreensão dos jornalistas, a partir das seis horas da tarde, só transitavam na Sá Andrade mulheres e homens desavergonhados. Por isso, eles recomendavam às mocinhas que residiam nas proximidades que, antes das seis horas da tarde, se recolhessem às suas casas, sob pena de se depararem com as prostitutas e de ficarem faladas. A imagem formada em relação à Sá Andrade tornava seus personagens noturnos ainda mais preteridos pela sociedade; exigia-se por essa razão, os delegados tomassem as devidas providências. Os momentos de entretenimento ocorridos nessa artéria tornaram-se incômodos para algumas famílias de comerciantes residentes nas adjacências. Os jornalistas logo denunciaram tal situação, pedindo solução à polícia, já que o livre trânsito das prostitutas se constituía num problema para as mães, não desejosas de verem tais mulheres circularem nos mesmos espaços freqüentados por suas filhas. Por isso, pediam providências à polícia. Esse episódio acabou por ser manchete no semanário católico, e nele o jornalista de *A Imprensa* assim se expressou:

peças residentes à Rua Maciel Pinheiro, também chamada das "Convertidas", solicitam, por meio desta folha, providências imediatas da polícia a fim de pôr termo as exibições inconvenientes de algumas mulheres levianas, residentes no prédio número 75, da Sá Andrade, próxima daquela artéria. Ao que sabemos, os prejudicados, as famílias, vêm-se forçadas a não chegar às janelas, por essa falta de decoro público.³¹¹ (grifo nosso)

Esse tipo de denúncia é elucidativo da tentativa das elites de coibir as formas de diversão das classes pobres e de enquadrá-las no processo de ordenamento e uso do espaço público, que passava pela manutenção da ordem

³¹¹ "Pelo decoro público". *A Imprensa*, 16/03/1934, p. 01.

quando “constituído de várias estratégias de utilização originadas pela necessidade de agir das pessoas, pela sua preocupação em ganhar a vida, pelo seu prazer em gozar e pela vontade de alcançar um lugar na sociedade”.³¹² Os comerciantes desejavam afastar os trabalhadores da área central da cidade ou, pelo menos, que seus momentos de entretenimento tivessem hora para começar e terminar. Os jornalistas, ao se referirem aos freqüentadores da Sá Andrade enquadravam-nos num modelo de homem e mulher adequado ao processo produtivo, no qual a ociosidade e o uso da rua eram controlados de forma a não desestabilizarem a ordem tão sonhada pelas elites e disciplinarem o uso dessa artéria, quando o espaço público possui uma multiplicidade de uso e sentidos, os quais são definidos em função da cultura, dos hábitos e costumes dos diversos segmentos sociais.³¹³

Os trabalhadores (estivadores, cabeceiros e arrumadores) que freqüentavam a Rua Sá Andrade fugiam aos padrões estabelecidos pelas elites. Na compreensão delas, ao concluir suas funções no Porto, na Estação Ferroviária e nos Armazéns de mercadorias, eles deveriam seguir para casa, e não buscar os deleites proporcionados pelas prostitutas da Sá Andrade. Desejavam-lhes impor um modelo de vida, cujas referências burguesas condicionava-lhes à rua apenas como espaço de trabalho, e não de encontro e entretenimento. Segundo Henri Lefebvre, a rua é o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (os bordéis populares). É por excelência o espaço da comunicação, daí a passagem por ela e a permanência nela serem obrigatórias, mas reprimidas. Quando se trata de ameaça à ordem, a permanência e a reunião dos sujeitos na rua era proibida; ela era interdita à comunicação e ao entretenimento público. Logo, freqüentá-la possibilitava aos diferentes sujeitos a condição de atores sociais e de pertencimento à cidade, quando as elites insistiam para que fosse

³¹² SILVA, José Borzacchiello da. “Espaço e contradições”. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs) op. cit. p.44.

³¹³ CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas contradições do espaço”. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs) op. cit. pp. 66-67

apenas “a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo”.³¹⁴

Na casa da Sá Andrade à qual se refere o jornalista citado acima, funcionava um dos bordéis, nos fins de tarde, abria suas portas, e onde as prostitutas recebiam os seus clientes para as diversões e bebedeiras; trata-se de um lugar privilegiado onde existia a possibilidade de encontros, diferentes daqueles sancionados pelas regras e pelas normas de comportamento da sociedade. O constante movimento de entra e sai de homens e mulheres, conforme o jornalista denunciava, se estendia até as altas horas da noite, e era um inconveniente para as famílias denominadas decentes residentes nas adjacências. Por outro lado, essa é uma evidência de que as classes pobres nem sempre se renderam às determinações e imposições dos delegados de polícia.³¹⁵ Essa rua constituiu-se no espaço onde os estivadores, cabeceiros e arrumadores, à noite, não só extravasavam seus impulsos com as prostitutas nos bordéis, mas também se apropriavam da cidade, mesmo que fosse apenas por alguns momentos. Reiterando o desejo das elites por uma cidade civilizada e livre dos “maus hábitos e maus costumes”, o jornalista esperava que a polícia proibisse as mulheres da Sá Andrade de saírem à rua em horários indevidos, principalmente quando as famílias residentes nas proximidades dessa artéria ainda não se encontrassem recolhidas às suas salas e num tom moralista e denunciador afirmou:

as mulheres residentes no número 252 da Rua Sá Andrade viviam afrontando o decoro público com atos e palavras pornographicas. Naquela artéria, as famílias estão na dura contingência de não poderem chegar às suas portas porque as meretrizes das 18 horas em diante portam-se de maneira a impossibilitar a presença de famílias nas calçadas de suas casas.³¹⁶

Conforme se percebe na nota acima, a intenção do jornalista era blindar a cidade civilizada, da Rua Sá Andrade fato pouco provável, por ela estar ao mesmo tempo integrada ao espaço comercial da cidade e ao cotidiano dos cabeceiros e

³¹⁴ LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte: EDUFMG, pp. 29-31, 2002.

³¹⁵ A Imprensa – 02/01/1930 p. 01

³¹⁶ Id. Ibid.

estivadores. Portanto, tanto a rua quanto estes personagens e suas formas de entretenimento compunham o cenário do centro da cidade, sobretudo à noite. Ainda que as prostitutas só saíssem de casa à noite, não eram bem vistas. Esse tipo de comportamento é resultante da representação das elites a respeito delas, vistas como mulheres indecorosas, cujos gestos, formas de se vestir e de amar tornavam-nas incompatíveis ao que as elites julgavam fosse moderno, sobretudo porque contrariavam a família, instituição mantenedora e reprodutora do modelo de sociedade fundamentado na ordem. Afora isso, havia o fato de a prostituição ser utilizada “ocasionalmente pelas mulheres pobres como meio de sobrevivência, dada a condição de miséria econômica em que viviam”.³¹⁷ Eis porque o fechamento dos bordéis e a prisão das prostitutas se constituíram numa prática comum na Parahyba, no início do século XX.

Os jornalistas revelaram-se preconceituosos em relação às famílias pobres, e o fato de possuírem filhas solteiras era um forte indício para suspeitarem e denunciarem tais famílias de manterem em funcionamento, no próprio lar, uma casa de diversão e entretenimento masculino, ou seja, um cabaré ou bordel, ou de que utilizavam a prostituição como meio de sobrevivência. Assim o jornalista de *A Imprensa* ao apelar às senhoras da alta sociedade que auxiliassem a família da Sra. Manuela da Silva afirmou que:

{...} a Dona Manuela como era conhecida na Rua da Raposa, viúva, não tinha condição de criar as três filhas jovens, apelava a dona de casa que as tomassem como serviçais, um gesto humano a que as pobres moças não se desvaírem nos atos incivilizados da serventia do corpo.³¹⁸

No geral, prevalece a compreensão das classes pobres como ignorantes, destituídas de hábitos e costumes civilizados, a entregarem as filhas às serventias do corpo, como meio de complementar a renda e assegurar a sobrevivência da família. O jornalista compreende tal situação como uma opção e um gesto comum às mulheres pobres, quando, na verdade, era uma decorrência do modelo de sociedade instalado no Brasil que não contemplou a inserção dos mais pobres no processo de

³¹⁷ HAHNER, June E. op. cit. p. 203.

³¹⁸ *A Imprensa* – 20/02/1930, p. 02.

modernização. Conforme se evidencia na nota, a prática da prostituição, entre as famílias pobres, constituía-se um gesto de descumprimento das normas e valores sociais estabelecidos, uma prova do insucesso das elites no sentido de enquadrá-las no modelo burguês de mulher e família. Por isso, a prostituição entre as mulheres pobres se tornou um risco ao que as elites julgavam moderno, à medida que contrariava a ordem social representada pela família nuclear. As autoridades reprimiram com vigor e determinação, com o intuito de pôr fim a este expediente, uma vez que possibilitava ao homem conceber relações fora do casamento, um comportamento não permitido pela Igreja católica. Esta é também a razão por que os jornalistas sempre denunciavam as famílias suspeitas de tal prática. Vítima desse tipo de denúncia, a família do popular Aluisio Siqueira persistiu em contrário acerca da seguinte informação publicada no jornal *A Imprensa* quando disse:

Na Rua Caetano Filgueiras, a casa de número 310 onde residem lindas moças e uma Senhora, não se sabe ao certo se são suas filhas ou inquilinas disponíveis aos divertimentos dos trabalhadores...³¹⁹

Vítima do discurso moralista e infundado, o acusado foi até a redação do jornal para desmentir a notícia, uma vez que a casa denunciada na nota era sua residência. O fato ocorrido levou a coluna “Queixas e Reclamações com a Polícia” a circular no dia seguinte, com nota na qual o jornalista se refez diante da denúncia divulgada no dia anterior. Assim se pronunciou o anônimo jornalista, responsável pela coluna e pelas denúncias de prostituição de mulheres na casa do Sr. Aluisio Siqueira:

a propósito do local que publicamos a respeito da casa da Rua Caetano Filgueiras, veio à nossa redação o Sr. Aluisio Siqueira, empregado da Empresa de Serviços Elétricos, que contestou os termos da referida nota. Em sua residência, segundo nos testemunhou o distinto Senhor, não funciona café de espécie alguma, sendo um honesto domicílio onde ele vive com a sua esposa e filhas.³²⁰

As denúncias de prostituição e a retratação publicada são elucidativas do papel da imprensa na construção das representações sobre os pobres e os espaços freqüentados por eles. Em um dia, a residência do electricista Aluisio Siqueira foi

³¹⁹ A Imprensa – 02/07/1930, p. 2A.

³²⁰ A Imprensa – 04/07/1930, p. 2A.

alvejada de adjetivos depreciativos, relativos à sua conduta e moral; ele foi acusado de abrigar mulheres indecentes e indignas do convívio social. No dia seguinte, passou a ser um lar habitado por uma família pobre, chefiada por um trabalhador que exercia suas funções na empresa de serviços elétricos da Capital. Trata-se de duas condições distintas, demonstrativas do papel da imprensa na construção da imagem acerca da prática de vida dos pobres; basta ver o caráter depreciativo com que o jornalista se referiu aos pobres, com o propósito de negar as referências e os valores culturais dessa classe, e, desta, feita excluí-los, pois não possuíam condições econômicas de se incluir no *modus vivendi* definido pelas elites.³²¹

Entre os pensadores da cidade *A Imprensa* foi quem mais se colocou a serviço das elites, em defesa dos valores morais tradicionais, e construiu uma imagem negativa dos pobres e dos seus espaços de entretenimento. Isso fez com que sejam percebidos como malditos, insalubres, insanos e transgressores da ordem, razão por que os jornalistas assumiram a condição de porta-vozes das elites e passaram a exigir do Estado e da Prefeitura a extinção de tais áreas da cidade, ou o afastamento dos seus moradores para distante do centro. Nessa perspectiva, o discurso jornalístico é portador de estigma pejorativo acerca dos lugares populares e da alteridade denunciada. Mas como o caso de *A Imprensa* demonstra o que os jornais dizem sobre as classes pobres nem sempre corresponde à realidade. Neste sentido, o jornal não apenas informa, mas, sobretudo, forma opinião e molda o cidadão, segundo um modelo pré-estabelecido pelas elites dominantes. A imagem acerca das classes pobres gerada fora do seu espaço de convivência cotidiana possui o sentido de negação. Mas não se trata da negação física, corpórea, mas da negação do sujeito histórico, o que se dá quando os jornalistas propagam uma imagem das classes pobres que nem sempre corresponde a realidade delas. Mesmo as imagens sendo geradas fora dos espaços vivenciados pelas classes pobres e distantes da relação cotidiana, elas incorporam e passam a se identificar com os estigmas propalados. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, tal processo é transmitido

³²¹ Analisando a cidade de Porto Alegre, Sandra Jatahy Pesavento atenta para o papel da imprensa na construção dos estigmas acerca de alguns lugares dessa cidade; uma prática que, conforme essa historiadora, se consolida através dos termos pejorativos com que a imprensa se utiliza quando por ventura se refere aos bairros e lugares de diversão e entretenimento das classes pobres.

através da linguagem, e ocorre na cidade porque esta é um espaço social, e, como tal, possibilita uma relação de poder.³²² Devido os jornais *A Imprensa* e *A União* pertencerem às instituições ligadas às elites, não foi possível perceber esse processo na Parahyba.

Para justificar a ação dos delegados de polícia em defesa da ordem, a legislação se estabeleceu como complementar, uma vez que, ao Chefe de Polícia ou a qualquer outra autoridade jurídica, juiz de direito e juiz municipal, cabia o dever de conceder “o termo de bem viver” às prostitutas, para elas não ofenderem o decoro público ou as pessoas. A esperança era de que elas não desrespeitassem os bons costumes, a tranqüilidade pública e a paz das famílias. Segundo os delegados de polícia, as prostitutas que possuíssem tal documento eram merecedoras de permanecerem na Rua Sá Andrade, pois cumpriam com as determinações, ou seja, não saíam de casa antes do anoitecer e, mesmo à noite, quando estavam nas ruas, não permaneciam embriagadas nem pronunciavam palavrões. De certa forma “o termo de bem viver” era uma espécie de atestado que autorizava a mulher portadora a trafegar na rua, mesmo se tratando de uma prostituta, ou seja, atestava que se tratava de uma prostituta comportada, enquadrada nas determinações da sociedade, sobretudo porque sabia o seu lugar na cidade.³²³

Várias mulheres residentes nos bordéis localizados à Rua Sá Andrade foram convidadas a comparecerem à delegacia, acusadas de crime contra a moral, motivo pelo qual as prostitutas Erotides, Valentina, Ana, Lourdes e Lucimar tiveram que receber do Chefe de Polícia o “termo de bem viver”, para se diferenciarem das “arruaceiras” e, desta feita, se recolherem às suas residências, sob pena de serem condenadas à prisão. As denúncias contra os bordéis e suas mulheres se constituem numa tentativa das elites paraibana de mantê-las sob o olhar dos delegados, uma vez que a concessão do referido termo dependia do comportamento manifestado pela prostituta.

³²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro. (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUNH/HUMANITAS, vol. 19, nº 37, pp. 195-216, 1999.

³²³ Lei nº 336 – 21/10/1910 – Código Criminal do Estado da Parahyba. Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1912.

Para as elites a tão sonhada modernidade significava a manutenção da ordem, da moral pública e dos bons costumes, e o combate à prostituição, à baderna e à arruaça. Por isso, não foram apenas os bordéis da Rua Sá Andrade que estiveram no alvo da polícia, mas também A Pensão Brasil, localizada no Varadouro, especificamente no ponto central desse bairro, próximo à Praça 15 de Novembro, à Estação Ferroviária e ao Porto do Capim. Essa pensão era o ponto de encontro das classes pobres, daí ela ser constantemente um local de entretenimento, freqüentemente invadido pelos delegados de polícia e por seus guardas, com o propósito de prender homens e mulheres que se excediam na cachaça, mas também de pôr fim às festas noturnas ocorridas ao longo de toda a noite.

Há indícios que para as autoridades e os formadores de opinião, o próprio comportamento dos pobres era contagioso de forma que poderia contaminar outras classes. Neste sentido, a Pensão Brasil embora tenha se constituído em mais um espaço de lazer dos homens pobres, nela também se encontravam os intelectuais e alguns estudantes. Devido à suspeita de que hospedava prostitutas e pelo fato das maxixadas ocorridas nesse local ultrapassarem as vinte e duas horas, o seu proprietário constantemente era convidado a comparecer à delegacia e prestar os devidos esclarecimentos sobre tais fatos.³²⁴ Para o delegado, a polícia sempre agiria quando necessário, sobretudo, porque era comum se encontrarem nas dependências da pensão:

os amantes da modinha e afeitos quase sempre ao copo e cacete indisciplinado. Todas as noites ali se improvisam as maxixadas, sambas e outras diversões de igual montam que se estende a tantas horas da madrugada, incomodando a vizinhança pacata naquelas imediações e, é raro quando não acabam em sarilho grosso, onde o sangue corre, as obscenidades surgem e a polícia intervém.³²⁵

Para uma elite que se vestia à francesa e morava em residências inspiradas na arquitetura neoclássica, era inconcebível aceitar as formas dos homens e mulheres populares se divertirem; seus sons e ritmos eram abusivos aos ouvidos dos modernos cidadãos, acostumados às retretas no Jardim Público. Na Pensão

³²⁴ A União – 02/04/1913, p. 03.

³²⁵ Id. Ibid.

Brasil, o samba e o maxixe cadenciados ao som dos tambores, pandeiros e atabaques, destoavam das valsas ouvidas pelas elites. Assim, os jornalistas se referiam as tais novidades como perturbadoras, e pediam aos delegados que dessem jeito a tais afrontas. Esperavam-se providências cabíveis que impedissem, nessa pensão, a realização das festas noturnas, por não se tratar de entretenimentos sadios e indicados aos estudantes, mas verdadeiras badernas freqüentadas pelas mulheres de vida airada, a exemplo das prostitutas. O jornalista de *A Imprensa* esperava que o delegado não só coibisse as festas, como fechasse a pensão definitivamente; só assim a ordem voltaria aquela localidade.³²⁶ Por se tratar de um jornal católico, o periódico *A Imprensa* assumiu o papel de defensor da moral e dos bons costumes e passou a exigir dos delegados ações enérgicas com relação a esse espaço de diversão das classes pobres.

Embora os jornalistas desse periódico não enxergassem a Pensão Brasil como espaço digno, havia quem a defendesse. Vários intelectuais foram a favor da sua permanência, pois alguns costumavam freqüentá-la e participar das rodas de samba que lá ocorriam ou das cantorias improvisadas. Nesse ínterim, os menos exaltados concordavam com a proposta de controlar o funcionamento da pensão, de forma que não ultrapassasse a meia-noite. Mas os amantes da noite a queriam livre de qualquer intervenção policial; assim, enquanto houvesse cachaça e um casal no salão, a festa prosseguiria. Em meio ao discurso do periódico católico *A Imprensa*, denunciando a Pensão Brasil, ela continuou proporcionando alegria e entretenimento aos freqüentadores, o que é uma evidência da resistência dos homens pobres às determinações do delegado de polícia. Ainda que muito dos assíduos freqüentadores desse estabelecimento terminassem a noite num minúsculo cubículo da delegacia de polícia, ou talvez, quem sabe, fossem cantar e dançar samba e maxixe nos arrabaldes da cidade, ela permaneceu animando as noites dos que para lá acorriam. A prisão foi destino dos estivadores Manuel Prudêncio e Luiz Alves Ferreira, encarcerados quando se divertiam numa festa da Pensão Brasil. Esses populares, segundo o guarda de plantão nas imediações, estavam bêbados e não atenderam à

³²⁶ Id. Ibid.

determinação de encerrarem a roda de samba ali realizada.³²⁷ Os dois foram presos unicamente em função de estarem se divertindo num lugar considerado pelas elites como incompatível ao homem trabalhador e pai de família. Essa medida policial é uma evidencia de que “é a divisão do trabalho que fornece os princípios de ordenamento do espaço”.³²⁸ O processo produtivo exigia que, no dia seguinte, os estivadores estivessem dispostos a continuarem a executar suas atividades; para quem passava a noite nas bebedeiras e diversões ocorridas na Pensão Brasil, era impossível cumprir tal propósito.

O fato das classes pobres terem sido alocadas nas Ruas da Raposa, do Melão, num trecho da Rua da República, e terem seus espaços de lazer preteridos, não foram suficientes à manutenção da ordem pública, tão desejada pelas elites. Assim, se tornou necessário afastar os desfavorecidos para uma área distante do centro da cidade, sobretudo porque os sons advindo das rodas de samba e das maxixadas quebraram o silêncio desejado pelos cidadãos; afora isso, as tais ruas já não comportavam o contingente de mendigos que chegavam à Capital. No geral, as classes pobres não foram beneficiadas pelo processo de modernização e descumpriram as leis. As elites, por sua vez, ressuscitaram relações sociais característica do meio rural e mantiveram a cidade numa condição que lhe era favorável.³²⁹

Por esse motivo, a Parahyba se constituiu num complexo urbano e rural entrelaçado por práticas ora interceptadas compondo a cidade salubre, ora distanciadas, deixando emergir a sua face insalubre. Contra essa última feição, os técnicos desejaram, com suas ações urbanísticas, desconstruí-la, empreendendo verdadeiras batalhas e, desta feita, revelaram os pobres num cenário que as elites insistiam em tornar higiênico e civilizado.

³²⁷ A União – 04/03/1913, p. 03.

³²⁸ PERROT, Michelle. op. cit. p. 56

³²⁹ BARRETO, Maria Cristina Rocha. op. cit. 1996.

CAPÍTULO 5

O BAIRRO DE JAGUARIBE NO CONTEXTO DA CIDADE DA PARAHYBA

O bairro de Jaguaribe, um dos mais antigos, se orgulha hoje de ter sido berço das maiores e melhores manifestações culturais de rua, desportistas e de lazer...³³⁰

No processo de edificação da cidade moderna, a condição social e econômica dos moradores constituiu um item relevante na definição dos espaços no perímetro urbano, pois morar na área central significou cumprir as indicações do Código de Postura, necessárias à manutenção do aspecto citadino. É a partir desse contexto que compreendemos a relação estabelecida entre as classes pobres e a Parahyba, e a configuração do espaço que eles ocuparam, sobretudo, porque, paralelamente à implementação dos serviços urbanos, os pobres foram afastados para os arrabaldes. Embora as elites temessem-nos e desejassem-nos distantes do perímetro higiênico e salubre, não planejaram um espaço para alocá-los; no entanto, esse espaço surgiu.

O bairro, conforme enuncia Michel de Certeau, é revelador das ações que se implementam na malha urbana de uma cidade. Logo, se constitui numa parcela conhecida da cidade, com a qual, positiva ou negativamente, os indivíduos se reconhecem.³³¹ No que se refere especificamente ao bairro de Jaguaribe, foi a condição social, ou seja, o fato de ser pobre que possibilitou aos indivíduos a identificação com esse lugar, e contribuiu para a sua configuração; os serviços implementados na área central da cidade, decorrentes da modernização, não beneficiaram as classes pobres, fazendo com que de lá fossem afastadas. As elites, no entanto, estenderam a Jaguaribe algumas determinações legais que asseguraram

³³⁰ O Norte – 26/08/1995 – Caderno Cidades, p. 02.

³³¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. – Petrópolis: Vozes, p. 40, 1996.

a manutenção da ordem e do aspecto saudável e higiênico da urbe, sobretudo porque as condições de vida das classes pobres instaladas nesse bairro tornaram-no um foco de contaminação e uma ameaça à manutenção da cidade moderna. O objetivo não era melhorar a condição dos que lá residiam, mas evitar que as doenças, a prostituição e os maus hábitos e costumes se espalhassem cidade afora, contrariando o ideal de uma cidade moderna e civilizada. Na tentativa de enquadrar os moradores de Jaguaribe no modelo de cidade moderna elaborado pelas elites, estas acabaram, em nome da modernidade ressuscitando e reinventando relações sociais tradicionais que prevaleceram na Parahyba rural desde o final do Império.

5.1 O povoamento do Sítio Jaguaribe

Desde os meados do século XIX, Jaguaribe era um povoado conhecido na Cidade da Parahyba devido ao sítio e ao rio que davam nome ao lugar.³³² Do Sítio Jaguaribe eram proprietários o Senhor Feliciano José Henriques e sua esposa Dona Anna Joaquina de São José Henriques. Com a morte dessa senhora, as terras da família ficaram divididas entre o Senhor Feliciano e os seus filhos Manoel Tertuliano Tomaz Henriques, Maria da Conceição Henriques, Maria Lúcia Bandeira Henriques e Rosa Maria dos Prazeres Henriques. Jaguaribe também incluía alguns sítios menores, dos quais o do Senhor João Carneiro da Cunha, media 1500 braças de terra, e o de Jovina Simplicia das Neves, com meia légua quadrada. O Senhor Manoel dos Passos Pereira também declarou possuir dois sítios em Jaguaribe, mas não informou a extensão das suas terras. Os proeminentes proprietários das terras ainda declararam não tê-las comprado, mas que delas se apropriaram, depois enviaram pedido de posse as autoridades portuguesas, e as receberam em doação por estarem devolutas. Nas propriedades eram mantidas umas casas com morador, a roça e criação de animais. Ainda declararam possuir terras no lugar denominado

³³² A denominação Jaguaribe é de origem tupi guarani e significa Rio dos Jaguares, ou rio onde as onças bebem água. Ver PALMEIRA, Balila. op. cit. p. 13.

Jaguaribe a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba e os padres franciscanos; todas também foram doadas pelo rei de Portugal.³³³

Devido à ociosidade das terras, os proprietários, e, sobretudo a família Henrique, passou a alocar nelas os retirantes das várias secas que assolaram a Paraíba. Essa foi a razão por que Jaguaribe se tornou conhecido na Cidade da Parahyba como o local onde moravam os pobres que chegavam a essa cidade, em busca de sobrevivência. Além de alocar diretamente alguns pobres, essa família doou terrenos à Santa Casa de Misericórdia da Parahyba e aos franciscanos, como forma de colaborar com as ações sociais dessa congregação religiosa. Assim foi sendo ocupado.³³⁴ Na ocupação de Jaguaribe, a ação dos Henrique foi relevante, sobretudo quando, além das alocações e doações realizadas aos religiosos, passaram a vender parte das terras. Nos primeiros anos do século XX, o Major João Lourenço de Maria e Mello e sua esposa D. Maria Rosa de Carvalho e Mello declararam ser proprietários de terreno em Jaguaribe, adquirido mediante compra a Maria Lucia Bandeira Henriques. A área adquirida por esse casal foi dividida em lotes e aforada a trabalhadores; além disso, nela foram alocados alguns pobres que viviam sob a proteção desse senhor e sua esposa.³³⁵ O gesto desse casal levou os médicos recomendarem-no que estendessem-na aos mendigos que perambulavam pelas ruas da Capital.

Procedentes das diversas cidades do interior da Parahyba, as famílias pobres, ao chegarem à capital, procuravam em Jaguaribe um lugar para morar. Como os proprietários dos sítios e terrenos não os habitavam, alocavam essas famílias. Essa medida reproduziu na cidade a rede de proteção às classes pobres e foi eficaz, sobretudo porque se tornou indispensável à manutenção da ordem, à medida que tirava as famílias pobres da rua e impunha-lhes o controle. Os proprietários dos sítios foram incentivados pelos provedores da Santa Casa de Misericórdia, que não se

³³³ TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para a História territorial da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, vol. I 1909. A obra em apreço consta das declarações de terra cujos proprietários declararam ter se apropriado por serem devolutas e que datam de 1855 e 1856.

³³⁴ Ver declarações de terra in: TAVARES, João de Lira. op, cit. vol I.

³³⁵ Conforme Registro de Compra e Venda de Imóveis, Cartório Pedro Ulysses de Carvalho, Cidade da Parahyba, 1919.

cansavam de recomendar aos proprietários de terras a colaboração com os necessitados.³³⁶

A Santa Casa de Misericórdia desempenhou um papel fundamental na configuração do bairro de Jaguaribe. Além de aforar pequenos lotes de terras aos operários e empregados do comércio mediante o pagamento de uma pequena taxa, incentivou outros proprietários da área a garantir o acesso dos pobres às terras de Jaguaribe. Como os franciscanos desenvolviam ações de assistência no bairro atraiu as famílias sem condições de pagar o foro, sobretudo porque não podiam permanecer nas ruas, sob pena de serem recolhidas à cadeia pública ou ao asilo de mendicidade.

Na trama tecida pelos pobres em busca da sua sobrevivência, especialmente as mulheres, muitos percursos foram traçados; algumas vivenciaram a experiência de buscar, nas ruas da cidade, condições para sustentar os seus filhos. A presença dessas mulheres no cenário urbano levou os franciscanos a acolhê-las e encaminhá-las a Jaguaribe, ou, quando isso não fosse possível, a recorrerem aos proprietários de terras, pedindo-lhes que alocassem tais desvalidas. Esse gesto mantido tanto pelos religiosos quanto pelos proprietários contribuiu para o povoamento da área e a configuração do bairro de Jaguaribe. Ocorria que, nesse bairro, os religiosos dispunham de alguns lotes de terra recebidos como doação e autorizavam às mulheres pobres a construção de casebres onde pudessem ser alojados com os seus filhos, saindo, assim, das ruas e do abandono a que estavam submetidos.

Bastante ilustrativo das ações dessas mulheres foi a experiência da popular Deolinda Ferreira de Oliveira, mãe de cinco filhas menores. Natural da cidade de Espírito Santo, no interior do estado, essa senhora chegou à Cidade da Parahyba nos primeiros anos do século XX e, após bater de porta em porta à procura de meios para viver, foi proibida de habitar num casebre de taipa e palha na Rua Índio Pirajibe, onde dividia um cômodo com as filhas. Passou, então, a morar em Jaguaribe, num casebre construído num terreno de propriedade dos franciscanos. Numa das suas

³³⁶ Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba – 1913/1919.

empreitadas diárias, bateu à porta do Sr. Antonio Galdino Guedes – comerciante bem sucedido – a quem pediu misericórdia. A esposa desse comerciante não hesitou; acolheu Deolinda como lavadeira e interveio junto aos franciscanos a que acolhessem-na, juntamente com as suas filhas. O estado de pobreza e abandono da família sensibilizou os franciscanos, que beneficiaram Deolinda com um lote de terra, onde foi construído um casebre. As filhas de Deolinda, Maria Teixeira de Oliveira, com cinco anos de idade; Ana Bela Teixeira de Oliveira, oito anos; Joanita Teixeira de Oliveira, dez anos; Zulmira Teixeira de Oliveira, onze anos; e Joana Teixeira de Oliveira, treze anos. Elas foram internadas e criadas no Orfanato D. Ulrico, instituição encarregada de cuidar das meninas pobres e mantida pelas Irmãs de Santa Catarina de Sena.³³⁷

As meninas “bem comportadas” deste bairro geralmente eram “beneficiadas” pelas religiosas, que se encarregavam de protegê-las. De início, auxiliavam no exercício das atividades religiosas. Também era comum indicar elas para os serviços domésticos nas residências das famílias que colaboravam com o Orfanato.

Assim sem condições de se manter nem de reconstituir a sua família, quatro das cinco filhas de Deolinda, saíram do orfanato e passaram a morar com os familiares do Sr. Antônio Galdino Guedes; Joana, por já contar com vinte e um anos de idade, foi pela mãe entregue a esse Senhor para trabalhar como doméstica. Esse gesto da Deolinda era uma espécie de recompensa pelo que esse senhor e sua esposa outrora fizeram pelas meninas. Por outro lado, era uma tática para assegurar a sobrevivência da moça, cujas irmãs estavam morando cada qual na casa de um parente do Senhor Galdino Guedes. Joana, por ser de maior, era a única ainda sem futuro garantido, pois não havia acertado casamento com nenhum mancebo.

³³⁷ As considerações acerca do percurso da família de Dona Deolinda Ferreira de Oliveira foram formuladas com base na Ficha Individual de Acompanhamento das suas filhas, as quais foram internas no Orfanato D. Ulrico, entre elas Joana Teixeira de Oliveira. Utilizamos a ficha dessa jovem, em função da sua riqueza de detalhes sobre sua família e por ela ter ingressado no orfanato em 1922 e saído em 1932. Na ficha, no entanto, há referências a 1917, ano em que chegou à cidade da Parahyba com sua família. O orfanato D. Ulrico foi criado em 1912 e passou a funcionar em 1922. Paralelamente à sua criação, foi instaurada a Comissão de Proteção, com o intuito de angariar recursos e materiais necessários à conclusão do prédio, o que só ocorreu em 1922. Ver Atas das Sessões convocadas pelo presidente da Comissão de Proteção ao Orfanato D. Ulrico – 20/01/1913, 30/08/1913 e 31/10/1913.

Portanto, na opinião das religiosas nada mais justo que fosse servir em casa da família Guedes.

Embora fossem responsáveis pelos serviços domésticos, seja, pela manutenção da casa, ou da sua limpeza, lavagem de roupa, passar e cozinhar, geralmente moças como Joana não eram remuneradas por tais funções. Trabalhavam em troca da comida, principalmente se eram órfãs, ou se a mãe declarasse verbalmente não dispor de condições para criá-las. Deduzimos essas indicações da ficha de acompanhamento de Joana Teixeira de Oliveira. O gesto das famílias dos comerciantes de acolherem uma das internas em sua casa e inseri-las nos serviços domésticos em troca de comida era tomado como fato natural, e não como exploração, haja vista o estado no qual eram encontradas; muitas viviam esmolambadas, esfomeadas e mendigando nas ruas. Portanto, para as senhoras da sociedade, esse gesto era louvável, sobretudo porque elas estavam livrando as ruas de possíveis motins, ou a sociedade de futuras prostitutas. Afora isso, havia o fato dos maridos das mulheres de elite contribuírem com o Orfanato, fazendo regularmente doações em espécie e em materiais necessários à manutenção dessa instituição, principalmente alimentos. Por outro lado, os gestos das senhoras e dos seus maridos reproduziram, na cidade moderna e urbana, a rede de proteção às classes pobres, um tipo de relacionamento social característico da sociedade rural. Isso demonstra a natureza da modernidade que se instalou na Parahyba, a qual nem sempre significou romper com os hábitos do campo, pois as elites, mesmo modernas, mantiveram-nos.

O caso de Deolinda e suas filhas não foi o único entre as mulheres pobres que chegaram à Parahyba; outras famílias foram socorridas pelos Franciscanos, alocadas no bairro de Jaguaribe, e suas filhas tiveram destino idêntico. Vejamos então, o percurso de Maria José de Souza, cuja família era procedente de Itambé-PE. Tendo chegado à cidade da Parahyba em meados de 1910, os pais dessa pequena ocuparam um lote de terra no Sítio Jaguaribe, onde construíram uma casa de taipa para morar, mas com poucas condições para se manterem. Quando Maria José tinha nove anos, seus pais que haviam procurado os franciscanos e relatado as dificuldades da família foram recomendados por esses religiosos a matriculá-la no

Orfanato D. Ulrico. Lá a menor permaneceu até aos dezesseis anos, e, quando saiu, foi ser copeira na casa do Dr. Bezerra, um dos colaboradores das obras assistenciais dos franciscanos e das Irmãs de Santa Catarina de Sena. Na compreensão dos colaboradores do D. Ulrico, os pais da menina não poderiam se opor a essa destinação, essa atitude se constituía num meio de assegurar-lhe a sobrevivência e da família livrar-se do ônus de criá-la, sobretudo porque dispunha de mais quatro filhas, conforme indicações da ficha de matrícula e de acompanhamento naquela instituição. Por outro lado, foi uma forma de os pais de Maria José de Souza recompensarem o Dr. Bezerra pelo “gesto de bondade e caridade”, que, anos atrás, esse cidadão demonstrara, intervindo, junto aos franciscanos e às irmãs de Santa Catarina de Sena, para que uma das moças daquela família fosse acolhida nesse orfanato.³³⁸

Maria do Carmo Torres assumiu função diferente das demais meninas que deixaram o Orfanato e foram trabalhar em casa de família. Suas habilidades domésticas, sua capacidade de organização e de comando, lhes renderam o cargo de governanta na residência do Sr. Heronides Cunha, rico comerciante da cidade. Como não possuía família e não tinha para onde seguir após os vinte e um anos, ela deveria permanecer na instituição, auxiliando as religiosas no que fosse necessário, ou seguir para o Bom Pastor. Graças às suas referidas habilidades, antes mesmo do encerramento do prazo de permanência no Orfanato, famílias haviam se candidatado a acolhê-la, porque as religiosas não se cansavam de elogiá-las nas boas maneiras e na determinação para a organização e o trabalho. Não demorou e a jovem passou a assumir a administração da residência da família Cunha.³³⁹ Mas nem todas as moças pobres acolhidas no orfanato tiveram destino semelhante aos de Joana Teixeira de Oliveira, Maria José de Souza e Maria do Carmo Torres. Em 1917, Maria das Neves de Andrade deixou a cidade de Guarabira e, com a família, migrou para a Capital do estado, tendo se instalado em Jaguaribe. Isso só foi possível graças à ação dos franciscanos, que alocaram os pais dessa jovem num terreno, possibilitando-lhes

³³⁸ Ficha de Acompanhamento de Maria José de Souza – Orfanato D. Ulrico – 1922.

³³⁹ Ficha de Acompanhamento de Maria do Carmo Torres – Orfanato D. Ulrico – 1932.

construir um casebre.³⁴⁰ Na época, Maria das Neves de Andrade estava com doze anos; ela permaneceu no D. Ulrico até os vinte e dois anos. Desse total de tempo, durante um ano serviu como auxiliar das irmãs de Santa Catarina de Sena, no próprio Orfanato. Como não demonstrou vocação para a vida religiosa, deixou definitivamente aquela instituição em 1932. Aos vinte e dois anos de idade, foi morar com os pais, João Mathias de Andrade e Maria F. de Andrade. Depois de dez anos de internato, lhe renderam o ofício de costureira, função exercida durante um ano, na própria instituição, e que lhe assegurou um emprego remunerado num atelier da Rua da República. O destino dessa menor foi uma exceção entre as ex-internas, visto que, geralmente, elas eram acolhidas nas residências familiares como domésticas, mas não eram remuneradas por seus serviços.

As fichas de acompanhamento das internas do Orfanato D. Ulrico, à medida que deu visibilidade à alocação dos pobres nos arredores da cidade e ao processo de povoamento do Sítio Jaguaribe, desvendou parte da relação entre as famílias pobres e ricas, marcada principalmente pela reprodução da rede de proteção dos ricos junto aos pobres. Esse aspecto é revelador do caráter conservador da sociedade paraibana, uma vez que as ações sociais junto às mulheres pobres se fizeram na perspectiva de negá-las e impor-lhes o modelo de mulher necessário à manutenção da ordem.

Além do Orfanato D. Ulrico, o Instituto São José foi eficaz na reprodução da rede de proteção aos pobres. Embora essa instituição não tenha distribuído lotes de terras com as classes pobres, também contribuiu com o processo de povoamento do Sítio Jaguaribe, visto que o seu dirigente, o padre José Coutinho recomendou os proprietários de terras que ajudassem as famílias pobres³⁴¹. O intuito era livrar as moças pobres da possibilidade de se prostituírem, dada à convivência próxima com às mulheres públicas, muitas das quais com elas solidárias, dando-lhes de comer,

³⁴⁰ Ficha Individual de Maria das Neves de Andrade – Orfanato D. Ulrico – 1922.

³⁴¹ O Instituto São José (ISJ) foi fundado pelo padre José Coutinho, em março de 1932, com o propósito de ajudar os pobres desvalidos e desamparados que perambulavam pelas ruas da Capital do estado. Dos trabalhos desenvolvidos por essa instituição fazia parte a formação das mulheres pobres e a assistência aos doentes, razão porque paralelo fundou também a Casa dos pobres. Ver NOBREGA, Humberto. **Meu depoimento sobre o padre Zé**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, p. 25, 1997.

gesto que o padre enxergava com receio, pois dessa relação poderia advir a mudança de tais meninas das famílias pobres para as casas das prostitutas. Para o padre José Coutinho as meninas deveriam adquirir o mínimo de informação pertinente aos afazeres domésticos e se empregarem nas residências das famílias decentes. Semelhante ao Orfanato D. Ulrico no Instituto São José, o trabalho doméstico também foi utilizado como medida disciplinarizante para tornar as menores úteis à sociedade e de afastá-las da prostituição. Por isso, esse religioso recorreu às senhoras da sociedade, esposas dos comerciantes, políticos e dos profissionais liberais, para que colaborassem nessa empreitada. As jovens do D. Ulrico, embora possuísem tais qualidades, só poderiam servir a tais senhoras depois de deixarem o internato, o que levava, no mínimo, seis anos. Diante disso, o Instituto São José passou a oferecer às moças pobres os cursos de arte culinária, corte e costura, bordado e confecção de flores de plástico. O propósito era prepará-las para a condição de domésticas, para o emprego nas residências das senhoras da alta sociedade, ou para se tornarem esposas prendadas. A existência de tais cursos também se constituía numa oportunidade de as meninas ganharem algum provento e, desta feita auxiliarem suas mães na manutenção dos irmãos menores. As senhoras da elite não romperam com a perspectiva de formação doméstica para a mulher, o que é mais um emblema característico da natureza da modernidade instalada na Parahyba, uma modernidade que nem sempre rompeu com os hábitos e costumes tradicionais, e que, quando necessário incorporou-os e ainda os incorpora à realidade. Isso acabou contribuindo para à manutenção da divisão de papéis sociais até então vigente.

A formação doméstica não prescindiu do caráter religioso e disciplinarizante. As senhoras da sociedade, responsáveis por tal projeto, desejavam que as meninas incorporassem os conhecimentos que elas julgavam condizentes a uma mulher honesta e mantenedora do lar. Por isso, o catecismo compunha o currículo do curso, pois segundo a compreensão recorrente, à esposa cabia o papel de repassar aos filhos os valores da moral e dos bons costumes. Dessa preocupação se depreende o quanto as elites paraibanas procuraram conciliar modernidade e catolicismo, reproduzindo assim a antiga estratégia burguesa de manter liberalismo e

conservadorismo em nome da ordem social. Os ensinamentos religiosos foram inseridos como medida capaz de acomodar as menores à sua condição de pobreza. Embora pobres eram “dignas” e “honestas”, e resignadas a sua situação econômica e social.

Embora a formação oferecida pelo Instituto São José fosse concedida em regime aberto, já que as moças pobres iam a essa instituição apenas assistir às aulas, ela possuía caráter pedagógico semelhante ao oferecido pelo Orfanato D. Ulrico, principalmente porque mantinha o trabalho como princípio básico e capaz de proporcionar às classes pobres os elementos necessários a uma vida saudável; ou seja, concebia o trabalho como regenerador de personalidade, e a ociosidade algo intolerante. Portanto, deveria ser combatido, haja vista contrariar a proposta de civilidade tão idealizada pelos novos cidadãos. Desta feita, tanto o D. Ulrico, quanto o Instituto São José não perceberam as condições de ociosidade das mulheres pobres uma decorrência da sociedade de classe, mas uma opção delas. Por isso, inculcavam-lhes o trabalho como valor e princípio a ser resguardado. Assim, reproduziam nelas o papel que as elites julgavam fosse pertinente. A esse respeito, observou-se o seguinte comentário jornalístico sobre essas moças:

Tratam-se de matutas que toda semana chegam do interior, procedentes de várias cidades. São de bons costumes, mas sem nenhuma noção de copa, e as mais das vezes completamente alheias aos misteres da cozinha etc... Estas vivem se oferecendo de porta em porta ou por intermédio de outras suas velhas conhecidas aqui residentes... As patroas não as querem por ser inexperientes, nem elas se dispunham ensinar.³⁴²

Mesmo não tendo nenhuma experiência de trabalho doméstico, as meninas recém-chegadas ao bairro eram indicadas pelas primas e tias às senhoras da sociedade, como dispostas ao trabalho. O propósito era conseguir-lhes um meio de sobrevivência, sobretudo porque a condição de pobreza dos parentes que recebiam essas meninas em casa não permitia mantê-las como agregadas. Esse procedimento é revelador da rede existente entre Jaguaribe, o interior do estado e o centro da cidade, uma vez que os pobres que chegavam à Capital acorriam para o bairro que fornecia a mão-de-obra demandada pelos serviços existentes na área do centro. Por

³⁴² A União – 12/02/1920, p. 03.

outro lado, isso se constituía num problema para as senhoras que acolhiam as moças, em função delas não possuírem o conhecimento mínimo a respeito da administração de um lar. Pelo que depreendemos da nota, as senhoras da sociedade não queriam pagar o ônus de manter em casa uma pessoa inútil, ou seja, que não tivesse o mínimo de informação acerca das prendas domésticas. Pensando numa solução para essa problemática e na perspectiva de se beneficiarem, as senhoras colaboradoras não hesitaram em subsidiar e manter os cursos de formação para o lar.

Apesar do esforço empreendido, a convivência dessas senhoras com o padre José Coutinho nem sempre foi amistosa. Os conflitos se iniciaram quando esse religioso implantou o curso de alfabetização para meninas pobres. Com essa iniciativa, as candidatas às aulas de serviço doméstico passaram a dispor de mais uma opção. Por isso, se interessaram pela alfabetização, e logo estavam elas soletrando as primeiras letras. A possibilidade de aprender a ler e escrever se constituiu numa oportunidade de poder pensar outra condição que não fosse apenas a de doméstica, reforçadas nas ações do ISJ e do Orfanato D. Ulrico. Logo, o destino das jovens, antes aparentemente traçado pelas colaboradoras, fugiu ao controle dessas mulheres, sobretudo, quando passaram a escolher o curso que fariam.

O Instituto São José, outrora visto pelas senhoras como benéfico à sociedade, passou a incomodar, pois eram as tais senhoras que financiavam as ações dessa instituição, se considerando por isto no direito de conduzir o destino das alunas onde julgassem conveniente. As senhoras esperavam, que o destino final das moças, após concluírem os cursos oferecidos, fosse as cozinhas das famílias de algum médico, político, advogado, engenheiro, farmacêutico ou professor, visto que, além das esposas desses profissionais, eles, nas suas áreas de atuação, também costumavam colaborar com as ações filantrópicas do Instituto São José. Porém, o futuro das meninas nem sempre foi tal qual as senhoras planejaram, algumas fugiram àquilo que aparentemente parecia estar determinado.

A oportunidade de aprender a ler e escrever se apresentou como uma possibilidade delas adquirirem condições diferentes de suas mães. Após a conclusão do curso de formação doméstica, poucas jovens se interessaram pelos afazeres em

casa de alguma família ilustre; muitas preferiram as aulas de alfabetização, principalmente aquelas cujas mães trabalhavam em casa de alguma família como cozinheira ou arrumadeira para manter os filhos. As senhoras da alta sociedade alegavam desde muito tempo faltar empregada doméstica na cidade, e que o responsável por essa situação era o padre José Coutinho, devido às tais aulas de alfabetização ministradas no Instituto São José. O curso de alfabetização passou a ser utilizado pelas moças como um meio capaz de lhes possibilitar outra condição de trabalho, correspondente à perspectiva de ingressar no mercado de trabalho formal ou trabalhar numa fábrica, casar e constituir família. Talvez fosse esse o objetivo das moças residentes em Jaguaribe que freqüentaram as aulas noturnas do Instituto São José.

A postura das colaboradoras do Instituto São José, em relação às ações mantidas pelo padre José Coutinho, é uma evidência de que elas não quebraram o processo de reprodução do servilismo. Esse instituto foi necessário quando manteve as moças pobres dependentes das famílias ricas e por elas protegidas. A partir do momento que elas passaram a ser escolarizadas, o instituto passou a ser mal visto; eis uma prova de que as elites não vislumbravam o rompimento das relações de dependência e proteção, sobretudo porque eram elas que asseguravam a manutenção da ordem social.

Não tardou para que a questão passasse a ser assunto nas reuniões sociais de fins de tarde, quando as colaboradoras costumavam programar as atividades a serem desenvolvidas no São José e nas demais instituições de caridade. A respeito desse assunto, as beneméritas senhoras da sociedade também discutiram questões relativas ao apoio às senhoras colaboradoras desse instituto; elas concordavam que a falta de empregadas domésticas era decorrente das aulas noturnas oferecidas ao público feminino. Por isso, não poupavam críticas ao padre José Coutinho, sobretudo a sua proposta de alfabetizar as meninas pobres. Para essas senhoras, a esse tipo de gente bastava repassar as informações básicas pertinentes aos cuidados domésticos. Num tom irônico e de desabafo, queixavam-se. As meninas pobres não queriam mais trabalhar em casas de família. Desejavam estudar, adquirir profissão e ingressar no mercado de trabalho reconhecido

formalmente. Numa das cartas publicadas nos jornais *A União* e *A Imprensa*, uma das senhoras afirmava:

o padre José Coutinho com suas aulas está acabando com as empregadas domésticas. É porque não é ele que vai para a cozinha. É por isso que elas andam tão mal criadas. O pior é não ter nenhuma. Por isso, só queria que o Instituto São José me arrumasse uma, porque lavar fundo de panela todo dia, sujando as unhas e fazendo calos, é horrível.³⁴³ (grifo nosso)

A autora da nota não consegue enxergar os benefícios que a alfabetização das moças pobres traria para as senhoras da sociedade, uma vez que qualificava as domésticas. Outra face da mesma questão diz respeito ao fato da intenção do padre quando implantou a alfabetização, não ter sido dar formação às jovens na perspectiva de tirá-las da vida doméstica. Se essa idéia se concretizou entre elas, afirmou o religioso, tudo partiu das mães, que preferiam enfrentar tal serviço a verem suas filhas o executarem, pois alimentavam junto às jovens a esperança de que viessem auxiliar na manutenção da família, sobretudo na criação dos irmãos menores.³⁴⁴ O comportamento das senhoras da sociedade contrárias às aulas de alfabetização para as meninas pobres é uma evidência de que a ousadia de sonhar em quebrar o paternalismo/assistencialismo até então característico da relação mantida com as elites se constituiu uma aspiração intolerável para as elites equivalente à rebeldia e a insolência. Conforme depoimento do padre José Coutinho, essas moças desejaram destino diferente daqueles previamente determinados pelas suas mães. Depreendemos, das notas escritas por esse religioso, evidências do desejo das mães pobres de que suas filhas ascendessem socialmente. As mães se submetiam à sobrecarga de trabalho nas residências de família para assegurar que suas pequenas aprendessem a ler e escrever e, viessem a ser operárias. Também depreendemos que, na compreensão dessas mães, a condição de operária é bem mais qualificada quando comparada à de doméstica.

Esse tipo de percepção decorria principalmente do fato do trabalho doméstico não ser remunerado, uma vez que a serviçal agregada a uma família rica vivia presa em troca da proteção e da comida. A opção de ingressarem numa fábrica,

³⁴³ A Imprensa – 21/05/1930, p. 04.

³⁴⁴ Id. Ibid.

perceberem um salário surgira como um elemento descontinuador da trama até então vista como natural, razão pela qual fora rechaçada pelas senhoras da sociedade. Apesar da atitude das moças pobres apontar para a quebra de um processo desde outrora naturalizado, as ações sociais em favor das classes pobres manteve o caráter assistencialista/paternalista, ao invés de reconhecerem a cidadania desse segmento. Isso se reproduziu nas práticas do prefeito e do governador.

Além da ação dos Franciscanos e do Instituto São José, outro meio que contribuiu para o povoamento do Sítio Jaguaribe foi o aforamento de terra, feito junto à Santa Casa de Misericórdia, ou diretamente aos proprietários de terras. Embora houvesse o pagamento do foro, esse tipo de relação não garantia ao morador a propriedade do imóvel; apenas assegurava-lhe o direito de poder construir uma casa de porta e janela e nela residir; permanecendo o terreno sob a custódia do proprietário. No entanto, era essa a condição de pertencimento dos pobres à cidade, o que não impedia que houvesse estranhamento, sobretudo porque em Jaguaribe não fora implementado os serviços urbanos capazes de inseri-los ao processo de urbanização da cidade. Morar nesse arrabalde de certa forma era manter-se excluído dos benefícios da modernização. Na perspectiva de colaborar com o afastamento dos pobres do centro da cidade, os proprietários de terras em Jaguaribe, ao invés de as alocarem, passaram a doá-las à Santa Casa. Essa atitude contribuiu para o processo de fixação das famílias que não se instalaram nas Ruas da Raposa e do Melão e teve como objetivo assegurar a manutenção da ordem pública, haja vista o fato dos pobres não terem ficado à mercê da própria sorte, perambulando pelas ruas da Capital promovendo “baderna e arruaça”, conforme diziam os delegados de polícia. Se isso assegurou às classes pobres a oportunidade de sobrevivência e um lugar para morar, também se constituiu num meio de mantê-las isoladas e controladas.

5.2 O bairro de Jaguaribe

A paisagem formada pelos sítios de Jaguaribe rápido se transformou, no seu entorno surgiram as casinhas de porta e janela, ampliando-se, assim, o contingente de moradores. Eram casas simples. Embora algumas fossem cobertas de telha³⁴⁵, a maioria era de taipa e palha, e eram iluminadas a querosene. As casas eram construídas fora do alinhamento, o que garantia à paisagem o aspecto disforme e desalinhado. Elas mantinham-se recuadas em relação ao portão de entrada e a área tinha a feição dos sítios de outrora. No geral, conservavam-se as árvores, sobretudo as fruteiras, a exemplo da mangueira e do cajueiro, e mantinha-se um certo distanciamento de uma casa em relação à outra. Nesse tipo de casa, residiam os operários, os alfaiates, as costureiras, os sapateiros e as domésticas uma gente simples que trabalhava no comércio ou na indústria. Com a ajuda de alguns religiosos católicos, essas residências foram construídas; seus moradores pagavam o foro do terreno à Santa Casa de Misericórdia da Parahyba. Por volta da década de 1920, essa prática tornou-se mais efetiva, pois, em 1923, foi criado o Curato de Nossa Senhora do Rosário, o qual, sob a coordenação dos padres Franciscanos, passou a coordenar a alocação dos terrenos e a receber o pagamento dos moradores que pudessem arcar com o foro devido. A partir de então, a construção de casas de taipa e palha se tornou freqüente, visto que era comum a família pobre recorrer ao pároco a procura de um “pedaço de chão para morar”.³⁴⁶

Logo algumas ruas foram abertas. Esse serviço se constituiu numa ação dos proprietários de sítios e dos moradores e não do Estado ou do município. Em lugar dos estreitos caminhos de barro, por onde se trafegava em meio à lama e a poeira, surgiram as ruas tortas, desalinhadas e sem nenhuma condição condizente com a salubridade propagada pelos médicos sanitaristas. Nessa perspectiva, é pertinente a iniciativa do major João Lourenço de Maria e Mello e de sua esposa D. Maria Rosa de Carvalho e Mello, que, se declarando proprietários de terrenos situados à Rua da Palmeira, no lugar denominado Jaguaribe, os quais estavam

³⁴⁵ Registro de Imóvel – Escritura de Compra e Venda, Cartório Pedro Ulysses – Cidade da Parahyba, 1908.

³⁴⁶ Livro de Faculdades da Arquidiocese da Parahyba, p. 149, 1923.

aforando terras junto com tudo que nelas existiam, abriram várias ruas nos terrenos que possuíam nesse bairro, dentre elas a Rua Vera Cruz, (atual Aderbal Pirajibe), com dezenove casas de sua propriedade, além de lotes, Rua da Concórdia, (atual Senador João Lira), com três casas e outras de diversos rendeiros, a Rua do Meio, (atual Maximiano Machado), com diversas casas de foreiros, a Rua da Glória (atual Minas Gerais) e a Rua da Alegria (atual Almeida Barreto), com diversas casas de foreiro, e a Rua da Palmeira (atual Rodrigues de Aquino), com dois chalés, onde passaram a residir.³⁴⁷ (Veja mapa na página 230)

A distância deixou de ser um problema entre esse bairro e o centro da cidade. A abertura das ruas encurtou não só o percurso, como também possibilitou que os boêmios, amantes das noites, fossem ali se divertir. Esse hábito se intensificou em meados da década de 1930, quando um vagão do bonde elétrico foi destinado ao bairro de Jaguaribe.³⁴⁸ Mesmo desprovidas dos serviços urbanos, tais ruas se constituíram nos principais focos de povoamento, visto que nelas passou a se concentrar maior número de moradores; o restante da área mantinha-se pouco habitada.³⁴⁹

Numa paisagem muito mais rural do que urbana uma das mais importantes melhorias implementada foi o chafariz, erguido em 1913, para atender às necessidades dos moradores da Rua da Palmeira que, desde outrora, percorriam longo caminho até às margens do Rio Jaguaribe. Juntos, aos demais moradores tomavam banho, lavavam roupa e retiravam água para o consumo próprio e o cozimento dos alimentos. Era esse rio que fornecia água para a cidade.³⁵⁰ Mas, mesmo com a instalação do chafariz, os moradores continuaram se abastecendo diretamente no rio, e outros nas cacimbas. Poucos deles retiravam água no chafariz público, em função desse serviço se localizar próximo à Rua da Palmeira e distante das demais artérias e sítios, beneficiando apenas a quem residia no entorno desta

³⁴⁷ Ver Registro de Compra e Venda de Imóveis, Cartório Pedro Ulysses de Carvalho, Cidade da Parahyba, 1919.

³⁴⁸ RODRIGUEZ, Janete Lins. op. cit. pp. 51/55.

³⁴⁹ Registro de Imóvel – Escritura de Compra e Venda, Cartório Pedro Ulysses – Cidade da Parahyba, 1908/1910/1919.

³⁵⁰ **Relatório de Atividades da Directoria de Obras Públicas – 1916/1917 – AHPB – Caixa 11 e Almanaque do Estado da Parahyba.** Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1914, p. 175.

rua.³⁵¹ Afora o chafariz, a Rua da Palmeira e as demais artérias não dispunham de calçamento nem iluminação elétrica. Por ligar Jaguaribe ao centro da cidade, em meados da década de 1930 a Rua da Palmeira recebeu os primeiros postes e bicos de luz elétrica; nela também foram instalados os trilhos pelos quais passou a trafegar o bonde de terceira classe. No entanto, as casas permaneceram iluminadas a querosene, pois os operários ali residentes não puderam arcar com as despesas de instalação e consumo de serviço elétrico.

Dois anos após a instalação do chafariz, Jaguaribe passou a dispor de outros benefícios, e, em 1915, foi criada, nesse bairro, a 12ª cadeira mista de ensino primário, a qual só veio funcionar em 1918, na Rua da Alegria, quando ocorreu a fundação da Escola de Primeiras Letras. Após a edificação do prédio dessa instituição de ensino, foi criada a Escola Noturna Feminina, a qual passou a se chamar Escola Noturna Ignácio Leopoldo. Tais instituições de ensino surgiram mediante iniciativa dos religiosos católicos, em especial dos Franciscanos, e se destinavam à formação das crianças pobres, tendo sido posteriormente incorporadas pelo governador do Estado.³⁵² Nestas escolas, o ensino se diferenciava das outras instituições destinadas as classes pobres, a exemplo do Orfanato D. Ulrico e do Instituto São José, sobretudo, porque não mantinham o trabalho como princípio educativo e não funcionavam em regime de internato. Tratava-se, portanto, de escolas de alfabetização.

Foi o bonde, instalado em 1932, o elemento que mais alterou o cotidiano dos moradores de Jaguaribe. A partir de então, os trabalhadores, que antes se deslocavam a pé até o centro da cidade, tiveram acesso ao vagão de terceira classe. O tempo entre suas casas e seus locais de trabalho, na Cidade Baixa, foi reduzido, o que lhes garantiu cumprir os horários nos dias úteis. Assim, o bonde só circulava no início da manhã, quando os trabalhadores necessitavam chegar aos seus locais de trabalho, e nos finais da tarde, quando então retornavam às suas casas.³⁵³ A criação

³⁵¹ Id. Ibid.

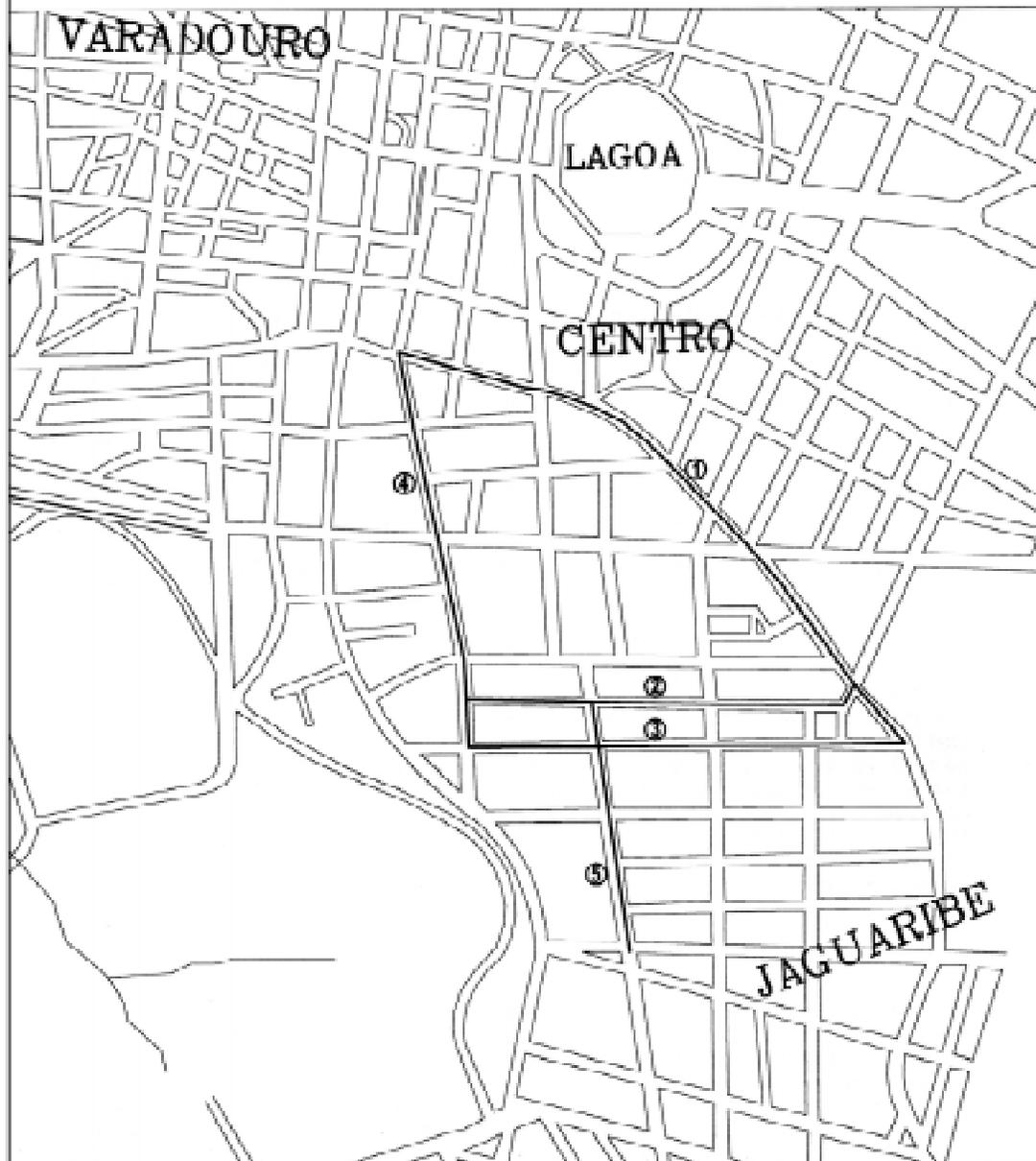
³⁵² Decreto Lei nº 886, de 21 de Janeiro de 1918, assinado pelo governador do Estado da Parahyba, Dr. Francisco Camilo de Holanda.

³⁵³ Informação conforme entrevista concedida pelo Padre Everaldo, de 86 anos, residente em Jaguaribe.

desse vagão se constituiu apenas num meio de manter a ordem social, a separação entre pobres e ricos, e de servir ao capital; esse transporte não proporcionava bem-estar aos trabalhadores, o que legitimou seu caráter excludente e disciplinador, principais características desse tipo de modernização. Mesmo assim, parte da classe pobre passou a se beneficiar do serviço de transporte elétrico, mas isso não significou inclusão no processo de modernização, uma vez que o bonde de terceira classe ficou restrito ao horário de funcionamento do comércio e das poucas indústrias existentes na cidade.

Enquanto a Rua da Palmeira era habitada pelos sapateiros, pelas costureiras, pelos alfaiates, motoristas e marceneiros, trabalhadores com renda fixa, visto exercerem funções nas fábricas, oficinas, marcenarias e alfaiatarias localizadas no centro da cidade, as demais ruas constituíram espaços de residências dos estivadores, cabeceiros, arrumadores e das famílias de retirantes que chegavam à Capital, em busca de sobrevivência. Essa divisão se fez em função dos moradores da Palmeira poderem erguer sua casa ou pagar o foro devido; já os das outras ruas não podiam fazer o mesmo, pois se tratava de biscateiros sem renda fixa, que sobreviviam da misericórdia dos franciscanos e dos irmãos da Santa Casa. Alguns biscateiros conseguiam viver dos serviços demandados pelas lojas, pelos armazéns, pelo porto e pelos depósitos de mercadorias localizados no Varadouro; as mulheres e as filhas eram acolhidas nas residências dos comerciantes, médicos, advogados e professores.

CIDADE DA PARAYBA - 1908/1919
PRIMEIRAS RUAS ABERTAS NO BAIRRO DE JAGUARIBE



LEGENDA

- ① RUA DA ALEGRIA (ATUAL ALMEIDA BARRETO)
- ② RUA DA CONCÓRDIA (ATUAL SENADOR JOÃO LIRA)
- ③ RUA DA PALMEIRA (ATUAL RODRIGUES DE AQUINO)
- ④ RUA DO MEIO (ATUAL MAXIMIANO MACHADO)
- ⑤ RUA VERA CRUZ (ATUAL ADERBAL PIRAJIBE)

FUNTE:

CENTRO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO
 BANCO DE DADOS
 JOÃO PESSOA PARAYBA

REPERIÇÃO DA HISTÓRIA - JOSÉ LUIZ
 TABELAS - ALMANAQUE DA PARAYBA

JOSÉ REMÍTO
 ALEXANDRE MACHO

NG



ESCALA GRÁFICA

100 0 200 m

Fig. 07 - Mapa das primeiras ruas abertas no bairro de Jaguaribe

A ocupação de Jaguaribe se adensava e uma clientela consumidora foi se constituindo, daí porque para lá também acorreram os bodegueiros e as prostitutas, homens e mulheres impedidos de permanecerem no centro da cidade.³⁵⁴ Sob os olhares dos delegados, as prostitutas e as casas noturnas que se deslocaram para o bairro mudaram o cotidiano dos moradores, proporcionaram aos trabalhadores espaços de divertimento e de encontro entre os amigos. Conforme depreendemos dos relatórios de polícia, era nas “toscas” ou “biroscas” que os estivadores, cabeceiros e arrumadores costumavam se encontrar para jogar carteadado, tomar cachaça e participar de maxixadas.³⁵⁵ Não demorou e o policiamento foi estendido aos bordéis desse arrabalde. O tipo de evento por ele promovido passou a ser visto como contravenção, sobretudo porque afastava os homens da conduta julgada como digna, pelos delegados de polícia, a um pai de família. Um exemplo elucidativo explícito na nota do articulista de *A Imprensa* aponta a Rua 1º de maio, sobretudo a casa de número 598, como um lugar impróprio para estar próximo às famílias de trabalhadores que ali residiam, onde segundo o autor:

funciona um forró nas quartas, sábados e domingos; sendo que, nos sábados, a dança vai até o dia amanhecer, com gritaria ensurdecadora que não permite os vizinhos dormirem {...} O pior, porém; não é isto, juntam-se as desrespeitosas mulheres de má vida do Roger, Cruz do Peixe até de Cruz das Armas que amanhecem quase nuas afrontando a boa moral das famílias e, durante a noite, além de outras práticas pouco recomendáveis moralmente falando, sem reservas, dizem palavras obscenas de baixo calão. O comparecimento de gente é grande, com entrada de 200 réis. A renda do portão, chega a oitenta mil-réis e o dono da saloia amanhece rindo de contente.³⁵⁶

Mesmo afastadas do espaço de convívio das elites, as festas ocorridas em Jaguaribe não passaram despercebidas do olhar disciplinador dos delegados de

³⁵⁴ Bodegueiro, proprietário de um dos pequenos estabelecimentos comerciais, comuns aos bairros populares e que são denominados bodegas. Nessa casa comercial, se negocia, em pequenas quantidades, gêneros alimentícios de primeira necessidade, a exemplo de feijão, farinha de mandioca e de milho, café, açúcar, carne seca, além de querosene para abastecer os candeeiros utilizados para iluminar o interior das casas. Ver Registro de Imóvel – Escritura de Compra e Venda, Cartório Pedro Ulysses – Cidade da Parahyba, 1919 e CHAGAS, Waldeci Ferreira. “Aspectos históricos do bairro de Jaguaribe”. IN: MENESES, Joedna Reis & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Orgs.) **Anais do IX Encontro Estadual de Professores de História**. João Pessoa: Sal da Terra, p.263, 2000.

³⁵⁵ Relatório do 1º Distrito Policial apresentado ao Chefe de Polícia do Estado da Parahyba, em 07 de julho de 1922.

³⁵⁶ *A Imprensa* – 19/04/1911, p. 02.

polícia e foram proibidas, principalmente porque esse bairro passou a ser local de convergência das classes pobres, originárias dos arrabaldes circunvizinhos, em busca de entretenimento. No geral, as elites mantinham a compreensão da ociosidade entre os pobres como algo perigoso à manutenção da ordem, bem como aos exercícios condizentes com a degeneração dos bons costumes e impróprios aos pais de família.

Sem conhecer as mulheres que participavam de tais festas, o anônimo articulista classifica-as de desavergonhadas apenas porque costumavam se divertir no local denunciado. Tal afirmativa em parte é representativa da condição da mulher popular no contexto da proposta de civilização e modernização da urbe, e da imagem construída pelas elites acerca das classes pobres e dos seus locais de morar e de se divertir; essa realidade é marcada pela exclusão e afirmação de estereótipos negativos e depreciativos, e se contrapunha aos bordéis e salões de luxo da Maciel Pinheiro, vistos como locais de diversão e lazer. De acordo com o chefe de polícia do Estado, “a Parahyba devia dispor, como nos grandes centros urbanos do país, de uma zona para habitação de mulheres de vida airada; só assim seriam mais fiscalizadas e a moral pública permaneceria a salvo de imprevistos atentados”.³⁵⁷ Para essa autoridade, a regulamentação e o isolamento do meretrício eram necessidades inadiáveis. Na tentativa de convencer o governador do Estado a tomar uma providência cabível, nesse sentido, essa autoridade recomendou que, para a sociedade suportar as prostitutas, era necessário que fosse definido na cidade um local onde elas pudessem se instalar; a perspectiva era afastá-las dos olhares das famílias decentes, onde deveria prevalecer o modelo ideal de mulher, ou seja, o de mãe afável. Nesta proposta de concentrar todas as casas num determinado ponto da cidade, a intenção era facilitar o controle sobre Jaguaribe, considerado um local adequado porque, de acordo com o chefe de polícia,

depois da abertura de diversas avenidas, tornou-se o ponto da cidade mais procurado pelas classes pobres; ali sentem-se bem os ‘dons juans’ de fancaria, que, a troco de causas insignificantes, saciam os seus baixos

³⁵⁷ Relatório da Delegacia de Polícia na Parahyba – 01/07/1918.

instintos, iludindo com falácias e promessas de felicidade mocinhas incautas. Por este modo vai a prostituição se alastrando.³⁵⁸

Nesse arrabalde, os proprietários dos estabelecimentos de diversão costumavam desrespeitar a lei municipal que estabelecia as vinte e uma horas como limite máximo de horário para as casas noturnas funcionarem. Por isso, constantemente eram alvos de denúncia dos vizinhos, moradores do bairro, a solicitarem à polícia providências contra os “baderneiros” e “arruaceiros” que cotidianamente quebravam a tranqüilidade das ruas, principalmente nos dias de festa. A partir de então, passou a ser comum a prisão de homens e mulheres que fossem pegos trafegando pelas ruas além da hora determinada, ou bebendo nos botequins, nas toscas e tavernas.³⁵⁹ A prisão dos desobedientes às determinações dos delegados é elucidativa do fato de os moradores de Jaguaribe terem tecido tramas que se diferenciaram do modo de vida idealizado pelos médicos, delegados e engenheiros. Eis a razão por que não foram poucos os pedidos à polícia para dar cabo dos que quebravam a ordem.³⁶⁰

As notícias propaladas sobre a vida noturna desse bairro possibilitaram inferir sobre as classes pobres, sua relação com a cidade moderna civilizada, e perceber que a cidade não é apenas um amontoado de residências, mas um complexo humano construído a partir das relações estabelecidas entre os diversos agentes sociais. Nesse caso, ela também é produto do olhar das instituições públicas, a exemplo da polícia, que costumava instituir modelos de comportamentos públicos considerados como ideais. Logo, eram os que deveriam perdurar, mas isto nem sempre foi possível.

Se a cidade é produto das relações humanas, a Parahyba também se configurou para além das regras e normas estabelecidas. Mesmo que os chefes de polícias tenham planejado manter a ordem, só em parte se concretizou, até que as classes pobres revelassem a face de outra cidade. Neste caso, os jornais *A União*, *A Imprensa* e os relatórios de polícia são elucidativos desta questão, visto que nos

³⁵⁸ Id. Ibid.

³⁵⁹ Id. Ibid.

³⁶⁰ Id. Ibid.

possibilitaram “recuperar” algumas imagens e personagens da cidade nem sempre correspondentes às desejadas pelas elites.

5.3 Salubridade e higienização

Desde outrora os médicos sanitaristas desejavam que as classes pobres fossem instaladas longe da área central da cidade como meio de manter a higiene e a salubridade.³⁶¹ Na condição de responsáveis pela manutenção do serviço de saúde pública exerceram a medicina vestida de polícia, indo de encontro aos populares. Assim, passaram a impor às classes pobres hábitos de higiene que julgavam condizentes ao combate das patologias.³⁶² Em defesa da modernidade e salubridade, esses médicos recorreram às autoridades policiais e cobraram delas as providências necessárias para forçarem as classes pobres a encaminharem os doentes ou suspeitos ao hospital, retirando-os do convívio familiar e do contato com os corpos sãos.³⁶³ Sobre essa medida, é pertinente ressaltar que, no decorrer das três primeiras décadas do século XX, o serviço de saúde na Parahyba agiu na tentativa de prevenir a cidade das pessoas infectadas com varíola ou febre amarela. De forma integral, “a institucionalização da saúde ao quadro mais amplo do novo regime governamental, a República, representou uma nova forma de governar, mas também implementou as novas bases de legitimação do poder”.³⁶⁴

Inserido nesse contexto, o bairro de Jaguaribe foi considerado pelos médicos um espaço capaz de abrigar as pessoas com suspeitas de doenças, como a

³⁶¹ Mediante ação dos proprietários e em comum acordo com a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, alguns sítios foram doados a essa congregação religiosa, como auxílio às suas obras de caridade. Desta feita, a Santa Casa se encarregava de aforar pequenos lotes entre as famílias dos trabalhadores, as quais erguiam uma pequena casa de porta e janela. Tratava-se então de casinhas de palha e taipa autorizada pelo prefeito. Embora questionadas pelos médicos, permaneceram e até os anos 40 e compuseram a paisagem do bairro de Jaguaribe. Devido ao fato de terem sido construídas distantes do centro da cidade, um número reduzido foi construído em tijolo e coberto com telha. Ver Registro de Imóveis – Escritura de Compra/Venda – Cartório Pedro Ulysses – 1908, 1910, 1919, 1934, 1938. MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância**. João Pessoa: A União, p.25, 1994, e RIBEIRO, Emilson Ponce Leon. **Retratos de Jaguaribe**: um passeio histórico de 1940 a 1970. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, pp. 15-17, 2000.

³⁶² VIEIRA, Risomar da Silva. op. cit. p. 68

³⁶³ Livro de Ata de Reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba – 20/04/1924

³⁶⁴ IYDA, Massako. op. cit. p. 45

varíola. No transcorrer das três primeiras décadas do século XX, esse bairro permaneceu sendo apontado pelos médicos como uma ameaça à salubridade e à saúde pública. A preocupação com os moradores não se limitou à questão moral, mas se estendeu à higienização. Assim, as classes pobres, mesmo alocadas nesse arrabalde, continuaram sendo enxergadas como um corpo infecto-contagioso, o qual, em nome da civilização, era preciso combater. A partir de então, o bairro passou a ser alvo de olhares e críticas já que se havia incorporado, com efetividade, no contexto da urbe. Por essa razão, os médicos intensificaram suas ações. De início focalizaram a atenção nas estratégias de evitar que a varíola e outras doenças atingissem outras classes. Por isso, defenderam o afastamento dos pobres da malha urbana, a demolição de suas casas e a implementação da vacinação.

Uma das doenças que mais ocupava a atenção dos médicos era à varíola. Apontava-se um responsável pela disseminação dessa doença, ao invés de erradicá-la. Esse processo configurou-se numa disputa de saberes entre os sanitaristas à frente dos órgãos de saúde pública e o Dr. José Maciel. Esse médico não admitia que a cidade viesse a se manter salubre e higiênica enquanto Jaguaribe continuasse destituído de infra-estrutura, pois, para ele, apenas afastar os pobres não livrava a cidade do problema, sobretudo porque do bairro de Jaguaribe advinham as empregadas domésticas e os trabalhadores do comércio e das indústrias que trabalhavam no centro da cidade. Os trabalhadores contraindo o vírus da varíola ou da febre amarela, os moradores da área central também corriam o risco de serem contaminados. Em nome da salubridade e higienização da urbe, os médicos passaram a averiguar os casos de varíola, a indicar à Repartição de Higiene as ruas desse bairro onde existissem práticas de vida não condizentes com as recomendações da ordem pública e a fiscalizar se as profilaxias definidas estavam sendo respeitadas. Como o objetivo era disseminar, entre as classes pobres, as medidas de combate às doenças, prevaleceu a coerção. Dentre os instrumentos coercitivos, a vacinação se destacou, pois, nas palavras de Merhy, os médicos sanitaristas passaram a enxergar as classes pobres como:

{...} elemento importante, na medida em que era um componente do meio externo e estavam favorecendo a propagação do agente etiológico, e, portanto, as ações sanitárias, coercitivamente, livrariam os indivíduos saudáveis do contato com o agente e livrariam os indivíduos doentes dos agentes etiológicos, identificando o seu grupo-alvo com aqueles indivíduos da sociedade, que estivessem portando alguma moléstia transmissível ou que fossem mais vulneráveis a estas, o que acabava sendo identificado na população pobre, de miseráveis e indigente.³⁶⁵

Mesmo distante da área central da cidade, Jaguaribe, passou a ser o principal alvo dos médicos sanitaristas, visto que, na compreensão destes profissionais, para se manter a cidade salubre era preciso erradicar, entre outros problemas, as casas de taipa e palha existentes no bairro. Esse tipo de “casa, passou a ser considerada o ponto vulnerável do sistema de defesa da higiene urbana”.³⁶⁶ Fundamentado nas ações sanitárias, o propósito dos médicos era de que os moradores passassem a morar em casas salubres.³⁶⁷ A partir de então, Jaguaribe, foi considerado espaço de contaminação e disseminação das moléstias infecto-contagiosas, e exigiu-se dos moradores que dessem fim às casas de taipa e palha, o que não foi possível, dada a condição econômica das famílias e a facilidade com que se encontravam a madeira, o barro e a palha, materiais indispensáveis à construção desse tipo de casa.³⁶⁸ Embora os médicos o condenassem, não houve uma ação efetiva para demolir as casas, principalmente porque os prefeitos e governadores não apresentaram ações para construir moradias salubres. Isso, não significa dizer que não houve demolição de casebres no bairro de Jaguaribe; ocorreu, mas não com a frequência verificada na área central da cidade, sobretudo porque esse bairro não passara pelo processo de urbanização.

Mesmo assim os médicos sanitaristas continuaram desejando estender a salubridade e higienização ao bairro de Jaguaribe, e passaram a fazer menção

³⁶⁵ MERHY, Emerson Elias. **O Capitalismo e a saúde pública**: a emergência das práticas sanitárias no estado de São Paulo. Campinas: Papyrus, p. 103, 1985.

³⁶⁶ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. op. cit. p. 132

³⁶⁷ Os preceitos das ações médicos-sanitárias foram formuladas pelo sanitarista americano C. Winslow, o qual afirmava que a saúde pública moderna deve estar firmada tanto na administração pública cientificamente fundamentada, quanto na Educação sanitária como instrumento básico das práticas médico-sanitárias. Sobre essa questão, ver MERHY, Emerson Elias. op. cit. p. 93

³⁶⁸ A União – 01/03/1913, p.03 Ver também REZENDE, Antônio Paulo. **op. cit.** pp. 21-48. GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana x Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife (década de 1930)**. Recife: UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado em História)

também às condições das ruas, sobretudo porque não tinham calçamento e a sujeira era nelas uma constante. Diante dessa realidade, as recomendações eram de que os moradores incinerassem o lixo. Enquanto os médicos orientavam os prefeitos a manterem a cidade salubre, Jaguaribe foi apontado como um problema. No entanto, a Prefeitura esbarrou em outro, ou seja, não dispunha de um serviço de coleta regular nem mesmo para recolher o lixo das principais ruas do centro. Isso aumentava os riscos de contaminação dos moradores, principalmente porque higienizar o bairro de Jaguaribe não estava nos planos da Prefeitura. Por causa disso, o prefeito constantemente era alvo dos comentários críticos dos médicos, os quais consideravam um perigo à insalubridade desse bairro e um risco à saúde pública a falta desse serviço. Lembravam o fato de a Prefeitura não dispor de um serviço de coleta de lixo sistematizado e organizado, quando a insalubridade era presa fácil para que as patologias se disseminassem.

A partir da gestão do Prefeito Otacílio Albuquerque (1908/1911), as ações de modernização da cidade se tornaram mais efetivas; no entanto, o bairro de Jaguaribe e seus moradores não foram nelas incluídos³⁶⁹. As queixas e reclamações evidenciam o fato dos problemas desse bairro terem continuado sem solução, o que levou alguns segmentos da elite utilizarem a imprensa para reivindicar alguma melhoria de acordo com o nível de qualidade de vida dos que lá residiam.

Acerca desses mecanismos, é pertinente o trecho do abaixo-assinado publicado no Jornal católico *A Imprensa*, no qual os consumidores da feira existente no bairro de Jaguaribe recorrem a esse jornal para reivindicar melhoria na condição do espaço público onde semanalmente ocorria a feira livre.

{...} realiza-se de há muito na Praça General Neiva entre Jaguaribe e Trincheiras, uma feira semanal num ponto que interessa a diversos setores urbanos é indiscutivelmente muito importante para o comércio de mercado ou de feiras. Para uma afirmativa fora de contestação tomaram os signatários do presente o alvitre de vir perante Vossa Excelência solicitar as suas providencias em ordem a que, mantendo-se a feira que ali tem lugar as quartas seja construído um abrigo com as necessárias adaptações para a venda de artigos que não possam estar expostos ao sol e à chuva, bem assim: calçada toda a mencionada praça onde durante a estação invernososa

³⁶⁹ MAIA Benedito. **Prefeitos de João Pessoa** (perfis). João Pessoa: A União, pp. 16/17, 1985.

se observa grande lamaçal. Atendido que seja o exposto, o digno prefeito da cidade prestará valioso serviço a capital do Estado.³⁷⁰

O interesse do jornalista de *A Imprensa* em publicar notícia acerca dessa questão não era a melhoria de condição de vida para as classes pobres residentes no bairro de Jaguaribe, mas chamar a atenção do prefeito para as condições de insalubridade nas quais a feira ocorria, sobretudo porque era o local onde as elites residentes no Centro e no bairro das Trincheiras adquiriam os gêneros alimentícios de que necessitavam. Essa situação tornava o referido local incompatível com a manutenção da cidade moderna. Logo, não era conveniente para a elite consumir alimentos negociados num espaço insalubre, pois temia-se a contaminação e disseminação das doenças. Por outro lado, essa medida beneficiou os pobres, pois dotar a feira de melhoria, de modo a torná-la salubre, acabou garantindo aos moradores de Jaguaribe melhores condições de trabalho, de acondicionamento dos produtos negociados e de vida, uma vez que o calçamento da Praça João Neiva e a coleta do lixo foram extensivos às duas ruas adjacentes por onde a feira se estendia, pondo fim ao odor fétido e à sujeira.

Embora o prefeito José Bezerra Cavalcanti tenha melhorado as condições da área onde a feira ocorria, enxergava-se a sujeira na qual se encontravam as vias públicas em Jaguaribe como decorrência dos maus hábitos dos moradores, a exemplo de jogarem lixo na rua, e nunca da falta do serviço de coleta. Essa visão, apesar de escamotear a deficitária estrutura da Prefeitura para lidar com a limpeza pública, reafirmou a prática dos médicos e autoridades públicas, ou seja, a de considerar as classes pobres ignorantes e seus comportamentos incompatíveis à manutenção da cidade salubre e higiênica. Para higienizá-la, esses profissionais solicitavam “às donas de casa de Jaguaribe, sobretudo as quitandeiras, cujos quintais se comunicavam com certas e determinadas ruas e becos, que abrissem mão do mau hábito de, por infratora comodidade, os tomarem para depósito de lixo e toda sorte de

³⁷⁰ A Imprensa – 30/05/1913, p.04.

imundície”.³⁷¹ A partir de então, os fiscais da Prefeitura passaram a percorrer as ruas do bairro no intuito de verificar quem estava obedecendo às determinações do prefeito e mantendo a frente das casas limpas e capinadas até o meio da via pública. Como Jaguaribe não dispunha de ruas calçadas e fora considerado foco de disseminação das patologias, a fiscalização se intensificou. Em contrapartida, o prefeito ordenou o recolhimento do lixo, mas a limpeza das ruas e o acondicionamento do lixo eram responsabilidades dos moradores.³⁷²

Na compreensão do prefeito Walfredo Guedes Pereira, a insalubridade das ruas de Jaguaribe se devia aos maus hábitos de higiene dos moradores. Esse prefeito julgava-os ignorantes e insistiu na necessidade deles adotarem os preceitos de uma vida saudável e colaborassem com a salubridade; só assim a cidade estaria livre das imundices que ameaçavam os seus habitantes.³⁷³ Afora isso, alguns médicos questionaram se a medida que obrigava os moradores limpar as vias públicas era suficiente. Na compreensão deles, não bastava o prefeito apenas cobrar dos moradores novas condutas de higiene; seria também necessário que mantivesse medidas punitivas. Só assim eles colaborariam com a salubridade pública. Do contrário, continuariam jogando o lixo na via pública, o que contrariava a proposta de higienização e modernização da Capital paraibana.³⁷⁴ Esse tipo de comportamento é elucidativo do desejo de que as famílias pobres incorporassem ao cotidiano outras práticas condizentes com a modernização e compatíveis com a ordem urbana, apesar do fato de que não gozavam das mesmas condições das famílias que moravam fora da periferia da cidade.

Alguns dias após a uma denúncia de sujeira e imundice nas ruas de Jaguaribe, o prefeito Walfredo Guedes Pereira, se pronunciou sobre “a limpeza pública”, e afirmou ter enviado comunicado ao responsável pelos serviços de coleta de lixo e limpeza da Capital, o major José de Barros Moreira, de quem exigiu melhorias nesse setor. No mesmo dia, recebeu a resposta, na qual o major afirmou

³⁷¹ A União – 29/09/1913, p. 02.

³⁷² A União – 21/11/1913, p. 01.

³⁷³ Id. Ibid.

³⁷⁴ Ata da 3ª Sessão Ordinária da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, realizada no dia 06/07/1924.

que não mediria esforços para resolver o problema, e apontando como causa para o mau atendimento ao público, a falta de atenção e urbanidade do pessoal empregado nesse serviço, questão a ser resolvida num menor espaço de tempo, empregando-se, nesse setor, pessoas com mais tempo de residência na cidade, em lugar dos retirantes recém-chegados.³⁷⁵ Na justificativa do major, o lixo nas ruas de Jaguaribe era decorrente do fato do pessoal empregado nesse serviço desconhecer o bairro, o que fazia com que se perdesse tempo procurando as artérias por onde deveriam passar para recolher os dejetos; desta feita, atrasavam a coleta, ou, quando passavam, os moradores já os tinham jogado na rua.

Embora as condições de Jaguaribe causassem preocupação e fosse um risco à salubridade, o major não prometeu melhorá-las. Mesmo que o prefeito Walfredo Guedes Pereira tenha desejado seguir avante com o projeto de modernização e higienização, ele percebeu que os recursos públicos destinados a esse fim eram insuficientes para estendê-lo a Jaguaribe. Frente a essa realidade, a proposta do major era convencer os moradores a incinerarem o lixo, ao invés de jogá-lo na via pública. Desta feita, voltou a insistir no pressuposto de que a insalubridade do bairro era decorrente da permanência dos maus hábitos de higiene; portanto, torná-lo salubre significava dar cabo de tais comportamentos. Mas isso nem sempre foi possível, uma vez que não se integrava ao cotidiano dos moradores insubordinados os objetivos do governo. Refletindo acerca da salubridade das cidades brasileiras, Jurandir Freire Costa lembra:

portanto não se trata da cultura dos pobres, higienização das cidades, estratégia do Estado moderno, esbarrava freqüentemente nos hábitos e condutas que repetiam a tradição familiar e levavam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do governo.³⁷⁶

Os moradores de Jaguaribe pouco se submetiam às determinações da Prefeitura e continuavam jogando o lixo na rua, indo de encontro ao propósito dos médicos sanitaristas e da saúde dos moradores. O retorno desse problema à pauta de discussão se devia ao fato dos recursos existentes e dos esforços empreendidos

³⁷⁵ A União – 14/06/1923, p. 01.

³⁷⁶ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, p. 30, 1989.

não estarem assegurando as ações de limpeza pública. Por isso, os médicos esperavam que o prefeito fosse enérgico ao proibir o hábito de jogar lixo na rua e que usasse da força policial contra os infratores.³⁷⁷ O uso da coerção era uma consequência do processo de modernização limitado a área central, sem estender os benefícios aos arrabaldes da cidade. De fato, as preocupações dos médicos antes limitadas ao bairro de Jaguaribe, foram estendidas aos bairros da Bomba e Zumbi, ocupados também por classes pobres. Neles os médicos identificaram, além do lixo em meio à água suja e parada, vários moradores com sintomas de doenças infecto-contagiosas.³⁷⁸ Mesmo assim, não foi implementado nenhum serviço de melhoria nesses três bairros e os médicos sanitaristas se limitaram apenas a fiscalização das bodegas e residências. Em defesa da higienização, o Dr. José Teixeira de Vasconcelos fez afirmação relativa aos bairros em apreço:

foram feitas pelos delegados de higiene 1.088 visitas domiciliares, 281 intimações e 53 verificações, sendo também visitados o mercado, as padarias, alguns estabelecimentos de molhados, e casa de barbeiro, sendo tomadas as medidas necessárias. Foram condenadas por inabitáveis e não serem suscetíveis de reconstrução 126 casas de telhas e algumas de palhas nas seguintes ruas: Federação, Formosa, Macaíba, Travessa da Macaíba, União e Medalha.³⁷⁹

Como temos visto as medidas profiláticas não se limitaram a coleta do lixo nas ruas de Jaguaribe, mas se estendeu à averiguação da qualidade dos alimentos negociados, principalmente do acondicionamento e das condições de higiene dos estabelecimentos, a exemplo das bodegas e quitandas.³⁸⁰ Caso fossem identificados alguns produtos estragados ou acondicionados irregularmente, a recomendação era de que a bodega fosse fechada. Com isso, os médicos esperavam despertar nos quitandeiros e bodegueiros, a preocupação com a qualidade dos alimentos vendidos; atitude moderna e civilizada.³⁸¹ Tal medida se fez necessária visto que as domésticas que trabalhavam nas casas das famílias residentes no centro da cidade costumavam

³⁷⁷ A União – 27/06/1916, p. 04 – “Com vistas à saúde pública”.

³⁷⁸ Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1917.

³⁷⁹ Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1918.

³⁸⁰ A União – 21/10/1920, p. 01.

³⁸¹ Ata da 4^o Sessão ordinária da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, realizada em 03 de agosto de 1924.

comprar hortifrutigranjeiros nas quitandas ou na feira livre desse bairro. A preocupação se manteve como justificativa capaz de garantir os interesses das elites, que temiam a contaminação via ingestão de alimentos e não o bem-estar dos moradores de Jaguaribe, mas não deixou de beneficia-los também.³⁸²

Para manter o bairro salubre e higiênico também se fez necessário conter os focos de disseminação da varíola e da febre amarela. Nessa perspectiva, as campanhas sanitárias implementadas se assemelharam às de outras cidades, onde “tiveram a função: de estabelecer, dentro dos princípios prevaletentes da ordem e progresso, a atividade estatal, sua organização e a formação dos intelectuais necessários a essa organização”.³⁸³ Em meio a essa proposta, instalou-se a vacinação dos moradores contra a varíola e a febre amarela. Para isso, coube aos médicos sanitaristas, a responsabilidade de divulgar as campanhas de vacinação nos bairros, percorrer as ruas e nelas identificar onde os doentes residiam, além de emitir pareceres acerca do estado de saúde da população. A implementação da campanha de vacinação incrementou o debate entre os prefeitos e a classe médica. Para os médicos sanitaristas, vacinar os moradores era a medida mais eficaz, visto que a varíola estava em evidência no país. Neste sentido, lembravam-nos que estavam nas ruas vacinando e desinfectando as casas onde residisse ou tivesse residido um enfermo. Onde quer que as ações de saúde tenham sido implementadas, assumiram as formas de policiamento, campanhas sanitárias e saneamento.³⁸⁴ O propósito era eliminar os focos epidêmicos; por isso, se concentraram em Jaguaribe, onde a possibilidade de contaminação era provável.

Embora o calçamento e saneamento das ruas fossem um dos requisitos necessários à higienização e salubridade, o serviço de saúde se limitou a sugerir a aplicação da vacina devido à falta de recursos financeiros, indispensáveis à extensão dessa infra-estrutura a Jaguaribe. Apenas algumas ruas desse bairro foram aterradas, mas continuaram propícias à disseminação das doenças. A ação de saúde

³⁸² Ver Registro Nosográfico das moléstias infecto contagioso – Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, 1933 – 1939.

³⁸³ YDA, Massako. **Cem anos de saúde pública**: a cidadania negada. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 39, 1994.

³⁸⁴ YDA, Massako. op. cit. p. 79.

desencadeada nesse bairro fizera parte da campanha nacional contra a varíola, cujo propósito era impedir que uma epidemia dessa doença se alastrasse pelo Brasil afora. Com o slogan “**Hoje só tem varíola quem quer**”, os médicos sanitaristas lançaram a campanha de vacinação, considerada o principal instrumento no combate a doença. Com isso, desejavam sensibilizar os moradores acerca do perigo que a varíola representava, e da relevância da vacina no combate, pois a dose aplicada imunizava o indivíduo por um período de sete a dez anos.³⁸⁵ A campanha de combate à varíola mobilizou a classe médica, que passou a convencer os moradores de Jaguaribe a se vacinarem, principalmente quando os jornais divulgaram a notícia de que, entre os paraibanos, era a varíola fato preocupante e demandava a aplicação de algumas medidas no sentido de evitar uma epidemia. Os médicos lembravam ao prefeito que, para manter Jaguaribe livre de qualquer epidemia, deveria ser criado o serviço de saúde pública, e a rede de água e esgotos da Capital deveria ser ampliada a esse bairro. Só assim os moradores de Jaguaribe estariam livres dos riscos de contrair a varíola e outras patologias.³⁸⁶

Nem mesmo a morte de alguns foi suficiente para o prefeito mudar de postura em relação ao bairro. As ações de saúde pública permaneceram limitadas à vacinação nas ruas e a uma campanha, junto aos pais de família, no sentido deles não se descuidarem da saúde, levando seus filhos à sede da Diretoria da Repartição de Higiene, a fim de serem vacinados.³⁸⁷ Comentando esse fato, o Dr. Manoel Azevedo e Silva afirmou que, caso todas as mães colaborassem, a varíola “não teria o caráter epidêmico, pois era intensa a campanha de vacinação mantida pelas equipes do serviço de saúde pública, as quais se responsabilizaram e disseminaram pelo bairro as ações de combate a varíola e outras moléstias”.³⁸⁸ Longe de confirmar a real condição de saúde dos moradores, essa declaração serviu como mecanismo para escamotear a realidade dos fatos, uma vez que a vacinação, em si, não era

³⁸⁵ A União – 21 a 28/08/1913 pp. 01 – 02.

³⁸⁶ Ata da 7ª Sessão Ordinária da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, realizada no dia 09 de novembro de 1924.

³⁸⁷ A União – 10/01/1913, p. 01.

³⁸⁸ A União – 07/05 a 11/09/ 1913, pp. 01 / 02.

suficiente para livrá-los de uma epidemia de varíola, principalmente porque a sujeira das ruas e as poças d'água parada ainda eram uma constante.

É pertinente ressaltar que poucos médicos sanitaristas associavam as epidemias aos componentes biológicos e sociais. No geral, são decorrentes da falta de estrutura do serviço médico, ora da moradia insalubre ou da má alimentação. Em tese, a vacina é apontada como a principal solução do problema de saúde, e pouca ou nenhuma atenção foi dedicada às questões paralelas.

Uma das preocupações das autoridades era a recusa das mães de vacinarem seus filhos, o que se constituiu numa afronta ao saber médico, que dava a palavra final sobre o estado de saúde, dizendo se o enfermo poderia ou não continuar sob o teto familiar e recomendando o tipo de tratamento que ele deveria receber. Contrariar a decisão dos médicos era se contrapor à ordem, pois, para a sociedade, esse profissional detinha a verdade sobre o corpo do outro e o seu estado de saúde. Diante disso, os médicos desejavam impor outros hábitos e costumes aos pobres, tendo em vista ser comum às mães tratarem as doenças dos seus filhos com as rezas e os chás de ervas indicados pelas velhas rezadeiras, razão pela qual desobedeciam aos chamados da campanha de vacinação e não levavam seus filhos à Repartição de Higiene. Nessa atitude, também se identifica a disputa do saber. De um lado o médico sanitarista impõe às classes pobres o conhecimento médico-científico, e do outro desqualifica o saber das velhas rezadeiras que insistiam em fazer valer suas receitas à base de banho de ervas, chás e defumadores.

Em meio ao desejo de incorporar o bairro aos preceitos da cidade moderna, salubre, higiênica e civilizada e de pôr fim ao impasse dos saberes, os médicos sanitaristas insistiam para que as práticas profiláticas das mulheres pobres fossem banidas, afinal, o tempo era das certezas. Para esses profissionais, isso significava dizer que a ciência, e, obviamente, a ordem, deveria prevalecer sobre o saber popular. Condenar as práticas utilizadas pelas velhas curandeiras era uma forma de ignorar a cultura dos pobres e afirmar o saber médico científico como o único verdadeiro, ou seja, só a vacina seria capaz de inibir as patologias. Embora não tenhamos identificado na Parahyba nenhum movimento organizado contra a vacinação, a atitude das mulheres pobres, se negando a vacinar os seus filhos,

contrariou não só os médicos sanitaristas responsáveis pela campanha de vacinação, mas também o prefeito, uma vez que este, em defesa da ordem pública, exigiu dos médicos o exercício do poder de polícia e a vacinação à força dos moradores que se negassem tomar a dose do tal medicamento.³⁸⁹ O fato fez com que não cessassem a vigilância às casas, sobretudo as que estivessem fechadas; os sanitaristas continuaram vasculhando as ruas e becos do bairro, desinfectando-os, vacinando e encaminhando os enfermos ao Hospital da Santa Casa quando fosse necessário e possível, haja vista o pavilhão dos indigentes não comportar o número de pobres doentes. A ordem era invadir as casas fechadas, fiscalizar as condições de higiene e aplicar a vacina antivaríola à força. Para isso, da comissão de vacinação passaram a fazer parte dois policiais; o propósito era coibir qualquer forma de desobediência aos médicos encarregados da vacinação.

Numa das ações de combate à varíola, em Jaguaribe, o Dr. Ulysses Nunes vacinou à força, na Rua da Glória, 65, alguns moradores. Não tendo encontrado ali nenhum enfermo grave, recomendou-lhes que não fechassem as portas das casas para se esconderem da equipe de vacinação, principalmente se houvesse algum enfermo na família. Ainda ressaltou que manter as portas e janelas da casa abertas arejava o ambiente, ajudava na purificação do ar e afastava a doença; mantê-las fechadas só piorava a situação.³⁹⁰ O objetivo desse médico era fazer os moradores incorporarem outros hábitos e costumes ao cotidiano, os quais contribuíam para a salubridade, e tomarem a vacina contra a varíola para imunizar-se e manter o bairro saudável. O pobre é considerado pelo profissional da saúde como transmissor da doença, e na sua acepção, era necessário vaciná-lo para controlar a disseminação desta.

Contrário a esse procedimento e tentando sensibilizar o chefe do Erário Municipal para o fato da manutenção do aspecto salubre e higiênico de Jaguaribe e da cidade depender das mudanças nas ações do serviço de saúde e da concepção de doença, o Dr. José Teixeira de Vasconcelos, afirmou:

³⁸⁹ A União – 09 a 19/09/1913, pp. 01 – 02.

³⁹⁰ Id. Ibid.

nada servirá isolar em casa os doentes atacados das moléstias suspeitas, dedetetizar-lhes os aposentos e o ar corrompido, se não desinfetar cuidadosamente as roupas e objetos contaminados, o que só será conseguido por meio de uma estufa. No entanto, a medida profilática de alto valor é a construção do hospital, responsável pelo tratamento dos doentes de qualquer patologia.³⁹¹ (grifo nosso)

Conforme esse médico enunciava, o hospital de isolamento era uma necessidade urgente, pois o único pavilhão especializado no tratamento das doenças infecto-contagiosas existentes na Santa Casa fora incendiado, em cumprimento às recomendações dos dirigentes dessa instituição de saúde, que temiam o alastramento da varíola na cidade, haja vista os doentes, com freqüência, acorrerem a essa instituição de saúde. A demolição desse pavilhão, não poderia inibir a disseminação dessa doença, ao contrário disseminou mais ainda, pois deixava os enfermos sem assistência e sem o atendimento médico necessário, como foi o caso da mulher “Maria de tal”, moradora da Rua da Glória. Na condição de indigente e sem condição de tratar-se da varíola, a tal Maria não foi atendida no Hospital Santa Isabel nem pôde permanecer no casebre onde residia há anos. A alegação dos médicos sanitaristas era de que a mulher iria contaminar os demais pacientes caso fosse interna nesse hospital; e aos seus vizinhos, se permanecesse no casebre. Diante desse impasse, o Dr. José Teixeira de Vasconcelos (Diretor da Repartição de Higiene) alugou uma casa noutra rua do bairro para abrigar a enferma. Este médico se dirigiu ao governador do Estado, na perspectiva de que essa autoridade “interviesse perante a Provedoria da Santa Casa, e exigisse dos dirigentes que restabelecesse no mesmo local ou em outro mais apropriado o referido pavilhão, a fim de que fosse sanada tão grave lacuna no tratamento da varíola”, sobretudo por reconhecer que apenas a vacina não bastava.³⁹²

A varíola não foi controlada a contento dos médicos, porém as tentativas de solução se arrastaram por décadas, enquanto os moradores de Jaguaribe continuaram vítimas da varíola, apesar do Dr. José Teixeira de Vasconcelos continuar exigindo do prefeito ações em prol da manutenção dos serviços de saúde pública.

³⁹¹ Id. Ibid.

³⁹² Id. Ibid.

Outro problema que os médicos sanitaristas enfrentaram ao incluir as medidas profiláticas que erradicassem as doenças, foi a falta de pessoal especializado. Como resultado prevaleceram as medidas paliativas. Nessas condições, a varíola e outras patologias figuravam como causas dos óbitos, principalmente entre as crianças pobres. No ano de 1918, foram registrados 156 óbitos por moléstias gastro-intestinais, 95 óbitos por tuberculose e 45 por varíola. Segundo o Dr. José Teixeira de Vasconcelos, tais doenças

tinham suas profilaxias conhecidas pela classe médica, porém eram dispendiosas, para as quais a Repartição de Higiene não se achava ainda aparelhada nem autorizada a fazê-la devido à falta de recursos suficientes, limitando-se a fazer desinfecções rigorosas dos prédios onde ocorreram óbitos ou estejam vazios pela mudança do inquilino. (grifo nosso) ³⁹³

Em meio à falta de um hospital especializado, a Diretoria de Saúde Pública tomou uma medida criativa: criou o serviço de enfermagem em domicílio. O propósito era atender aos moradores acometidos de varíola e que, devido à debilidade física causada por esta doença, não podiam se deslocar até o dispensário, onde tomavam a vacina necessária. A respeito desse serviço e dos casos de varíola identificados no bairro, o Dr. Otávio Oliveira ressaltou: “a obra de assistência a domicílio possui uma significação importantíssima para a solução do problema social no tocante à saúde”. Ainda afirmou que os casos notificados eram denotativos das medidas exigidas pelo serviço prestado aos moradores de Jaguaribe para a melhoria de sua estrutura de funcionamento. A criação da equipe de atendimento domiciliar foi apenas um dos itens entre as mudanças implementadas nos serviços de saúde; aos poucos, outras medidas foram incorporadas, a exemplo da abertura do Lactário em Jaguaribe, e da criação da Comissão de combate à varíola e de orientação às mães sobre a higiene nos cuidados com seus filhos. ³⁹⁴

Jaguaribe entrara a década de 1920 com um estado sanitário que inspirava cuidado; assim, o serviço de saúde se mostrou ineficaz no controle da varíola. Uma prova disso é o fato de a principal medida profilática, ou seja, a vacinação não ter sido mantida regularmente. A interrupção da vacinação, somada ao estado de sub

³⁹³ Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1918.

³⁹⁴ A Imprensa – 23/06/1936, p. 01.

alimentação dos moradores, levou o Dr. José Maciel a classificar de péssimo o estado sanitário desse bairro. Esse sanitarista alertava o prefeito e os seus colegas médicos para as conseqüências que essa situação poderia ocasionar: uma epidemia de varíola e o aumento no número de óbitos. Não demorou e as conseqüências da situação do bairro de Jaguaribe surgiram. Em 1925, dos duzentos óbitos registrados, oitenta e nove foram causados pela varíola. Número que poderia ser mais elevado visto referir-se apenas aos casos notificados pela Repartição de Higiene e atendidos pela equipe domiciliar. Afora isso, é pertinente ressaltar que o tratamento médico hospitalar não fazia parte da cultura das classes pobres. Em meio a essa situação, o Dr. José Maciel encaminhou o seguinte apelo:

a Sociedade de Medicina a fim de que essa entidade intercedesse junto ao governo do Estado na eminência de que alguma coisa fosse feita pela pobreza, que vive a morrer de fome, porque conforme a classe médica mesmo identifica, não é só a peste que está colhendo em suas garras a gente pobre da Capital, mas é também a falta de alimentos, que é absoluta... Reclamava também, da parte dos poderes públicos para os desprotegidos do bairro de Jaguaribe, uma área pobre da cidade, porque somente quem clinica, quem vive assim em contato direto e costumeiro com eles, pode bem avaliar a miséria que reina em seus lares.³⁹⁵ (grifo nosso)

Sem lamentar a interrupção da campanha de vacinação, mas exigindo do prefeito outra ação que a substituísse, o Dr. José Maciel relacionou as questões de saúde às condições socioeconômicas dos enfermos e à estrutura do bairro de Jaguaribe, e assim fugiu a compreensão reinante entre os médicos, de que a doença era culpa do pobre. Esse médico não acreditava na existência de uma campanha de vacinação eficiente no combate à varíola enquanto as classes pobres permanecessem famintas. Para ele, as mortes, ocasionadas por essa doença eram decorrência da fome, e não só da falta de vacinação, uma vez que “a desnutrição crônica entre os pobres proporcionava ao organismo baixa capacidade de resistência imunológica”, provocando a morte do enfermo. Portanto, na acepção desse médico sanitarista, o prefeito deveria acenar à população carente também com o alimento; do contrário, a vacina não surtiria efeito positivo.³⁹⁶

³⁹⁵ Livro de Ata de Reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba – 05/04/1925.

³⁹⁶ VIEIRA, Risomar da Silva. op. cit. p. 30.

As declarações do Dr. José Maciel foram motivo de polêmica entre os sanitaristas ligados aos órgãos públicos de saúde do Estado e do município. Dirigindo-se diretamente a esse médico, o Dr. Newton Lacerda contra-argumentou:

ao governo de hoje, não cabe a culpa por nosso estado sanitário atual, e que o mesmo, apesar de opiniões contrárias não tem permanecido de braços cruzados{...}frente à epidemia que ora grassa entre nós. Aos seus antecessores sim, vai um pouco de culpa, por não haverem mandado intensificar a vacinação e revacinação, e a um cabe, quase que exclusivamente, a responsabilidade da nossa situação presente – o Dr. Camilo de Holanda – de quem se diz que foi um benemérito, por ter mandado fechar, apesar de médico, o Instituto Vacinogênico desta cidade, criado e instalado com tanto carinho e zelo na administração do Dr. Castro Pinto, por indicação do ilustre higienista o Dr. Flávio Maroja.³⁹⁷

O debate entre os médicos sanitaristas acerca da varíola no bairro de Jaguaribe transformou-se num debate político e não científico. As afirmações do Dr. José Maciel deixaram seus colegas sem espaço para responsabilizar os moradores de Jaguaribe pela disseminação da varíola e das mortes registradas. Em meio ao embate, Dr. Newton Lacerda encontrou, nas ações administrativas do governo Camilo de Holanda elementos para justificar as condições em que se encontravam os moradores desse bairro, principalmente quanto aos óbitos registrados com a *causa mortis* da varíola.

Para o Dr. José Maciel, responsabilizar o ex-governador Camilo de Holanda pela permanência da varíola na cidade era uma estratégia com o propósito de livrar o atual governador do Estado de qualquer responsabilidade no caso. Sendo o Dr. Newton Lacerda delegado da Repartição de Higiene e representante oficial do governo junto à Sociedade de Medicina, nada mais natural que defendesse o Estado e escamoteasse a ineficiência das políticas de saúde pública, a falta de recursos para melhorar o estado sanitário da Capital e proporcionar as classes pobres condições de alimentar-se melhor. Em meio às justificativas apresentadas, o Dr. José Maciel sugeriu ao presidente da Sociedade de Medicina que nomeasse uma comissão encarregada de solicitar ao governador do Estado meios de subsistência para as famílias dos variolosos residentes em Jaguaribe, a exemplo de uma espécie de

³⁹⁷ Livro de Ata de Reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba – 05/04/1925.

indenização, por parte do Estado, negligente e responsável pelas mortes ocorridas. Essa proposta não foi aprovada pelos médicos sanitaristas, pois muitos consideraram-na absurda e incompatível com o papel social do médico, o qual se limitava a propor ao prefeito e ao governador ações concernentes à manutenção do estado de saúde no bairro. Diante da sugestão, o Dr. Newton Lacerda propôs a nomeação de uma outra comissão, com o intuito de levar ao prefeito, e não ao governador do estado, uma proposta para melhorar o quadro sanitário do bairro de Jaguaribe, proporcionando, principalmente assistência médica aos variolosos. Tal atitude que visava agilizar a aplicação das medidas nesse bairro, nem sempre produziu soluções, uma vez que os recursos advinham do Estado que sofreu dificuldades financeiras.

A sugestão de formar uma comissão foi aprovada e dela fizeram parte os doutores Newton Lacerda, Flávio Maroja e José Maciel. Os três foram encarregados de sugerir ao prefeito da Capital as medidas sociais para combater a varíola, mas na pauta não constou a sugestão de indenizar os enfermos.³⁹⁸ Entre as propostas, figuraram a reabertura do Instituto Vacinogênico e o retorno da vacinação e revacinação contra a varíola, considerada pelo Dr. Ademar Londres uma medida relevante, visto que “o estado sanitário de Jaguaribe exigia não só cuidados, mas ações enérgicas e rápidas”.³⁹⁹ A respeito disso, é importante ressaltar que, a cada afirmação do Dr. José Maciel responsabilizando os dirigentes dos órgãos de saúde pública pelo péssimo estado sanitário de Jaguaribe, sempre havia quem o contestasse, a exemplo do Dr. Newton Lacerda, que, numa reunião da Sociedade de medicina, defendeu os seus colegas ocupantes de cargos nos órgãos públicos de saúde, e afirmou que o “diretor de higiene vinha, em relatórios sucessivos, alertando, sempre aos prefeitos a necessidade inadiável de reabertura do Instituto Vacinogênico, e, mais do que isto, urgência na criação de um hospital de isolamento para abrigar os variolosos”.⁴⁰⁰ Frente a tal justificativa, Dr. Renato de Azevedo pronunciou-se em favor da proposta de vacinação e disse que as ações de combate

³⁹⁸ Livro de Ata de Reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba – 05/04/1925.

³⁹⁹ Livro de Ata de Reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba – 21/04/1925.

⁴⁰⁰ Id. Ibid.

à varíola eram eficientes. Para isso, recordou os valiosos serviços outrora prestados pelo Instituto Vacinogênico à campanha de combate à epidemia de varíola, em 1913 e 1914, época do governo do Dr. Castro Pinto. A esse respeito, ainda afirmou: “o ato do Dr. Camilo de Holanda, de fechar o Instituto Vacinogênico pode ser igualado a um grande crime”.⁴⁰¹ Reforçando esse pronunciamento, Dr. Seixas Maia reafirmou a necessidade de reabertura desse instituto, porque acreditava na eficiência da vacina contra a varíola, principalmente quando é aplicada urgentemente. Mas ressaltou o fato de que, como as doses utilizadas na Parahyba vinham do Rio de Janeiro, o tempo gasto na viagem fazia com que esse medicamento perdesse seu valor de ação. Sobre essa ressalva, o Dr. Newton Lacerda considerou-a digna de atenção por parte dos médicos, sobretudo porque a varíola é uma doença infecto-contagiosa perigosa, exigindo uma vacina em bom estado e que garantisse a imunização dos corpos enfermos e a salubridade do bairro e da cidade. Portanto, nada era mais justo do que o Instituto Vacinogênico fosse reaberto e as vacinas destinadas à Parahyba dispusessem de um local adequado para ser armazenada, sem a perda de seu valor terapêutico, não esquecendo esse médico da outra medida a ser tomada, ou seja, a abertura de um hospital de isolamento, adequado ao tratamento de varíola. A isso se prestaria o Hospital Osvaldo Cruz, localizado no centro da cidade.

A proposta de abertura do hospital de isolamento se intensificou entre os médicos, porque o Hospital Santa Isabel, da Santa Casa de Misericórdia, reabriu o pavilhão destinado ao tratamento das patologias infecto-contagiosas. No entender dos médicos, esse hospital constituiu mais um foco de contaminação, pois nele os enfermos eram medicados e retornavam para a casa, por não haver leitos suficientes para acomodar a todos. A respeito do hospital de isolamento, Dr. Flávio Maroja manifestou-se contrário à proposta do hospital Osvaldo Cruz ser adaptado para esse fim, pois ficava na área central da cidade, próximo aos hospitais Santa Isabel e Santa Ana. Assim, várias residências correriam o risco de serem contaminadas. Além disso, argumentou ser insuficiente o número de leitos no hospital Osvaldo Cruz para atender aos enfermos existentes em Jaguaribe e nos demais bairros. O Dr. Newton Lacerda

⁴⁰¹ Id. Ibid.

discordou dessa argumentação, afirmando que a possibilidade de propagação da doença estava nos funcionários da Repartição de Higiene, pois, todos os dias, eles adentravam nas casas e mantinham contato direto com os doentes, ao invés de recolhê-los ao serviço médico ou vaciná-los. Isso se dava porque, após o expediente, eles retornavam às suas casas sem se desinfetarem e terminavam contaminando outros moradores, a exemplo dos próprios parentes. Diante desse problema, foi sugerido que o hospital de isolamento funcionasse no prédio da colônia de alienados.

Depois das tantas discussões, os médicos não chegaram a um consenso quanto ao destino dos variolosos. A principal questão era assegurar a continuidade da ordem e do progresso da Capital, representados na manutenção da higienização e salubridade, o que significava definir um local adequado onde deveriam ser alocados os doentes de varíola. Enquanto a questão do isolamento dos doentes permanecia sem solução, foi organizada uma nova campanha de vacinação.⁴⁰² Na perspectiva de atingir o maior contingente da população em 1925, em torno de 53.629⁴⁰³ habitantes, a vacina passou a ser aplicada por uma equipe médica coordenada pelo Dr. Newton Lacerda e pelo farmacêutico Juvenal Pereira, os quais percorreram diversas ruas da Capital, principalmente no bairro de Jaguaribe, o que fez com que o número de doses de vacina aplicadas tenha ultrapassado a cifra dos 12.500 vacinados. Segundo o farmacêutico Juvenal, nos três primeiros dias de implementação das mudanças nas ações do serviço de saúde, a equipe havia vacinado 3.623 moradores, número nunca antes alcançado. Tais números nos sugerem que ou os moradores estavam aderindo às ações da nova Comissão de combate à varíola, ou a repressão dos médicos foi mais sistemática e eficaz. O segundo indicativo talvez seja mais provável, visto fazer parte da comissão dois policiais. Sendo necessário ressaltar o fato de que o contingente vacinado ser ainda pouco representativo da população da cidade.

Além dessa ação, o Dr. Teixeira de Vasconcelos – chefe da Comissão de combate à varíola – havia posto em prática outras medidas, como a instalação na Ilha

⁴⁰² Ata da 8ª Sessão Extraordinária da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, realizada na noite do dia 21 de abril de 1925, para sugerir ao governo medidas de combate à varíola, então reinante na Capital. A Presidência era do Dr. Veloso Borges.

⁴⁰³ Ver CARONE, Edgard. **A República velha** (instituições e classes sociais). São Paulo: Difusão Européia do Livro, p. 12, 1972.

do Bispo, outro bairro situado ao sul do centro da cidade com maior incidência de casos de varíola, um desinfectório público, e a adaptação, num prédio público local, do hospital de isolamento, tão desejado pelos médicos sanitaristas.⁴⁰⁴ Essa medida foi uma decorrência das condições financeiras do Estado, que não dispunha de recursos suficiente para investir na construção de um hospital. No entanto, os doentes não poderiam permanecer à mercê da própria sorte, pondo em risco a cidade. Por outro lado, não foi solucionado o problema da higienização nos bairros da periferia. Apenas foi afastada a possibilidade dos moradores da área central se contaminarem mantendo, na sociedade, a separação entre ricos e pobres, sobretudo porque os moradores do Centro da cidade não freqüentavam a periferia, exceto quando a serviço, a exemplo dos médicos sanitaristas. De qualquer forma, o hospital de isolamento já havia atendido a duzentos e trinta e dois doentes de varíola, dos quais sessenta e sete faleceram, noventa e três receberam alta, e setenta e dois enfermos mantinham-se internados.⁴⁰⁵ O Dr. Teixeira de Vasconcelos ressaltava que, em função de as medidas aplicadas até o momento serem paliativas, a varíola ainda não havia sido erradicada e embora o número de óbitos freqüente; a atenção de manter os enfermos distantes significava um avanço.⁴⁰⁶ Dessa opinião discordou Dr. José Maciel, para quem não era suficiente isolar os enfermos, mas era necessário melhorar a infra-estrutura do bairro. Mesmo com tais preocupações, perdurou a compreensão do bairro de Jaguaribe como foco de contaminação, do pobre como agente transmissor das doenças e da vacinação como a principal medida profilática. Sem o entusiasmo dos seus colegas quanto ao estado sanitário do bairro de Jaguaribe, o Dr. José Maciel lembrava que as condições de vida dos moradores continuavam pondo em risco o estado sanitário; e de que havia suspeita de que a febre amarela também estivesse se disseminando entre os moradores.

No que diz respeito a suposta ameaça de febre amarela, as ações recaíram principalmente sobre os estivadores e carregadores do porto e da estação de trem, todos os moradores de Jaguaribe. Os médicos, mesmo sem saber se eles estavam

⁴⁰⁴ Livro de Ata de reunião da Associação de Medicina e Cirurgia da Parahyba – 03/05/1925.

⁴⁰⁵ Id. Ibid.

⁴⁰⁶ Id. Ibid.

ou não infectados, passaram a fiscalizá-los com freqüência e também a desinfetar as suas moradias; para estes médicos o fato de circularem no porto e na estação de trem os tornava vulneráveis, a contaminação. Aos demais moradores recomendaram que, caso se manifestassem algumas complicações, não fossem ao hospital Santa Isabel, mas se dirigissem ao hospital de isolamento, na Ilha do Bispo. No geral, os médicos mantinham a compreensão do corpo enfermo como transmissor em potencial, o que não se justificava, sobretudo porque a febre amarela é transmitida através da picada do mosquito, e não mediante contato físico com o doente.

Paralelamente à desinfecção das casas, foram formuladas as seguintes medidas: elaboração de um **boletim de instrução ao povo de Jaguaribe**, informando os moradores desse bairro acerca da febre amarela e dos cuidados que deveriam tomar caso surgisse na família ou entre os vizinhos algum enfermo. A recomendação era encaminhar o doente à Repartição de Higiene ou ao Hospital de Isolamento para a aplicação dos procedimentos médicos; nenhum doente ou suspeito de febre amarela poderia permanecer em casa sem que os médicos sanitaristas tivessem conhecimento do seu quadro e estado de saúde.⁴⁰⁷ De acordo com o Boletim enquanto os moradores deveriam tomar essas medidas, à equipe do serviço de saúde caberia a função de combater constantemente o mosquito; do contrário, não adiantaria o tratamento dispensado aos infectados.⁴⁰⁸ Quanto aos médicos sanitaristas, estes se voltaram para o estudo do problema, principalmente porque existiam divergências no tratamento.⁴⁰⁹

Nesse ínterim, o Dr. Flavio Maroja que se deteve a analisar a relação saúde e o meio social; elaborou uma pesquisa acerca da “Educação Sanitária”. Nas considerações formuladas, fez referências à estrutura e às condições de moradia em Jaguaribe, apontando a falta de higiene como responsável pela propagação da febre amarela, mas não livrou os pobres da culpa. Concluiu, sua análise afirmando que a escola, como espaço formador de opinião, deveria contribuir com a aquisição dos

⁴⁰⁷ Id. Ibid.

⁴⁰⁸ Livro de Ata de Reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba – 11/04/1926

⁴⁰⁹ Id. Ibid.

hábitos condizentes com a higiene.⁴¹⁰ A perspectiva era de angariar a colaboração das professoras na campanha de combate às doenças, através da orientação dos alunos quanto à aquisição de hábitos de higiene, o que, notadamente, resultaria na melhoria do estado de salubridade da casa e do bairro.⁴¹¹ Diante disso, a comunidade médica passou a ser mais persistente na propagação das medidas profiláticas junto às classes pobres, no sentido de fazê-las evitar a contaminação e o alastramento da febre amarela. Por isso, foi intensificada a distribuição do “Boletim de instrução ao povo de Jaguaribe”, principalmente na Escola Mista dos bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas. Afora isso, continuaram as campanhas de vacinação, a desinfecção das bodegas, quitandas, e a demolição das casas consideradas insalubres.

As melhorias no bairro continuavam proteladas e as ruas esburacadas, acumulando as águas da chuva e as correntes dos quintais das casas. Diante dessa realidade, o Dr. José Maciel, incansável, voltou a denunciar tais condições, que, somadas à fome, possibilitavam a disseminação da febre amarela. Por isso, lembrava ao prefeito da Capital da necessidade da extensão do calçamento e do saneamento a Jaguaribe. Do contrário, pouco adiantaria vacinar os moradores contra a febre amarela, a varíola e outras patologias.⁴¹² Para a maioria dos médicos sanitaristas a sugestão do Dr. José Maciel era voto vencido, principalmente porque não havia recurso suficiente que possibilitasse ao Estado estender a esse bairro as melhorias sociais sugeridas. Por outro lado esse argumento é revelador de que o Estado não apresentou medidas com o intuito de combater a condição de pobreza entre os moradores do bairro de Jaguaribe, mas apenas evitar que as doenças decorrentes dessa realidade se disseminassem. Os médicos acreditavam não haver melhor medida que a vacinação, considerada importante dentro do serviço de saúde pública nas cidades modernas e civilizadas. Apontavam, no entanto, um único problema na questão: o fato de, na Parahyba, as campanhas não se manterem com regularidade, mesmo que as classes pobres se negassem a tomar vacina. Isso provocava a perda

⁴¹⁰ Id. Ibid.

⁴¹¹ Id. Ibid.

⁴¹² Livro de Ata de Reunião da Associação de Medicina e Cirurgia da Parahyba – 01/03/1928.

do controle sobre a febre amarela e as demais doenças por parte dos médicos. No geral as atitudes do Estado mantiveram a idéia do pobre, e não a condição de pobreza como responsável pela disseminação das doenças.

Vários médicos sanitaristas responsabilizavam a ineficácia das medidas aplicadas pelo serviço de saúde, junto aos moradores de Jaguaribe, sobretudo porque a vacinação fora interrompida e os doentes ficaram sem assistência. A necessidade de manutenção da salubridade e higienização exigia que tais ações nesse bairro fossem efetivas e permanentes, e isso parecia impossível, dada a escassez de recursos, a falta de estrutura do órgão responsável, questões estas agravadas no aumento de moradores vivendo em condições adversas. Acerca disso, o Dr. Teixeira de Vasconcelos, diretor da Diretoria Geral de Higiene, lembrou ao prefeito da Capital que essa repartição de saúde não possuía condições adequadas para assegurar o tratamento dos doentes, visto que o hospital de isolamento, recém-criado, não comportava o número de pessoas que o procuravam acometidas de varíola e febre amarela. Ressaltou o então diretor que, para manter a cidade salubre e higiênica, era necessário ampliar alguns serviços e melhorar outros, principalmente:

o hospital de isolamento, visto que é uma medida de alto valor profilático e sem ele torna-se impossível extinguir-se uma epidemia em começo. Com a ampliação do referido hospital deve ser também construído um desinfectório, dispondo de todo material indispensável para o seu regular funcionamento, a exemplo das estufas, ambulância e pessoal qualificado... Também é necessária a criação do Instituto Vacinogênico, o laboratório para análises clínica e farmacológica e a construção de um forno de incineração do lixo. Porém, a mais urgente das medidas a ser implantada é a instalação do esgoto. Com a rede de esgoto, o solo fica aliviado das fossas fixas, o mefitismo telhococo desaparece, bem como a Lagoa; verdadeiro foco de infecção colocado no centro da cidade.⁴¹³ (grifo nosso)

Contrário à idéia do pobre como um transmissor das doenças, o Dr. Teixeira de Vasconcelos se aproximou do Dr. José Maciel, pois rompia com a compreensão recorrente segundo a qual Jaguaribe era foco de contágio e disseminação. A respeito disso, lembrava ao Prefeito da Capital a necessidade de implementação da infra-estrutura urbana nesse bairro; a exemplo de calçamento das ruas, instalação de água encanada e esgoto, só assim os índices de óbitos causados

⁴¹³ Relatório da Diretoria Geral de Higiene do Estado da Parahyba – 18/07/1921.

pelas moléstias seriam reduzidos.⁴¹⁴ Em meio a isso, o Dr. José Maciel trabalhava com a hipótese de que a Repartição de Higiene havia perdido o controle sobre as doenças infecto-contagiosas, e havia se configurado na cidade uma epidemia de varíola e febre amarela, o que não se confirmou.

Como foi visto a alocação dos pobres nos arredores da cidade em processo de modernização contribuiu para configuração do bairro de Jaguaribe. De certa forma esse bairro tornou-se um espaço útil, quando despontou como uma possibilidade das elites livrarem a área central da cidade das patologias. Por outro lado os problemas que eram inerentes aos moradores desse bairro tornou-o uma ameaça à cidade. Daí as tentativas das elites de impor aos moradores as profilaxias com o intuito de controlar as patologias terem sido frustradas.

No geral, as exigências das elites se tornaram contraditórias, prefeito e governo do estado não acenaram com ações sociais na perspectiva de construir casas salubres e higiênicas para as classes pobres, conforme os médicos sanitaristas recomendaram. Logo, não havia como os moradores efetivamente se incorporarem à cidade moderna. Os serviços implementados atingiram no máximo, o aterramento de algumas ruas e a construção do chafariz. Nos anos 30, esse logradouro passou a contar com um vagão do bonde de terceira classe, mas os casebres de taipa e palha continuaram sendo erguidos e se constituíram na única condição de moradia para a maioria dos moradores. Diante disso, é previsível o comportamento de desobediência demonstrado pelas classes pobres quando médicos e delegados de polícia desejaram enquadrá-los no que julgavam fosse digno a uma cidade moderna, o que incidiu em conter até as suas formas de diversão, a exemplo do hábito de beber e freqüentar os bordéis onde as maxixadas varavam noite. As batidas policiais nos botecos, toscas e biroscas não puseram fim às maxixadas, ao comércio nas bodegas consideradas insalubres, e nem fizeram com que cumprissem as exigências de que se enquadrassem nos preceitos de higiene definidos pela Repartição de Higiene. Como nem sempre os moradores cumpriram essa determinação, foram relegados à exclusão, e seus corpos foram vistos como transmissores da varíola e febre amarela.

⁴¹⁴ Id. Ibid.

No geral, manteve-se a crença no corpo como agente transmissor e relegou-se a realidade social ao segundo plano, conseqüentemente era preciso conter os corpos doentes, isolá-los no hospital, medicá-los e manter as áreas privilegiadas da urbe higiênica, salubre e moderna. Uma manifestação disso foi a imposição da campanha de vacinação contra as moléstias infecto-contagiosas e sua extensão ao bairro de Jaguaribe.

Em resumo, embora os pobres tenham sido afastados da área central da cidade, a configuração de Jaguaribe se constituiu num problema e revelou os limites do Estado moderno republicano, à medida que a urbanização/modernização não foi estendida a esse bairro. Por mais que as medidas implementadas pelos médicos, delegados e prefeitos mantivessem as fronteiras entre o bairro de Jaguaribe e a área central da cidade, um espaço estava imbricado no outro, pois do bairro advinham os trabalhadores domésticos, os do comércio e da indústria, relevantes para a manutenção do processo econômico. Por outro lado, o rio que abastecia a cidade cortava o bairro e, antes que as águas chegassem às torneiras das residências do centro da cidade, era consumida pelos moradores de Jaguaribe. Afora isso, havia o fato de as bodegas e quitandas localizadas nesse bairro fornecerem os gêneros alimentícios consumidos pelas elites, razão pela qual os médicos defenderam a sua salubridade, pois temiam ser infectados. Em vez de promover o bem-estar das classes pobres as elites preferiram evitar que as suas condições de vida pusessem em risco aqueles que se conformaram com os padrões de higienização, salubridade e civilização. Por fim, manter a cidade moderna significou limitar a oferta dos serviços urbanos a área mais central, excluindo deste processo um significativo contingente alocado, sobretudo, no bairro de Jaguaribe.

Considerações Finais

Nas páginas precedentes, investigamos a Cidade da Parahyba e atentamos para o processo de modernização pelo qual passou essa urbe durante as três primeiras décadas do século XX. Ressaltamos os esforços de tornar a cidade um lugar salubre, higiênico e aprazível. Inserida no contexto de modernização/urbanização do Brasil durante o período em apreço, tal experiência identificada na Cidade da Parahyba se distancia e se aproxima do que se edificou nas demais cidades brasileiras, a exemplo de Recife, do Rio de Janeiro e de São Paulo. A aproximação entre essas urbes se dá pelo fato de, também na Parahyba, a modernização ter significado a implementação dos serviços urbanos, e ter sido impulsionada pelo menos no primeiro momento pela economia de exportação. Na Parahyba o algodão permaneceu até 1929 como o principal produto econômico do estado e possibilitou ao governo aplicar capital na implementação dos serviços urbanos e na transformação dessa cidade. Mas ao contrário do Rio de Janeiro, o capital agrícola representado pela cultura algodoeira não promoveu a industrialização; a indústria manteve-se incipiente, o que acabou limitando a extensão do processo da urbanização na Parahyba. Nesta cidade os produtores de algodão ao lado dos comerciantes exerceram grande influência na definição da paisagem urbana edificada a partir de 1910, quando passaram a nela residir efetivamente, incorporando ao cotidiano os hábitos e costumes demandados pelos tempos modernos, dignos da população urbana. Isso é denotativo do desejo de querer ser moderno, pois morar na cidade se constituiu na principal característica de quem aspirasse ao progresso e à civilização. Em termos urbanísticos, esse aspecto se configurou na implementação de melhorias das ruas, a exemplo da abertura de novas artérias, de alargamentos e calçamentos das principais vias de circulação. Desse processo também fizeram parte a iluminação pública, a implementação dos transportes de bondes elétricos, a instalação do serviço de água encanada e saneamento, e a construção de casas arejadas e suntuosas. Esses serviços foram implementados na perspectiva de satisfazer aos novos cidadãos, mas, em virtude do capital ser insuficiente, não foi possível as elites paraibanas acompanharem o ritmo

da modernização identificado nas demais cidades nem manter a qualidade do que foi implementado, o que não significou recuo, mas necessidade de adaptação à realidade econômica do estado, o que tornou a modernização da Parahyba inacabada, incompleta portanto, singular, principalmente porque os serviços básicos como água encanada, luz elétrica e o bonde elétrico, além de funcionarem precariamente, em decorrência da tecnologia utilizada ser já obsoleta para a época, ficaram restritos aos moradores de algumas ruas da área central, uma minoria que dispunha de recursos econômicos e que podia arcar os custos demandados pelos serviços. No entanto, falava-se numa Parahyba moderna, em marcha rumo ao progresso.

Aliado a isso, essas elites, mesmo residindo na área central da cidade, ou seja, na área mais urbanizada, não romperam totalmente com o mundo rural, mantendo-se ligadas a costumes e hábitos tradicionais do campo, principalmente àqueles referentes às relações sociais. Assim, manteve-se em grande parte o caráter paternalista/assistencialista na convivência destas elites com as classes pobres. Reproduziu-se a rede de clientelismo como um mecanismo de controle e de esvaziamento político das classes subordinadas. Em paralelo manteve-se também a coerção, através do recolhimento dos pobres à cadeia pública, devido a seus hábitos e costumes serem vistos como incompatíveis com o processo de modernidade. Outro mecanismo de controle utilizado foi a caridade de cunho religioso, que resultou no recolhimento das classes pobres ao Asilo de Mendicidade e se constituiu num meio de retirar os desfavorecidos das ruas, pois também foram considerados agentes de contaminação e disseminação das doenças da época. Entre os médicos sanitaristas, havia o temor de que uma epidemia de varíola e febre amarela se alastrasse na cidade, tal qual ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esse temor justificou o recolhimento dos doentes ou suspeitos ao hospital de isolamento, e a aplicação de algumas ações profiláticas, a exemplo da vacinação. Desta feita, as elites construíram e mantiveram estratégias diferentes para lidar com as situações nas quais as classes pobres se apresentaram no cenário urbano, ou seja, a coerção e a caridade, embora distintas e executadas por instituições diferentes, fizeram parte do mesmo processo,

cujo intuito era conter a contravenção, a desordem, manter a ordem pública e assegurar à Cidade da Parahyba o aspecto urbano e civilizado.

A modernização tornou a rua um espaço de sociabilidade, informação e lazer para as elites. Em seguida, as praças, os cinemas, os salões, os bordéis e o clube se constituíram numa extensão do cenário urbano, e foram incorporados ao cotidiano das elites como espaços de entretenimento e diversão, principalmente para os homens. Para os pobres, a rua se tornou espaço da mendicância; eram eles personagens indesejados, razão por que não podiam permanecer no espaço público, pois destoavam do *glamour* que se desejava perpetuado. Portanto, enquanto, para as classes privilegiadas a rua se transformou em espaço de inclusão, afirmação e incorporação da modernidade, para as classes pobres, ela significou a exclusão, pois, mesmo a permanência a trabalho das classes mais pobres nas artérias da área central não era bem vista. Perdurou a crença de que os seus hábitos e costumes quebravam a regra daquilo que se convencionou considerar novo e moderno. A rua possuía mão dupla, mas nem todos os personagens puderam transitar livremente por suas calçadas, admirar as vitrines, adquirir os produtos expostos ou, tão somente, permanecer em cena.

A Parahyba moderna revelou, então, faces contraditórias, e, ainda que as elites tenham se esforçado para esconder as imagens referentes às classes pobres, elas se mantiveram em cena, negando em grande parte a modernização como sinônimo de progresso e civilização afirmando o clientelismo nas relações sociais e a efemeridade do tão consagrado “moderno”. Esse processo se evidenciou no momento da definição das ruas da Raposa e do Melão como espaços adequados a abrigar os pobres, e quando as senhoras da sociedade prosseguiram no cuidado com as meninas e moças pobres para exercerem afazeres serviçais e não se prostituírem. Este momento se consagrou com a edificação do Orfanato D. Ulrico e do ISJ. Mas foi o afastamento e a alocação dos pobres nas áreas mais distantes do centro da cidade que constituiu a principal ação desse processo. Esse distanciamento possibilitou a povoação do Sítio Jaguaribe, transformado no espaço por excelência das classes pobres, mantendo-se, assim, a divisão entre ricos e pobres. Esse fenômeno, conforme vimos, se adequou aos interesses das elites levando a traçar algumas

ações e implementá-las, na perspectiva de fixar os alocados evitando o retorno dos pobres à área central da cidade, ameaçando o processo de modernização a ser expandido.

Concluimos que a singularidade do processo de modernização pelo qual passou a Cidade da Parahyba durante as três primeiras décadas do século XX é caracterizada não apenas pelas limitações das obras públicas impostas pela falta de recursos econômicos, advindo principalmente das atividades do comércio, mas também, pelo modo como as elites se apropriaram das idéias de progresso e civilização. Os homens e mulheres modernas e “civilizadas”, ainda que tenham se apropriados dos hábitos e costumes considerados condizentes com a nova situação, não romperam com os valores tradicionais, principalmente com aqueles que reproduziam e mantinham na cidade o controle e a subordinação das classes pobres nas relações pessoais de assistencialismo e clientelismo, tal qual os senhores de engenho mantinham no campo. As classes pobres por outro lado viam nessa relação à única forma de barganhar o mínimo necessário para assegurar a sua sobrevivência, reforçando a relação senhorial.

Enquanto nas Cidades de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, o processo de urbanização/modernização gerou novas relações sociais, na Parahyba foi diferente porque as elites paraibanas, mesmo tendo experimentado um incipiente processo de desenvolvimento econômico, pouco transformaram as relações sociais, ao contrário mantiveram-nas e legitimaram na medida do possível uma estrutura social onde as classes pobres permaneceram excluídas. Manteve-se o clientelismo e a condição de alertar os prefeitos e governadores quanto ao risco que os pobres representavam caso permanecessem perambulando pelas ruas. Nesse sentido, medidas deveriam ser tomadas para que o processo de urbanização/modernização não corresse risco, ou seja, os pobres foram lembrados quando ameaçaram a cidade tal qual concebida pelos comerciantes, políticos e profissionais liberais, levando-os a participarem da criação das instituições de caridade, a exemplo do Asilo de Mendicidade, do Orfanato D. Ulrico e do Instituto São José. À medida que colaboraram com a manutenção dessas instituições, as elites se mantiveram tradicionais, uma vez que a caridade e o trabalho religioso filantrópico foram utilizados

como mecanismos para conter as classes pobres mantendo as relações de proteção necessárias o bastante para que os indivíduos desfavorecidos se mantivessem excluídos e segregados da sociedade fundamentada na ordem e no progresso.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- Fontes Impressas

1.1 – Periódicos

A União – décadas 1910/1930
A Imprensa – décadas 1910/1930
O Norte – 1995

1.2 – Revistas

Revista Era Nova – 1921 – 1926
Revista do IHGP – 1910
Revista do IHGP – 1913
Revista do IHGP – 1923

1.3 – Documentos Oficiais

Almanaque do Estado da Parahyba – 1911
Almanaque do Estado da Parahyba – 1912
Almanaque do Estado da Parahyba – 1913
Almanaque do Estado da Parahyba – 1914

Anuário Estatístico da Parahyba – 1930

Ata da Trigésima nona sessão ordinária da quarta reunião da nona Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, 22 de novembro de 1927

Ata de reunião da Associação Médica da Parahyba – 1923
Ata de reunião da Associação Médica da Parahyba – 1924
Ata de reunião da Associação Médica da Parahyba – 1925
Ata de reunião da Associação Médica da Parahyba – 1926
Ata de reunião da Associação Médica da Parahyba – 1927
Ata de reunião da Associação Médica da Parahyba – 1928
Ata de reunião da Associação Médica da Parahyba – 1929
Ata de reunião da Associação Médica da Parahyba – 1930
Ata de Reunião do Núcleo Noelista de João Pessoa – 1930
Ata de Reunião do Núcleo Noelista de João Pessoa – 1932
Ata da Comissão de Proteção ao Orfanato D. Ulrico – 20/01/1913
Ata da Comissão de Proteção ao Orfanato D. Ulrico – 30/08/1913
Ata da Comissão de Proteção ao Orfanato D. Ulrico – 31/10/1913

Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte – 1910
Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte – 1914
Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte – 1915
Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte – 1918
Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte – 1919
Código de Postura da Cidade da Parahyba do Norte – 1920
Código Criminal do Estado da Parahyba – 1912
Coleção dos Atos dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba – 1905

Contrato para Iluminação Pública, Distribuição de Força Eletromotora, Eletrificação das Linhas de Bondes da Capital da Parahyba e Tráfego da Ferrovia Tambaú – 1910
Contrato entre o governo do Estado da Parahyba e o Senhor Manoel Henrique de Sá, para o estabelecimento e a exploração de uma empresa de telefonia automática na Capital – 1916
Contrato de Compra e Venda de Imóveis – 1923
Contrato entre o engenheiro Júlio Paes Lemos e o Diretor da Fazenda Pública-1926
Contrato de Compra e Venda de Imóveis – 1929

Decreto nº 288 de 15/02/1906
Decreto nº 289 de 17/02/1906
Decreto nº 350 de 06/11/1907
Decreto nº 886 de 21/01/1918
Decreto nº 565 de 06/09/1923
Decreto nº 373 de 27/03/ 1931
Decreto nº 221 de 21/12/ 1931

Ficha de Acompanhamento de Maria José de Souza – Orfanato D. Ulrico – 1922
Ficha de Acompanhamento de Maria das Neves de Andrade – Orfanato D. Ulrico – 1922.
Ficha de Acompanhamento de Joana Teixeira de Oliveira – Orfanato D. Ulrico – 1932
Ficha de Acompanhamento de Maria do Carmo – Orfanato D. Ulrico – 1932.

Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1917
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1918
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1919
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1920
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1922
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1924
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1925
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1926
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1927
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1928
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1929
Folha de medição de calçamento da Cidade da Parahyba – 1930

Livro de Faculdades da Arquidiocese da Parahyba – 1923
Mensagem do vice-governador do Estado da Parahyba – Walfredo Leal –
pronunciada no plenário da Assembléia Legislativa em 06/11/1907

Ofício nº 152 do Prefeito José Bezerra Cavalcanti ao Secretário Geral do Estado –
1913

Ofício nº 190 do Prefeito José Bezerra Cavalcanti ao Secretário Geral do Estado –
1914

Ofício nº 254 do Prefeito José Bezerra Cavalcanti ao Secretário Geral do Estado –
1916

Ofício nº 331 do Prefeito Antonio Pessoa Filho ao Secretário Geral do Estado – 1917

Ofício do governador da Parahyba Camilo de Holanda – 1917

Ofício nº 383 do Prefeito Diógenes Gonçalves Pena – 1918

Ofício nº 386 do Prefeito Diógenes Gonçalves Pena – 1919

Ofício nº 389 do Prefeito Diógenes Gonçalves Pena – 19120

Ofício do Prefeito João Maurício de Medeiros – 1925

Ofício do Prefeito João Maurício de Medeiros – 1928

Ofício nº 288 – de 20/04/1928

Ofícios nº 3.900 – Procuradoria da Fazenda do Estado da Parahyba – 28/12/1929

Ofícios nº 3.908 – Procuradoria da Fazenda do Estado da Parahyba – 29/12/1929

Ofício nº 94 – Procuradoria da Fazenda do Estado da Parahyba – 22/10/1931

Projeto de Lei nº 320 de 23/10/1909

Registro de Compra e Venda de Imóveis – 1908

Registro de Compra e Venda de Imóveis – 1910

Registro de Compra e Venda de Imóveis – 1919

Registro de Compra e Venda de Imóveis – 1934

Registro de Compra e Venda de Imóveis – 1938

Relatório do engenheiro Miguel Raposo ao governador do Estado da Parahyba –
1909

Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba – 1913

Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1916

Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1917

Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1917

Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1918

Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1918

Relatório da 1ª Delegacia de Polícia na Cidade da Parahyba – 1918

Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1919

Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba – 1919

Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1920

Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1921

Relatório da Chefatura de Polícia – 1922

Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba – 1922
Relatório do 1º Distrito Policial do Estado da Parahyba – 1922
Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1924
Relatório da Contadoria da Repartição de Saneamento da Parahyba – 30/06/1926
Relatório da Contadoria da Repartição de Saneamento da Parahyba – 30/06/1927
Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1927
Relatório da 1ª Delegacia de Polícia da Cidade da Parahyba – 1928
Relatório do Asilo de Mendicidade
Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1929
Relatório do Sr. Severino Cândido – técnico em eletrificação – ao Interventor Federal no Estado da Paraíba, o Sr Gratuliano de Brito – 1930
Relatório da Repartição de Esgoto e Saneamento da Parahyba – 1930
Relatório do engenheiro Cícero V. Cruz – Diretor da Repartição de Saneamento da Capital – 1930
Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, 1933 – 1939

Recibo de Consumo de Energia Elétrica – Empresa, Tração, Luz e Força – 1917

Solicitação de instalação de serviço enviada pelo governador Camilo de Holanda ao Diretor da Empresa Tração, Luz e Força – 1916
Solicitação de instalação de serviço enviada pelo governador Camilo de Holanda ao Diretor da Empresa Tração, Luz e Força – 1917

2- Iconografias

Acervo fotográfico do Arquivo Público do Estado da Paraíba – Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego – João Pessoa – PB, Fotos de Walfredo Rodriguez – Exposição 2 séculos da cidade – passeio retrospectivo 1870-1930.

Acervo do Arquivo Arquidiocesano da Paraíba – Palácio do Bispo – João Pessoa – PB.

4-Teses e dissertações

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma cidade, muitas tramas:** a Cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920). Recife: UFPE, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

BARRETO, Maria Cristina Rocha. **Imagens da cidade:** a idéia de progresso nas fotografias da Cidade da Parahyba (1870-1930). João Pessoa: UFPB, 1996. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

COSTA, A M. **Análise histórica do saneamento no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. (Dissertação de Mestrado em Saúde Pública).

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A Maldição do trabalho** (homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas—1850-1930). João Pessoa: UFPB, 1988. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

DOMINGUES, Maria de Fátima e MARINHO, Vanildo Mocinho. **O fala Jaguaribe:** uma análise histórica. João Pessoa: UFPB, 1994. (Monografia de Especialização em Pesquisa Educacional).

FARIAS, Ana Maria S. M. **Urbanização e modernidade:** a construção do espaço urbano de João Pessoa (Dos anos 20 aos anos 70). Recife: UFPE, 1997. (Tese de Doutorado em História)

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza americana x mucambópolis o Estado Novo na cidade do Recife (década de 1930).** Recife: UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado em História).

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Implantação de serviços urbanos no Recife:** o caso da Companhia do Beberibe (1838- 1912). Recife: UFPE, 1979. (Dissertação de Mestrado em História).

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade:** permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa - PB. São Paulo: USP, 2000 (Tese de Doutorado em Geografia).

MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária:** o caso de Rio Tinto –1950-1970. João Pessoa: UFPB, 1986. (Dissertação de Mestrado em Economia)

NASCIMENTO, Regina Coelli G. **Disciplina e espaços:** construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX. Recife: UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado em História).

NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo do. **O Próximo e o distante**: história e estórias de um bairro e de uma fábrica de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 1993. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890 a 1914. São Paulo: USP, 1984. (Tese de Doutorado em História)

PONTE, Sebastião Rogério de Barros da. **Ruas limpas, novos corpos**: remodelação urbana e disciplinarização social em Fortaleza na Primeira República. São Paulo: PUC, 1992. (Dissertação de Mestrado em História)

SILVA, Regina Celly Nogueira da. **As singularidades do bairro na realização da cidade**: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa – PB. São Paulo: USP, 1999. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Memória e intervenção urbana**: o caso do Ponto de Cem Réis no centro de João Pessoa – PB. Recife: UFPE, 1995. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografia e imagens da cidade**: Campina Grande – 1920-1945. Campinas: Unicamp, 2001. (Tese de Doutorado em História).

SCARLATO, Francisco Capuano. **O Real e o imaginário no Bexiga**: autofagia e renovação urbana no bairro. São Paulo: USP, 1988. (Tese de Doutorado em Geografia).

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade**: o Recife de princípios do século. Recife: UFPE, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).

VIEIRA, Risomar da Silva. **Estado Grave**: condições de vida e saúde na Parahyba Imperial. Recife: UFPE, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).

5-Bibliografia Específica

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo.** João Pessoa: Persona, 1992.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de & MELLO, José Octavio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro.** João Pessoa: FUNCEP, 1989.

_____. **A velha Parahyba nas páginas de jornal.** João Pessoa: A União, 1999.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida.** João Pessoa: Grafset, 1986.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o jornal do povo: uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba.** João Pessoa: A União, 1985.

CAVALCANTI, Archimedes. **A cidade da Parahyba na época da independência: aspectos sócios - econômico, culturais e urbanísticos em volta de 1822.** João Pessoa: Editora da UFPB, 1972.

COUTINHO, Marcos Odilon Ribeiro & COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. **Logradouros da grande João Pessoa: personagens e fatos.** João Pessoa: Sal da terra, 2001.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. "Aspectos históricos do bairro de Jaguaribe". In: MENESES, Joedna Reis & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Orgs.) **Anais do IX encontro estadual de professores de história.** João Pessoa: Sal da Terra, 2000.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930).** João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva & AMORIM, Laura Helena Baracuchy. "Os melhoramentos urbanos e o processo de modernização na Parahyba: século XIX". In: **Revista de Ciências Humanas: número especial de História.** João Pessoa: EDUFPB, Ano 02, Nº 04, outubro/ dezembro de 1980.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba.** João Pessoa: Editora da UFPB, 1993.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos excluídos: a escola de aprendizes e artífices da Paraíba (1910-1940).** João Pessoa: A União, 2002.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993.

_____. **O declínio da escravidão na Parahyba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1979.

GONÇALVES, Regina Célia. **A Questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1994.

HOFFNAGEL, Marc Jay. "O trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: o homem livre pobre na sociedade paraibana". In: **Ciência Histórica**. Revista do Departamento de História da UFPB, Ano III, Nº 03, 1990.

HONORATO, Rossana. **Se essa cidade fosse minha...** João Pessoa: EDUFPB, 1999.

_____. **A cidade entrevista**. João Pessoa: EDUFPB, 1999.

INÁCIO, Joaquim. **Notícias de uma viagem à Parahyba, em 1924**. Coleção Mossoroense, V. CLII, 1987.

JOFFILY, José. **Anayde Beiriz: paixão e morte na revolução de 30**. Rio de Janeiro: CBAG, 1980.

LEAL, Wills. **No tempo do lança perfume ou história do carnaval na/da cidade de João Pessoa**. João Pessoa: JB, 2000.

_____. **História do cabo branco: a saga de um grande clube**. João Pessoa: A União, 1995.

_____. **O Nordeste no cinema**. João Pessoa: Editora da UFPB; Salvador: Editora da UFBA, 1982.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução de André Villalobos. – São Paulo: Record, 1993.

LUNA, Maria de Lourdes. **Rádio Tabajara: um registro histórico**. João Pessoa: SEC, 1995.

MAIA Benedito. **Prefeitos de João Pessoa (perfis)**. João Pessoa: A União, 1985.

_____. **A Universidade do ponto de cem réis**. João Pessoa: A União, 1976.

MAIA, Doralice Sátyro. “Hábitos rurais em vidas urbanas”. In: DAMIANI, Amélia Luísa, CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs) **O Espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1978.

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância**. João Pessoa: A União, 1994.

MELLO, José Octavio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: A União, 1994.

_____. **Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba**. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.

MENEZES, Antonio Botto de. **Minha terra: memórias e confissões**. João Pessoa: SEC; Santa Marta, 1992.

NÓBREGA, Humberto. **Meu depoimento sobre o padre Zé**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

Ó, Alarcon Agra do et all. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003.

PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. **Do azeite de mamona à eletricidade: anotações para uma história da energia elétrica na Paraíba**. João Pessoa: Rivaisa, 1994.

PALMEIRA, Balila. **O bairro de Miramar: sua história seus moradores**. João Pessoa: Grafset, 1997.

PINTO, Sérgio de Castro. “Cine brasil: matinê das moças”. In: **A quatro mãos: poemas**. João Pessoa: ANPOLL / Editora da UFPB, 1996.

RIBEIRO, Emilson Ponce Leon. **Retratos de Jaguaribe: um passeio histórico de 1940 a 1970**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2000.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da grande João Pessoa**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1980.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Gangorra do poder (Paraíba 1889-1930)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1989.

TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para a História territorial da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, vol. I 1909.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Paraíba de ontem, evocações de hoje**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1999.

5.1- Bibliografia Geral

ABREU, Maurício de Almeida. "Pensando a cidade no Brasil do passado". In: SILVA, José Borzacchiello da. (org.) **A cidade e o urbano**. Fortaleza: Editora da UFC, 1997.

ACSELRAD, Henri. (Org.) **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ADLER, Laure. **Os bordéis franceses 1830-1930**. Tradução de Kátia Maria Oberg e Eliane Fitipaldi Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e confrontos**. Natal: Editora da UFRN, 1998.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru (SP): EDUSC, 2000.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo**: os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Editora da UFPB; Recife: Editora da UFPE, 1996.

BAPTISTA, Luis Antonio. **A cidade dos sábios**: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

BÓGUS, Lúcia Maria M. & WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **A luta pela cidade em São Paulo**. Rio de Janeiro: Cortez, 1992.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

BRESCIANNI, Maria Stella M. “História e historiografia das cidades, um percurso”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A cidade não revelada**. Fortaleza: Editora da UECE, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da história**: ensaios de teoria da história. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas contradições do espaço”. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs) **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARONE, Edgard. **A República velha** (instituições e classes sociais). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados da República**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. – Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Cidadelas da ordem**: a doença mental na República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CLAVREUL, Jean. **A ordem médica**: poder e impotência do discurso médico. Tradução de Jorge Gabriel Noujaim, Marco Antonio Coutinho Jorge, Potiguara Mendes da Silveira Jr. – São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARLOT, Mônica & Marx, Roland. **Londres, 1851-1901**: a era vitoriana ou o trunfo das desigualdades. Tradução de Lucy Magalhães. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri & SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs) **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução de Sonia Coutinho. – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cotidiano de trabalhadores na República. São Paulo (1889/1940)**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Tradução de Ruy Jungmann – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 2, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Editorial Presença, 1975.

FABRIS, Annateresa. **Fragmentos urbanos**: representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Ligia M. Pondé Vassalo. – Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALBRAITH, John Kenneth. **A natureza da pobreza das massas**. Tradução de Osvaldo Barreto e Silva. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira. –Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. **Por amor às cidades**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. – São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GONÇALVES JÚNIOR, AJ. **O Que é urbanismo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRAEFF, Edgard de Albuquerque. **Cidade utopia**. Belo Horizonte: Veja, 1979.

HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920. Tradução de Cecy Ramires Maduro. – Brasília: Editora da UNB, 1993.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**. A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. – São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOGAN, Daniel J, KOWARICK, Lúcio e outros. **Cidade uso & abuso**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. – Rio de Janeiro: FGV, 1997.

IYDA, Massako. **Cem anos de saúde pública**: a cidadania negada. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora da UNB, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

_____. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. – Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEMOS, Carlos A C. **A República ensina a morar** (melhor). São Paulo: Hucitec, 1999.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIMA, Rogério & FERNANDES, Ronaldo Costa. (Orgs.) **O imaginário da cidade**. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa oficial, 2000.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LOBO, Luiza & FARIA Márcia Gonçalves S. (Orgs.) **A poética das cidades**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

LOPES, José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos conflitos na “cidade das chaminés”**. Brasília: Editora da UNB, 1988.

LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Bairro do Recife entre o corpo santo e o marco zero**: a reforma urbana do início do século XX. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

LUCENA, Célia Toledo. **Bairro do Bexiga: a sobrevivência cultural.** São Paulo: brasiliense, 1984.

MACEDO, Roberto. **Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: DASP, 1967.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República.** São Paulo: Hucitec; Unesp, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho.** Bauru (SP): EDUSC, 2002.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MERHY, Emerson Elias. **O capitalismo e a saúde pública: a emergência das práticas sanitárias no estado de São Paulo.** Campinas: Papyrus, 1985.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O cenário da vida urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX/XX.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2000.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem.** São Paulo: Cultrix, 1988.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.** Tradução de Celso Nogueira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NETTO, José Paulo & CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

_____. “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas”. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol. 21, nº 40, 2001.

OUTTES, José. **O Recife**: gênese, do urbanismo 1927-1943. Recife: FUNDAJ / Massangana, 1997.

PADILHA, Márcia. **A cidade como espetáculo**: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001.

PADILHA, Laura Cavalcante. **O espaço do desejo**: uma leitura de A Ilustre Casa de Ramires de Eça de Queirós. Rio de Janeiro: EDUFF; Brasília: EDUNB, 1989.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. “Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro. (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)”. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo: ANPUNH/HUMANITAS, vol. 19, nº 37, 1999.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e cultura política**: a cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no século XIX. Fortaleza: Editora da UFC, 1998.

RAGO, Margareth. **Sem fé sem lei, sem rei**: o liberalismo e a experiência anarquista na República. IFCH/Unicamp, 1984.(Dissertação de Mestrado em História).

_____. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) encantos modernos**: história da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

REZENDE, Sonaly Cristina & HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil**: políticas e interfaces. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim...** inventário da saúde pública. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **João do Rio:** a cidade e o poeta, o olhar de flâneur na belle époque tropical. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

_____. **O Que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

RUDÉ, George. **A multidão na história:** estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Tradução de Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. **Formas urbanas cidade real & cidade ideal:** uma contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: EDUFBA, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SETTE, Mário. **Arruar** – história pitoresca do Recife antigo. Rio de Janeiro: Editora da Casa do estudante do Brasil, 1948.

SEVCENKO, Nicolau. (Org) **História da vida privada no Brasil República:** da belle époque a era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Orfeu extático na metrópole.** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **A revolta da vacina.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Pindorama revisitada:** cultura e sociedade em tempos de virada. São Paulo: Peirópolis, 2000.

SILVA, José Borzacchiello da. “Espaço e contradições”. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs) **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SOLLER, Maria Angélica & MATOS, Maria Izilda. (Orgs.) **A cidade em debate.** São Paulo: Olho d’água, 2000.

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história:** indagações na passagem para o modernismo. Tradução de Pedro Morais Soares. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THOMPSON, Eduardo P. "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial." In: **Tradición, revuelta y consciência de clase. Barcelona:** Crítica, pp.239-293, 1984.

VELHO, Otávio Guilherme. (Org.) **O Fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

VELHO, Gilberto. (org.) **Antropologia Urbana:** cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro:** turunas e quixotes. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando olhares:** uma introdução à construção sociológica da cidade. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

WHITE, Edmund. **O flâneur:** um passeio pelos paradoxos de Paris. Tradução de Reinaldo Moraes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.